



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

RAÍSSA REGINA BRUGIATO RODRIGUES

**PERMANÊNCIA DO CONSERVADORISMO BRASILEIRO NO
PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NA DÉCADA DE
1980:
ESTUDO D'O SÃO PAULO E DA EDIÇÃO FALSIFICADA
*MEA CULPA***

Londrina
2018

RAÍSSA REGINA BRUGIATO RODRIGUES

**PERMANÊNCIAS DO CONSERVADORISMO BRASILEIRO
NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NA DÉCADA DE
1980:**

estudo d'*O São Paulo* e da edição falsificada *MEA CULPA*

Dissertação apresentada ao Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de
Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Rodrigues, Raíssa Regina Brugiato.

Permanências do Conservadorismo Brasileiro no Processo de Redemocratização na
Década de 1980: estudo d'O São Paulo e da Edição Falsificada Mea Culpa / Raíssa
Regina Brugiato Rodrigues. - Londrina, 2018.
201 f.

Orientador: Fabio Lanza.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro
de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.
Inclui bibliografia.

1. Ditadura Militar (1964-1985) - Tese. 2. Jornal Católico O São Paulo - Tese. 3.
Falsificação - Tese. 4. Pensamento Conservador - Tese. I. Lanza, Fabio. II. Universidade
Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais. III. Título.

RAÍSSA REGINA BRUGIATO RODRIGUES

**PERMANÊNCIAS DO CONSERVADORISMO BRASILEIRO
NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NA DÉCADA DE
1980:**

estudo d' *O São Paulo* e da edição falsificada *MEA CULPA*

Dissertação apresentada ao Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Maria José Rezende
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Rodrigo Czajka
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Londrina, 27 de julho de 2018.

Aos meus pais, Aparecido e Selma Rodrigues, que sempre estiveram presentes me apoiando, auxiliando e incentivando.

AGRADECIMENTOS

Ao corpo docente da Universidade Estadual de Londrina e aos demais professores que fizeram parte de minha formação e desenvolvimento, por todos os diálogos e contribuições, não só em relação a questões teóricas, pois tudo o que me ensinaram fez parte e contribuiu para a construção de quem sou hoje. Conduziram-me à Universidade, a dar continuidade e ter dedicação aos estudos e posteriores formações e, dessa forma, contribuíram para a elaboração da presente dissertação. Destaco especialmente o prof. Dr. Fabio Lanza, que teve papel determinante no decorrer de minha passagem pela graduação e também pela pós-graduação, auxiliando na elaboração desta pesquisa, possibilitando o acesso ao material utilizado e orientando o desenvolvimento e continuidade da mesma. Agradeço suas contribuições e colaborações, pois sem elas esse trabalho não teria sido possível.

À CAPES e ao CNPq por todo o suporte oferecido, o que possibilitou minha total dedicação a essa pesquisa e aos processos de análise empreendidos, necessários à elaboração e ao desenvolvimento da pesquisa.

À Franciele, Manoel, Keyla, Carla e aos demais companheiros por todo o apoio e, também, aos colegas do Laboratório de Estudos sobre as Religiões e Religiosidades (LERR/UDEL), por toda a ajuda e contribuições oferecidas desde o ano de 2015, que foram fundamentais para os trabalhos desenvolvidos.

Aos meus pais, Aparecido e Selma Rodrigues, por todo o apoio, paciência, compreensão, suporte emocional, dedicação e incentivo oferecidos. Sem eles eu não seria quem sou hoje, e não teria feito determinadas escolhas que foram cruciais para o caminho trilhado até aqui. É imensurável o quanto foi importante a presença deles ao longo desse processo.

Mas porquê, avó, porque te sentas tu na soleira da porta, aberta para a noite estrelada e imensa, para o céu de que nada sabes e por onde nunca viajarás, para o silêncio dos campos e das árvores assombradas, e dizes, com a tranquila serenidade dos teus noventa anos e o fogo da tua adolescência nunca perdida: “o mundo é tão bonito, e eu tenho tanta pena de morrer!”

José Saramago in: “Carta para Josefa, minha avó”

RODRIGUES, Raíssa Regina Brugiato. **Permanências do conservadorismo brasileiro no processo de redemocratização na década de 1980: Estudo d'O São Paulo e da edição falsificada Mea Culpa**. 201.p. Dissertação – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a falsificação de uma edição do jornal católico O São Paulo intitulada Mea Culpa, que data do ano de 1982, e a posterior reação midiática desencadeada pelo ocorrido, em um período que compreende, portanto, o contexto da Ditadura Militar no Brasil e o processo de abertura política do país. Os documentos contemplados pela pesquisa fazem parte de um dossiê que foi disponibilizado pela Arquidiocese de São Paulo ao Laboratório de Estudos das Religiões e Religiosidades vinculado à Universidade Estadual de Londrina, e contém 154 matérias de jornais e revistas nacionais e internacionais que acompanharam as investigações, assim como a própria edição falsificada. Serão empreendidos, a partir de tais arquivos, os processos de análise documental, com contribuições da análise de conteúdo e da análise do discurso, no sentido tanto de identificar os fundamentos que embasaram o ato de falsificação do semanário e seus objetivos, considerando que o conteúdo dessa edição divergia das publicações do semanário no período em que atuavam no sentido de informar acerca das atrocidades cometidas durante o período ditatorial, em um sentido que reavaliava e revogava o conteúdo destas, quanto de analisar a reação midiática que acompanhou o desenvolvimento das investigações acerca da edição apócrifa. Com a leitura e a interpretação das matérias e do jornal falsificado, pode-se perceber que a reação evidenciada pelo ato de falsificação, considerando a conceituação proposta por Karl Mannheim, foi subsidiada por um pensamento de cunho conservador, a fim de atuar para preservar a ordem social instituída na ditadura militar, considerando o período de mudanças que se delineavam com o momento de abertura política no país, mantendo, portanto, diálogos com a conjuntura e com formas de pensamento que convergem para a manutenção do governo ditatorial. Apreendeu-se, também, que, apesar de a falsificação objetivar manipular ou despertar dúvidas em relação ao conteúdo veiculado pelo O São Paulo, teria, ao contrário, acarretado uma reação que acabou proporcionando maior destaque e visibilidade às falas dos membros da Arquidiocese e à tentativa de cercear possibilidades de expressar-se de forma divergente ou contrária ao cenário social e político da ditadura brasileira.

Palavras-chave: Ditadura Militar (1964-1985). Jornal Católico O São Paulo. Falsificação. Pensamento Conservador. O São Paulo Mea Culpa

RODRIGUES, Raíssa Regina Brugiato. **Permanences of brazilian conservatism in the 1980's redemocratization process: O São Paulo and Mea Culpa falsified edition study.** 201.p. Dissertation – State University of Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

This research analyses the falsification of an edition from the catholic newspaper O Sao Paulo entitled Mea Culpa, which dates from 1982, and the posterior media reaction unleashed by it, during a time that includes, thus, the Brazilian Military Dictatorship context and the country's political opening process. The documents contemplated by this research are part of a dossier made available by Sao Paulo's Archdiocese to Religion and Religiosity Studies Laboratory linked to State University of Londrina, containing 154 newspaper and national and international magazines articles that follow the investigations, as well as the falsified edition itself. It'll be undertaken, through those files, processes of documental analysis, with contributions from object and discourse analysis, in a sense of identifying the supporting fundamentals of the weekly newspaper's act of falsification and its objectives, taking into account that edition's content diverged from the newspaper's publications during the period it acted in the sense of informing about the atrocities committed during the dictatorial period, in a way it reevaluated and revoked their content, as well as analysis of the media reaction that followed the investigation development about that apocryphal edition. Through reading and interpretation of the stories and falsified newspaper, it can be understood the reaction made evident through the falsification act, considering Karl Mannheim proposed conceptualization, was subsidized by a conservative thinking, aiming the social order instituted during the military dictatorship conservation, considering the changes brought upon the country's political opening moment, maintaining, therefore, dialogue with a conjecture and with ways of thought convergent to keeping the dictatorial government. It has been understood, as well, that, although the falsification aimed the manipulation and doubt sowing about O Sao Paulo conveyed content, it, instead, brought upon a reaction which ended proportionating a greater highlight and visibility to Archdiocese members' speech and the attempt at curtailing possibilities of divergent expressions or those contrary to the Brazilian dictatorship social and politic scenery.

Keywords: Military Dictatorship (1964-1985). Catholic newspaper O São Paulo. Falsification. Conservative Thought. O São Paulo Mea Culpa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| AI-5 | Ato Institucional número 5 |
| AC | Ação Católica |
| AP | Ação Popular |
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional |
| CELAM | Conselho Episcopal Latino Americano |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CPC | Centro Popular de Cultura |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| DEOPS-SP | Departamento Estadual de Ordem Política e Social – São Paulo |
| DOI-CODI | Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna |
| DOPS-BH | Departamento de Ordem Política e Social – Belo Horizonte |
| EUA | Estados Unidos da América |
| ID/4-BH | Quarta Infantaria Divisionária em Belo Horizonte |
| IPM | Inquéritos Policiais Militares |
| ISEB | Instituto Superior de Estudos Brasileiros |
| JEC | Juventude Estudantil Católica |
| JOC | Juventude Operária Católica |
| JOSP | Jornal Católico O São Paulo |
| JUC | Juventude Universitária Católica |
| JUNAC | Juventude Nazista Anticomunista |
| LERR | Laboratório de Estudos das Religiões e Religiosidades |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| NDPH | Centro de Documentação e Pesquisa Histórica |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| PDS | Partido Social Democrático |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PROIC | Programa de Iniciação Científica |
| SNI | Serviço Nacional de Inteligência |
| TFP | Tradição Família e Propriedade |
| UEL | Universidade Estadual de Londrina |
| UDN | União Democrática Nacional |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----|
| | INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 | CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E PERCURSOS HISTÓRICO-SOCIAIS | 22 |
| 1.1 | Considerações Metodológicas: aspectos gerais que nortearão a coleta, organização e interpretação dos dados | 24 |
| 1.2 | A democracia no Brasil: alguns percursos históricos | 39 |
| 1.3 | O Catolicismo no Brasil e as relações entre política e religião: convergências e discordâncias | 49 |
| 1.4 | O Catolicismo da Libertação, a atuação de D. Paulo Arns e o semanário O São Paulo: clivagens ideológicas nas décadas de 1960-1970 | 65 |
| 2 | “MEA CULPA” E O GRUPO PRÓ DITADURA MILITAR: AS RELAÇÕES DA FALSIFICAÇÃO COM O PENSAMENTO CONSERVADOR | 83 |
| 2.1 | Elementos das relações sócio-econômicas no Brasil e o golpe militar: o desenvolvimento de um pensamento conservador | 85 |
| 2.2 | O conservadorismo: correntes de pensamento e perspectivas sobre o mundo segundo as elaborações de Karl Mannheim..... | 93 |
| 2.3 | Aspectos conceituais: considerações para a análise da edição apócrifa..... | 103 |
| 2.4 | Análise da edição falsificada: perspectivas contidas no Mea Culpa | 113 |
| 3 | A REAÇÃO MIDIÁTICA AO MEA CULPA E O POSICIONAMENTO OFICIAL DA EQUIPE EDITORIAL DO JOSP | 134 |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como proposta abordar elementos de um processo de pensamento conservador brasileiro que, dentre outras ações e consequências, gerou a falsificação, no ano de 1982, de uma edição do jornal católico *O São Paulo* (JOSP)¹, meio de comunicação oficial da Arquidiocese de São Paulo, sede de maior expressão do catolicismo brasileiro. Essa edição apócrifa corresponde à semana do dia 22 a 26 de agosto e teve como título a expressão de origem latina *Mea Culpa*², cujo significado, de acordo com Polato e Franco de Oliveira (2015), tem sua origem na prece tradicional das missas católicas, a partir da qual o indivíduo praticante do(s) catolicismo(s)³ reconhece seus erros perante Deus.

O objeto da presente pesquisa considera a existência de um diálogo entre os responsáveis pelo processo de elaboração e disseminação dessa edição falsificada, elementos de ordem objetiva referentes à conjuntura político-social do período ditatorial e as correntes de pensamento conservadoras, que, apesar de sua presença no desenrolar da ditadura, tendo grupos militares no poder e grupos civis como seus portadores e apoiadores, fazem parte de um processo mais amplo que não se restringe a essa época.

Dessa forma, considerado o projeto de pensamento conservador brasileiro que gerou o *Mea Culpa*, o objeto constitui-se na prática discursiva detectada na edição falsificação do JOSP e suas conexões com as correntes do pensamento conservador brasileiro que atuavam durante a ditadura militar. Essas conexões são buscadas nas ações e práticas sugeridas pela edição falsificada e suas correspondências com as ações e práticas sugeridas pelos segmentos conservadores que agiam no período.

¹ O semanário católico *O São Paulo* teve sua primeira edição publicada, de acordo com Lanza (2006), em 1956, e até o presente momento, ano de 2018, prossegue com suas publicações semanais.

² De acordo com Neves (2003), a expressão está no “*coinfiteor*, oração pela qual se faz a confissão do pecado na liturgia católica” (NEVES, 2003, p. 508). Para maiores informações, consultar: NEVES, M. H. M. *Guia de Uso do Português: Confrontando Regras e Usos*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

³ Compreende-se que, tal como observa Teixeira (2005), não há como situar o catolicismo, no Brasil, em um quadro de homogeneidade, pois há uma malha diversificada de catolicismos, tal como diversas formas de vivência de tal religião: há um catolicismo “santorial”, um catolicismo “erudito ou oficial”, um catolicismo dos “reafiliados”, marcado pela inserção num “regime forte’ de intensidade religiosa” (CEBs, RCC) e um emergencial catolicismo midiático. Não se trata de realidades estanques e cristalizadas, mas inserem-se num quadro geral marcado por relações de comunicação, de proximidades, tensões e distanciamentos (TEIXEIRA, 2005, pg.17).

O acesso aos materiais com os quais a pesquisa dialoga foi possível graças à disponibilização⁴, pela arquidiocese de São Paulo, à Universidade Estadual de Londrina, através de um vínculo com o Núcleo de Documentação Histórica (NDPH) e com o Laboratório de Estudos das Religiões e Religiosidades (LERR), de um arquivo de documentos censurados do JOSP (1972-1979) que continha um dossiê com o *Mea Culpa* e mais 153 matérias de revistas e jornais brasileiros e internacionais que expõem perspectivas e informações acerca do ocorrido e das investigações sobre quem seriam os responsáveis pelas elaborações. Tais matérias trazem, por exemplo, relatos sobre o andamento de investigações realizadas pelo serviço público e por serviços particulares contratados por membros da própria arquidiocese, além de depoimentos de bispos, arcebispos, padres e representantes das chamadas direita e esquerda⁵, com declarações, também, referentes às intenções de tais grupos que fomentaram todo o processo.

O objeto de pesquisa suscitou outras problemáticas a serem abordadas, especialmente levando-se em consideração as fontes disponíveis. A pesquisa procurou, então, desenvolver uma interpretação que, embora buscasse compreender o *Mea Culpa* e a sua reação em meio ao projeto do pensamento conservador brasileiro, também abordasse os conflitos ideológicos entre os falsificadores e a equipe editorial do JOSP, assim como o processo reflexivo que levou os responsáveis pelo *Mea Culpa* a elaborá-lo. Para isso, a pesquisa compreende que os autores da falsificação mantiveram, nesse processo, diálogos com correntes de pensamento advindas dos grupos militares e de sua forma de gestão autoritária, no sentido de conservá-la.

4 Em 2013/2014, os documentos foram organizados e digitalizados através de uma parceria entre o LERR e o NDPH da UEL.

5 Em relação às orientações políticas denominadas “de esquerda” ou “de direita”, instrumentalizadas nesta pesquisa, considera-se a “polarização” de ideias a esse respeito disseminadas nas décadas da Ditadura Militar Brasileira. De acordo com Angelo (2011), havia uma “utopia autoritária” advinda dos militares linha-dura, que estava embasada em um forte componente ético-moral vindo de uma cultura política considerada de direita e marcadamente anticomunista, que tendeu a identificar as razões da crise de 1964 na subversão e em uma crise moral supostamente presente na sociedade brasileira (ANGELO, 2011, p.70). Esses grupos “de direita” almejavam a continuidade da ditadura militar. Nesse sentido considera-se que partidos políticos, indivíduos, grupos, entre outros, cujos princípios e ações divergissem dos ideais e ações ligados à continuidade da ditadura militar, eram considerados, pelos militares e grupos no poder, como sendo grupos de esquerda ligados ao comunismo e/ou à subversão da ordem. Esse ponto será retomado no Capítulo 2.

Procurou-se, em um primeiro momento; desenvolver questões relativas às visões de mundo⁶ dos responsáveis pela estratégia e elaboração da edição apócrifa, tendo em vista seu conteúdo. A pesquisa dialoga, nesse sentido, com a teorização proposta por Karl Mannheim, que, ao definir o conceito de visões de mundo, observa que abrangem aspectos das vivências e experiências dos indivíduos, que estão ligadas estruturalmente ou através dos grupos dos quais os indivíduos fazem parte e com cujas formas de pensamento dialogam e elaboram a forma como percebem o mundo. As visões de mundo, portanto, seriam como um conjunto de experiências e perspectivas que perpassam a vida dos indivíduos⁷.

Dessa forma, a interpretação considera as divergências entre as referidas visões de mundo - conforme apresentadas por seus elaboradores na edição falsificada - em relação ao modo como situam politicamente as ações dos membros da Arquidiocese de São Paulo, e pelas quais é evidenciada uma faceta de sua leitura sobre a conjuntura social e política e sobre as ações e princípios dos indivíduos citados. Buscou-se perceber, também, qual mensagem os falsários se empenharam em comunicar aos leitores do JOSP e o diálogo de tais perspectivas com elementos referentes à conjuntura político-social instaurada no período ditatorial, no sentido de conservá-la.

No que se refere ao jornal falsificado, com base nas declarações e elaborações contidas nessa edição do JOSP, tendo em vista o diálogo de seus autores com elementos conjunturais na busca pela manutenção da ordem social instaurada na ditadura militar, a presente pesquisa empenhou-se em apreender: 1) as visões de mundo que seus autores apresentam em relação à conjuntura que abordam, ou seja, como percebem e reagem aos processos em voga na sociedade no período (abertura política e o fim da ditadura militar), o que foi evidenciado em suas elaborações sobre os indivíduos que, de acordo com o conteúdo do *Mea Culpa*, tratam de temas políticos nas igrejas e trazem o comunismo para elas, 2) a forma como situam o seu discurso e os posicionamentos e ações de membros da Arquidiocese no “panorama” que é apresentado sobre a situação e 3) apreender o que evidenciam as elaborações de caracterizações, alcunhas e atribuições de valores a si e aos membros do clero

⁶ O conceito de visões de mundo foi elaborado por Karl Mannheim, e é abordado em maior profundidade no capítulo 2.

⁷ Tais questões são abordadas em profundidade no capítulo 2.

citados, tais como suas ações e condutas, ligando-as ao contexto sócio-histórico, político e cultural mais amplo, o que inclui o cotidiano da Arquidiocese.

Elaboraram-se, dessa forma, as principais questões que nortearam as interpretações contidas na presente dissertação: Quais visões de mundo podem ser percebidas a partir do *Mea Culpa*? Quais formas de apreender a atuação dos membros da Arquidiocese de São Paulo são apresentadas na edição apócrifa? Essas visões de mundo dialogam com elementos objetivos referentes à ordem sociopolítica e cultural instaurada no período ditatorial? Quais grupos teriam fomentado essa estratégia de falsificação e o que sua ação evidencia em relação à conjuntura na qual se desenvolveram tais elaborações? Como caracterizar a cobertura realizada pela mídia nacional e internacional acerca do processo de falsificação a partir das 152 matérias contidas no arquivo? Quais são os conflitos e possíveis repercussões políticas entre a linha editorial do JOSP e esse grupo no processo de redemocratização?

Compreende-se que os documentos que compõem o dossiê, ao proporcionarem acesso ao conteúdo adulterado de uma das edições do JOSP, propiciam, também, o contato com as visões de mundo dos responsáveis por sua estratégia de falsificação, confecção e distribuição; ao passo que as matérias relativas às investigações sobre a edição apócrifa, além de possibilitarem inferências sobre como caracterizar essa reação midiática, também trazem algumas declarações de membros da Arquidiocese, incluindo aqueles que tiveram discursos elaborados em seu nome (por exemplo, D. Paulo Arns).

Assim, em um segundo momento, buscou-se abordar a reação midiática ao ocorrido⁸, considerando-a enquanto um processo que se desenvolveu inserido em uma conjuntura social, histórica, política e cultural com a qual uma trama de atores sociais dialoga, e na qual tanto os autores da falsificação, como os membros da Arquidiocese e os agentes dos meios de comunicação que acompanharam as investigações estiveram envolvidos. Buscou-se perceber, em termos de disposições para agir⁹, os questionamentos e investigações, feitos pela mídia que acompanhou as

⁸ Parte-se, para tal, da leitura e interpretação das fontes documentais, disponibilizadas pela Arquidiocese de São Paulo, e que se referem às matérias de jornais e revistas que acompanharam as investigações sobre os responsáveis pelo *Mea Culpa*.

⁹ O conceito das disposições para agir dialoga com as propostas de Bernard Lahire (2002).

investigações, e desencadeados pelo processo de falsificação, que se desenvolveu no decorrer da abertura política do Brasil, período no qual se delineavam mudanças¹⁰.

É importante observar que o JOSP, no período anterior à década de 1980, passou pelo processo de imposição da censura prévia às suas publicações, do ano de 1972 até 1979, a qual, de acordo com Rezende (2001), se configura como uma das “ferramentas” utilizadas no decorrer da ditadura militar para alcançar o que “constitui-se em uma tentativa de construir uma ordem social em que se pudesse intervir sobre todos os indivíduos, grupos e instituições ilimitadamente e sob todos os aspectos” (REZENDE, 2001, p.3).

As publicações censuradas¹¹ do JOSP passaram por tal processo em decorrência de seu conteúdo, que trouxe observações que se chocavam com as declarações de militares acerca do que Rezende (2001) observa ser a hipótese da existência, e da não existência, de fato, de uma democracia¹², dada a ocorrência, por exemplo, de casos de torturas, prisões, da prática da censura aos opositores da ditadura militar, ou, ainda, a quem realizasse práticas que fossem de encontro à percepção da “verdadeira democracia”, que era o projeto de organização social¹³ em que os desígnios e ações dos militares estavam fundados.

¹⁰ Ao se falar sobre o processo de abertura política no Brasil, dialoga-se com Codato (2005), que o compreende como iniciado por uma das correntes político-ideológicas dos grupos militares, e como correspondente à necessidade desses militares resolverem problemas internos da corporação. Para o autor, esse processo tinha como um de seus objetivos tornar a ditadura militar “menos conservadora politicamente” (CODATO, 2005, p.166) por meio da institucionalização de um modelo político mais liberal, com a restauração progressiva de algumas liberdades civis: “Esse projeto militar desdobrou-se num processo pendular, em que se revezaram períodos de maior e menor violência política [...] traduzindo a dificuldade do governo Geisel em controlar todas as variáveis implicadas na política de transição. A política de liberalização da ditadura militar brasileira continuou no governo Figueiredo (1979-1985), sob o nome de “abertura política”, graças à normalização da atividade parlamentar e à manutenção do calendário eleitoral, depois da revogação parcial das medidas de exceção (em 1978) e efetuadas a anistia política e uma reforma partidária (em 1979)” (CODATO, 2005, p.166).

¹¹ O acervo contendo tais matérias censuradas também foi disponibilizado pela Arquidiocese de São Paulo, e foi digitalizado em parceria com o NDPH da UEL. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/paginas-censurada.php>>.

¹² Pela qual, observa Rezende (2001), a ditadura militar procurou se legitimar em seus sucessivos governos.

¹³ O termo “projeto de organização social” citado no desenvolvimento da presente dissertação utiliza-se do mesmo sentido empregado por Rezende (2001), que destaca a tentativa de construção de uma ordem social em que se pudesse intervir sobre os indivíduos, instituições e grupos, buscando-se identificar os valores militares (sobre, por exemplo, família, religião, ordem, disciplina e pátria) com aqueles que, na perspectiva da ditadura militar, eram “socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira (REZENDE, 2001, p.03), buscando, nesse processo, legitimidade, adesão e reconhecimento da maioria dos grupos sociais para os valores que eram declarados como fundantes da ditadura militar e de suas pressuposições sobre a convivência social. Esse processo teria ocorrido, na perspectiva apresentada pela autora, através da construção desse suposto ideário de democracia.

O regime militar cavava reconhecimento para os seus propósitos buscando consubstancialidade entre os valores militares e os valores (ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina) que, segundo ele, eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira. [...] A afirmativa de que a ditadura tentava legitimar¹² suas ações e medidas através de um suposto ideário de democracia significa que se está empregando o sentido de legitimidade¹³ como a busca de reconhecimento, por parte da maioria dos segmentos sociais, em torno de valores propalados como fundantes do regime militar, bem como a procura de adesão às suas pressuposições em torno da convivência social (REZENDE, 2001, p.3).

A edição intitulada *Mea Culpa*, apesar da aparência similar às edições originais do JOSP, trouxe elaborações entre as quais, além de conteúdos que divergiam das publicações do JOSP no período, havia supostas declarações de culpa realizadas em nome de membros atuantes na Arquidiocese, como é o caso de D. Paulo Arns¹⁴, arcebispo de São Paulo na época e um dos responsáveis pela edição do JOSP no período em que o jornal passou pelo processo de censura prévia.

Tendo em vista a questão do período no qual a elaboração e distribuição da edição apócrifa aconteceram, tal como seu conteúdo, a presente pesquisa dialogou com uma periodização das publicações do semanário elaborada por Lanza (2006), no sentido de pensar as publicações do JOSP em três períodos distintos entre si, em termos da gestão arcebispal da Arquidiocese:

O primeiro período, de 1956 a 1966, envolve a fase final do arcebispado de cardeal Motta, quando ocorreu a fundação d'O São Paulo, e parte do arcebispado de cardeal Agnelo Rossi. O segundo período, de 1966 a 1970, representou uma fase de transição entre a predominância conservadora e uma perspectiva progressista na gestão arcebispal da Arquidiocese de São Paulo, bem como envolveu as discussões oriundas do Concílio Vaticano II, o início das torturas e mortes dos opositores da ditadura militar, entre outras dimensões, coincidindo com a chegada do então bispo auxiliar Dom Paulo Evaristo Arns. O terceiro período, de 1970 a 1985, compreende o momento marcado pela ruptura ao apoio dado anteriormente aos governantes militares. Esta etapa esteve em consonância com a nomeação de Dom Arns à condição de arcebispo e cardeal. Este período se encerra com o fim da censura prévia ao semanário, tendo em vista o processo de abertura política e redemocratização (LANZA, 2006, p.22).

¹⁴ Nascido em 1921, ingressou na ordem franciscana em 1939 e ordenou-se presbítero em 1945 em Petrópolis (Rio de Janeiro). Frequentou a faculdade de Sorbonne (Paris), na qual laureou-se em Patrística e Línguas clássicas, tendo atuado, também, como professor e mestre dos clérigos, diretor do CIC e jornalista profissional. Trabalhou como vigário nos subúrbios de Petrópolis, no período em que foi indicado a bispo auxiliar de Dom Agnelo Rossi em 1966, e sagrado em 1966 como bispo titular de Respecta. D. Paulo Evaristo Arns foi nomeado como o quinto Arcebispo emérito da Arquidiocese de São Paulo em 1970, e como terceiro cardeal da Arquidiocese em 1973 por Paulo VI no consistório do mesmo ano, com o título de Santo Antônio na Via Tuscolana. Informações retiradas do *site*: <<http://www.arquisp.org.br/arcebispos/cardeal-dom-frei-paulo-evaristo-arns-ofm>>. Acesso em 26/12/2017.

Considerando-se que o semanário, de acordo com Lanza (2006), além da Rádio Nove de Julho, é o órgão de comunicação oficial da Arquidiocese de São Paulo, que sua relevância não se restringia à região metropolitana, atingindo, também, a esfera nacional e, ainda, que, no decorrer da gestão arcebispal de D. Paulo, houve um grande salto na quantidade de assinantes do JOSP, chegando, em um breve período, a 50 mil exemplares, pode-se apontar a relevância e a abrangência do semanário católico na conjuntura histórica estudada. Soma-se a tal fator que, desde o período da colonização até o século XXI, a Igreja Católica teria se firmado como uma das principais instituições religiosas de São Paulo, com participação, inclusive, em diversos aspectos constitutivos da sociedade paulistana. (LANZA, 2006, p.79).

A falsificação, tendo em vista tais elementos, evidencia ser algo significativo, visto que um grupo de indivíduos teria, considerando toda a conjuntura de abertura política, apresentado disposições¹⁵ no sentido de se engajar em um processo de elaboração cujo conteúdo seguia na contramão e contestava ações de indivíduos da própria Arquidiocese e outras posturas.

No decorrer do processo de pesquisa bibliográfica, porém, notou-se a ausência de uma vasta explanação¹⁶ acerca da falsificação do semanário JOSP e, especialmente, de análises políticas e sociológicas, para além do material histórico e jornalístico acerca do acontecimento e da relevância que a falsificação carrega consigo. Dada a importância histórica reservada ao semanário de alcance nacional e, no que diz respeito à sua atuação no decorrer da ditadura militar e ao momento histórico de mudanças no qual ocorreu a falsificação do semanário e das falas de D. Paulo Arns, este estudo torna-se objeto de interesse das ciências sociais, no sentido de analisar as consequências da falsificação. Para isso, aborda a reação midiática ao ocorrido e o que o discurso contido na falsificação evidencia em relação ao que seus

¹⁵ O conceito de disposição para o agir, mobilizado para a pesquisa, dialoga com o referencial teórico de Bernard Lahire (2002).

¹⁶ O levantamento de dados sobre tal aspecto foi realizado em um período anterior à elaboração da presente pesquisa, e, novamente, no decorrer do mês de dezembro de 2017, nos bancos de dissertações e teses da biblioteca da CAPES, Domínio Público, Scielo, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Metodista de São Paulo, Pontifícia universidade Católica (PUC de São Paulo), Universidade de São Paulo (USP), Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) e UNICAMP. Foram encontradas matérias de caráter jornalístico, como foi o caso de uma matéria publicada pela Acessoria de comunicação do CEDEM da UNESP (Disponível em: <<http://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/180/jornal-o-sao-paulo-foi-marco-da-resistencia-a-ditadura-militar/>>), um livro que cita o ocorrido, chamado “Justiça e Paz: Memórias da comissão de São Paulo” de Antonio Carlos Ribeiro Fester, e, ainda, uma dissertação na área de Teologia, desenvolvida por Luiz Claudio de Almeida Braga, intitulada “A censura ao jornal O São Paulo durante a ditadura militar (1964-1885): desafio a envagelização na cidade de são paulo”.

autores procuravam comunicar aos leitores do semanário. Considera também a ligação de tais aspectos com o contexto histórico, político, cultural e social do período.

A pesquisa dialoga com a percepção de que o JOSP era um semanário católico que veiculava conteúdos de relevância social, que podem ser inseridos em uma perspectiva de resistência à ditadura militar, o que desencadeou o processo de censura prévia em suas publicações. Na conjuntura em que se desenrolava o processo de abertura política, houve, então, um processo no qual um grupo de indivíduos teria se disposto a elaborar, reflexiva e intencionalmente, uma estratégia de falsificação e distribuição de uma de suas edições, intitulada *Mea Culpa*.

Portanto, a hipótese que norteou a pesquisa é que essa estratégia de falsificação e distribuição da edição apócrifa foi uma reação do grupo autoral. Embasado em um pensamento conservador que se levantava contra as mudanças iminentes delineadas pela abertura política¹⁷, coloca-se em favor da continuidade da ditadura militar e em concordância com os desígnios e ações dos grupos militares no poder, o que engloba a dinâmica autoritária de sua gestão.

As correntes de pensamento conservador, com as quais esses grupos dialogavam e mantinham interlocuções na construção de suas visões reflexivas de mundo, seriam advindas de seus grupos sociais, que, por sua vez, dialogavam, também, com a conjuntura mais ampla da ditadura e seus elementos objetivos. Compreende-se que, no contexto da abertura política, a reação dos indivíduos falsificadores teria sido desencadeada pelos elementos da situação (por exemplo, as mudanças que se delineavam), às quais reagiram reflexivamente, o que resultou no processo de elaboração do *Mea Culpa*. Tendo em vista essas considerações e a hipótese central, buscou-se desenvolver a pesquisa a partir de dois eixos (considerando o arquivo de documentos disponível para a pesquisa);

- Trabalhar com o conteúdo da edição falsificada, partindo da percepção de que esse conteúdo permite o contato com as visões de mundo de seus autores, e detectar como essas visões de mundo estão interligadas e em diálogo com elementos conjunturais relativos ao período ditatorial e a seu governo, considerando o processo de desenvolvimento desses elementos.

- Com os documentos referentes à reação midiática, abordar se a) a reação midiática pode ser caracterizada como um movimento pertinente ao momento político

¹⁷ Sobre o viés político-institucional, tendo em vista que não houve eleição direta para presidência da república até 1989.

vivido, no qual elementos como, por exemplo, a censura prévia, já haviam tido sua intensidade diminuída, b) se essa reação apresenta, também, um indício não só da abrangência e importância da Arquidiocese e de seu semanário em termos de seu público leitor, como, também, da possibilidade de mobilização, por parte da mídia, em veicular as diferentes faces de um mesmo acontecimento e não somente o que seria pertinente à manutenção do Governo Militar, abrindo espaço, dessa forma, para falas referentes às diversas perspectivas sobre o caso, mesmo sobre aspectos que a própria censura havia barrado anteriormente, c) se a falsificação teria gerado, ao contrário da desconfiança e da vigilância pretendidas em relação ao semanário e aos membros da Arquidiocese, maior visibilidade para falas e apontamentos acerca de indivíduos e processos voltados para silenciar ações, publicações, falas e movimentos contrários às suas próprias perspectivas, sejam políticas, sociais, entre outras.

A partir de estudos e levantamentos das informações sobre o conteúdo da edição apócrifa, da interpretação dos documentos e das questões propostas ao objeto da pesquisa, busca-se, também, estabelecer um diálogo com propostas de Mannheim (1981) acerca de suas elaborações sobre o que configura o pensamento de caráter conservador, o de caráter tradicionalista e ainda o progressista¹⁸, tendo em vista, ainda, os apontamentos de Lanza (2006) sobre o caráter progressista em termos da gestão arcebispa e das publicações do semanário no período em questão.

O desenvolvimento do texto reflete, na organização e na composição dos capítulos, as questões propostas para a interpretação das fontes. Dessa forma, cada capítulo aborda uma temática referente aos tipos de documentos que foram disponibilizados pela Arquidiocese de São Paulo.

O primeiro capítulo traz esclarecimentos de cunho teórico que permeiam a pesquisa como um todo. Abrange considerações teóricas referentes à democracia no Brasil e seus percursos históricos, sobre o Catolicismo no Brasil e suas relações com o âmbito político, e sobre as clivagens ideológicas que se desenvolveram entre setores do clero brasileiro entre 1960 e 1970, tendo como objetivo abranger a atuação de D. Paulo Arns na Arquidiocese de São Paulo.

¹⁸ Para o autor, o conservadorismo se configura como um movimento que expressa tendências sociais e históricas, sendo um tipo de pensamento elaborado conscientemente que vai de encontro aos movimentos que buscam mudanças (progressistas), diferente do tradicionalismo que, de acordo com o autor, representa uma inclinação que o indivíduo tem inconscientemente naturalizada em si. Tais elaborações são desenvolvidas no decorrer da dissertação.

O segundo capítulo, por sua vez, tem como foco central a edição *Mea Culpa* e se dedica a questões específicas, elaboradas para o conteúdo da edição falsificada. Procura apreender as visões de mundo evidenciadas em seu conteúdo e as discordâncias apresentadas em relação às ações de determinados membros da Arquidiocese de São Paulo.

Além de versar sobre questões relativas ao referencial teórico de Karl Mannheim, a elementos do capitalismo brasileiro, à história política do país e, ainda, às relações dessas questões com as formas de pensamento com as quais os responsáveis pela falsificação dialogavam, o capítulo é guiado por categorias de análise que buscaram apreender o seguinte: 1) Quais são as visões de mundo dos responsáveis pela falsificação em relação à conjuntura que abordam? Quais reações às possíveis mudanças que se delineavam com a abertura política podem ser apreendidas a partir da edição apócrifa? 2) Como esses indivíduos percebiam o seu próprio discurso na perspectiva que apresentam sobre a situação e a conjuntura? Quais as elaborações, caracterizações, alcunhas e valores apresentados sobre si mesmos e sobre os indivíduos aos quais direcionam críticas? 3) A partir da edição apócrifa, pode-se perceber uma busca por conservar a Ditadura Militar? A forma, expressa no *Mea Culpa*, de perceber as ações que se chocavam com a busca por conservar a ordem social do período ditatorial apresentam diálogos, também, com formas de pensamento autoritaristas? As categorias orientaram a análise, procurando considerar a conjuntura sócio-histórica, política e cultural mais ampla, o que inclui o cotidiano da Arquidiocese.

O capítulo três explana as características da mídia católica no Brasil, novamente tendo em vista a importância de se abordar historicamente o assunto. Dessa forma, as categorias que guiaram a elaboração e o desenvolvimento do terceiro capítulo procuraram desenvolver o seguinte: 1) Como pode ser caracterizada a reação midiática ao ato de falsificação? Quais possibilidades a falsificação propiciou em relação à visibilidade de movimentos e ações que buscavam sufocar posicionamentos que se choquem com a ideia de manutenção da ditadura militar? 2) Qual foi o posicionamento oficial que os membros da Arquidiocese de São Paulo buscaram demonstrar em relação ao ocorrido e às acusações que lhes foram dirigidas através do falseamento, por exemplo, das falas de D. Paulo Arns?

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E PERCURSOS HISTÓRICO-SOCIAIS

O Capítulo I objetiva explorar as noções e os referenciais teóricos e históricos que são instrumentalizados para o desdobramento da interpretação das fontes documentais, tendo em vista as visões de mundo que emergem nas falas contidas no discurso da edição falsificada (foco do Segundo capítulo) e as consequências da falsificação em relação à reação midiática desencadeada a partir da distribuição da edição apócrifa (tema do Terceiro capítulo).

Buscou-se trazer reflexões referentes aos elementos objetivos, relativos à conjuntura na qual se desenvolve o período considerado, a fim de elucidar a perspectiva de que os conteúdos dos documentos analisados são “pontos de articulação” entre os processos histórico-sociais e políticos nos quais os grupos de indivíduos estão inseridos, as visões de mundo dos responsáveis pelo *Mea Culpa*¹⁹, que são evidenciadas pelo documento falsificado, e a reação midiática. Compreende-se, portanto, que as visões de mundo dos indivíduos inseridos seus grupos sociais, e os processos relacionados com a conjuntura mais ampla dos quais esses grupos fazem parte, são significativos em relação a ações e procedimentos que culminaram no processo de falsificação e, posteriormente, desencadearam a reação midiática que acompanhou as investigações.

Para tal, realizam-se esclarecimentos sobre a abordagem teórico-metodológica que embasa a pesquisa e, também, sobre uma série de elementos que levam em consideração, para além do âmbito historiográfico, debates difundidos nas ciências sociais a respeito da ditadura militar no Brasil, sobre a demoracia no Brasil, a Arquidiocese de São Paulo e seu jornal, e as formas de resistência à ditadura militar no período, a fim de endossar o debate teórico da pesquisa.

O primeiro subtópico, “Considerações Metodológicas: aspectos gerais que nortearão a coleta, organização e interpretação dos dados”, contém explicações acerca da metodologia utilizada para a pesquisa, que tem caráter documental, e explicações sobre o modo como foram mobilizadas as contribuições da análise de conteúdo e do discurso. Abordam-se, também, esclarecimentos de cunho teórico

¹⁹ Consultar anexo na página nº 192.

sobre a percepção do desenvolvimento histórico, cujo referencial foi o autor Norbert Elias, e da perspectiva contextualista e disposicionista, elaborados por Bernard Lahire.

O segundo subtópico, intitulado “A democracia no Brasil: Alguns percursos Históricos”, traz fatores de ordem histórica e sobre a conjuntura política do país. A finalidade de tal aporte histórico encontra-se na perspectiva de que o Brasil não desenvolveu processos democráticos em seu modelo político que incluíssem, no decorrer da história, a sociedade civil mais ampla nos procedimentos políticos decisórios, tendo passado por diversas espécies de golpes e contragolpes de origem política. Dessa forma, compreende-se que o golpe de 1964 não só está inserido em um processo sócio-histórico, político e cultural que se estende no tempo, como também foi executado graças a esses percursos históricos, ou seja, tais elementos constituíram fatores que o tornaram exequível, tal como sua continuidade por mais de vinte anos, com as formas de pensamento que acompanharam²⁰.

O terceiro subtópico, “O Catolicismo no Brasil e as relações entre política e religião: convergências e discordâncias”, discorre sobre as relações entre a esfera religiosa pertencente ao catolicismo brasileiro, de forma mais específica, ao segmento que pode ser considerado progressista²¹, e o âmbito político, buscando abordar as divergências entre ambos. Esse fator, por ser um elemento componente de tal processo, teria sido importante para proporcionar as ações que iam em diferentes sentidos entre o governo brasileiro do período ditatorial e as igrejas brasileiras, como foi o caso da Arquidiocese de São Paulo, sob orientação, então, de D. Paulo Evaristo Arns.

Como um desdobramento do terceiro subtópico, desenvolve-se o quarto, nomeado “O catolicismo da libertação, a atuação de D. Paulo Arns e o semanário *O São Paulo*: Clivagens Ideológicas nas décadas de 1960-1970”, que procura elucidar, especificamente, tal como o seu título, fatores referentes à gênese da Teologia da Libertação, e suas confluências para as clivagens ideológicas entre componentes do corpo episcopal da Arquidiocese de São Paulo e as ações do governo militar. Esplana, também, a perspectiva teórico-metodológica, com a qual a

²⁰ A respeito de tais perspectivas que comungavam com percepções dos grupos militares pró-continuidade da ditadura militar, essas são desenvolvidas em maior profundidade no capítulo 2 da dissertação.

²¹ Considerando os apontamentos de Mainwaring (2004) acerca, por exemplo, da Igreja Popular, cujas orientações consistem em uma perspectiva de missão da Igreja voltada para a transformação da realidade social, tendo, portanto, uma visão de caráter progressista.

pesquisa dialoga, ao refletir acerca do JOSP enquanto meio de comunicação que veicula conteúdos que podem ser associados com formas de resistências à ditadura, e das ações desenvolvidas por D. Paulo Arns enquanto membro de sua equipe editorial.

1.1 Considerações Metodológicas: aspectos gerais que nortearão a coleta, organização e interpretação dos dados

Para desenvolver a pesquisa proposta, foram instrumentalizadas três diferentes formas de coleta, organização e interpretação dos dados: a Análise com fontes documentais em concomitância com a elaboração de categorias que a nortearam, com contribuições da Análise do Discurso para o Capítulo 2 (referente ao *Mea Culpa*) e da Análise Conteúdo para o Capítulo 3, que aborda a reação midiática. Os procedimentos metodológicos foram mobilizados em diálogo com a percepção do desenvolvimento histórico, cujo referencial foi o autor Norbert Elias, e da perspectiva contextualista e disposicionista, elaboradas por Bernard Lahire.

O desenvolvimento da presente leitura e interpretação incorpora, de forma geral, elementos da Análise do Discurso, no sentido de buscar um diálogo dos fatores contemplados com elementos objetivos referentes à conjuntura na qual ocorreram, visto que, no caso do *Mea Culpa*, por exemplo, a percepção é a de que o discurso contido nessa edição (as reflexões, visões de mundo e valores que seus autores buscaram tornar públicos) dialoga com fatores sócio-históricos, políticos, culturais, entre outros, referentes aos processos nos quais os grupos de indivíduos envolvidos estavam inseridos.

Dessa forma, ao utilizar as contribuições das diferentes propostas metodológicas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa (análise do conteúdo, com fontes documentais e do discurso), buscou-se considerar as contribuições do autor Bernard Lahire, com o que Amândio (2004) observa ser o programa disposicionista e contextualista, o qual o autor aborda, em grande medida, em sua obra *O homem plural*, na qual coloca em foco a socialização como uma questão empírica e, com uma análise situada em nível microsociológico, procura identificar os “efeitos” das estruturas sociais em questões relativas às vidas dos indivíduos, como, por exemplo, a educação escolar (AMÂNDIO, 2004, p.43).

O diálogo com Lahire, possibilita pensar uma das faces referentes aos fatores objetivos pensados para a presente pesquisa. Percebe-se, nesse sentido, que os indivíduos responsáveis pelo projeto de falsificação e distribuição do JOSP, apresentam em si um forte diálogo com elementos dos grupos com os quais se relacionam, e, os grupos, com a estrutura sócio-histórica, política e cultural mais ampla da realidade brasileira.

Compreende-se que esse diálogo ocorre com formas de pensamento relacionadas aos segmentos militares que almejavam perpetuar-se no poder (e sua gestão autoritária), e com uma cultura (histórica) política e econômica que tende a afastar a sociedade civil mais ampla dos processos políticos decisórios, concentrando essas decisões e esse poder em pequenos agrupamentos.

De acordo com Amândio (2004), Lahire procura pensar o social incorporado em relação aos indivíduos, e tornar complexa a análise da socialização intraindividual de questões específicas (2004, p.43), trabalhando com elementos que versam sobre como, por exemplo, os indivíduos podem incorporar o mundo social, o que seria o indivíduo socializado, ou, ainda, as relações de força entre características de natureza objetiva, ou seja, do contexto no qual estão inseridos, e que influem sobre os indivíduos quando agem.

Lahire (2002) aborda diferentes tipos de polarizações em diversas teorias que buscam versar sobre as ações ou sobre os atores sociais, apontando suas tensões, que procuram privilegiar a unicidade e homogeneidade do ator, a fragmentação de egos, experiências e papéis, teorias que focam demasiado no passado dos atores, ou as que o ignoram, as que consideram a ação consciente, calculada e racional, e aquelas que consideram a ação inconsciente ou não consciente, como ajustamentos pré-reflexivos a situações práticas (LAHIRE, 2002, p.10). Esse movimento é realizado para se destacar a importância de não homogeneizar, tal como observa Marangon (2003), casos particulares do real, ou perspectivas que concebem, por exemplo, que, estando inseridos em determinado ambiente, os indivíduos iriam agir segundo um mesmo sistema de disposições. Portanto, o ator não seria “socializado por uma única forma geradora ou princípio único de todas as práticas [...] e sim numa pluralidade de mundos sociais com princípios de socialização heterogêneos (MARANGON, 2003, p.410).

Lahire (2002) compreende que, socialmente, o mesmo indivíduo passa por estados diferentes e porta diversos esquemas de ação e hábitos heterogêneos, que

podem ser até mesmo contraditórios, podendo, tais esquemas, comportarem tanto a reflexividade, quanto ações, de diversas ordens, ligadas à prática. Nesse sentido, Amândio (2004) observa que o autor vê os indivíduos como agentes plurais, cujo conjunto de práticas não são redutíveis a um único princípio gerador, e compreende a heterogeneidade do processo, pensando o ator plural nos termos das condições sócio-históricas que o tornaram possível (AMÂNDIO, 2004, p.25):

[...] a elaboração – progressiva — deste modelo teórico permite pensar a ação e o ator com base em disposições e em contextos. Trata-se de estudar as variações intraindividuais dos comportamentos, no quadro de uma sociologia da pluralidade disposicional e contextual, segundo a qual a socialização passada é mais (ou menos) heterogênea e dá lugar a disposições heterogêneas (ou mesmo contraditórias), em que os contextos de atualização ou de expressão das disposições são variáveis (AMÂNDIO, 2004, p.45).

Ao mobilizar as presentes considerações a pesquisa, compreende-se que não há uma padronização, por exemplo, na forma como os indivíduos envolvidos nos processos abordados (falsificação do *Mea Culpa* e posterior reação midiática), viriam a agir. A perspectiva seria a de que esses indivíduos, enquanto inseridos em diversos “ambientes sociais” distintos com suas próprias “redes de relações” entre os indivíduos, podem tanto internalizar esquemas de ações e compreensões advindas do ambiente externo e de seus grupos, que dialoguem com os elementos objetivos da conjuntura, quando desenvolver (acrescentando ou modificando), a partir de sua subjetividade, esses esquemas de ações, que podem se manifestar como “disposições” para agir de diferentes formas.

Esses esquemas de ações seriam apreendidos pelos atores sociais, através das relações entre indivíduos (em diálogo, também, com elementos objetivos dos processos histórico-sociais e culturais) em uma extensa diversidade de situações (que também se desenrolam em diálogo com os citados elementos objetivos da conjuntura) ao longo de suas vidas, e, devido ao fato desses indivíduos comportarem sua reflexividade própria e pessoal, as possibilidades das formas de ações e desenvolvimento de perspectivas sobre os diferentes elementos da realidade, são plurais.

Esses esquemas de ação dos indivíduos, nos quais aparecem elementos da conjuntura sócio-histórica e cultural e de sua própria subjetividade, de acordo com Amândio (2004), não se definem somente por questões relacionadas, por exemplo, à sua origem e posição social, mas também por um conjunto de experiências

socializadoras e por suas pertencas passadas, presentes e futuras, que são incorporadas em suas ações.

Ao estarem inseridos em diferentes situações ou, ainda, contextos (cada qual com seus próprios elementos históricos, sociais, culturais, políticos, entre outros), essas disposições para o agir, que advém desse processo de internalização e desenvolvimento de esquemas de ações, podem ser “ativadas” ou não, contando, então, para a forma como o indivíduo age.

Portanto, tal como observa Amândio (2004), a proposta de Lahire não parte da noção de que os indivíduos se utilizam invariavelmente de um mesmo sistema de disposições, e sim agem considerando mecanismos sociais que suspendem, inibem ou ativam disposições mentais e de comportamentos. Há situações ou elementos que ativam a mobilização das diferentes disposições em diversos contextos, e o que ativa o uso das disposições pode ser visto como o produto de interações entre relações que dizem respeito a elementos de ordem subjetiva e objetiva, a “relações de força entre disposições mais (ou menos) cristalizadas ao longo da socialização passada; e relações de força entre características objetivas do contexto que “pesam” mais (ou menos) sobre o ator” (AMÂNDIO, 2004, p.45).

Quanto ao modo como esses esquemas de ações e disposições operam, ou seja, como os indivíduos os mobilizam – ou não -, Marangon (2003) observa que, enquanto sínteses de experiências sociais constituídas e incorporadas em socializações anteriores, em diversos contextos, esses esquemas permanecem com os indivíduos e são desencadeados por elementos de diversas ordens em contextos específicos no tempo presente.

Ao pensar os indivíduos envolvidos nos processos que a presente pesquisa aborda, propõe-se pensá-los enquanto portadores desses conjuntos de disposições, que foram adquiridos e desenvolvidos em uma conjuntura cuja própria forma de existência (e seu processo de desenvolvimento) foi possível devido à fatores objetivos presentes nos âmbitos social, cultural, econômico, político, entre outros, ao longo do tempo. Ao longo de suas vidas, apreenderam, aprenderam e desenvolveram essas disposições em ambientes que podem apresentar elementos referentes, por exemplo, à dinâmica política do período em questão²².

²² No caso brasileiro aponta-se a existência de uma “dinâmica” política na qual há uma concentração histórica do poder nas mãos de pequenos grupos específicos, ao passo que a sociedade civil tem seu

Compreende-se então, considerando o contexto político que se configurou no período ditatorial brasileiro (cuja formação seria uma etapa do processo histórico-social e cultural do país), que ao apresentar-se uma situação que delineava mudanças, tais como a abertura política no país, acionaram-se disposições, no caso dos responsáveis pela confecção e distribuição da edição apócrifa, que apresentam elementos mesmo de um autoritarismo e de uma forma de pensamento que buscava conservar a ditadura militar, gerados, cultivados e desenvolvidos nos mais de 15 anos de ditadura militar (considerando a data da falsificação), mas que também são frutos da própria dinâmica política do país, e com os quais os responsáveis pelo *Mea Culpa* tiveram contato nos mais diversos ambientes.

Com base em tais apontamentos, efetua-se a análise considerando que os indivíduos, no decorrer do processo de elaboração da edição *Mea Culpa*, possuíam diálogos tanto com experiências sociais ligadas à conjuntura da ditadura militar e de todo o processo histórico que possibilitou tanto a sua existência, quanto as diversas perspectivas elaboradas em consonância com essa conjuntura. Dessa forma, compreende-se que o seu discurso não era desligado do contexto no qual os indivíduos responsáveis e envolvidos estavam inseridos.

Em relação à análise documental, uma primeira questão a ser delineada é o fato de que se compreende tanto a edição falsificada quanto o material midiático produzido sobre ela enquanto documentos, seguindo as observações e definições propostas por Cellard, que os compreende enquanto “todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel” (CELLARD, 2008, p.297). A segunda questão consiste em destacar o uso da elaboração de categorias analíticas a fim de empreender a leitura, a análise e as inferências a partir do documento falsificado e das matérias que acompanharam as investigações.

A análise com fontes documentais foi mobilizada visto que, assim como observa Cellard (2008), ao se trabalhar com fatos passados, os documentos constituem-se enquanto fontes que são como suas testemunhas, permitindo acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Dessa forma, destaca o autor, há a possibilidade de observação de maturação, evolução, ou, ainda, do desenvolvimento de indivíduos, grupos, mentalidades, práticas, entre outros.

espaço de atuação/reinvidicação reduzido dada essa característica. Tal fator é abordado em maior profundidade no Capítulo 1.

Para Cellard (2008), uma questão a ser abordada na pesquisa com documentos refere-se aos seus autores e o que, ao escreverem, buscam transmitir para aqueles a quem tais elaborações são destinadas. No caso do documento falsificado, compreende-se que, dada sua distribuição, que ocorreu nas portas das próprias igrejas de São Paulo, era destinado aos leitores do JOSP. Por carregar em si conteúdos que divergem dos que eram comumente publicados pelo semanário, evidencia-se que seus autores pretendiam, a partir de sua própria visão de mundo, comunicar-se com esses leitores.

Tal como sugere Cellard (2008), a análise desses documentos procurou versar sobre aspectos como, por exemplo, o contexto social global no qual o documento foi produzido, ou seja, elementos como a conjuntura política, social, cultural, entre outros, que propiciaram a produção do documento. Dessa forma, pode-se buscar apreender os esquemas conceituais dos autores e apreender reações, pessoas, grupos, entre outros, aos quais se faz alusão. Destacam-se tais considerações no sentido de se observar que o discurso dos autores, suas ações e intenções presentes em suas elaborações não possuem total autonomia em relação à conjuntura na qual foram produzidos. Também se procurou considerar a identidade dos autores, cujas indicações foram apreendidas através das reportagens sobre as investigações. Com essas indicações e o conteúdo da edição apócrifa, considerou-se a identidade desses autores e, por meio da inferência, suas possíveis razões para escrever o que escreviam e para quem o faziam.

Além de tais questões, considera-se também a natureza da fonte documental em relação ao “espaço” que os responsáveis tinham para escrever, ou seja, suas possibilidades a partir do fato de que o JOSP era um jornal que dialogava com princípios advindos da religião e também com a perspectiva do Cardeal responsável pelo semanário no período. Aborda-se também a questão relacionada à linguagem que utilizavam para se dirigir ao público leitor, o que abrange os termos empregados pelos autores e, então, a lógica interna do próprio texto. Buscou-se considerar todos esses elementos tendo em vista os questionamentos levantados para orientar a pesquisa.

A elaboração de categorias de análise, por sua vez, dialoga com as orientações de Franco (2012), que ressalta que tal processo consiste em operar uma classificação de elementos constitutivos de um conjunto utilizando, para tal, a organização e posterior reagrupamento a partir de critérios definidos. Nesse sentido,

Fonseca Junior (2009) observa que a elaboração das categorias e sua aplicação na análise se configuram como “um trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em um número reduzido de categorias com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade” (FONSECA JUNIOR, 2009, p.298).

Bardin (1977) observa que os critérios de categorização podem ser: semântico (categorias temáticas), sintático (verbos, adjetivos), lexical (classificação de palavras segundo o seu sentido) e expressivo (que são categorias que classificam as perturbações da linguagem). Dessa forma, compreende-se que há duas fases na categorização das fontes. A primeira, que Fonseca Junior (2009) define como “o inventário”, consiste em isolar os elementos e a segunda, que engloba a classificação, consiste em “repartir os elementos, reunindo-os em grupos similares de forma a impor certa organização às mensagens” (FONSECA JUNIOR, 2009, p. 298).

A pesquisa procurou trabalhar com elementos destacados por Fonseca Junior (2009), principalmente na análise da edição apócrifa, no sentido de instrumentalizar os critérios sintático e expressivo, a fim de procurar as expressões e elaborações desenvolvidas por seus autores que fossem indicativos de suas perspectivas sobre os indivíduos cujos discursos falsificaram, além de sua compreensão sobre as ações deles, e, ainda, suas visões de mundo sobre os processos de denúncia em nome da democracia que o JOSP veiculava.

As categorias analíticas foram pensadas considerando as perguntas que orientam o desenvolvimento da presente pesquisa, dialogando, então, com o que Franco (2012) denomina elaboração de categorias *a priori*, cujos indicadores são predeterminados em função da busca a uma resposta específica do investigador, visto que o material utilizado consiste em fontes documentais, as quais, de acordo com Cellard (2008), devem ser “aceitas” como se apresentam, pois não há como transformar o conteúdo de um documento.

A edição apócrifa consiste em um documento composto por quatro laudas, que contém textos elaborados por indivíduos que procuraram fazer-se passar por membros da Arquidiocese no período, o que inclui o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo e um dos editores do JOSP na época em que suas publicações traziam conteúdo de caráter mais reflexivo e crítico em relação a situação social e econômica do país, e aos métodos e medidas autoritárias do governo ditatorial.

Pode-se identificar que o conteúdo da edição falsificada atribui questões valorativas às perspectivas com as quais trabalham, de forma que buscam dialogar com o público leitor do semanário, no sentido de comunicar-se e expressar-se em relação a esse. Dessa forma, procurou-se perceber quais posicionamentos são evidenciados, nesse conteúdo, nos assuntos relacionados a questões de cunho político, como é o caso de abordar, durante as celebrações, tópicos da situação política do país ou da democracia, observação que é citada no *Mea Culpa*. A análise foi empreendida em diálogo com o referencial teórico proposto por Karl Mannheim (1982) acerca do pensamento de caráter conservador, tradicional e progressista, sobre visões de mundo e correntes de pensamento.

São mobilizadas, também, contribuições da análise do discurso no intuito de se privilegiar questões relacionadas à linguagem utilizada pelos indivíduos responsáveis *Mea Culpa*, e as elaborações presentes em seu conteúdo, buscando-se inferências a partir das informações contidas no próprio jornal falsificado, que permitam refletir sobre as visões de mundo de seus autores.

A análise de discurso, tal como enfatiza Orlandi (2007), trata do discurso que, etimologicamente falando, tem em si ideia de curso, percurso, do correr e de movimento, dessa forma seria, então, a palavra em movimento, a prática de linguagem, pela qual se procura compreender a língua fazendo sentido enquanto um trabalho simbólico, que é parte do trabalho social geral e é constitutivo dos indivíduos e da sua história.

Fiorin (1990) explica que as unidades dos discursos constituem sistemas, que são significantes, e enunciados, e, dessa forma, concernem à história que justifica as estruturas de sentido que se desenvolvem nos textos. Assim, sua proposta procura versar sobre “como o texto diz o que diz, e por que o texto diz o que diz” (FIORIN, 1990, p. 173).

Para Orlandi (2007), o discurso percebe a linguagem como mediação necessária entre os indivíduos e a realidade natural e social, o que torna possível o deslocamento, a continuidade, ou, ainda, o deslocamento ou transformação dos indivíduos e da realidade na qual vivem. Portanto, trabalha-se com a linguagem como incluída no mundo, em uma determinada conjuntura que possibilita maneiras de significar e, em tais falas, considera-se a produção de sentido como parte das vidas desses indivíduos enquanto sujeitos e membros de uma determinada forma de sociedade, pois, não há “discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o

indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2007, p.17), ou seja, os discursos não são “neutros”.

Na perspectiva apresentada, o discurso configura-se enquanto o lugar em que se pode observar essa relação entre a língua e a ideologia, o que possibilita a compreensão de como a língua funciona para a produção de sentidos. Desse modo, mesmo que se procure trabalhar com a análise de conteúdo, as contribuições da análise de discurso extrapolam a busca pela compreensão sobre “o que um texto quer dizer” (ORLANDI, 2007, p.17), para questionar o modo como o texto produzido se significa. Assim,

Ela [análise do discurso] não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade (ORLANDI, 2007, p.18).

De acordo com Gill (2007), a análise do discurso pode ser pensada de forma que se percebam quatro temas principais, a preocupação com o discurso em si mesmo, a visão da linguagem como construtiva e construída, a ênfase no discurso como forma de ação e uma convicção na organização retórica do discurso (GILL, 2007, p.247), tendo, portanto, os textos nos quais estão os discursos como tema principal.

Considerando tais esclarecimentos, buscar-se-á explanar o que o conteúdo do *Mea Culpa* evidencia, tendo em vista o modo como o contexto no qual os indivíduos que o escreveram estavam inseridos e, portanto, as disposições dos mesmos que foram “ativadas” (LAHIRE, 2002).

Para tal, seguem-se apontamentos feitos por Gill (2007), no sentido de que uma das possibilidades da análise do discurso é considerar a linguagem como construtiva, uma vez que o discurso é construído a partir de recursos pré-existentes, com seus sistemas de termos, formas de narrativas, entre outros.

Para Gill (2007), a seleção, por exemplo, das metáforas, ilustra que tal elaboração implica em escolhas entre diversas possibilidades, portanto, a descrição de algo depende de elementos tais como a orientação do locutor ou do escritor. Ao realizar essa elaboração/construção de um texto enfatiza-se que os seus

responsáveis lidam com o mundo em termos dessas construções, cujas elaborações são aspectos da vida social.

A própria linguagem, nessa perspectiva, é vista como prática social, visto que os indivíduos empregam o discurso para agir em determinado sentido, com alguma intenção, como, por exemplo, acusar algo ou alguém. Dessa forma, esse movimento não é realizado em um vácuo social. Os indivíduos enquanto atores sociais estão continuamente se orientando pelo contexto interpretativo em que se encontram e constroem os discursos para se ajustarem a esse contexto (GILL, 2007, p.248).

Portanto, ao produzir um texto, os indivíduos realizam escolhas acerca dos termos a serem utilizados, da forma como abordam os temas que possuem “foco” nos discursos, o que omitem ou o que demonstram nos mesmos, como se dirigem a quem realizará a leitura desses textos e como orientam o rumo do que escrevem para esse público, podendo, ou não, adaptar tais fatores aos seus objetivos, que se ligam às pretensões ao escreverem e para quem escrevem, ou, ainda, ao contexto²³ para o qual o fazem, visto que os discursos, nessa perspectiva, são circunstanciais. Porém, ainda há a possibilidade de que as ações e funções podem ser globais, sendo mais bem pensadas como práticas culturais, e não circunscritas ao pensamento particular em termos de pretensões.

A edição falsificada pode ser citada como um exemplo, cujos indivíduos responsáveis a elaboraram, em termos que remetem a princípios teológicos do catolicismo, porém, mesclando tais questões às suas pretensões de passar uma mensagem aos leitores do semanário²⁴. Em tal caso, compreende-se que esses indivíduos o fizeram em diálogo com esse cenário mais amplo de interações, circunstancialmente ao público que realizaria a leitura do *Mea Culpa*. A autora destaca, como o ponto central dessa questão:

Que não existe nada “simples”, ou sem importância, com respeito à linguagem: falas e textos são práticas sociais, e até mesmo afirmações que parecem estritamente triviais, estão implicadas em vários tipos de atividades. Um dos objetivos da análise de discurso é identificar as funções, ou atividades, da fala e dos textos, e explorar como eles são realizados (GILL, 2007, p. 250).

²³ O contexto do qual a autora fala é o contexto interpretativo, que é empregado para se referir tanto aos parâmetros de uma interação, como, por exemplo, onde e quando ela tem lugar, e a quem o indivíduo está falando ou escrevendo, quanto para atingir outras características da interação, como é o caso dos tipos de ações realizadas e as orientações dos participantes.

²⁴ Tal questão é desenvolvida no Capítulo 2 da presente dissertação.

A compreensão, portanto, é de que as falas são organizadas retoricamente, justamente por perceber a própria vida social como caracterizada por diversos conflitos. Dessa forma, os discursos são compreendidos, em grande medida, como algo que estabelece diferentes versões do mundo, que podem possuir um caráter competitivo, então busca-se perceber a forma como o discurso é organizado a fim de se tornar persuasivo em determinados sentidos.

No caso do *Mea Culpa*, tais elementos podem ser identificados, por exemplo, em trechos do discurso falseado em nome de D. Paulo, no qual podem ser percebidas as perspectivas dos seus autores em contraste, conflito e discordância com a atuação de D. Paulo na Arquidiocese de São Paulo:

- Minha mensagem representa um Mea Culpa por tudo aquilo que vem acontecendo de errado na igreja do nosso tempo – disse emocionado o Cardeal Arns. [...]

“Sinto que uma parcela da igreja procura fazer-se passar pelo todo e cada dia avança mais na contestação à própria essência do Catolicismo. O marxismo é um sistema de idéias que, por abarcar toda uma concepção da vida e do mundo, mereceu da Igreja a condenação como filosofia. Seus fundamentos são estritamente materialistas: o homem nada vale e Deus não existe perante o marxismo. Não posso aceitar mais que meus irmãos de fé, os batizados nas pias das igrejinhas suburbanas ou dos templos suntuosos juntem-se aos inimigos da democracia, pois assim agindo, se auto-excomungam, excluem-se do rebanho, levados por nossos erros e omissões (*MEA CULPA*, edição de 20 a 26 de agosto de 1982, lauda 01).²⁵

A questão relativa aos conflitos entre perspectivas apresenta referências, inclusive, declaradas por membros da própria Arquidiocese de São Paulo, que, procurando esclarecer que o que guiava as publicações do JOSP era a opção preferencial pelos pobres, fazem alusões aos objetivos dos indivíduos ao falsificarem a edição do semanário:

Na realidade o teor das matérias do falso “O São Paulo” tinha o “objetivo de confundir e combater a atitude da Igreja, quando optou, desde Puebla e Medelin, preferencialmente pelos pobres”, disse na ocasião o redator-chefe do jornal da Arquidiocese, frei Ismael Martignado (KOTSCHO, Ricardo, “Gráfico aponta falsificador de ‘O São Paulo’”, In: *Folha de São Paulo*, 13/10/1982, Lauda 05).²⁶

²⁵ A instrumentalização de citações das matérias censuradas do jornal O São Paulo transcreveu a grafia original dos documentos, incluindo os termos escritos de forma incorreta de acordo com a língua portuguesa e suas normas cultas.

²⁶ Essa matéria compõe o acervo de documentos referentes à reação midiática ao *Mea Culpa*.

Compreende-se que, apesar de tal fator, as publicações do JOSP ainda acabaram suscitando reações por parte de indivíduos que dialogavam e comungavam com perspectivas que compreendiam, por exemplo, a democracia conforme os moldes elaborados pela gestão ditatorial dos grupos militares.

Dessa forma, o tratamento dos dados, na presente leitura e interpretação dos dados, guia-se pela perspectiva de que a estratégia de falsificação do semanário configura-se enquanto uma reação de caráter tradicional embasada em um pensamento conservador, derivada de um grupo de indivíduos cujos princípios divergiam do conteúdo das denúncias e matérias que eram publicadas no JOSP no período de abertura política do país. Compreende-se, ainda, que a falsificação evidencia um movimento, por parte do grupo responsável por sua elaboração, que visa regredir e/ou preservar o contexto político e social do período ditatorial brasileiro, resistindo às mudanças em curso no país, em uma tentativa de perpetuação desse pensamento conservador, utilizando-se do alcance do semanário para difundi-lo, e, ainda, tentando comunicar suas perspectivas aos leitores do jornal.

A análise de conteúdo, por sua vez, é mobilizada no sentido de utilizar a formulação de inferências, as quais, observa Fonseca Junior (2009), se constituem como uma operação lógica que se destina a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada. Citando Krippendorff (1990), Fonseca Junior (2009) argumenta ser essa uma técnica de investigação destinada a formular, a partir dos dados disponíveis, inferências reproduzíveis e válidas.

Bardin (1977), nesse mesmo sentido, define a Análise de Conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, tendo esses procedimentos “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (BARDIN, 1977, p.09). Ao que se soma, ainda, os apontamentos de Rover (2012), sobre ser um procedimento de interpretação de conteúdos discursivos que visam “obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42).

Dessa forma, observa Fonseca Junior (2009), foca-se nos mecanismos subjacentes da mensagem que não podem ser observados, e que são destinados à investigação de fenômenos simbólicos, buscando deduzir conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou, ainda, sobre o destinatário da comunicação.

Para Bardin (1977), não é somente o texto, em si, que está em questão em uma pesquisa, mas também as suas condições de produção, pois o conjunto delas também constitui, na concepção do autor, o campo de determinações de um texto, pois, tal como destaca Rover (2012), eles resultam de um processo comunicativo, condicionado por quem emite, quem recebe e o contexto no qual a comunicação é expressa, portanto, considera-se “o conjunto do ambiente que condiciona a expressão desse conteúdo” (ROVER, 2012, p.24).

Fonseca Junior (2009) apresenta uma síntese na qual aponta os fundamentos conceituais de tal metodologia, que busca relacionar os dados obtidos com alguns aspectos do contexto²⁷ de sua produção. Dessa forma, observa que os discursos ocorrem em determinadas conjunturas e podem ocorrer em função delas, pois suas condições influenciam a construção dos discursos, então é preciso explicitar questões sobre as conjunturas, tal como as perspectivas do próprio pesquisador ao analisar a mensagem, que também são construídas em meio a uma conjuntura.

Trata-se, portanto, de procurar evidenciar indicadores que possibilitem inferir outros fatores que não estão inseridos diretamente no conteúdo, ou outras realidades referentes a esse conteúdo. Para tal, utiliza-se de determinadas técnicas que são escolhidas pelo pesquisador em diálogo com o objeto da pesquisa. No caso da proposta desta dissertação, para além do uso de categorias analíticas na análise com fontes documentais, tal método também é utilizado para empreender-se a análise do conteúdo.

Considerando tais apontamentos, a análise de conteúdo é utilizada no Capítulo 3, para abordar a reação midiática à falsificação do JOSP²⁸, que também ocorreu no momento político em questão, em que estavam em curso grandes mudanças referentes ao processo de abertura política do país. Portanto, considera-se a importância de conteúdo dos documentos serem analisados à luz de questões ligadas à conjuntura histórica, política, cultural e social do país.

São utilizadas, portanto, contribuições da análise de conteúdo. Nesse sentido, faz-se importante ressaltar, que, ao mobilizar suas contribuições, se dialoga com a proposta de ter em vista, para o desenvolvimento da organização e

²⁷ O termo contexto, conforme utilizado pelo autor em sua explanação, refere-se à conjuntura na qual o indivíduo que elabora as mensagens estava inserido, o que inclui as condições sociais, históricas, políticas, culturais, religiosas, entre outras, com as quais estava em contato, sendo influenciado por elas.

²⁸ O capítulo tem como foco tal questão.

interpretação dos dados, questões relativas ao diálogo com fatores conjunturais, históricos, sociais, culturais, políticos, entre outros, relativos aos acontecimentos e períodos históricos considerados, uma vez que se compreende que os conteúdos das matérias não possuem total autonomia em relação à conjuntura na qual são produzidos.

Instrumentalizar as elaborações de tais metodologias, conforme o proposto para o desenvolvimento da presente pesquisa, implica, no caso das três formas de análise, tendo em vista as considerações de Lahire sobre as ações e disposições dos indivíduos e seus diálogos com o contexto social, que se considerem questões relativas à conjuntura sócio-histórica e cultural na qual esses documentos foram produzidos, ou seja, na qual os responsáveis por suas elaborações estavam inseridos.

Buscou-se, então, empregar aspectos teóricos apresentados por Norbert Elias, que percebe os próprios indivíduos como seres inseridos em processos históricos. Assim, o autor compreende a própria Sociologia como uma ciência cujo diálogo com a história se faz necessário. Pensar a conjuntura na qual se desenrolaram os acontecimentos que são objeto de estudo do presente trabalho também demonstra a importância de buscar tal diálogo.

Elias (2002) destaca a existência de conexões entre os objetos de estudo aos quais a Sociologia se dedica e a conjuntura na qual eles se desenvolvem, além de inseri-los nos chamados processos históricos de longa duração. Para o autor, tal forma de apreender os problemas sociológicos é uma forma de pensá-los concernindo-os às fases anteriores da sociedade. O autor observa que:

[...] não se pode explicar os problemas do presente e as estruturas das sociedades humanas caso os consideremos no espectro de um horizonte estreito, isto é, simplesmente como dados estáticos, como problemas e estruturas *hit et nunc* que podem ser analisadas da mesma maneira que problemas e estruturas físicas [...] como se se tratasse de buscar leis eternamente válidas (ELIAS, 2002, p.146).

Portanto, Elias (2002) compreende que, ao empreenderem-se análises na área da sociologia, mesmo quando se referem ao “passado”, deve-se considerar esse passado como inserido em um movimento contínuo, pois os problemas e estruturas que são objetos da Sociologia assumem formas diversas quando observadas considerando-os como inseridos nos processos de média e/ou longa duração, e não somente como inseridos em um presente imediato. Para o autor, portanto, trata-se,

então, de abordar como e por que, ao longo do tempo, as sociedades desenvolvem estruturas e se tornam o que são (ELIAS, 2006, p.153).

Busca-se o diálogo com as propostas teóricas do autor não só no sentido de contemplar questões históricas, sociais e políticas relacionadas à constituição do problema de análise em questão²⁹, mas também de não compreender as elaborações, intenções e, ainda, as ações a partir dessas, como é o caso do *Mea Culpa* e da reação midiática a ele, como algo que se desprende do contexto no qual as reflexões e intenções de seus autores e idealizadores se desenvolveram. Considera-se, também, que as elaborações carregam o sentido que seus autores buscaram imprimir ao texto, produzindo, então, uma compreensão, ou, ainda, visões de mundo, que engendram significados e, a partir de tal produção, possíveis novas reflexões ou movimentos por parte de seus leitores.

Dialoga-se, também, da noção de “figuração”, a qual, de acordo com Elias (2002), constitui uma forma pela qual os cientistas sociais podem evitar polarizações teóricas que apresentem predominâncias, em relação ao foco atribuído em suas análises, em “estágios de integração coletivos dos indivíduos acima dos estágios de integração individuais” (ELIAS, 2002, p.148) e vice-versa, como se o indivíduo ou a sociedade estivessem um projetado para além do outro.

A definição de tal conceito compreende a sociedade como uma figuração constituída de numerosos indivíduos que formam “redes de seres humanos” (ELIAS, 2006, 156), os quais são fundamentalmente interdependentes, tributários e dependentes uns dos outros. Para o autor é importante considerar a vida humana em seu conjunto, relações e “interconexões funcionais” (ELIAS, 1999, p.62). Nesse sentido, observa que

O mesmo se passa com o modo lisonjeiro com o qual dividimos mentalmente a sociedade em esferas <<econômicas>>, <<políticas>> e <<sociais>>. Todas elas se referem a relações específicas de funções que as pessoas desempenham para si próprias e para os outros. Se as esferas políticas, económicas e todas as outras forem encaradas como relações funcionais de pessoas interdependentes, [...] se verá que a divisão é meramente conceitual (ELIAS, 1999, p.69).

²⁹ Devido ao período de duração estabelecido para o desenvolvimento e redação da presente dissertação, buscou-se trabalhar com uma perspectiva de média duração, compreendendo a importância de perceber, tal como observa Elias (2006) a continuidade do desenvolvimento relativo aos aspectos da sociedade que estão sendo estudados. Nesse sentido, a presente pesquisa procurou considerar questões relativas à constituição democrática no país e aos fatores que tornaram possível o golpe militar no Brasil na década de 1960, além das características do período ditatorial e da mentalidade criada a partir das camadas militares e difundida para a população.

A processualidade histórica teria que considerar justamente tais interdependências, no interior das quais os indivíduos não são “engessados”, em relação às suas ações e elaborações, pela estrutura social, porém, dada a configuração social e suas características, agem considerando as mesmas, e o fazem em relação, também, a outros indivíduos. Dessa forma, a história configura-se como um elemento fundamental para a análise, visto que os indivíduos e as figurações estão inseridos em processos, dos quais a história faz parte e revela sua constituição.

1.2 A democracia no Brasil: alguns percursos históricos

Para além de questões relativas à Arquidiocese de São Paulo propriamente dita, é importante que, primeiramente, dialogando com as perspectivas do autor Norbert Elias acerca da necessária relação entre as áreas da Sociologia e da História, busque-se apreender os problemas sociológicos estudados enquanto parte de um movimento contínuo que se situa social, histórica e, no caso desta pesquisa, também politicamente. Enquanto parte desse contínuo, representa, portanto, uma de suas fases, e está interconectado com as outras fases de seu desenrolar.

Dessa forma, propõe-se contemplar algumas noções pontuais relativas à história política do país, de uma perspectiva de média duração (entre a década de 1930, mas com foco no pré-golpe e pós-golpe), e que são influentes no processo que concorreu para o desencadeamento das questões propostas para a presente dissertação. Esses apontamentos são levantados tendo-se em consideração a perspectiva de que a democracia existente no Brasil, apesar do passar do tempo, não incluiu de forma ativa a sociedade civil mais ampla nos processos decisórios de cunho político.

Aggio *et al* (2002), pensando a importância de recorrer às questões de longa duração no tempo para explicar a realidade de um país, chamam a atenção para o período histórico compreendido entre as décadas de 1930, na qual houve uma revolução, e o decorrer dos acontecimentos até a década de 1960, na qual ocorreu o Golpe Militar. Dessa forma, seguem-se apontamentos feitos pelos autores acerca de tal questão.

O espaço de tempo compreendido entre a revolução de 1930 e o Golpe Militar teria mudado de forma profunda e definitiva a realidade brasileira, iniciando a

transformação de uma sociedade que, até então, era predominantemente agrária (fator que perdura até o fim da década de 1920) para uma nação urbana. Esse novo ordenamento ocorreu de forma intimamente articulada a um processo de desenvolvimento político e social que o país vivenciou em tal momento histórico, período no qual se firmaram os alicerces de “toda a evolução estrutural do país daquele período até os nossos dias” (AGGIO *et al*, 2002, p. 13).

Na década de 1930, formou-se, então, um aparelho burocrático governamental que era capaz de organizar o Estado com feições modernas e racionalizadoras e impulsionar a industrialização nacional “consubstancializando o trânsito brasileiro à modernidade capitalista” (AGGIO *et al*, 2002, p.13), embora práticas tais como o clientelismo, voto de cabresto, entre outros, ainda fossem mantidas em algumas localidades do país.

Tal processo, porém, não necessariamente teria impulsionado o desenvolvimento de uma democracia na qual fossem reduzidas as desigualdades econômicas ou fosse ampliada a participação popular no âmbito político e econômico no país. Rezende (1996), nesse sentido, destaca que uma parte significativa das análises sobre as formas de organização da política brasileira, desde aquelas que abrangem os seus primórdios, falam sobre a ausência de condições mínimas para a existência de uma democracia no país.

Retomando historicamente a questão da realidade brasileira e do domínio de elites e de grupos específicos, pode-se destacar, o fato de que o país foi uma colônia portuguesa por mais de trezentos anos e que, mesmo com a proclamação da independência, a monarquia ainda foi conservada por um período, e prosseguiu-se favorecendo as elites do país.

Faoro (2012) chama a atenção para o fato de que, mesmo no processo de formação do Estado brasileiro em que diversas funções se separaram da administração da casa real (período colonial), o poder político e as posses ainda acabaram ficando concentrados, de forma que, por exemplo, o patrimônio do soberano se converte, gradativamente, no Estado, que é gerido por um estamento que, cada vez mais, vai se burocratizando (FAORO, 2012, p.157).

Faoro (2012) destaca processos ocorridos no Brasil que convergiram para a centralização política, que incluem o domínio patrimonial e a burocracia crescente, e as articulações entre cargos e grupos sociais, que vão se desenvolvendo na administração brasileira e levando à centralização política. De acordo com Rezende

(1996), na perspectiva apresentada por Faoro, a formação do Estado brasileiro e a forma de domínio patrimonial e burocrática presentes no íntimo da organização política e administrativa brasileira, que data do período da colônia portuguesa - na qual, observa Fausto (2012), a administração imperial já era centralizada -, levaram a uma “exorbitante centralização política e a uma combinação de privatismo e arbítrio” (REZENDE, 1996, p.29), o que teria resultado em um exercício privado de funções públicas e no exercício público de atribuições de caráter “não-legal”.

Rezende (1996) observa que tais fatores foram elementos constituintes da exclusão do povo brasileiro do sistema político do país, o que teria sido potencializado nos períodos subsequentes. Dessa forma, a autora fala sobre a formação de uma peculiar perspectiva democrática no Brasil (e seu posterior esvaziamento), que esteve ligada a determinados grupos e à conjuntura sócio-histórico, política e cultural na qual estavam inseridas, por exemplo, oligarquias e elites de diferentes composições.³⁰

Moisés (1989), nesse sentido, ao pensar os processos de redemocratização em diferentes países da América Latina, também chama a atenção para a formação política do caso brasileiro, no qual existiria o que o autor define como uma “distância histórica” entre instituições políticas e processos sociais, os mecanismos dessas instituições, os *loci* de tomadas de decisões e as expectativas populares (MOISÉS, 1989, p.50).

Portanto, a própria formação política, cultural e histórica no Brasil, processo de longa duração que já ocorria desde o início da colonização, se desenvolveu de forma que tendeu a afastar os procedimentos decisórios de caráter político, econômico, entre outros, da sociedade civil mais ampla, concentrando-os em determinados grupos.

Com a revolução de 1930 (segunda república), por exemplo, pode-se observar um desses casos, com a ascensão Getúlio Vargas à presidência do país. Vargas fazia parte da chamada Aliança Liberal, cujo programa, observa Fausto (2012), refletia, novamente, as aspirações de alguns grupos dominantes, nesse caso, as classes regionais³¹. As próprias articulações que garantiam o posto da presidência

³⁰ Para maiores informações, consultar: REZENDE, M. J. A democracia no Brasil: um confronto entre as principais perspectivas teóricas na primeira metade do século XX. *Revista Mediações*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 33-44, 1996.

³¹ Tais classes não estavam associadas a grupos cafeeiros. Para maiores informações sobre o processo, acontecimentos e os conflitos entre a eleição de Júlio Prestes para presidente e a articulação dos grupos políticos que possibilitaram a ascensão e posse de Vargas à presidência de república em 03 de novembro de 1930.

a determinados indivíduos, de acordo com Skidmore (2010), desde o período da república anterior, passaram por questões relativas a acordos entre alianças políticas, governadores, por exemplo, estaduais e, ainda, coronéis (que, segundo ao autor, eram os chefes políticos do interior), ou seja, novamente pequenos grupos, deixando de fora dos processos decisórios grande parte da sociedade civil brasileira.³²

Eleito por voto indireto, Vargas, tal como ressalta o Fausto (2012), foi um ditador pelo período de 15 anos. De acordo com o autor, o Estado getulista promoveu o capitalismo nacional tendo como suporte, no aparelho de Estado, as Forças Armadas e, na sociedade, a aliança entre setores da classe trabalhadora urbana e a burguesia industrial, que foi, então, promovida, ganhando força no interior do governo.

Aggio *et al* (2002) observam que, mesmo na década de 1930, com o ambiente político renovado, havia um grupo que teria assumido o poder e que buscou promover o “encontro” da sociedade com a política, mas controlando suas manifestações por meio de ideologias e práticas políticas, como o varguismo.

Cabe destacar uma observação de Skidmore (2010), que ressalta o papel da cúpula militar em vários processos: seu papel no decorrer do Estado getulista, na substituição do Império pela Primeira República e, também, durante a ditadura militar, oferecendo “apoio” (de acordo com seus moldes) e assumindo o controle em momentos críticos para transferi-lo a um novo grupo de líderes políticos. O autor aponta que tal posição se tornaria cada vez mais familiar na história brasileira, a de “árbitro da política nacional”.

Isso ficaria aparente novamente, quando, passado o período do governo Vargas, João Goulart, eleito por voto popular, acabou se retirando do cargo por

³²Segundo Skidmore (2010), por meio de associações entre grupos políticos de oposição a Júlio Prestes (eleito anteriormente), comandantes militares, políticos da Aliança Liberal, um grupo de oficiais (tenentes) revolucionários, e Vargas, esse último ascendeu à presidência do país, havendo, então, uma mudança de liderança política em relação ao período anterior. De acordo com Fausto (2012), esse movimento foi realizado por um quadro social e politicamente heterogêneo: velhos oligarcas, quadros civis mais jovens, o movimento tenentista e o Partido Democrático, cada qual com seus interesses. Teria sido uma troca da elite do poder sem grandes rupturas: “caíram os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos, e [...] os industriais”. [...] no qual as oligarquias não desapareceram, nem o padrão de relações clientelistas deixou de existir. Mas a irradiação agora vinha do centro para a periferia, e não da periferia para o centro (FAUSTO, 2012, p.182). Nessa conjuntura, apresentou-se essa centralização, maior grau de autonomia e voltou-se para a industrialização, além de atribuir um papel central às forças armadas, em especial o exército“ como suporte da criação de uma indústria de base e como fator de garantia da ordem interna” (FAUSTO, 2012). Para maiores informações consultar: <FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. 2. Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012> e <SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castello* (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010>.

ocasião do Golpe Militar de 1964³³. Nos anos seguintes ao golpe militar, houve um recrudescimento da Ditadura e de suas medidas autoritárias. Apenas na segunda metade da década de 1970, apareceram os primeiros indícios do processo de abertura política no país.

Com base nessas considerações, pode-se ratificar, de acordo com Aggio *et al* (2002), que a democracia não foi uma instituição de consenso nos anos compreendidos entre 1930 e o golpe militar, e, pode-se destacar, também não o foi após a derrubada da democracia até então instituída, pois, mesmo após o golpe de cunho militar, a política brasileira ainda seria marcada por golpes e contragolpes, períodos de exceção constitucional e quebras da ordem e, todos esses processos, em benefício do interesse de algum grupo social que se pretendia hegemônico.

Goulart iniciou sua trajetória política (presidente de 1961-1964), segundo Delgado (2010), nessa fase política brasileira em que predominava uma orientação desenvolvimentista, que se iniciara na década de 1930. A autora observa que seu mandato, foi marcado por forte efervescência social e instabilidade política, visto que o processo de sua posse se desenrolou em um contexto de crise, ao que se somava a ação de seus opositores, herdados da tradição trabalhista de Vargas.

Tal como destaca Delgado (2010), em um primeiro momento, um sistema de governo parlamentarista vigiava e colocava limites às suas ações, e posteriormente, já em um governo presidencialista, havia uma polarização na conjuntura política nacional e internacional, que tinha relações, também com o contexto da guerra fria. De acordo com a autora, nesse cenário, ampliaram-se, ganharam densidade e se difundiram manifestações sociais mais autônomas, que, nesse processo, passaram a adquirir capacidade de pressão, e, além desse fator, o campo do reformismo social ganhou destaque, vista a ação cotidiana das ligas camponesas, do movimento estudantil e das atuações sindicais.

O Governo de Goulart, porém, não trouxe somente “efeitos” à agenda política do Brasil. De acordo com Napolitano (2014), a vida cultural do país também se agitou frente à agenda reformista sugerida, aglutinando uma nova agenda cultural

³³ É importante destacar que o período compreendido entre 1964 e 1985 não necessariamente é consenso entre estudiosos do tema enquanto o início e o término da ditadura militar no Brasil. Entretanto, na presente pesquisa, optou-se por dialogar com a noção apresentada por Fico (2008) e Rezende (2011), que compreendem esse espaço temporal, porém, inversamente, há autores que realizam debates a respeito da questão, uma vez que, por exemplo, de acordo com as observações de Moisés (1989) sobre a redemocratização no Brasil, a linha que separa o início de um processo de transição política e a transição democrática é tênue.

para o país e desencadeando diversas iniciativas culturais, artísticas e intelectuais, cuja origem data da década de 1950 e já apontavam para a necessidade de mudanças no país, sob o signo do modernismo e do nacionalismo inspirado na cultura popular (NAPOLITANO, 2014, p. 21).

O processo político brasileiro, que segundo a perspectiva demonstrada por Delgado (2010), sempre apresentou dificuldades em absorver e lidar com essas manifestações sociais, viu-se em uma situação na qual houve o crescimento expressivo dessas organizações de sujeitos coletivos, que acendiam debates sobre reformulações nas políticas públicas e sociais, e reivindicavam mudanças na relação governamental com os investidores estrangeiros (2010, p.181), em um cenário marcado pela Guerra Fria, o que contribuiu para seu adensamento.

Ao falar do governo Goulart, é importante que se ressalte esse adensamento, visto que os segmentos conservadores (como as Forças Armadas, setores conservadores da Igreja Católica, proprietários rurais, entre outros) reagiram à forma como a atuação do então presidente buscou possibilitar a ampliação do espaço de ação e destaque que essas manifestações sociais adquiriram no período, pois, como presidente, observa Delgado (2010), buscou a efetivação de uma democracia social no Brasil. De acordo com a autora, a união desses setores conservadores³⁴, aliados à maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais, resultou em uma forte atuação desestabilizadora do governo Goulart, que culminou no golpe de 1964.

Tal como destacam Aggio *et al* (2002), o governo Goulart (1961-1964) teria destoado dos governos anteriores, que convergiam para a densa centralização de poder em pequenos grupos, excluindo, nesse processo, espaços de ação para a sociedade civil mais ampla, pois representou uma tentativa de “avanço” na medida em que buscou impulsionar a autonomia da sociedade perante a tutela estatal e, então, radicalizou a democratização com base em um conjunto de reformas. Essa tentativa, porém, culminou em um distanciamento da sociedade brasileira da política, em nome

³⁴ São relevantes, ainda, os apontamentos de Delgado (2010) no sentido de que “antes e depois do golpe de 1964 não foram poucas as iniciativas que provocaram e induziram à desqualificação do presidente João Goulart e de sua trajetória política. Foram desenvolvidas por seus opositores desde sua posse como Ministro do Trabalho em 1953. Estenderam-se, com vigor, à conjuntura pré 1964 e ganharam fôlego nos anos seguintes ao golpe que o depôs. A elas se somou um silêncio que urdiu um esquecimento consoante com o objetivo dos responsáveis pelo regime autoritário de legitimar suas ações” (2010, p.181).

do “exercício de um poder elitista e reacionário, desta vez não mais detido pelas velhas oligarquias agrárias, mas comandado pelo estrato tecnocrático” (AGGIO *et al*, 2002, p.14) das forças armadas brasileiras.

Acerca do desenvolvimento desse processo que culminou na ditadura militar, Silva (2011) observa que, desde os anos 1950, ou mesmo antes, o Brasil viveu sensivelmente o processo de modernização que pode ser traduzido na fundação de bases produtivas industriais e na urbanização, com crescente intervenção populacional campo-cidade, processo que, no campo político, alimenta uma intensa crise ao alterar o peso político dos partidos tradicionais, especialmente aqueles que o autor define como conservadores.

O último ano do governo Goulart “viveu o paroxismo dessa crise política e o seu desfecho com o golpe militar” (SILVA, 2011, p. 24), experimentando, de acordo com Silva (2011), a organização e o avanço das forças pró-reforma de base, ao passo que as forças conservadoras perceberam o peso dessas reformas, as quais, segundo o autor, significariam a quebra da estrutura política na qual as elites exerciam o mando. Um dos fatores que essas reformas trariam seria fazer da democracia um ambiente no qual os grupos conservadores perderiam espaço de ação, ou seja, os seus “lugares tradicionais de poder na sociedade” (SILVA, 2011, p. 24), que seriam, por exemplo, o Estado, a Igreja Católica, as forças armadas, o meio rural.

A esse processo, seguiu-se outro em reação, que contou com grupos das Forças Armadas tomando o governo através de um golpe (em 1º de abril), que buscou legitimar suas ações galgando sua identificação com a sociedade civil em um combate ao comunismo, proteção da ordem e da moral, desenvolvimento econômico, e de uma “verdadeira democracia”, em nome dos quais desenvolveram-se ações, aparatos e organizações ligadas aos grupos militares e aos generais no poder. Essa busca culminou em governos, medidas e posicionamentos autoritários e conservadores, que buscavam a continuidade da ditadura militar e da ordem social instaurada no período.

Napolitano (2014), acerca da atuação de Goulart, observa que a biografia que o aborda é diversa em termos de avaliações, o que ocorre até mesmo por parte das esquerdas atuantes no período em questão (pré-golpe e pós-golpe), ao pensar, por exemplo, se suas propostas ficavam no plano da idealização, se seu governo obteve avanços, entre outros aspectos. Contudo, o autor destaca que, ao se referir ao período, não se deve pensar somente em termos binários, mas nas diversas nuances do processo.

Por essa razão, Napolitano (2014) ressalta a importância de situar as pretensões demonstradas por esse presidente em um eixo histórico que compreenda fatores conjunturais. Dessa forma, suas reflexões apresentam esse governo de uma perspectiva na qual, de fato, buscou-se revisar a agenda da política brasileira em prol de uma democratização da cidadania e da propriedade, o que se tratava, sobretudo, mais de uma agenda do que de um projeto político de inclusão social, nacionalismo econômico e democratização política. Contudo:

[...] em um ambiente político profundamente conservador e excludente, marcado pela tradição liberal – oligárquica e pelo autoritarismo pragmático, ambos elitistas e avessos à participação das massas na política, esta mudança de agenda serviu para fazer convergir contra o governo Jango tanto o golpismo histórico, que vinha do começo dos anos 1950, alimentado pelo medo do comunismo nos marcos da Guerra Fria, como o eventual, engrossado no calor da crise política conjuntural do seu governo (NAPOLITANO, 2014, p.19).

Dessa forma, de acordo com o autor, quando a ação das esquerdas apresentou possibilidades de converter essa agenda reformista em um projeto político de governo (ao final de 1963), com questões como reforma agrária, voto do analfabeto, nacionalismo econômico, entre outras, a oposição reagiu, e dessa forma se articulou o golpe civil-militar, que teria afirmado um outro modelo político para a sociedade e o Estado, “a modernização socioeconômica do país e a construção no longo prazo de uma democracia plebiscitária, tutelada pelos militares, em nome do ‘partido da ordem’” (NAPOLITANO, 2014, p.19).

A ditadura no Brasil representou, portanto, a ascensão dos grupos militares ao poder, e de acordo com Rezende (1996), possuía um significado político que definia formas de poder repletas de conflitos e impasses internos. Codatto (2005) observa que em seu decorrer, o governo dos grupos militares correspondeu a diferentes presidentes e fases:

Uma primeira fase, de *constituição* do regime político ditatorial-militar, corresponde, *grosso modo*, aos governos Castelo Branco e Costa e Silva (de março de 1964 a dezembro de 1968); uma segunda fase, de *consolidação* do regime ditatorial-militar (que coincide com o governo Médici: 1969-1974); uma terceira fase, de *transformação* do regime ditatorial-militar (o governo Geisel: 1974-1979); uma quarta fase, de *desagregação* do regime ditatorial-militar (o governo Figueiredo: 1979-1985); e por último, a fase de *transição* do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989) (CODATTO, 2005, p.83).

Em sua obra jornalística, Pereira (1982) classifica tal período como o mais “sombrio” da história do país, uma vez que as Forças Armadas derrubaram o governo constitucional e, aos poucos, assumiu características de outros governos autoritários.

De fato, o que se observou foi uma crescente concentração de poder nas mãos dos generais presidentes, a constituição de um cada vez mais ostensivo aparato policial, a promulgação de leis coercitivas, e uma tenaz perseguição às forças de oposição. Como fonte inspiradora de todas estas medidas autoritárias, havia uma doutrina bem precisa, transformada em única norma a reger a vida social, política e econômica da nação, a doutrina da segurança nacional (PEREIRA, 1982, p.2).

Tal como observam Borges e Barreto (2016), a ditadura, no Brasil, consolidou-se com uma “promessa”, a de ser uma medida pontual e temporária, visando à restauração da ordem política, econômica e social, percebida como enfraquecida pelo avanço do sindicalismo e do comunismo. O que se seguiu, porém, foram mais de vinte anos de governo de caráter militar-ditatorial, que se intensificou com o passar dos anos e a ascensão dos presidentes que se seguiram, especialmente com os pertencentes ao segmento (dentro dos grupos militares) “linha dura”.³⁵

Para Motta (2014), o golpe, apesar de apresentar, também, uma reação contrária à possibilidade de reformas, não teria sido um movimento essencialmente antirreformista, mas de caráter marcadamente anticomunista³⁶. Havia, de acordo com Motta (2014), parcelas entre os grupos que participaram do golpe, que eram favoráveis a reformas, conquanto fossem afastados perigos de radicalizações e fortalecimentos de grupos e lideranças revolucionários.

Mainwaring (2004), nesse sentido, destaca que com a ascensão da ditadura militar, deu-se, o fim da experiência democrática brasileira desenvolvida até então, a qual, contudo, tendeu a afastar a sociedade civil dos processos políticos

³⁵ Borges e Barreto (2016) fazem referências à existência de diversas clivagens entre as forças militares engajadas no processo da ascensão e no desenrolar da ditadura militar brasileira, e apontam a existência da clivagem interna mais conhecida sendo a que distinguia os militares “liberais/moderados” e “linha dura”.

³⁶ Para Motta (2014), é importante ressaltar, o anticomunismo é referido como uma tradição política que data da década de 1930 com o ideário difundido a partir da “Intentona Comunista”, dessa forma, o assunto ganhou notoriedade, e ocupou uma posição central posteriormente, nos embates da década de 1960. Pimentel (2011) define a Intentona Comunista como uma tentativa de golpe (e uma revolta) comunista contra o governo de Getúlio Vargas em 1935, na qual houve a participação de estrangeiros ligados a Internacional Comunista e, também, de alguns militares, que foram acusados de dupla traição: ao país e às Forças Armadas. Nos meses seguintes Vargas e os chefes militares iniciaram perseguições aos comunistas, e, com isso, observa Pimentel (2011), dentro da instituição das Forças Armadas foi cristalizada a ideia de traição e de um forte anticomunismo, mesmo que essa oposição anteceda a Intentona.

decisórios e concentrar o poder político em pequenos grupos. O novo governo logo reprimiu organizações de camponeses e de trabalhadores e também a esquerda, tendo, em 1965, abolido os partidos políticos e criado dois novos partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era do governo, e a oposição moderada, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Durante seus primeiros anos, de acordo com Mainwaring (2004), a ditadura tentou construir sua legitimidade ao procurar estabelecer uma ordem social e combater o que, em sua perspectiva, seria a ameaça subversiva. Nesse processo, como resposta aos problemas econômicos dos anos do governo Goulart, tomaram-se medidas que alteraram o padrão do desenvolvimento econômico, tentando reduzir o déficit fiscal, inverter o déficit da balança de pagamentos, reduzir a inflação e restaurar a estabilidade econômica.

O autor ainda ressalta que, a despeito de terem oscilado, nos quatro primeiros anos de governo entre relaxar a repressão e preparar o retorno para o governo civil e a tentativa de instaurar um governo militar que perdurasse, por fim, em 1968, optou-se pela segunda alternativa, e houve a intensificação da repressão.

Com o decorrer do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), porém, iniciou-se a abertura política do país após dez anos de governo militar, processo que, de acordo com Rezende (1996), continuou mesmo com o término da ditadura militar, e “a ideologização da transição foi a tônica especial desse processo que se tornou interminável” (REZENDE, 1996, p.131).

Para Rezende (1996), o processo de abertura política é resultante da necessidade de atender às pressões dos vários setores sociais em um contexto em que havia discordâncias em relação aos acordos da cúpula, pois ocorria um crescente descontentamento interno entre as classes dominantes e mobilizações de alguns setores dominados que se colocavam contra o arbítrio e a repressão. Dessa forma, o significado político da abertura permite compreender a intensificação dos embates e conflitos entre “os estratos dominantes, que buscavam uma saída para a instauração de uma outra forma de domínio, não menos excludente e autocrática” (REZENDE, 1996, p.131).

Codato (2005), nesse sentido, ressalta que tal processo teria sido iniciado pelos grupos militares, por mais que houvesse pressão por parte de outras camadas populares, o que foi uma influência decisiva para o ritmo dos acontecimentos, porém em menor medida. De acordo com o autor, esse processo teve sua natureza,

andamento e objetivos determinados por uma das muitas correntes político-ideológicas entre os militares, respondendo à necessidade de resolver problemas internos à corporação, que não era homogênea em termos de concepções e objetivos.

Compreende-se que essa mudança sociopolítica, porém, dificilmente ocorreria sem desencadear movimentos, ou mesmo reações individuais, que resistissem às modificações em um sistema societário que perdurou por mais de vinte anos, ou seja, que se desencadeassem contraprocessos em relação a um movimento que, após tanto tempo, delineava modificações estatais, políticas e sociais, possibilitando, novamente, a atuação de grupos de diferentes orientações políticas na esfera pública.

1.3 O Catolicismo no Brasil e as relações entre política e religião: convergências e discordâncias

Antes de iniciar a análise propriamente dita, faz-se necessário retomar questões referentes às relações entre política e religião, que se desenvolveram no Brasil de maneira diversa de outros países, dadas suas características específicas. Por esse motivo, seu estudo é fundamental, como destaca Della Cava (1986), para a compreensão e a análise da sociedade Brasileira, em vista de suas contribuições à formação cultural e institucional do Brasil e de seu desempenho em diferentes momentos da história política do país.

Segundo Souza (2009), a longa presença da Igreja Católica no Brasil foi marcada pelo permanente contato com as instâncias de poder do Estado, seja como aliados ou em polos opostos, porém se influenciando mutuamente. Esse fator marcou parte importante da história nacional e conferiu ao catolicismo brasileiro, de acordo com o autor, considerável autoridade na esfera social, cultural e política.

Essa presença, entretanto, nem sempre foi totalmente aceita pelos poderes políticos institucionais, o que teria gerado momentos de tensão e desconfiança entre as duas esferas de poder (SOUZA, 2009). A Ditadura Militar, por exemplo, constituiria um desses momentos nos quais houve, inclusive, imposição de censura a determinados meios de comunicação ligados a instituições católicas, como foi o caso do JOSP e da Rádio Nove de julho, os dois pertencentes à Arquidiocese de São Paulo.

Destaque-se, também, que o catolicismo outrora configurou-se como religião oficial do país, sendo a única legalmente aceita por aproximadamente 400

anos, que corresponderam ao período colonial (1500-1922) e ao período imperial (1822-1889). Nesse sentido, Mariano (2001) observa:

[...] o Estado regulou com mão de ferro o campo religioso: estabeleceu o catolicismo como religião oficial, concedeu-lhe o monopólio religioso, subvencionou-o, reprimiu as crenças e práticas religiosas de índios e escravos negros e impediu a entrada das religiões concorrentes, sobretudo a protestante, e seu livre exercício no país (MARIANO, 2001, p. 127-128).

De acordo com Oro (2011), historicamente falando, a Constituição Imperial de 1824 obteve avanços em relação à liberdade religiosa dos cultos de caráter religioso não católico. Entretanto, teria sido somente no período histórico da República, com o Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890, que o governo provisório, decretou a separação entre Estado e Igreja, o que foi oficializado pela primeira constituição republicana em 1891, “pondo fim ao monopólio católico, extinguindo o regime do padroado, secularizando os aparelhos estatais, o casamento e os cemitérios, e garantindo, pela primeira vez, a liberdade religiosa para todos os cultos” (ORO, 2011, p.225).

Oficialmente, porém, o Brasil se configura como um país que mantém, desde a Constituição Federal de 1988, um Estado de caráter laico, o que implica, de acordo com Oro (2011), o não comprometimento com igrejas ou religiões. No entanto, o Estado laico, no que se refere ao seu desenvolvimento e configuração, assume características diversas em relação à conjuntura sócio-histórica, política, cultural, econômica, entre outros, na qual ocorre.

Autores, como Mariano (2003), destacam a separação e secularização do aparato jurídico-político como processos históricos decisivos na formação da sociedade, que, no Brasil, ocorreram concomitantemente ao advento do regime republicano. Portanto, essa separação teria ocasionado transformações no campo religioso brasileiro, as quais, de acordo com o autor, desmantelaram o monopólio religioso fornecendo espaço a outras religiões e formas de religiosidades.

Pode-se observar, contudo, de maneira inversa, que esse processo é um indicativo de relações entre as duas esferas, religiosa e política. Com o decorrer das décadas, de diferentes formas, as relações entre Igreja e Estado ainda se mantiveram, uma vez que, por exemplo, a constituição de 1934, apesar de manter a separação entre ambos, “trouxe a possibilidade de colaboração entre esses dois poderes” (AQUINO, 2015, p. 12).

De acordo com Esquivel (2003), Igreja e Estado são instituições que atuam no sentido de influir, cada uma a sua maneira, na construção das formas de percepção da realidade dos atores sociais e também nos fatores referentes à organização da própria realidade social. Segundo o autor, a vertente religiosa católica, nesse sentido, teria “vocação” para regulamentar as formas de comportamento de diversos segmentos da vida social, podendo apresentar sensibilidade às mudanças sociais, porém sem desligar-se de seus princípios teológicos, elaborando discursos e práticas de acordo com o “ambiente social”, incluindo o âmbito da política.

Logo, pode-se inferir que a religião apresenta possibilidades de atuar tanto em prol da manutenção de perspectivas e princípios ligados a algum contexto social, quanto em sentido contrário, de forma a transformar e modificar, pois, segundo Esquivel (2003), a Igreja é uma estrutura que pretende regular os princípios organizadores da sociedade.

Retomando historicamente o que pode ser compreendido como uma forma de divergência entre a atuação das duas esferas, destaca-se que, ao fim de 1954 e do Governo Vargas, houve um período, encerrado em 1956 com a posse de Juscelino Kubitschek, que, observa Souza (2009), representou uma época de grandes mudanças no cenário político e econômico. É importante ressaltar que, apesar de iniciada anteriormente, essa época representou um momento de intensificação da industrialização no país, elevando o processo de desenvolvimento capitalista.

Com a rápida urbanização e expansão da classe operária e nacional, como observa Souza (2009), houve, ao mesmo tempo, um aumento da concentração de renda e da pobreza. Inspiradas nas diretrizes emanadas a partir do papado de João XXIII, do Concílio Vaticano II e do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) realizado em Medellín (Colômbia) e, posteriormente, em Puebla (México), houve a elaboração de uma postura de caráter mais crítico, que levou, inclusive, setores da Igreja Católica a questionarem o papel da Igreja na manutenção ou superação de tal situação. Teria sido, então, nessa conjuntura que setores da Igreja passaram a discordar, questionar e combater a estrutura política e social do país, que era compreendida como geradora de injustiças.

Nesse sentido, Mainwaring (2004) observa que, a partir da Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino Americano em Medellín, em 1968, e em Puebla em 1979, a Igreja-Latino Americana passou a exercer influência sobre o catolicismo mundial. Desde o início da década de 1970, os maiores impulsos para a mudança

dentro do catolicismo, como “as maiores preocupações para a cautelosa burocracia do Vaticano (MAINWARING, 2004, p.9), vieram da América Latina, na qual a Igreja brasileira se destaca como uma das maiores e mais progressistas³⁷.

Acerca de sua presença na política brasileira, o autor destaca que considerável parte da Igreja esteve vinculada ao Estado e às classes dominantes até 1964. Entretanto, alguns de seus grupos entraram em atrito com o Estado no decorrer das duas décadas de governo militar, sendo, com frequência, no decorrer do período de maior repressão (1968/1974), a única instituição com suficiente autonomia política para direcionar críticas à ditadura, a seu regime autoritário e às agressões aos direitos humanos. Isso continuou no período de aproximação de uma democracia liberal, visto que continuava a possuir importância política em meados da década de 1980.

Contudo, quanto ao debate a respeito dessas relações entre Igreja e Estado, é importante abordar-se o fato de que no âmbito das Ciências Sociais há uma diversidade de trabalhos e análises que convergem e divergem entre si em se tratando da Igreja e de sua atuação no Brasil em diferentes períodos. É o caso da perspectiva proposta, por exemplo, por Roberto Romano e José de Souza Martins, que propõem outra leitura das ações da Igreja Católica no Brasil, estando, portanto, no campo da contradição em relação ao que é proposto como opção metodológica para a presente pesquisa.

Romano (1979), ao abordar conflitos entre a Igreja e o Estado, observa que a Igreja Católica teria muitas de suas medidas e posicionamentos historicamente relacionados à possibilidade de que pudesse ter o desaparecimento de seus instrumentos decisivos de mobilização popular e a diminuição de sua esfera de ação na influência sobre a sociedade civil. Nesse sentido, a instituição teria se movimentado de forma que buscasse a preservação de sua esfera de ação sobre a sociedade.

Romano (1979) observa que, historicamente, houve tempos em que a movimentação das Igrejas na sociedade acabou oferecendo aos regimes políticos seculares a adesão de muitos de seus seguidores, de forma que a própria política católica teria se notabilizado por justificar governos autoritários desde que a liberdade da igreja continuasse sendo garantida. Houve tempos, também, (por exemplo, com a Encíclica *Immortale Dei* de 1885) em que se afirmou sua indiferença diante das formas

³⁷ De acordo com o autor, a Igreja Católica, no Brasil, também reúne mais adeptos do que qualquer outra Igreja no mundo ocidental.

de governo, conquanto sua liberdade de pregação fosse respeitada. As concordatas do início do século XX consagrariam esse tipo de interação, em que a duração e a força do Estado teriam o apoio eclesiástico, o que teria caracterizado a prática católica até o Concílio do Vaticano II (ROMANO, 1979, p.146).

Na conjuntura brasileira, observa Romano (1979), após afirmar-se a laicidade com a Constituição de 1891, a Igreja procurou desligar-se dos resquícios da política intervencionista do Estado e esteve excluída, por um período, como alternativa de legitimação do poder. O Estado Novo (década de 1930), porém, obteve apoio da Igreja, visto que houve a coalização de seus interesses³⁸ com os fins estatais no período, mas essa relação foi permeada de conflitos e rupturas, visto que as propostas do governo a colocariam como coadjuvante nos processos de centralização do poder (não lhe teria sido permitido um projeto próprio de vigilância social), apesar de sua volta a espaços públicos (como as escolas, por exemplo).³⁹

Na época do concílio do Vaticano II, de acordo com Romano (1979), houve uma mudança em suas relações com a vida secular, evitando-se a colocação do ser eclesiástico como garantia da unidade política, ligada ao Estado, mas sendo uma instituição visível: “a referência direta seria ‘o mundo’, no qual o catolicismo mergulharia como o fermento na massa” (ROMANO, 1979, p.154). Esse ideário, segundo o autor, tenderia a justificar os múltiplos engajamentos políticos e a julgar ilegítimos os governos ditatoriais. Mesmo no período da década de 1960, a instituição também teria apresentado estratégias para a recomposição da influência da Igreja Católica sobre a sociedade.

A Igreja Católica, para Romano (1979), em suas relações com o Estado e suas formas de gerir as esferas econômica, política, social do trabalho, entre outras, portanto, agia de forma que, com suas adaptações em diferentes épocas, tinha como um de seus fins, conservar margens de ação sobre a sociedade e em suas instituições (familiar, educacional, entre outros), assim como preservar seus moldes hierárquicos e seu poder de influência sobre a sociedade civil no sentido de sua representação como uma fonte de unidade social e atribuidora de sentido à cultura. Contudo, é

³⁸ Romano define esses interesses como girando em torno da: “nulificação da luta de classes, em proveito de um todo representado acima dos indivíduos, ordenando suas relações. [...] A indesejabilidade de um mercado de trabalho sem o controle do Estado, e sem a sanção ‘humanizadora’ da Igreja” (1979, p.149).

³⁹ Para maiores informações sobre essa relação Igreja/Estado no governo Vargas e nas décadas posteriores (na perspectiva apresentada pelo autor) consultar: <ROMANO, R. *Igreja contra Estado* (Crítica ao Populismo Católico). São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979>.

importante observar que, mesmo com essas colocações, não deixa de salientar a existência de “debates e lutas entre posições teológicas conflitantes” (ROMANO, 1979, p.153) e seus grupos, assim como as relações entre as orientações da instituição em diálogo com a realidade conjuntural e os elementos específicos de cada período histórico no que se refere ao seu modo de ação, gestão e posicionamentos.

Martins (2011), por sua vez, ao falar de elementos como, por exemplo, a opção preferencial pelos pobres, na contramão da noção de que parte da igreja latino americana teria voltado sua atenção para as massas, destaca a importância do questionamento em relação a quem seriam esses pobres. Ao fazê-lo, o autor afirma que é importante pensar o lugar estrutural de cada pobre, pois o tipo de ação pastoral da Igreja afetaria em diferentes medidas, por exemplo, camponeses e operários de fábricas, então seria necessário pensar os lugares sociais e estruturais de cada indivíduo.

Em sua proposta, Martins (2011) chama a atenção para a importância de se refletir cuidadosamente nesse processo de envolvimento da Igreja em causas populares, uma vez que “uma pastoral específica pode incidir sobre pedras angulares da estrutura social e, conseqüentemente, afetar interesses sociais (e políticos) poderosos” (p.140), o que, afirma o autor, teria de fato acontecido em períodos como na década de 1960, no qual até mesmo o apoio moral poderia se traduzir em um confronto entre Estado e Igreja.

Por essa razão, Martins (2011) destaca a importância de se rever criticamente, por exemplo, percepções de que um bispo conservador poderia facilmente ser convertido em progressista, o que não dá conta do processo real que leva o bispo a se engajar na defesa de alguma causa, ao que se acrescenta o fato de que um bispo conservador poderia, também, apresentar atitudes progressistas em diferentes aspectos de sua ação pastoral. Por essa razão, Martins (2011) ressalta a importância de se atentar ao sentido da ação pastoral e de sua relação com as condições sociais e históricas da qual é resultante e com a qual está interligada.

No que se refere aos caminhos metodológicos elaborados para a presente análise, observa-se dentro do universo católico a existência de diversos grupos com orientações convergentes e divergentes sobre distintos aspectos. Entretanto, o segmento aqui considerado (parte do clero da Arquidiocese de São Paulo no período da falsificação do JOSP) apresentou ações e posicionamentos em suas publicações, que, de fato, colocavam-se em uma posição de contestação à situação vivenciada no

período (torturas, desigualdade social e econômica, violação aos direitos humanos, entre outros). Dessa forma, tendo em vista que essa contestação buscava expor elementos que urgiam mudanças para a vida da população e o respeito aos direitos humanos, considera-se que o clero envolvido nesse processo era progressista, tendo em vista a conjuntura e suas particularidades.

Dialogando com essa perspectiva e com as propostas de Elias (2002), metodologicamente falando, as próprias ações e posicionamentos do cardeal da Arquidiocese e as publicações do JOSP, no referido período, são vistas como inseridas em diversas configurações de indivíduos cuja movimentação possibilitou seu desencadeamento. Percebe-se também que estavam inseridas em processos que dialogavam com uma conjuntura na qual havia outras movimentações que preparavam um “terreno” convergente para a existência dessas contestações em relação à gestão autoritária dos grupos militares e dos generais.⁴⁰

Nesse sentido, destacam-se as observações realizadas por Mainwaring (2004), ao se pensar na existência desses diversos grupos dentro das igrejas brasileiras. De acordo com o autor, no Brasil, desenvolveram-se formas particulares em relação às divisões internas em seu corpo religioso. Um exemplo é o que se define como igreja popular, cujos setores possuem uma visão política de caráter progressista, considerando a conjuntura na qual atuam como foi o caso dos envolvidos na produção e edição do JOSP no período definido por Lanza (2006) como progressista.

Em contraste com diversos outros países da América-Latina, observa Mainwaring (2004), no Brasil, a igreja popular não consiste em agentes pastorais de base em conflito com a Igreja institucional. Tal como afirma o autor, quando se pensa nas possibilidades de atuação e impacto político, a questão não seria se a Igreja está ou não envolvida com a política, mas a forma como o faz. Sua divisão fundamental não provém de conflitos entre a base e a hierarquia, envolve concepções divergentes sobre a missão da Igreja, “cruzando fronteiras entre os grupos leigos, padres e freiras, e bispos” (MAINWARING, 2004, p.10).

No caso do “universo católico” que nos é apresentado pelo JOSP, tem-se em vista que as divisões internas entre o clero na própria Igreja de São Paulo ocorreram a partir do Concílio do Vaticano II (1961-1965) e das conferências

⁴⁰ As orientações metodológicas que embasam essa perspectiva com a qual a pesquisa dialoga são abordadas, posteriormente, no presente tópico.

Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), quando houve mudanças no “foco” de parte do clero da Igreja Católica Latino-Americana: as atenções voltaram-se para as massas populares. De acordo com Wanderley (2007), tal fato ocasionou divergências no clero católico brasileiro⁴¹ entre:

Conservadores liderados pelos bispos da TFP (Tradição Família e Propriedade) – que se posicionaram como partidários da Doutrina que tinha como intuito restaurar os dogmas católicos romanizados centralizando o poder na sede do Vaticano – e progressistas, representados pelo grupo de Dom Hélder Câmara – que apoiaram as camadas populares e combateram os abusos militares durante a ditadura, assim como lutaram pela redemocratização do país (WANDERLEY, 2007, p. 26-27).

É importante observar, contudo, que antes de 1964 essas divergências já se faziam presentes em diferentes setores da Igreja Católica. Dessa forma, ao passo que existiam movimentos e grupos que possuíam sua ação voltada para camadas populares, também havia movimentos que divergiam em direção, objetivos e atuação dos primeiros, o que se reflete em suas bandeiras, discursos⁴² e em suas percepções sobre a missão da Igreja.

A título de exemplificação, pode-se apontar a existência de três movimentos distintos que dividiam a cena pública, e cujas perspectivas refletem as clivagens ideológicas existentes entre grupos ligados aos catolicismos em tal período: a Tradição Família e Propriedade (TFP), o Movimento do Rosário e a Ação Popular Católica.

Zanotto (2010) define a TFP como uma entidade que pode ser considerada um grupo de pressão⁴³, ou, ainda, um grupo representativo que opera com base em

⁴¹ De acordo com Michel Löwy (2000), na década de 1960 teria surgido também uma nova tendência, a “Esquerda Católica”, que atuava em sentido contrário aos princípios do capitalismo, em prol de uma estrutura social mais justa e mais humana.

⁴² Em relação ao início da década de 1960, por exemplo, Codato e Oliveira observam que: “no período que se abre com a renúncia de Jânio Quadros (em 25 de agosto de 1961) e se encerra com o discurso de João Goulart no Automóvel Clube (em 30 de março de 1964), tanto os setores conservadores quanto os reformistas buscaram conquistar a confiança e o apoio da sociedade através de manifestações públicas, campanhas, comícios, passeatas e protestos em geral. (CODATO, OLIVEIRA, 2004, p.272). A fala desses autores exemplifica a existência de grupos de orientações diversas e sua atuação na esfera pública, em diálogo com a sociedade civil.

⁴³ A respeito da teoria sobre os grupos de pressão pode-se, por exemplo, as considerações de Pasquino (1988), que observa que, ao se falar em grupos de pressão, indica-se “a existência de uma organização formal e a modalidade de ação do próprio grupo em vista da consecução de seus fins: a *pressão*. Entendemos por pressão a atividade de um conjunto de indivíduos que, unidos por motivações comuns, buscam, através do uso de sanções ou da ameaça de uso delas, influenciar sobre decisões que são tomadas pelo poder político, seja a fim de mudar a distribuição prevalente de bens, serviços, honras e oportunidades” (PASQUINO, 1988, p.564). Para maiores informações consultar:

interesses chamados, pela autora, de “conservadores”. Um grupo formado por leigos, sob a liderança de Plínio Corrêa de Oliveira⁴⁴, teria registrado em cartório essa “nova associação civil, cultural e de caridade/assistência, sem fins lucrativos e extrapartidária, denominada Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade” (ZANOTTO, 2010, p. 88).

As atividades da TFP, de acordo com Zanotto (2010), tinham como objetivos expressos colocar-se contra movimentos de esquerda e aqueles que buscassem mudanças identificadas, por seus membros, como prejudiciais para o Estado e a Igreja. No Brasil, observa a autora, a TFP foi uma matriz de ampla expansão do pensamento de Plínio Corrêa, cuja criação e atuação derivaram de uma postura pautada em um catolicismo prosélito e na defesa de valores preconizados pelo integralismo católico⁴⁵, e, apesar do caráter extrapartidário dessa “associação”, seu objetivo era o de conseguir ascendência sobre líderes políticos do país a fim de que esses dialogassem com o catolicismo integrista em suas ações políticas.

Para além da TFP, enquanto um movimento de caráter conservador, pode-se pensar, também, o chamado Movimento do Rosário com a Família ou, ainda, Cruzadas do Rosário. Esse, de acordo com Araújo (2008), teve início em torno das ações do padre Patrik Peyton⁴⁶ na América do Norte, porém obteve grande difusão no

<PASQUINO, G. F. Grupos de Pressão. In BOBBIO, N. MATTEUCCI, E. e PASQUINO, G. F. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998, p. 562-571>.

⁴⁴ De acordo com Zanotto (2010): “Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo/SP em 1908. Sua militância católica iniciou-se nos anos 20 como integrante da Congregação Mariana na Paróquia de Santa Cecília, e se estendeu até seus últimos dias, tendo participado ativamente de atividades de inspiração cristã, como a fundação da Ação Universitária Católica – AUC na Faculdade de Direito, onde estudava (1929); a criação da Liga Eleitoral Católica – LEC (1932); deputado federal na Assembleia Constituinte (1934-1937); diretor do jornal O Legionário, Órgão da Congregação Mariana de Santa Cecília transformado em porta voz oficioso da Arquidiocese de São Paulo (1933-1947); presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista (1940-1943); orientador e inspirador do mensário de cultura Catolicismo (fundado em 1951); fundador e presidente vitalício da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade TFP (1960-1995). Plínio Corrêa de Oliveira faleceu aos 86 anos na cidade de São Paulo em decorrência de um câncer de fígado, “em odor de santidade”, segundo seus sequazes” (ZANOTTO, 2010, p.89).

⁴⁵ De acordo com a autora, a doutrina integrista adere à tradição e ao papado e parte da perspectiva de que a autoridade sacra se encontra no texto papal (de determinados pontífices), e não na Sagrada Escritura (ZANOTTO, 2010, p. 93). Aponta que há uma visão de que se devem defender os valores religiosos, pois sua percepção é que estão ameaçados pela modernidade, “desagregada e laicizante”, percebida como antagônica às tradições que buscam conservar, e a única forma potente para chocar-se com essa modernidade seria a Igreja Católica Hierárquica.

⁴⁶ Segundo Araújo (2008), o padre Peyton nasceu na Irlanda e emigrou para os EUA devido a dificuldades financeiras. Nos EUA, interessou-se pelo sacerdócio e ingressou na Ordem da Santa Cruz. Ao ser acometido por tuberculose, foi aconselhado a crer na intercessão da Virgem Maria, e, ao melhorar, passa a se dedicar ao culto de Nossa Senhora e a restituir a prática de rezar o rosário nos EUA. Ao ser ordenado Padre, em Albany no ano de 1942, inicia a prática da Cruzada do Rosário em Família, como forma de “pagamento” de uma dívida para com Nossa Senhora.

continente, especialmente através de sua divulgação por intermédio dos meios de comunicação em massa (como o rádio), chegando, inclusive, ao Brasil.

Araújo (2008) apresenta uma perspectiva na qual aponta para a existência, no interior do discurso religioso, de um arsenal simbólico que viria a se tornar um forte expoente anticomunista no período, utilizando-se o rosário, seu principal símbolo, para tal. O autor ressalta que essa associação teria surgido da noção de que o terço foi revelado pela Virgem Maria a São Domingos em 1206, como arma espiritual contra os Albigueses, estando o símbolo associado à devoção de Nossa Senhora de Fátima, “adotada por muitos católicos como protetora ou padroeira da luta contra o comunismo” (ARAÚJO, 2008, p.50). Essa visão, observa o autor, teve seu início em 1917, quando a Virgem Maria teria feito diversas aparições, próximas à cidade de Fátima, para três crianças que, entre suas mensagens, teriam ouvido que caso não se convertessem a Rússia espalharia seus males pelo mundo, promovendo guerras e perseguições.

A reza do terço, nesse sentido, aparecia como um modo de combater os males do mundo, e, feita a associação entre Nossa sra. De Fátima, tida como a padroeira da luta contra o comunismo, e o ato de rezar o terço, católicos que adotavam uma postura anticomunista também aderiram ao terço como um de seus meios de mobilizar-se, apresentando “uma preocupação em dotar o movimento com símbolos que produzissem um efeito catalisador das massas e que reforçassem a fé e a oração, através do combate ao comunismo” (ARAÚJO, 2008, p.50).

No Brasil, esse movimento teria começado a se popularizar com as falas de D. Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro na época, sobre um padre que realizava milagres pela fé nas Filipinas (ARAÚJO, 2008, p. 52), e se difundiu por diversas partes do país (a exemplo de Recife e Salvador). Milhares de pessoas reuniram-se em um movimento que mesclava elementos do catolicismo e a ação de membros do clero que, de acordo com Araújo (2008, p.52), não se furtavam às ações que pudessem aumentar a influência da Igreja por meio dos valores cristãos e do combate ao comunismo, encontrando nas Cruzadas um expoente para tal.

Podem-se apontar, ainda, outras movimentações cujas perspectivas buscavam conservar a “ordem social” contra o comunismo, como é o caso da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” citada por Codatto e Oliveira (2004) como um ato público que, em 19 de março de 1964, atraiu cerca de 200 mil pessoas e, em 19

de março, cerca de 500 mil pessoas em caminhada da Praça da República à Praça da Sé em São Paulo, composta por:

[...] Setores católicos da classe média urbana e impulsionados por políticos conservadores (a Ação Democrática Parlamentar, em primeiro lugar), pela elite empresarial (reunida no IPES) e pelos movimentos femininos que reuniram milhares de pessoas às vésperas do 31 de março nas principais cidades brasileiras (CODATTO, OLIVEIRA, 2004, p.273).

No decorrer da manifestação, foi entregue à população presente o *Manifesto ao povo do Brasil*, que convocava a população a reagir contra Goulart. A manifestação teria terminado, de acordo com os autores, com uma missa em prol da salvação do que se denominava democracia, o que, porém, traduzia-se em uma rejeição ao comunismo:

Condenavam genericamente a política "populista" (isto é, "a demagogia, a desordem e a corrupção") e o "comunismo" (seja seu caráter "materialista e ateu", seja o risco que o "totalitarismo" poderia representar à propriedade privada e à democracia). Fazendo eco ao clima de guerra fria, comunismo e populismo eram considerados posturas simetricamente "antidemocráticas". O primeiro porque "esmagava o indivíduo", na expressão corrente da época, sufocando a "liberdade"; o segundo porque impedia a realização plena da "verdadeira democracia" (na verdade, uma versão idealizada e elitista do funcionamento do regime liberal-democrático nos países capitalistas centrais). Simplificadamente, as Marchas batiam-se pela obediência aos "valores tradicionais cristãos" (o terço e o rosário, o matrimônio, a família) e pela observação das "liberdades individuais" (a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a propriedade privada) ameaçadas (ou supostamente ameaçadas) pelo governo Goulart (CODATTO, OLIVEIRA, 2004, p. 273-274).

Tal como observam Coddato e Oliveira (2004) o anticomunismo e o antipopulismo se converteram em argumentos políticos para legitimar, inclusive, a intervenção militar, que nessa perspectiva aparecia como "redentora". Dessa forma, setores que podem ser chamados de conservadores tiveram a possibilidade de "representar o golpe de Estado como resultado da ação da divina Providência" (CODATTO E OLIVEIRA, 2004, p.274).

Conjuntamente falando, quando se trata dos diferentes grupos da Igreja Católica no Brasil, é importante ressaltar as divergências entre suas formas de pensamento. No período da Guerra Fria, por exemplo, alguns desses grupos e o Exército encontraram um inimigo em comum, o comunismo⁴⁷ (KOPANYSHYN, 2015,

⁴⁷ Mainwaring (2004) destaca que a Igreja Católica teria começado a formular uma doutrina social de caráter mais progressista no papado de Leão XIII, especialmente com a encíclica *Rerum Novarum* (1891), que marcava uma aceitação da Igreja ao mundo moderno cuja modernização, por grande parte

p.01), enquanto outros setores da Igreja Católica apresentaram ações que, a exemplo dos que mantinham diálogos com a Teologia da Libertação e com uma “esquerda católica” (que, segundo Lowy (2000), acabou por ser abafada), agiam de outras formas que não se centravam no combate ao comunismo.

Como exemplo disso, pode-se citar a Ação Popular (AP), que, de acordo com Ridenti (1998), era marcada por um romantismo revolucionário que apresentava críticas ao capitalismo e objetivava que a humanidade reencontrasse valores e qualidades perdidos com a modernidade, como doação, comunidade, harmonia com a natureza, encantamento com a vida, entre outros. Para o autor, “além de apostar numa utopia anticapitalista moldada no passado, o romantismo revolucionário caracteriza-se também pela ênfase na prática, na ação, na coragem, na disposição, na vontade de transformação” (RIDENTI, 1998, p.01).

A AP era, portanto, um movimento que apresentava uma perspectiva anticapitalista com um caráter revolucionário no sentido de que, ao visar resgatar esse “encantamento da vida”, uma comunidade que se baseava na idealização dos indivíduos “do povo”, observa Ridenti (1998), buscava no passado, na essência da figura do camponês, uma inspiração para algo novo, uma alternativa à modernização que não se pautasse pelo consumismo. Então, com base na ação revolucionária, tinha como pauta, a partir do campo, a superação dessa modernidade capitalista concentrada nas cidades.

Na perspectiva apresentada por Ridenti (1998), a importância de se abordar a AP centra-se, também, no fato de que o processo que possibilitou sua existência e a gerou teria sido precursor da própria Teologia da Libertação, além de outros importantes setores da Igreja Católica, como é o caso das Comunidades Eclesiais de Base, ambos dialogando com correntes de pensamento que divergiam, por exemplo, das que orientavam movimentos conservadores dentro das Igrejas Católicas.

Historicamente falando, aponta o autor, as raízes da AP encontram-se na chamada Juventude Católica (JUC), setor especializado de um movimento mais amplo, a Ação Católica (AC), que era um apostolado de leigos promovido pela alta

do século XIX, fora combatida. Contudo, apesar dos clamores por uma ordem social mais justa e equilíbrio entre capital e trabalho, ainda havia a presença de elementos conservadores. De acordo com o autor, são exemplos Benedito XV (1914-1922) e Pio XI (1922-1939), este último chegou a condenar o comunismo como sendo algo errôneo em encíclica emitida em 1937, e, também, “por toda a Europa, a Igreja alinhou-se às forças conservadoras nas décadas de 1920 e 1930” (MAINWARING, 2004, p.44).

hierarquia da Igreja Católica em todo o mundo, a partir dos anos 1930 (RIDENTI, 1998, p. 03). Foi criada em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro na época, D. Sebastião Leme, e tendo como base de sua criação o Centro D. Vital⁴⁸. Segundo Ridenti (1998), foi na década de 1950 que a JUC passou a organizar-se nacionalmente no interior da AC, e, com o tempo, apesar de muitos estarem concentrados no meio acadêmico, os jovens da JUC passaram a:

[...] Questionar aspectos das idéias dominantes na Igreja, como a passividade política diante da ordem estabelecida, num contexto de convivência universitária com outras correntes de pensamento, especialmente as socialistas e comunistas, às quais precisavam fazer frente. [...] Ficaram marcados pelo pontificado progressista do Papa João XXIII a partir de 1958; além de confrontar-se com as desigualdades gritantes da sociedade brasileira e com o ascenso na mobilização política de trabalhadores urbanos e rurais, numa dada evolução da conjuntura política nacional – nos anos liberais do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) – e internacional, notadamente com a vitória da Revolução Cubana em 1959 (RIDENTI, 1998, p. 04).

No final da década de 1950, portanto, já não se tratava somente de chegar às poucas pessoas católicas na universidade, mas de agir sobre as massas humanas, indo além da hierarquia da Igreja, questionando as “estruturas” instituídas, sejam econômicas, sociais ou políticas, que se colocavam como um entrave aos objetivos de realização humana que o movimento buscava.

A AP surgiu, então, em 1962 como uma organização autônoma, gestada no interior da JUC. De acordo com Ridenti (1998), por volta de 1960, a tendência de esquerda passaria a predominar no interior da JUC e, apesar de posteriormente ocorrer um rompimento entre a AP e a JUC, ideais cristãos ainda estavam presentes em suas pautas, mas voltaram-se para uma ação mais abrangente na sociedade, não somente no meio acadêmico e estudantil.

Pode-se ressaltar, ainda, tal como observa Gavião (2007), que a militância da AP representou mudanças no cenário no qual ocorreu, visto que “até então, o engajamento político do laicato católico brasileiro somente havia se realizado por meio

⁴⁸ De acordo com Ridenti (1998), o Centro D. Vital, inspirado pela *Action Française*, foi fundado em 1922, tinha em si parte da intelectualidade católica conservadora, e defendia um “nacionalismo de direita” (1998, p. 03). O centro, sob direção de Jackson de Figueiredo na década de 1920, apoiou os integralistas, que podem ser definidos como um movimento brasileiro de caráter fascista, que encontrou a simpatia, também, do sucessor de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima. Lima, porém, posteriormente torna-se um expressivo intelectual católico de esquerda, junto a D. Hélder Câmara, que, logo, também renegaria o fascismo e seria nomeado, em 1947, assistente da AC, “sendo cada vez mais sensibilizado pela problemática social, até tornar-se verdadeiro símbolo do clero progressista” (RIDENTI, 1998, p.03).

da ocupação de posições programáticas e ideológicas à direita, à extrema direita e ao centro do campo político brasileiro” (GAVIÃO, 2007, p.65):

Dentro das condições históricas de possibilidade de sua atuação nos inícios da década de 1960, a esquerda católica ensaiou suas representações do mundo social, constituiu-se como uma peça relevante no tabuleiro político, fomentando e influenciando diversos movimentos sociais; fez-se também representar em diversas instâncias de poder, esboçando inclusive uma certa divisão social do trabalho político (GAVIÃO, 2007, p.65).

A partir dessas considerações, observa-se como, apesar do diálogo com princípios advindos do cristianismo e das orientações da Igreja Católica no Brasil, grupos com orientações políticas divergentes dividiam a cena pública nas décadas anteriores e posteriores ao golpe militar, e suas ações buscavam diferentes formas de intervenção na realidade social, também com um caráter político. Havia, portanto, diferentes processos conjunturais, religiosos, sociais e políticos em determinada fase de seu desenvolvimento, e tais processos influíram nas ações desses setores dentro da Igreja Católica.

Essa aproximação de setores ligados ao catolicismo com uma forma de ação política, que pode ser considerada de esquerda, possibilita ter em vista a existência de um processo (social, cultural, político, entre outros), que abra espaços para pensar o JOSP em tal conjuntura, seja por suas publicações que se chocavam com as diretrizes advindas dos estratos políticos dominantes no período considerado para a pesquisa, seja pela atuação dos membros do clero envolvidos no seu processo de elaboração e difusão.

Para tal, é importante ressaltar que havia no meio católico correntes de pensamento que convergiam para as ações progressistas e que se materializaram na realidade histórico-social e política em diferentes períodos, através de ações de membros do clero, movimentos e associações compostas por leigos, assim como havia, na contramão, correntes de pensamento e movimentos que divergiam dessas perspectivas, apresentando posturas discursivas até mesmo combativas em relação a movimentos que buscavam mudanças. Ao pensar a conjuntura da Ditadura Militar, esse fator ganha destaque, haja vista a existência do anticomunismo que era difundido no período.

Para Della Cava (1986), no período que compreende a década de 1960, especialmente após o golpe em 01 de abril de 1964, continuariam presentes as

divisões políticas e ideológicas que na década de 1950 teriam causado uma cisão entre leigos, clero e episcopado católico em conservadores e progressistas⁴⁹, sendo que os conservadores teriam, por sua vez, “maior influência, graças a eleição de seus candidatos ao Secretariado da CNBB, em 1965” (DELLA CAVA, 1986, p.14).

No caso da Arquidiocese de São Paulo, é importante observar que, no período anterior ao golpe militar, já se podia identificar divergências em termos de ações e orientações em seu interior. Dessa forma, considerou-se, para essa análise, a divisão proposta por Lanza (2006), que se utiliza da noção da existência de três períodos distintos, com base na gestão Arcebispaal em cada um, referentes às publicações do semanário, uma vez que, em um primeiro momento, houve apoio de parte do clero ao golpe, apesar da existência, também, de críticas aos métodos violentos utilizados pelos militares em prol da manutenção da ditadura, e, posteriormente, houvera mudanças nessa postura, que se refletiram nas publicações do JOSP, como foi o caso.

Conforme citado anteriormente, o primeiro período (1956 a 1966) corresponde à fase final do arcebispado do cardeal Motta e parte do arcebispado de Agnelo Rossi. O segundo (1966 a 1970), que teria representado uma fase de transição entre a predominância conservadora e uma perspectiva progressista na editoração do jornal (LANZA, 2006), abarcou a chegada de D. Paulo Arns⁵⁰ na Arquidiocese de São Paulo e coincidiu com o recrudescimento da ditadura militar após o ano de 1968. Nesse ano, com a publicação do Ato Institucional nº5 (AI-5), passou-se a perseguir indivíduos, grupos e instituições que pudessem apresentar formas de resistência, críticas, ou discordâncias em relação ao Estado, o que incluiu uma parte da imprensa brasileira. O terceiro período (1970-1985) foi marcado pela ruptura ao apoio dado anteriormente aos militares e apresenta D. Paulo Arns como arcebispo e cardeal.

⁴⁹ Destaca-se que, não necessariamente, havia somente essas duas possibilidades. Ao citar essa forma de enquadramento proposta pelo autor, se consideram suas elaborações feitas a respeito da parcela dos referidos indivíduos que agiam ou interferiam na realidade social e política em prol ou da continuidade ou transformação/reforma/ruptura da ordem social instituída. Contudo, no decorrer da análise proposta, ao se falar em progressistas e conservadores, trabalha-se com as elaborações de Mannheim, salvo citações de outros autores que utilizam esses termos, por exemplo, Lanza (2006).

⁵⁰ De acordo com Rodrigues (2008), D. Paulo chegou à Arquidiocese de São Paulo em maio 1966, na condição de padre franciscano, assumindo como quinto arcebispo metropolitano e terceiro cardeal de São Paulo de 1º de novembro de 1970 a 22 de maio de 1998, no lugar do então arcebispo D. Agnelo Rossi, que foi nomeado prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos. A autora não deixa de destacar que diversos autores sustentam uma “hipótese de que a transferência de d. Agnelo para Roma teria sido uma forma de escamotear a verdadeira intenção do papa Paulo VI, ou seja, a de afastá-lo do Brasil por suas atitudes consideradas complacentes em relação às arbitrariedades de autoridades militares e policiais” (RODRIGUES, 2009, p. 106).

Lanza (2005) chama a atenção para o fato de que, com movimentos como a JUC e a Ação Católica, novos elementos se constituíam historicamente dentro da Igreja de São Paulo, “a orientação institucional [...] passou a aproximar-se de novas perspectivas de atuação, que envolveram de forma especial, a Ação Católica Especializada e as associações operárias católicas” (LANZA, 2005, p.45), acompanhando, também, mudanças que ocorriam na sociedade. Ou seja, houve um diálogo com esses movimentos que podem ser tidos como progressistas antes mesmo do período anterior ao cardeal Arns, o que, porém, não se manteve como algo hegemônico com o passar dos anos e as mudanças políticas na sociedade.

Em relação a essas mudanças na Igreja Brasileira, Mainwaring (2004) observa que resultaram da interação dialética entre agentes pastorais, movimentos leigos e bispos, e a base teria desenvolvido importantes inovações pastorais que ajudaram a transformar toda a igreja. Esse movimento, de acordo com o autor, também inclui o episcopado, que poderia tanto chegar a dioceses que eram conservadoras e transformá-las sob a liderança de um bispo progressista (MAINWARING, 2004, p.123), quanto dificultar a renovação pastoral e outras mudanças, tornando-as praticamente inexecutáveis.

Como exemplo pode-se apontar o arcebispado de Agnelo Rossi, no qual se apresentaram posicionamentos que convergiam para uma posição que não se encaixa em uma perspectiva progressista, a despeito dos novos elementos históricos, apontados por Lanza (2006), que se formavam na arquidiocese de São Paulo. De acordo com Mainwaring (1989), a gestão de Agnelo Rossi demonstrou uma forma de relutância em apresentar posicionamentos críticos à Ditadura Militar e ao golpe, procurando negar a existência de conflitos entre o Estado e a Igreja, além de tentativas de negociar com o regime:

O novo arcebispo, Agnelo Rossi, legitimou o regime autoritário, neutralizando o trabalho de base feito pelos progressistas. Em maio de 1965, Rossi declarou que o governo Castello Branco realizara as reformas sociais que a Igreja desejava a anos (MAINWARING, 2004, p.123-124).

O autor não deixa de ressaltar que Rossi apresentou sim críticas às medidas punitivas, defendendo vítimas da repressão, especialmente se essas fossem da Igreja, porém, se os indivíduos ou movimentos afetados não fossem católicos, havia maior relutância em agir, acrescentando-se a isso, que Agnelo Rossi foi um dos

“poucos bispos proeminentes que continuaram a rezar a missa em comemoração ao golpe e, em diversas viagens, argumentou que as notícias de tortura no Brasil eram exageradas (MAINWARING, 2004, p.124).

Contudo, ainda assim, a arquidiocese de São Paulo esteve envolvida em reformas pastorais e outras atividades progressistas que foram alavancadas por membros de seu corpo episcopal e que possibilitaram o início de comunidades de base na década de 1960, ou a promoção de debates que levariam à formação da Comissão Pastoral Operária, tendo movimentos como a Ação Católica Brasileira e a JOC com um caráter dinâmico, ainda que, de acordo com Mainwaring (2004), até a década de 1970, não houvesse se empenhando ativamente em defender os direitos humanos ou expressar as necessidades dos pobres.

É importante destacar que, mesmo assim, tal como ressalta Rodeghero (2004), do início da década de 1950 até o golpe em 1964, alguns setores da Igreja Católica no Brasil, ligados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a grupos de ação católica, passaram a assumir posições de apoio a lutas e causas populares. Dessa forma, de acordo com a autora, viria a mudança de foco, na qual críticas ao comunismo ou a aspectos do capitalismo deram lugar ao questionamento da desigualdade e das injustiças sociais. Esse elemento é importante para a formação de um “solo fértil” que contribuiria para a exequibilidade e possibilidade do desenvolvimento de ações tais como as que, posteriormente, D. Paulo Arns pôde fazer frente ao JOSP.

Rodeghero (2004) ainda observa que, com essa mudança de foco, deu-se início a uma espécie de “esquerda católica”, que não ocupava posições majoritárias dentro da instituição, que se mantinha atuante contra o comunismo e que viria a influir de diversas formas sobre indivíduos ligados ao corpo episcopal de diversas igrejas.

1.4 O Catolicismo da Libertação, a atuação de D. Paulo Arns e o semanário *O São Paulo*: clivagens ideológicas nas décadas de 1960-1970

A fim de elucidar historicamente questões referentes à ação da “Esquerda Católica”, ao surgimento da Teologia da Libertação e à ligação de D. Paulo Evaristo Arns a ela, cujos elementos são compreendidos enquanto fatores que constituíram as visões de mundo, evidenciada no *Mea Culpa*, dos responsáveis pela falsificação do JOSP tinham do semanário, de seu conteúdo e da ação de parte do clero da

Arquidiocese de São Paulo, seguem-se apontamentos feitos por Lowy (2000) e outros autores acerca da conjuntura sócio-histórica, cultural e política na qual estes se desenvolveram, tendo como foco os grupos da Igreja Católica que, posteriormente, seriam até mesmo compreendidos como grandes opositores à ditadura militar.

De acordo com Lowy (2000), a Igreja Católica, no Brasil, é a única da América Latina na qual a Teologia da Libertação e seus seguidores conseguiram exercer uma influência decisiva, o que desencadeou e possibilitou uma mudança histórica na posição social e política da Igreja na mesma. O autor considera esse um fator decisivo para a história e para o desenvolvimento das ações empreendidas por setores da Igreja Católica no Brasil, salientando que ela se apresenta como a maior Igreja Católica do mundo (LOWY, 2000, p.135).

Historicamente falando, segundo Lowy (2000), na década de 1950 já teriam surgido correntes de diferentes formas de pensamento entre os bispos e o clero católico no Brasil, como é o caso, por exemplo, das correntes tradicionalistas, dos modernizadores conservadores e dos reformistas, todos, porém, demonstravam aversão e traços que iam de encontro ao que Lowy (2000) nomeia como o “comunismo ateu”.

Na década de 1960, tal situação começa a apresentar mudanças e possibilidades de diferentes orientações para os membros e grupos das igrejas que divergiam, então, dessa “rejeição” ou “resistência” a elementos que poderiam estar relacionados à “esquerda”. Surge, dessa forma, uma nova tendência, que ficou conhecida, tal como ressalta Lowy (2000), como a “esquerda católica”.

A respeito das críticas de setores ligados à Igreja Católica, Lowy (2000) observa que, sob a influência da teologia francesa recente, da economia humanista de Padre Lebreton, do socialismo personalista de Emmanuel Mounier e da revolução cubana, o movimento estudantil católico (JUC) radicalizou e aproximou-se de ideias socialistas e de esquerda, apresentando críticas ao capitalismo e sua forma de configuração no período histórico em questão, apresentando-o como estrutura baseada em abusos, explorações e crimes contra a dignidade humana.

A esquerda católica criou, a partir dos primeiros anos da década de 1960, uma nova forma de pensamento e práticas religiosas que até então eram desconhecidas. Mainwaring (2004) observa que teólogos Europeus progressistas, como é o caso de Maritain, Lebreton, Mounier, entre outros, influenciaram tal processo inicialmente, mas a “esquerda católica” teria ido além da introdução do pensamento

social europeu na Igreja Brasileira, aplicando, dessa forma, as ideias europeias às próprias condições, e desenvolvendo o que o autor denomina como uma nova concepção da missão da Igreja.

Lowy (2000) soma a essa perspectiva, que a ação dos brasileiros não se circunscreve, portanto, a apenas aplicar esse corpo de ideias francesas. Eles a usaram como um ponto de partida no sentido de criar novas ideias e práticas, que possibilitaram o nascimento de um pensamento cristão latino-americano cujas características possuem elementos particulares relacionados ao processo de seu desenvolvimento nos países da América-Latina.

O processo de diálogo com a referência francesa é resumido pelo autor como “radicalização”⁵¹, pois teria compreendido uma seleção de posições mais avançadas nos textos franceses, a incorporação de elementos marxistas e mudanças de perspectiva, em substituição ao ângulo europeu. O foco, no Brasil, era uma “perspectiva da oprimida periferia do sistema mundial” (LOWY, 2000, p.139). Essa “esquerda católica brasileira” da década de 1960 teria sido, para o autor, a precursora do cristianismo da libertação, possuindo, porém, número limitado de seguidores, tendo sido atacada rapidamente e tornada ilegítima pela hierarquia católica.

No que se refere à conjuntura do período do Golpe Militar no Brasil, é importante destacar que, apesar de em um primeiro momento a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) ter publicado uma declaração apoiando o golpe apenas dois meses após sua deflagração (LOWY, 2000, p.140), existiam diversas orientações dentro da própria Instituição Católica. O caso relacionado ao posicionamento do JOSP em suas publicações quanto a não apresentar críticas ao golpe e, posteriormente, passar a denunciar os atos violentos empregados pelo governo é exemplo de que a posição demonstrada pela CNBB nesse período não obteve um apoio unívoco e incondicional de todo o corpo episcopal das Igrejas católicas no Brasil e de seus grupos em particular.⁵²

Considerando a questão das circunstâncias nas quais o processo se desenvolveu, é pertinente citar as observações de Wanderley (1978), que elaborou uma matriz para demonstrar as contradições referentes à existência de pensamentos

⁵¹ De acordo com o autor, esse processo estava ligado às novas práticas sociais, culturais e políticas dos ativistas católicos, sendo elas: a participação no movimento estudantil, apoio às lutas sociais e compromisso com a educação popular.

⁵² Lowy (2000) cita como exemplo os casos da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Universitária Católica (JUC), da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica.

antagônicos no interior da Igreja e de seu corpo episcopal, apesar da aceitação da mensagem ética do amor entre os homens. Nessa matriz, o autor elucida características do catolicismo na conjuntura histórica entre 1964 e 1977.

Wanderley (1978) observa que, nesse período, em relação aos aspectos teológicos da Igreja Católica, havia uma ênfase na “teologia como reflexão crítica sobre a práxis” (WANDERLEY, 1997, p.99), voltando a atenção para setores como a caridade e a práxis histórica, com destaque para a solidariedade entre os homens e a prática política. Também há o surgimento da Teologia da Libertação, que se originou de práticas e reflexões latino-americanas, o grande desenvolvimento da conferência nacional, o amadurecimento e a expansão das novas estruturas internas: Comunidades de Base, Comissão Pastoral da Terra, Comissões de Justiça e Paz, entre outras.

Em relação aos princípios e práticas sociais, segundo Wanderley (1977), as atividades sociais passaram a ter um sentido de compromisso, enquanto uma perspectiva cristã e católica, com a totalidade da vida humana. A prioridade era o trabalho social com o povo, o que englobava os oprimidos, os pobres e os injustiçados. De acordo com o autor, houve uma:

[...] descoberta de formas mais simples de atuação no social; pequenos grupos defendendo uma transformação crítica constante do sistema, com opção política mais definida e assumida integralmente (aceitação da necessidade de transformar a base econômica como primordial) (WANDERLEY, 1978, p.101).

Wanderley (2007) ainda destaca que (após Medellín e Puebla), ao voltarem-se as atenções de parte do clero da Igreja Católica Latino-Americana para as massas populares, tal fato teria ocasionado divergências entre o clero católico brasileiro. Essa divisão já teria dado indícios desde 1952, como observa Lanza (2006), uma vez que, com a própria criação da CNBB, iniciava-se uma tendência de aproximação de uma parte do clero católico com as classes despossuídas⁵³.

⁵³ Azevedo (2004), nesse sentido, faz alusão a um processo que remonta a 1922, quando a Igreja opta, em solo brasileiro, por atuar na arena política, o que implicou a colaboração com o Estado. Esse processo mobilizou intelectuais por meio, por exemplo, do centro D. Vital que contava, na época, com intelectuais conservadores (como Jackson de Figueiredo), e, posteriormente, já em 1934 pode-se registrar resultados dessa ofensiva como a presença de capelães militares nas Forças Armadas e a subvenção estatal para atividades assistenciais ligadas à Igreja. O autor, porém, chama a atenção para a mudança de paradigmas da instituição a partir dos anos 60, observando que nas décadas de 1950 a 1960 a Igreja teria priorizado a questão do desenvolvimento, e, ao invés de assumir uma posição conciliatória (como no Estado Novo) frente ao regime de exceção de 1964, órgãos como a CNBB,

É importante ressaltar, ainda, a heterogeneidade dos setores das instituições católicas. Ao se falar na data de 1952, por exemplo, parte-se da reflexão de que o fato de a CNBB ter apresentado essa aproximação ilustra essa diferenciação ideológica que embasava as ações dos diversos membros do clero. Contudo, dentro da própria CNBB, não se pode afirmar que essa posição, ou mesmo falando em termos do posicionamento oficial e público desse órgão, tenha sido homogênea entre todos os seus membros, uma vez que, como citado anteriormente, mesmo que sua criação tenha tido o efeito apontado por Lanza (2006), houve, posteriormente, membros conservadores eleitos para sua secretaria em 1965 (CAVA, 1986, p.14), ao passo que, na década de 1970, fora eleito para sua presidência D. Aloísio Lorscheider, que “levou a Igreja a uma oposição cada vez mais aberta à ditadura militar” (LOWY, 2000, p.144).

E foi sob as circunstâncias dessas transformações e mudanças, ressalta Lowy (2000), que se foi constituindo uma oposição de alguns setores da Igreja Católica no Brasil à ditadura militar. Cada vez mais católicos, padres, freiras e bispos passaram a integrá-la. Apesar de essa não ser uma posição hegemônica entre o corpo episcopal da instituição, esse movimento tornou-se expressivo, não somente em alguns setores da Igreja Católica, mas em toda uma movimentação que se chocava com as ações, sanções e penalizações cometidas por grupos militares.

Ao se falar nesses grupos, é relevante pensar, também, a característica autoritária de muitas medidas tomadas pelos generais e grupos militares no poder, no decorrer da ditadura. Por mais que a compreensão que norteia a pesquisa perceba conservadorismos em relação aos esquemas de ações, medidas e decretos dos militares em relação às possíveis mudanças e ao que percebiam como sujeitos, instituições e órgãos subversivos, no sentido da continuidade e manutenção da ordem social e política do período, ao se refletir sobre essas medidas, em sua violência e extrema postura combativa e intolerante, pode-se pensá-las como portadoras, também, de traços de autoritarismo.

A gestão autoritária do governo ditatorial, com o passar dos anos, e, principalmente após 1968, foi ficando cada vez mais extrema. De acordo com

teriam papel importante na articulação da sociedade civil em questões relacionadas às liberdades democráticas e aos direitos dos indivíduos.

Rezende (2013), a partir do Ato Institucional nº5⁵⁴, do endurecimento político do Governo Costa e Silva e da preponderância crescente da linha dura no aparelho de Estado, institucionalizavam-se práticas como a repressão e a tortura, e se delineava “o fechamento do regime e/ou a centralização do poder que tomou sua forma mais acabada no Governo Médici (1969-1973)” (REZENDE, 2013, p.89).

Magalhães (1997) refere-se à repressão enquanto uma variedade de mecanismos e dispositivos dos quais a ditadura militar se valeu, tais como a tortura e a repressão preventiva, com o fim de combater a subversão e reprimir preventivamente atividades percebidas como suspeitas e potencialmente perturbadoras da ordem social instituída. De acordo com a autora, existiam, por exemplo, os aparatos repressivos cujas unidades de força militares ou policiais possuíam determinada autonomia de ação em si, porém existiram outros tipos de medidas, como a referida repressão preventiva, que consistia na vigilância e controle cotidianos da sociedade, tendo sido criada, até mesmo, a comunidade de informações (em 1964), que pretendia consolidar uma estrutura única, com ações coordenadas a partir de um núcleo central (o Serviço Nacional de Informações – SNI⁵⁵).

De acordo com Brant (1986), após 1964 e o desmanche ou subordinação de movimentos existentes antes desse período, desencadeou-se uma extrema vigilância, inclusive, para evitar o surgimento de novas organizações desse tipo. Acionava-se, entre outras medidas, a Lei de Segurança Nacional, além da repressão brutal extralegal dos órgãos de segurança, o que resultou, para além das torturas, também em assassinatos.

A despeito dessas medidas e órgãos criados para a vigilância dessas “ameaças” à ordem, gerou-se, também, reações contrárias, as quais, de acordo com

⁵⁴ De acordo com Rezende (2013), esse Ato Institucional passou a vigorar em dezembro de 1968 e significava a implantação do estado de terror em nome da comunidade e aprimoramento da ordem institucional. O poder executivo passou a ter poderes de intervenção em todas as esferas da sociedade, e a tortura e outras formas de repressão passaram a ser institucionalizadas, sendo, segundo Rezende (2013), uma forma de completar o golpe de 1964. O AI-5 também fortaleceu o poder executivo, eliminou o direito de *habeas corpus* e foi, de acordo com Mainwaring (2005), uma espécie de declaração de guerra contra a Esquerda (p.103)

⁵⁵ Segundo Magalhães, o SNI foi criado em 1964 e “subordinou rapidamente todos os outros órgãos repressivos, como os centros de informações das três armas, a polícia federal e as polícias estaduais. Para integrá-los e harmonizar suas ações, criou-se o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, DOI-CODI, uma instituição tornada oficial em 1970, que aglutinava representantes de todas as demais forças policiais. Dotada de recursos financeiros e tecnológicos, suas atividades eram estrategicamente planejadas e orientadas pela lógica da disciplina militar, com vistas a enfrentar o que seus próprios agentes entendiam como uma *guerra revolucionária*” (MAGALHÃES, 1997, s/p).

Rezende (2013), vinham de diversos setores da sociedade, como os movimentos grevistas, estudantis, de organizações populares, entre outros. Esses grupos e organizações consistiam em formas de resistência à ditadura, seus desígnios e seus aparatos repressivos, sendo organizada e praticada de diferentes formas, como na música, em movimentos sociais, e organizações como as citadas por Brant (1986): associações comunitárias, comissões de fábricas, movimentos culturais, grupos de oposição sindical, clubes de mães e jovens, entre outros (BRANT, 1986, p.13).

Muitos dos setores da Igreja (engajados nessa oposição), nesse cenário em que aumentou a repressão, especialmente após o AI-5, sofreram e foram vitimados por essa perseguição, situação que, considerando as torturas, mortes, estupros e prisões, começou a movimentar a opinião católica e a Cúria Romana (LOWY, 2000). Em maio de 1970, de acordo com Lowy (2000), Dom Helder Câmara, em Paris, denuncia abertamente a violação aos direitos humanos no Brasil, gerando reações adversas por parte das autoridades brasileiras.

Acontecimentos, como o fato de, em outubro de 1970, Dom Agnelo Rossi⁵⁶, um dos responsáveis pela edição do JOSP e Arcebispo de São Paulo na época, ser transferido para uma alta posição em Roma e substituído por D. Paulo Arns - envolvido com a defesa dos direitos humanos e conhecido por sua solidariedade com os religiosos presos - e também, pouco tempo após, a eleição de D. Aloísio Lorscheider como presidente da CNBB levaram, segundo Lowy (2000), setores da Igreja brasileira a se engajarem na época em defesa dos direitos humanos e a abordarem, por diversas vias, o que inclui a midiática, tópicos referentes à desigualdade econômica e às violências cometidas em nome do governo militar.

Não obstante, é importante destacar que, mesmo com as divergências de parte do clero em relação a acontecimentos e aspectos da ditadura militar, havia, também, convergências de setores da Igreja com as ações e desígnios dos grupos militares e pró-militares. Tal como observa Souza (2004), diversos cristãos e membros do episcopado seriam presos, exilados ou se asilaram em embaixadas, mas, também, outros fariam parte do primeiro governo militar e/ou de seus órgãos de repressão⁵⁷.

⁵⁶ Que não havia declarado resistência ou desaprovação em relação aos métodos violentos utilizados em prol da manutenção do sistema político no período, pelo contrário, demonstrou, ao menos na esfera pública, de acordo com Lowy (2000), a pretensão de manter relações cordiais com o Governo.

⁵⁷ Como exemplos desse apoio, Souza (2004) ressalta os já citados movimentos conhecidos como a Cruzada do Rosário em Família e as Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade, que tiveram figuras de destaque do episcopado e do clero em combate ao que percebiam como o “perigo da subversão da ordem” (SOUZA, 2004, p. 81). Kopanyshyn (2016) fala também em D. Eugênio Sales

Souza (2004) ainda ressalta que não se pode esquecer que os conflitos sociais presentes na sociedade também causam divisões e cisões entre os setores da Igreja, refratando, nesse processo, seu aspecto ideológico, uma vez que a Igreja se insere na vida social, estando suscetível às ondulações de interesses das mais diversas ordens. Dessa forma, a despeito de setores da Igreja e de movimentos declaradamente cristãos que não se opuseram ou apoiaram o golpe e a gestão autoritária dos militares, também houve setores e membros do clero que atuaram de forma que a ação de D. Paulo frente ao JOSP não fosse algo isolado, mas parte de um movimento mais amplo que procurou proteger os direitos humanos e questionou as medidas repressivas e autoritárias do governo militar.

Apesar das convergências de alguns setores em prol da ditadura e de seus elementos psicossociais, ao se pensar nesse aspecto dos efeitos que os problemas e acontecimentos sociais, culturais e políticos podem ocasionar na igreja, o processo acarretado pelas orientações advindas de Medellín e Puebla e o engajamento de leigos, de membros do clero e do episcopado em prol dos direitos humanos e de mudanças, contribuíram para uma guinada que seria, de acordo com Lowy (2000), uma mudança muito profunda a ponto de a Igreja figurar, na perspectiva da sociedade civil e dos grupos militares, como um grande adversário do Estado autoritário:

Vários movimentos Sociais, em defesa dos direitos humanos ou de sindicatos de trabalhadores ou de camponeses, encontraram abrigo sob o guarda-sol protetor da igreja. Através da voz dos bispos, a Igreja criticava, de uma maneira cada vez mais direta e explícita, as violações de direitos humanos e a ausência de democracia. Mas não era só isso: Denunciava também o método de desenvolvimento imposto pelos militares, seu programa de “modernização” em sua totalidade, considerando-o desumano, injusto e baseado na opressão social e econômica dos pobres (LOWY, 2000, p.145).

(arcebispo do Rio de Janeiro a partir de 1971), enquanto membro de uma “esquerda moderada”, que, porém, “considerado conservador, fora acusado de se omitir em situações de mobilização como a tentativa de Zuzu Angel à procura de seu filho, Stuart, assassinado pelos militares em 1971 [...] também foi acusado de esvaziar o movimento da CNBB quando esta pretendia se posicionar incisivamente sobre as torturas, como se fosse um censor da própria Igreja em nome da ditadura. Marcilea Gombata publicou na revista Carta Capital, em 18 de outubro de 2013, um artigo intitulado “Dom Eugênio Agente Duplo”. Nele, a autora faz usos de documentos do Arquivo Nacional de Brasília, revelando um relatório de 14 de março de 1976, no qual o I Exército do Rio de Janeiro teria relatado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) como o cardeal teria conseguido conter os esforços da própria CNBB de lançar uma campanha contra a repressão” (KOPANYSHYN, 2016, p. 52-51). Contudo, Kopanyshyn não deixa de destacar que esse caso ainda é palco de debates, visto que também teriam sido tornados públicos documentos que demonstram que D. Eugênio, a despeito de sua relação direta com os militares e sua busca em evitar manifestações públicas que sugerissem conflitos com o governo, agia em segredo dando assistência a perseguidos do Cone Sul. Para maiores informações consultar: <KOPANYSHYN, E. *A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 130 p.>.

Como observa Rosado Nunes (2008), essa atuação da Igreja foi um elemento importante na oposição à ditadura militar, pois a Instituição se apresentava como uma das únicas, na sociedade civil, que “podia “dar voz pública” à resistência ao regime militar” (ROSADO NUNES, 2008, p. 68). Em tal período, a Igreja Católica também teria desenvolvido, de acordo com a autora, um discurso e prática que podem ser caracterizados como “de esquerda”, a chamada Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base.

Lanza (2006) ressalta que foi no cenário dessas transformações ocorridas na década de 1960 que se constituía e oficializava esse movimento, que era composto por setores significativos da Igreja Católica: o clero (o que inclui padres, bispos e congregações religiosas), movimentos religiosos laicos (como é o caso da Ação Católica Geral, JUC, JOC), pastorais populares e Comunidades de Base, que passaram a aderir e a praticá-la.

É importante observar, ainda, que, de acordo com Lowy (2000), apesar das diferenças entre os teólogos da libertação, podem-se apontar alguns princípios básicos, que são citados pelo autor como presentes na maior parte de seus escritos. Destacam-se: a forte crítica moral e social do capitalismo dependente como um sistema que é injusto e perverso, o uso do marxismo como um instrumento socioanalítico buscando compreender a causa da pobreza, as lutas de classes e as contradições do capitalismo, a “libertação humana histórica como a antecipação da salvação final em Cristo, o Reino de Deus” (LOWY, 2000, p.61), uma nova leitura da Bíblia, com atenção, por exemplo, ao Êxodo (visto, segundo o autor, como paradigma da luta de indivíduos, que foram escravizados, por sua libertação), a luta contra o ato de idolatrar “ídolos da morte”, como a riqueza, o mercado, a força militar, a civilização ocidental cristã, entre outros, e, por fim, o desenvolvimento das comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e alternativa para o modo de vida que era imposto pelo capitalismo.

Nessa conjuntura, o JOSP, diferente de um simples informativo, abarcava em suas publicações tópicos e denúncias que iam além dos assuntos referentes ao cotidiano da arquidiocese ou dos princípios advindos da teologia e dos princípios tidos como primordiais pelos representantes religiosos atuantes nela, abordando temas de interesse político, econômico, social, entre outros. Pereira (1982), em sua obra jornalística, salienta que

Desde os seus primeiros números é possível notar que o periódico, não obstante uma série de limitações técnicas e financeiras, não seria apenas mais um representante da tradicional “imprensa religiosa” motivada muito mais por preocupações apologéticas e devocionais do que com uma informação séria (PEREIRA, 1982, p. 146).

Tendo em vista as considerações levantadas e a existência, como dito anteriormente, de uma parte do clero que não se colocou contrária à ditadura e aos grupos militares e às ações repressivas por parte desses grupos militares, o JOSP pode ser pensado, nessa conjuntura, enquanto um meio pelo qual se podem observar formas de resistência.

Em São Paulo, observa Brant (1986), no decorrer da ditadura militar, diversificaram-se formas e movimentos de resistência, entre esses, os movimentos populares (trabalhadores, feministas, representativos das populações das periferias, comunidades de base, entre outros), que precisam ser pensados tendo em vista que seu crescimento e multiplicação estão associados a outras instituições e movimentos que abriram espaços para a sua atuação. Ou seja, havia um “clima mental” nessa localidade, que convergia para os movimentos de resistência.

Somam-se outras formas de resistência que se difundiram, tais como as manifestações musicais e culturais, para as quais Napolitano (2014) chama a atenção, visto que os aparatos de repressão chegaram a organizar mais de um dispositivo que tratava da possibilidade de esses meios difundirem formas de expressão consideradas subversivas:

Quanto às formas diretas de ação cultural, o regime combinou uma política cultural repressiva e, sobretudo nos anos 1970, uma política cultural proativa. O tripé repressivo do regime era formado pela combinação de produção de informações, vigilância-repressão policial a cargo das Delegacias de Ordem Política e Social (Dops), das inteligências militares e do sistema Codi/DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações e Informações) e censura, a cargo da Divisão e Serviços de Censura às Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (DPF/DCDP) e do Gabinete do Ministério da Justiça, especificamente no caso do controle da imprensa. As três pontas atuaram sobre a área cultural, produzindo suspeitas e impondo silêncio sobre certos temas e abordagens (NAPOLITANO, 2014, p. 92).

De acordo com Napolitano (2014), as intervenções no meio cultural, nas universidades, meios artísticos, instituições, movimentos culturais, e artistas, foram inúmeras. No âmbito das movimentações de resistência, houve, segundo o autor, um

campo artístico-cultural de oposição, além das formas de resistência cultural, que apresentam considerável capacidade aglutinadora:

Assim, percebida como legítima e como espaço de convergência de diferentes atores, ao se encaminharem para o campo da oposição ao regime militar, a resistência cultural seria incorporada e reverberada por outros grupos ideológicos, sobretudo pelos comunistas, em sua busca da “unidade das oposições democráticas”. A cultura parecia o terreno inequívoco para afirmar tal estratégia de unidade (NAPOLITANO, 2014, p. 189).

Havia, então, movimentos que se mobilizavam no sentido de expressar perspectivas, contestações, questionamentos, entre outros, e que se chocavam com as medidas e os aparatos de censura e repressão, que buscavam combater, difundindo a noção, de acordo com Rezende (2013), de que essas perspectivas, que se desencontravam dos desígnios dos grupos militares no poder, iam na contramão da democracia.

Em termos mais específicos acerca da cidade de São Paulo, havia também a presença dessas formas de resistência. Brant (1986), por exemplo, cita os novos movimentos sociais que surgiam naquela conjuntura, que só poderiam atuar tendo a proteção de alguma instituição reconhecida, ou com o apoio ostensivo da opinião pública. Nesse processo, observa o autor, as instituições civis atentas aos direitos humanos, o movimento estudantil, o MDB e, também, as Igrejas, criaram inicialmente o clima necessário para a articulação pública e para a manifestação aberta desses movimentos surgidos da base.

Nesse sentido, a Igreja foi relevante para o processo, porque as comunidades de base da periferia, por exemplo, eram importantes matrizes de organização popular (BRANTI, 1986, p.14) e, como instituições eclesiais, observa o autor, puderam valer-se não só da defesa de sua liberdade de atuação por parte da hierarquia, mas também da própria estrutura da Igreja em aspectos organizativos e materiais.

Identificam-se, em São Paulo, elementos que, mesmo com a questão da repressão e da censura, contribuíam para a disseminação de formas de resistências, e, nesse sentido, enfatiza-se a fala de Napolitano (2014) ao chamar a atenção para a capacidade aglutinadora dessas resistências culturais. Nesse cenário, apresenta-se o JOSP, veiculando o tipo de conteúdo que desencadeou o processo de censura prévia sobre si, visto que apresentava uma diversidade de temas de forma crítica, o que

acabava se chocando, por exemplo, com interesses dos grupos militares e outros grupos de poder:

Com essa recomendação final, os bispos da Comissão representativa (*sic*) aprovaram, a 25 de outubro último, um documento divulgado oficialmente no Rio de Janeiro a 16 do corrente. Dizem eles na I Parte, a título de introdução: Não queremos fazer um documento de denúncia, ainda que os fatos narrados já sejam, por si mesmos, uma denúncia clara e forte. Nossa intenção é iluminar com a luz da palavra de Deus os acontecimentos atuais, para que os cristãos tomem, diante deles, uma atitude de fé e coragem, uma animação parecida com aquela que dá o livro do Apocalipse. Ao cristão é proibido ter medo. É proibido ficar triste. “A II Parte narra os principais fatos que, por sua gravidade, abalaram a Igreja e o povo brasileiro”: o assassinio dos missionários Pe. Rodolfo Lunkenbein e Pe. João Bosco Penido Burnier; o sequestro de D. Adriano Hipólito; as censuras a D. Hélder Câmara e ao semanário “O São Paulo”; e outras numerosas violências, particularmente do Esquadrão da Morte. Os bispos lembram que essa onda de terrorismo teve recentemente uma demonstração em nível latino-americano com a prisão arbitrária de 17 bispos com 20 acesores (*sic*) padres, religiosos e leigos em Riobamba, no Equador. A 13 de agosto último. A III Parte da “Comunicação” aponta, em três parágrafos, o “sentido dos principais fatos” de violência: “os pobres sem justiça... a impunidade de policiais criminosos... a má distribuição de terra... a situação dos índios injustiçados” (O São Paulo, 11/12/1976, Lauda 01-02).⁵⁸

Essa citação é um exemplo do modo como, apesar da afirmação de não se pretender fazer uma denúncia, são de fato apresentadas informações sobre violências cometidas contra a população, o que converge para a noção de que suas publicações podem ser consideradas como uma forma de resistência, de expressão e também de dar voz a questionamentos que não poderiam ser feitos abertamente, em qualquer espaço, dado o risco de repressão.

Um fator de relevância na fala destacada é o fato de que o conteúdo da matéria censurada usa elementos de ordem religiosa para legitimar a razão de sua veiculação naquele meio de comunicação ao afirmar que sua intenção é justamente a de “iluminar com a luz da palavra de Deus os acontecimentos atuais”. Por outro lado, faz menção a uma espécie de “convocação” não só a seu público leitor, como aos cristãos de forma geral. Considerando-se que os católicos compunham grande porcentagem do público religioso do país, esse fator ganha relevância.

⁵⁸ A matéria não contém o nome do autor, contudo apresenta sua data de publicação e seu título, que é “A CNBB informa”. O Documento está disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFa2xsZIIITNEVwQm8/view>> Acesso em 23/04/2018.

A mesma publicação, além de realizar essa chamada aos cristãos, também apresenta claramente argumentos que questionam a ação dos órgãos de intervenção com a sociedade civil, pertencentes ao aparato de repressão militar:

Segue um paralelo: “A ideologia da Segurança Nacional colocada acima da Segurança Pessoal espalha-se pelo continente latino-americano como ocorreu nos países de domínio soviético. Nela inspirados os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e em favor do desenvolvimento econômico, declaram a “guerra anti-subversiva” contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade (O São Paulo, 11/12/1976, Lauda 02).

Pode-se, ainda, citar outro elemento que reforça a questão da importância social de um jornal como o JOSP publicando esse tipo de conteúdo. De acordo com Rezende (2013), os condutores da ditadura militar buscaram identificar seus desígnios com os da população, tentando galgar reconhecimento para suas ações e intenções pondo em relevo “qualidades”⁵⁹ dos militares no poder, e entre essas estava justamente uma reafirmação do compromisso cristão. O JOSP era um jornal católico de considerável abrangência⁶⁰, vinculado à sede de maior expressão do catolicismo brasileiro e que, a exemplo da matéria citada, chamava justamente os cristãos para a reflexão crítica sobre o tema proposto, o que, conseqüentemente, acabava por apresentar paralelos com uma das qualidades com as quais os militares buscavam criar laços entre eles e a população, pautando-se pela suposta existência de uma intimidade emotiva com a maioria dos membros da sociedade brasileira (REZENDE, 2013, p.354).

A questão que se poderia apresentar como um motivo para o JOSP sofrer com a censura, além de a instituição poder se servir de sua defesa da liberdade de atuação (BRANTI, 1983) para continuar com suas publicações, seria justamente o fato de o conteúdo do jornal carregar em si a legitimidade da instituição cristã ao se comunicar com seu público. Como no caso da matéria citada, situava os grupos militares no poder, que reafirmavam uma identidade cristã, em uma posição que mantinha uma conduta autoritária que atingia justamente a população, com o discurso oficial de que buscavam protegê-la de perigos que ameaçavam a ordem, como o comunismo.

⁵⁹ Rezende (2013) cita também o caráter, a defesa da justiça e da ordem e amabilidade com a família.

⁶⁰ É importante ressaltar, novamente, que a edição e a abrangência do semanário não se restringiam à Região Metropolitana, atingindo, também, a esfera nacional.

O JOSP, portanto, se apresenta como uma forma de comunicação – frente a todo o cenário de repressão e censura que se desenrolava - que trazia conteúdos que apresentavam reflexões críticas em relação aos atos violentos dos grupos militares, como a citação acima, em que fazem referências à “visão autoritária da organização da sociedade” desses grupos. Esse tipo de afirmação crítica se chocava, inclusive, com as tentativas de legitimação, em relação à sociedade civil, desses atos enquanto algo direcionado a garantir a suposta ordem democrática instaurada com a ditadura militar, visto que, de acordo com Rezende (2013), havia uma contínua preocupação em elaborar um sistema de ideias de valores sobre todos os elementos da vida social.

O semanário, enquanto um componente da imprensa, e, apresentando esses questionamentos e chamadas para a reflexão sobre a situação que se colocava, acabava apresentando, de forma latente (considerando seu público leitor), a capacidade aglutinadora referida por Napolitano (2014), podendo, então, chegar a reunir diferentes indivíduos convergindo para os questionamentos veiculados por suas matérias.

O semanário, como um componente da imprensa que fazia questionamentos e chamadas para se refletir na situação que se colocava, acabava apresentando, de forma latente (considerando seu público leitor), a capacidade aglutinadora referida por Napolitano (2014), podendo, então, chegar a reunir diferentes indivíduos, e desencadear neles reflexões sobre os temas e questionamentos veiculados por suas matérias.

Contudo, na presente pesquisa, não se percebe o semanário enquanto componente da imprensa alternativa, visto que, de acordo com Abreu (2002), esse tipo de imprensa tomou formato durante a época mais aguda da repressão na ditadura militar, procurando construir espaços legais de resistência política e ser uma frente de trabalho alternativa à imprensa comercial e à universidade. O JOSP era um jornal com periodicidade regular, com tiragens e impressão fixas, criado anteriormente ao golpe militar, e que apresentou uma fase que esteve em consonância com outros movimentos que convergiam no sentido de apresentar uma perspectiva crítica e/ou reflexiva sobre a realidade político-social do período, não estando vinculado a nenhuma organização de esquerda.

Entretanto, se em um primeiro momento (anterior ao golpe, em 1963) a grande imprensa - “tradicionalmente ligada à linha liberal – conservadora” - consolidou

a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão e que isso começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República (NAPOLITANO, 2014, p.45); após o golpe, segundo Abreu (2002), seus empresários abdicaram de suas crenças nas liberdades individuais e aceitaram a centralização do poder nas mãos dos grupos militares. Posteriormente, com o acirramento da repressão à liberdade de imprensa, muitos jornais começariam a se afastar ideologicamente desses grupos. A importância de um jornal como o JOSP destaca-se nesse sentido, e, ao se considerar, também, que a não existência, por exemplo, do acesso, pela população em geral, à internet na época, isso deixava à imprensa um importante papel no que se refere a sua potência na disseminação de informações.

O JOSP esteve, entre a segunda metade da década de 1970 e a década de 1980, sob a gestão do cardeal Arns, que tinha como uma das influências que marcaram sua atuação a Teologia da Libertação (WANDERLEY, 2004). Rosado-Nunes (2008) observa que D. Arns teria sido, também, uma das lideranças reconhecidas na luta democrática pela restauração dos direitos civis e defesa dos direitos humanos, tendo denunciado práticas de torturas e assassinatos e, de acordo com Lanza:

Na busca de entender e formular respostas às novas demandas oriundas da cidade que se constituía, paradoxalmente, com a riqueza e a pobreza, tendo em vista o crescimento econômico e as mazelas sociais, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns privilegiou em sua gestão de arcebispo (1970-98) a população da periferia e os perseguidos políticos, o que envolveu diretamente os meios de comunicação da Arquidiocese (LANZA, 2006, p.49).⁶¹

Com todos esses elementos citados, propõe-se refletir tanto sobre o JOSP no período considerado, quanto sobre as orientações de D. Paulo Arns, inseridas nas figurações às quais Elias (2002) faz referências, ou seja, em redes de indivíduos que dialogam tanto com elementos advindos da conjuntura quanto com outros indivíduos envolvidos nessas figurações e se influenciam mutuamente. Dessa forma, as ações de D. Paulo na época não são tomadas como fatos isolados, mas como parte de um movimento mais amplo, no qual muitos elementos e figurações são percebidos, pela ótica proposta, como fatores conectados com as ações de D. Paulo Arns, que tornaram o cardeal Arns cada vez mais interligado com a sociedade civil.

⁶¹ Idem nota de rodapé 54.

Uma dessas configurações seria o seu arcebispado em São Paulo. Sua função lhe possibilitava uma esfera de ação interligada a outros membros no processo editorial do JOSP e o colocava em um local de fala associado com uma instituição católica. Além disso, havia também o acesso a um meio de comunicação cuja abrangência fora considerável no período, o que, em conjunto com esses membros, permitia-lhe um modo de alcançar a população mais ampla.

Para além do JOSP propriamente dito, seu arcebispado também o inseria em um movimento mais amplo no qual outros membros do clero e de outras religiões estavam engajados em prol dos direitos humanos, tais como indivíduos envolvidos no projeto que resultou no livro *Brasil Nunca Mais*, como foi o caso do pastor presbiteriano Jaime Wright⁶² e o rabino Henry Sobel⁶³, ou com outros indivíduos que atuaram em sentido oposto à Ditadura, como é o caso do já citado Raimundo Faoro, e, ainda, em consonância com órgãos como o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que, a despeito de sua adesão à coalizão de forças que executou o golpe militar, observa Mattos (2014), na década de 1970 teria sido um dos pilares da oposição à ditadura militar.

Existiam, portanto, diversos atores sociais que compunham a sociedade civil e estiveram inseridos em movimentações que convergiam na direção da questão democrática, ainda que, segundo Napolitano, suas leituras sobre o significado da democracia fossem diversas⁶⁴. Contudo, esses atores fazem parte de todo um

⁶² Wright teve seu irmão (Paulo Stuart) assassinado pelos órgãos de repressão da ditadura militar, foi militante pelos direitos humanos e combatente contra a ditadura militar. Entre suas ações estavam: a publicação, pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço, 1,8 milhões de exemplares da edição ecumênica da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a confecção de artigos para o exterior, denunciando violações de direitos humanos no Brasil, esteve entre os fundadores do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul, e, a partir de 1979, convidado por Dom Paulo, trabalhou em prol dos direitos humanos na Arquidiocese de São Paulo, e coordenou o projeto *Brasil: Nunca Mais*, que publicou um inventário sobre a tortura no Brasil durante os 21 anos de ditadura militar. Informações retiradas do site: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/jaime-wright/index.html>> Acesso em 27/04/2018.

⁶³ No decorrer da ditadura militar colocou-se em defesa dos direitos humanos, e, junto a Dom Paulo Evaristo Arns e o protestante Jaime Wright participou de forma destacada no projeto de reunir documentação da ditadura militar brasileira, o que resultou na publicação de *Brasil: Nunca Mais*. Informações retiradas do site: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/henry-sobel/index.html>> Acesso em 27/04/2018.

⁶⁴ De acordo com Napolitano: “as várias leituras do que significava democracia e os vários projetos de transição política que elas encerram eram pontos de tensão dentro da sociedade. Para as associações profissionais identificadas com a tradição liberal, como a OAB e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), democracia era o “estado de direito”, marcado pelo império da lei, pelo equilíbrio dos poderes de Estado, pelas liberdades civis (reunião, manifestação e expressão) e pela igualdade jurídica entre os indivíduos. Para os movimentos sociais de esquerda, era isso e algo mais, configurando a chamada “democracia substantiva”, marcada pela efetiva participação popular nas decisões dos governos, pela construção de políticas de distribuição de renda e limites ao direito de propriedade. Para setores ainda

processo mais amplo que contribuía, por exemplo, para possibilitar a movimentação em prol da democracia, da expressão de críticas ou reflexões sobre a gestão autoritária dos grupos militares no poder, da divulgação de perspectivas divergentes daquelas dos grupos militares, entre outras.

É importante observar que o próprio bispado faz parte de uma figuração, que é o catolicismo no Brasil, e isso em um cenário no qual vigoravam, entre alguns setores, as orientações de Puebla e Medellín. Além disso, o arcebispo do cardeal Arns dialogava também com elementos advindos de outra figuração, a Teologia da Libertação, que pode ser pensada como composta por setores da Igreja que, com base nela, se articularam.

Portanto, o catolicismo é percebido como uma configuração, cujas mudanças de orientação na Igreja (como instituição internacional), de acordo com Krischke e Mainwaring (1986), apresentam grande importância para as experiências da Igreja nas bases, o que foi marcante em São Paulo.

Considerando as orientações advindas de Medellín e Puebla, e os setores da Igreja brasileira e da sociedade civil que se engajaram nas lutas pelos direitos humanos (intelectuais, organizações políticas ou não, jornais, revistas, organizações contra a tortura, em defesa do estado de direito, entre outros), percebe-se um diálogo de D. Paulo com toda essas figurações mais amplas, que guarneciam um ambiente cujo “clima mental” convergia para a busca de mudanças na ordem social e política do país, e que, apesar da repressão advinda dos grupos militares, seus censores, órgãos e grupos apoiadores, favorecia as ações realizadas pelo arcebispo.

Ao agir, D. Paulo faz parte de uma figuração maior, o arcebispo, que advém da arquidiocese, que, por sua vez, faz parte de outra configuração, o catolicismo, e o faz, também, em função dessas diversas outras configurações e suas interligações pertencentes à sociedade civil. Ou seja, sua forma de agir e gerir as publicações do JOSP não advém somente de D. Paulo, mas de todo um processo de caráter histórico-social, cultural e político, que é repleto de outras figurações que contribuíram para que suas ações ganhassem até mesmo a notoriedade e a

mais à esquerda, de tradição marxista, era a realização da democracia popular de massas, de caráter delegativo e calcada mais em direitos sociais do que propriamente políticos. Sob um regime autoritário que ainda censurava, reprimia, torturava e matava, essas diferenças ficavam suspensas, mas na medida em que o processo de transição avançava elas tendiam a se tornar mais conflitivas” (NAPOLITANO, 2014, p.222)

importância que adquiriram naquela conjuntura. Sua conduta foi como um “feixe” de procedimentos realizados dentro de uma figuração (arcebispado) que estava interligada a uma multiplicidade de organismos da sociedade civil e de seus indivíduos que, em suas ações, convergiam para a conduta de D. Paulo.

Conforme dito anteriormente, dado o posicionamento de D. Paulo, definido por Lanza (2006) como uma perspectiva progressista, e as publicações do JOSP que, por exemplo, denunciaram torturas impingidas aos considerados subversivos da ordem, o semanário sofreu com a ação da censura prévia. Pode-se observar um exemplo de denúncia no arquivo de matérias censuradas:

A luta contra a carestia, a alta do custo de vida e dos baixos salários deve ser estendida *(sic)* à todos os setores: no quarteirão, nas ruas, na comunidade, no trabalho. Os sindicatos estão hoje empenhados na luta pela reposição dos salários, dos 34% que o governo escondeu no índice de inflação durante os anos de 73 e 74. E é nosso dever exigir essa reposição *(sic)* esse dinheiro é nosso, ele nos foi escondido, tirado (O São Paulo⁶⁵, 1976, Lauda 4).

Na matéria citada, fica evidente a menção do envolvimento do governo em relação aos salários dos trabalhadores, o que ia ao encontro do que Rezende (2013) observa ser a construção de uma ordem social que busca intervir sobre todos os grupos, indivíduos e instituições de forma ilimitada e sob todos os aspectos. Portanto, ocorreu uma reação de grupos militares, que teve como uma de suas personificações a imposição da censura prévia ao semanário em tal período.

Posteriormente, a edição *Mea Culpa* traria, na matéria que encabeça a primeira página e com grande destaque, não só uma foto de D. Paulo e suas supostas admissões de culpa sobre possibilitar que o marxismo (conforme a perspectiva dos responsáveis pela elaboração da falsificação) se fizesse presente no cotidiano da arquidiocese de São Paulo, mas também diversas referências a como essas reflexões representavam o restabelecimento do diálogo de D. Paulo com Deus. Tal fato é um indicativo de que os falsificadores percebiam o religioso como uma personalidade influente em relação ao comportamento contra o qual queriam prevenir os leitores do JOSP.

⁶⁵ Na matéria não consta o nome do autor e o nome da matéria, somente a data de 1976. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFa0hqLV9QdWJ1RW8/view>> Acesso em 07/02 as 01:46

2 “*MEA CULPA*” E O GRUPO PRÓ DITADURA MILITAR: AS RELAÇÕES DA FALSIFICAÇÃO COM O PENSAMENTO CONSERVADOR

O presente capítulo buscou dedicar-se a questões específicas, que foram elaboradas relativamente ao conteúdo da edição falsificada do JOSP, o *Mea Culpa*. Dessa forma, instrumentalizando as contribuições metodológicas citadas, a fim de empreender-se a análise documental e do conteúdo, compreendendo as relações do *Mea Culpa* com a conjuntura e o contexto no qual foi elaborado, confeccionado e distribuído, procurou-se estabelecer diálogos e apreender as visões de mundo evidenciadas pelos envolvidos nesse processo.

A interpretação dos dados e as considerações aqui empreendidas procuraram versar sobre a compreensão de que as reflexões contidas no *Mea Culpa*, sobre a atuação da arquidiocese de São Paulo e do clero progressista no decorrer do período ditatorial, possuem relação com perspectivas que comungavam, conforme já citado anteriormente, com o que Rezende (2001) observa ser um dos pilares da própria pretensão de legitimidade da ditadura militar, que foi demonstrar que suas ações, medidas e atos concorriam para a suposta existência de uma verdadeira democracia, consubstanciando, então, um sistema de ideias e valores referentes aos desígnios dos próprios grupos militares e de seu projeto de organização social.

Compreende-se que, apesar da busca pela manutenção de discursos em favor da continuidade da democracia brasileira, tal como compreendiam os grupos militares e aqueles que comungavam com os seus desígnios, o golpe de 1964 teria representado para a história política do Brasil, de acordo com Fernandes (1975), uma contrarrevolução, uma vez que não se rompeu com a ordem social estabelecida, dando-se continuidade a ela, ao poder político da oligarquia burguesa nacional e os interesses da burguesia externa, reduzindo ou, ainda, levando à extinção os direitos de manifestações contrários à ordem então estabelecida, além dos direitos humanos restringidos.

Tal movimento teria gerado uma forma de pensamento correspondente, com a qual diversos grupos comungaram no decorrer do período ditatorial. Tendo em vista as contribuições de Lahire (2002) sobre as disposições dos indivíduos que são ativadas por elementos de diversas ordens em diferentes contextos, apresenta-se a percepção de que com o tempo decorrido entre o início da ditadura militar, o

desenvolvimento do processo de abertura política e a difusão de tais formas de pensamento, as mudanças e possibilidades que a redemocratização ventilava dificilmente não gerariam reações contrárias a fim de conservar a ordem social instituída até então.

Com base em tais considerações, o capítulo dois empenha-se, através das declarações e elaborações contidas na edição falsificada do JOSP, tendo em vista o diálogo de seus autores com elementos conjunturais e na busca pela manutenção da ordem social instaurada na ditadura militar, em apreender, enquanto categorias de análise: 1) as visões de mundo, evidenciadas no *Mea Culpa*, em relação à conjuntura que abordam, ou seja, como percebem e reagem aos processos de possíveis mudanças, o que foi evidenciado em suas próprias elaborações sobre os indivíduos que, de acordo com o conteúdo da edição falsificada, tratam de temas políticos nas igrejas e trazem o comunismo para elas, 2) a forma como situam o seu discurso e, também, os posicionamentos e ações de membros da Arquidiocese no “panorama” que é apresentado sobre a situação, 3) identificar como percebem e elaboram caracterizações, adjetivos e atribuições de valores a si mesmos e aos indivíduos aos quais direcionam críticas, tais como suas ações, ligando-as ao contexto sócio-histórico, político e cultural mais amplo, o que inclui o cotidiano da Arquidiocese.

Procura-se, portanto, identificar visões de mundo e as categorias elaboradas pelos próprios indivíduos que falsificaram a edição e pelas quais realizam uma leitura da conjuntura na qual demonstram como percebem as ações e princípios dos indivíduos em nome dos quais suas elaborações buscam passar mensagens aos leitores do jornal, e, por fim, abarcar a mensagem que querem transmitir aos frequentadores da Arquidiocese.

O capítulo aborda, para além da análise do conteúdo da edição apócrifa, questões concernentes a elementos das relações socioeconômicas no Brasil, ao Golpe Militar e as teorizações propostas por Karl Mannheim, referencial teórico com o qual a pesquisa dialoga, sobre o pensamento conservador, tradicional e progressista, sobre as correntes de pensamento e perspectivas sobre o mundo.

2.1 Elementos das relações sócio-econômicas no Brasil e o golpe militar: o desenvolvimento de um pensamento conservador

O presente subtópico tem como objetivo abordar fatores relativos à conjuntura na qual os elementos, com os quais a análise visa trabalhar, desenvolveram-se histórica, social e politicamente. Procura-se contemplar, para tal, questões que se referem a elementos das relações sócio-econômicas brasileiras, ao golpe de 1964 e ao desenvolvimento de uma “mentalidade” que corrobora os desígnios dos grupos militares (REZENDE, 2001).

Como desdobramento do presente subtópico, desenvolve-se o 2.2, que se refere a formulações teóricas de Karl Mannheim, com base nas quais procura-se identificar uma corrente de pensamento que é compreendida como conservadora e que concorreu para as elaborações de visões de mundo que visassem a manutenção da ordem social do período em questão e dos métodos autoritários dos grupos militares que estavam no poder.

Abordar aspectos das relações sócio-econômicas no Brasil, significa, portanto, tratar sobre elementos constituintes da própria formação histórica, política, econômica, social, cultural, entre outros âmbitos e suas particularidades, que foram parte de um processo que possibilitou até mesmo a ocorrência de um golpe militar no país. Para tal, seguem-se apontamentos feitos por Fernandes (1975), que destaca a não existência de apenas um modelo “clássico” democrático-burguês, a partir de economias centrais, de transformação capitalista no Brasil, compreendendo, dessa forma, que essa “não se determina, de maneira exclusiva, em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 1975, p.281).

Arruda (1996) observa que Fernandes, em sua análise da questão⁶⁶, aborda, na realidade brasileira, as noções de burguesia, burguês e revolução burguesa, discutindo as especificidades da construção de uma sociedade de classes e da revolução burguesa no Brasil, vistas da perspectiva da formação de uma racionalidade e mentalidade burguesas que atua tendo em vista a “ética do ‘ganho’, do ‘lucro’ e do ‘risco calculado’” (ARRUDA, 1996, p.58).

De acordo com Arruda (1996), Fernandes analisa tal processo formador considerando o universo valorativo que orienta as ações dos agentes envolvidos, ou

⁶⁶ A autora se refere às perspectivas contidas na obra “A revolução Burguesa no Brasil”.

seja, aborda dimensões psicossociais no sentido de demonstrar e caracterizar a existência de um espírito burguês. Esses elementos psicossociais fazem referências à relação existente entre uma mentalidade correspondente que se forma em diálogo com fatores conjunturais e históricos referentes ao sistema capitalista de produção (sua formação e desenvolvimento), que se espalha para a sociedade e para seus grupos, contendo, portanto, fatores de ordem psicológica e social, em diálogo com elementos objetivos que englobam, por exemplo, a concentração do poder econômico e político em pequenos grupos.

Fernandes (1975) aponta, dessa forma, como elementos que concorreram para a formação dessa mentalidade, o fato de que, com suas particularidades, no Brasil, reproduziu-se parte do passado recente europeu, visto que esse passado também compôs a implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna brasileira. Contudo, as particularidades existentes na conjuntura brasileira foram de grande importância para o desenvolvimento dos rumos e configurações das relações sócio-econômicas no país, entre seus diversos grupos.

Nesse sentido, Fernandes (1975) observa que os requisitos intrínsecos ao desenvolvimento capitalista, sejam econômicos, socioculturais ou políticos, entram em interação com elementos capitalistas extra ou pré-capitalistas e com os elementos extraeconômicos da realidade histórico-social brasileira, podendo sofrer bloqueios, delimitações e adaptações. Com base em tais considerações, o autor observa que a situação brasileira consistia em um caso em que não se poderiam negligenciar, para a análise, as relações entre a transformação capitalista e a dominação burguesa.

É importante destacar, ainda, que o Brasil se configurava, na perspectiva apresentada por Fernandes (1975), enquanto um país periférico, de economia capitalista subdesenvolvida, dependente das nações centrais e de sua dominação externa, sendo, então, passível de remodelações dada a economia dessas potências mundiais. Um exemplo dessa relação do Brasil com os capitalismo de nações centrais, cuja dominação externa pode caracterizar-se, de acordo com Fernandes (1975), como colonial, neocolonial ou imperialista, pode ser observado no caso do Golpe Militar de 1964, para o qual os Estados Unidos ofereceram apoio.

Silveira (2009), nesse sentido, observa que, para compreender a relação entre Brasil e Estados Unidos⁶⁷ e a cooperação entre ambos para o golpe militar, faz-

⁶⁷ A participação e apoio dos Estados Unidos ao golpe podem ser constatados, também, através de documentos do período. Fico (2008), por exemplo, observa que há documentos que demonstram tal

se necessário abordar questões que antecederam o ocorrido, referentes ao contexto mundial. Segundo Fico (2008), o início das relações entre os dois países data da Segunda Guerra Mundial, quando a Força Expedicionária Brasileira cooperou com as tropas dos EUA no norte da Itália, o que promoveu, também, que se tornassem o principal vendedor de armas para o Brasil, além da possibilidade de afirmarem sua liderança no continente.

Conforme Fico (2008), apesar de a importância estratégica do país ter sido reduzida, a preocupação norte-americana com o “perigo” de o comunismo alastrar-se por outros países não diminuiu, e, após Cuba optar pelo socialismo em abril de 1961, a política externa dos EUA tornou-se mais ofensiva com relação ao assunto na América Latina. É importante destacar, ainda, que, de acordo com o autor, no período estaria em vigência a percepção de que a pobreza poderia ser fomentadora de revoluções de cunho esquerdista.

Soma-se a tais fatores a conjuntura da guerra fria, a qual, de acordo com as observações apontadas por Rodeghero (2002), acarretou uma polarização ideológica entre o capitalismo e o comunismo. Tal fator desencadeou consequências externas e internas, o que inclui uma perspectiva, por parte dos norte-americanos, que tomava o comunismo como um inimigo a ser combatido, visto que poderia arriscar até a destruição da civilização pelo uso de armas atômicas. Esse posicionamento seria “o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista” (RODEGHERO, 2002, 464).

A autora também destaca que o comunismo e a União Soviética eram tidos como inimigos não só nos campos militares, econômico e geopolítico, mas também eram inimigos ideológicos que estavam comprometidos, “em teoria, com a igualdade social e econômica e com a socialização dos meios de produção, o que colocava um desafio a uma nação como os Estados Unidos, comprometida com o capitalismo” (RODEGHERO, 2002, p. 468).

Esse posicionamento se configura, então, como uma oposição de caráter sistemático “ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, [...] que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas” (RODEGHERO, 2002, 464). Tal forma de oposição não se desenvolveu somente nos

participação até mesmo em campanhas de desestabilização ao governo de João Goulart, que antecedeu o golpe.

EUA, tendo se manifestado, também, no Brasil e, em ambos os países, esteve marcadamente presente entre o final da década de 1940 e as décadas subsequentes, conjuntura na qual desenrolava-se a Guerra Fria (1947-1991).

No que se refere à questão do interesse das interferências norte-americanas em solo brasileiro, é importante observar que, mesmo que o Brasil pudesse ter importância estratégica apenas relativa para o governo norte-americano após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Fico (2008), a problemática cubana possibilitou, para tal governo, uma perspectiva na qual seria inviável e inadmissível a hipótese de se estabelecer um regime que possuísse qualquer tipo de pretensão esquerdista, e, sendo o Brasil o maior país da América do Sul, tal fator poderia “ampliar a órbita de influência comunista” (FICO, 2008, p.41). Com base em tais questões, os EUA empenharam-se na campanha de desestabilização do governo de Goulart e no apoio ao golpe, enviando ao Brasil, inclusive, no dia em que foi realizado o golpe, uma força-tarefa naval que ficou conhecida como a “*Operação Brother Sam*”⁶⁸.

De acordo com Fico (2008), foi no contexto das eleições parlamentares de 1962 que as intervenções norte-americanas no processo político se intensificaram. Foram tomadas algumas medidas, como, por exemplo, a missão enviada por Kennedy, presidente dos EUA na época, que era integrada, inclusive, por representantes de grupos governamentais, como, por exemplo, o departamento de Defesa e a CIA que investigou o resultado das eleições. Acrescentou-se também a vinda do secretário de Justiça, irmão de Kennedy, para conversar com Goulart e pressioná-lo em questões como a demissão de auxiliares tidos como de orientação política de esquerda.

Entre essas medidas, encontra-se a operação *Brother Sam*, que, segundo Delgado (2010), previa o desembarque de marines norte-americanos na costa brasileira se houvesse, por parte do Governo Goulart e dos movimentos populares (2010, p.135), alguma reação aos acontecimentos que se desenrolavam. Fico (2008) destaca que a operação era um plano de contingência norte-americano, que estabelecia linhas de ação estratégica, como o controle militar temporário e posterior eleição de um novo presidente, e, ainda, de uma perspectiva estratégica que estabelecia, que em caso de confronto, não seria dado apoio a Goulart, providenciando apoio e suporte logístico ao golpe, além de intervir com a força no

⁶⁸ Para maiores informações consultar FICO, C. O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

caso de interferência soviética ou cubana.

Como ressalta Fico (2008), cogitar a possibilidade de tal operação de fato ocorrer, é algo evidenciado pela ideia de uma intervenção utilizando-se de força. Para além dessa forma de intervenção, pode-se destacar também a movimentação realizada em torno de medidas direcionadas para tratar possibilidades de outras interferências por parte da esquerda no processo do Golpe Militar.

É importante ressaltar, ainda, as observações de Fico (2008) no sentido de que o poderio norte-americano não poderia ser plenamente exercido em escala ampliada se os EUA não predominassem no hemisfério, especialmente no maior país da América Latina, o que inclui, também, elementos de ordem econômica, visto que inúmeras empresas norte-americanas possuíam grandes investimentos em solo brasileiro.

E é em meio ao desenrolar desses fatores que o Governo João Goulart se iniciou. Antecessor ao golpe (1961-1964), fez emergir, de acordo com Toledo (2004), um novo contexto político-social, cujas características básicas foram:

[...] uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes (TOLEDO, 2004, p.13).

Nesse sentido, observa Toledo (2004), por mais que exista discordância entre autores e parcelas da sociedade de diversas orientações políticas a respeito da época em questão, há consensos de que esse período representou um momento de intensas lutas entre classes, além de, por ignorar a função dos Estados em países de capitalismo periférico, tal governo possibilitou a fomentação de diversos movimentos sociais, entre esses, também, alguns de cunho socialista.

Tal fator ia de encontro aos interesses do capitalismo externo e da movimentação burguesa interna, os quais, ressalta Fernandes (1975), buscavam convergir para a continuidade da dominação das próprias burguesias, cujos setores possuíam interesses particulares.

Dessa forma, compreende-se que, como observa Toledo (2004), o movimento político-militar de 1964 representou tanto um golpe contra as reformas sociais defendidas por diversos setores da sociedade brasileira, quanto contra a

“incipiente democracia política burguesa nascida em 1945, com a derrubada da ditadura do Estado Novo” (TOLEDO, 2004, p.14). Isso corrobora as colocações de Fernandes (1975) sobre o mesmo ter se caracterizado como uma contrarrevolução que buscou conservar a dominação burguesa nacional e os interesses do capital externo, impedindo a mudança para uma democracia em que a participação de todos os setores da sociedade seria ampliada.

Sobre a a ditadura militar que se instaurou no Brasil após 1964, Rezende (2001) salienta que essa:

Entendia, nos moldes da Escola Superior de Guerra, que a busca de sua legitimidade estaria fundada, consideravelmente, nos elementos psicossociais, os quais se pautavam na criação de valores (e/ou na sublevação daqueles já existentes e que fossem compatíveis com os seus objetivos) condizentes com a nova ordem social que exigia um amplo senso de dever e de refutação de toda e qualquer idéia que pudesse levar ao comunismo (REZENDE, 2001, p.46).

Dessa forma, observa a autora, haveria a necessidade do desenvolvimento de uma mentalidade de caráter harmonioso, denominada como democrática de acordo com tal perspectiva, que rejeitasse conflitos e rivalidades entre as diversas classes e grupos sociais, e que mantivesse diálogos com elementos relacionados à rejeição e à refutação do comunismo.

É preciso considerar as elaborações e “princípios” que mantêm relações com a perspectiva capitalista de dominação e a busca por sua continuidade citada por Fernandes (1975), em diálogo com as observações de Rezende (2001), sobre a existência e o desenvolvimento dessa mentalidade conectada com grupos militares, e suas perspectivas, como é o caso de seus discursos sobre a verdadeira democracia. Compreende-se, então, que, na falsificação do JOSP, as elaborações de seus autores apresentam interlocuções com formas de pensamento já existentes e que foram desenvolvidas em concomitância com a busca pela perpetuação da ditadura militar. Tais fatores seriam elementos que constituíam as visões de mundo dos indivíduos responsáveis pelas elaborações contidas no *Mea Culpa*, cujo conteúdo é significativo nesse sentido.

É importante, contudo, destacar que na realidade histórico-social, cultural e política brasileira, não há somente uma divisão binária entre grupos que se pode associar com os conservadores (manutenção da ordem social) e comunistas (esquerda política) ao se pensar a questão dos processos econômicos e políticos no

país. Havia outros grupos, tanto no período pré 1964 quanto no pós golpe militar, seja na política partidária, nos movimentos sociais, entre outros, com uma variedade de orientações políticas e objetivos diferentes, e, em meio a esses, pode-se citar algumas personalidades que foram afetadas pelo golpe de 1964.

Por exemplo, havia um movimento pautado em uma visão de mundo progressista que entrava em choque com as aspirações dos grupos militares ao deflagrarem o golpe, e, dessa forma, alguns indivíduos como Celso Furtado, Josué de Castro e Guerreiro Ramos, podem ser indicados como indivíduos que, não necessariamente, possuíam uma orientação comunista, e acabaram sendo expulsos do país pouco tempo após o golpe em 1964.

Furtado foi um intelectual e economista⁶⁹ que foi cassado e exilado do Brasil no decorrer da ditadura militar. Furtado (2013) apresentou críticas aos processos de caráter ditatorial que se desenvolveram no Brasil, referindo-os enquanto uma época sombria e de degradação da história (2013, p.45) e, ao se referir ao período em que passou a se interessar em estudar economia, põe em evidência a compreensão de que o governo ditatorial desencadeia arbitrariedades e formas de violência.

Furtado (2003) também expressa uma visão crítica no sentido da importância de se interferir em relação à realidade social, econômica, entre outros, uma vez que, em suas reflexões, não concebia, por exemplo, problemas de ordem econômica enquanto somente pertencentes à essa, mas sim como interligados aos grupos sociais, como nos casos das empresas e sua luta por poder⁷⁰.

⁶⁹ Celso Furtado nasceu em Pombal (paraíba) em 1920. Estudou direito na Universidade do Brasil e se tornou doutor em economia na Universidade de Paris em 1948, cursou a pós-graduação na Universidade de Cambridge. Foi o criador e primeiro superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Sudene (1958-1964) e primeiro ministro do Planejamento do Brasil (1962-1963). Em 1964 foi cassado pelo golpe militar, instalando-se, então, na França, sendo professor de economia, por vinte anos, na Universidade de Paris, além de ter lecionado, também, em *Yale, Columbia, Cambridge e American University*. Posteriormente, (1986-1988) foi ministro da Cultura no Brasil. Informações retiradas do livro: FURTADO, C. *Essencial Celso Furtado*. 1 Ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

⁷⁰ Um exemplo de sua visão crítica pode ser observado na seguinte citação: “Um ano depois da tese [...] publiquei meu primeiro estudo analítico das transformações da economia brasileira no século XX. Nesse ensaio estão os germes do que seria, dez anos depois, meu *Formação econômica do Brasil*. O esforço para compreender o atraso brasileiro levou-me a pensar na especificidade do subdesenvolvimento. A ideia de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois processos integrados, que se apresentam conjuntamente na evolução do capitalismo industrial, formulei-a em uma tese de aspirante a professor, apresentada na Universidade do Brasil em 1958. Convenci-me desde então de que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência, e que para compreender esse fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo final era compreender as razões do atraso de um país que reunia as potencialidades do Brasil. (FURTADO, 2013, p. 47)

Segundo as observações de Cardoso (2008), ao fim da década de 1950, quando a região sertaneja nordestina (local de muitas secas) leva a grandes migrações, Kubitschek⁷¹ instaura a “Operação Nordeste” e depois a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Nesse processo, observa a autora, destacam-se Furtado, idealizador e arquiteto dos planos de desenvolvimento do Nordeste em geral e do sertão Nordestino, os debates ocasionados por suas ideias no campo intelectual desenvolvimentista, e Josué de Castro⁷², “um dos grandes interlocutores dos diagnósticos e planos de desenvolvimento de Furtado e da SUDENE” (CARDOSO, 2008, p. 01). Tal como observa Cardoso (2008), nos diagnósticos e planos de desenvolvimento elaborados por Furtado, aparecem suas perspectivas sobre industrialização, população, e, inclusive, reforma agrária.

Guerreiro Ramos⁷³ pode ser citado como outro exemplo de intelectual que atuava politicamente e que foi expulso do país por ocasião da ditadura militar. De acordo com Nogueira (2016), Ramos fez parte do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) desde 1955 (que era um órgão vicil ligado à Casa Civil da Presidência da República), se afastou do ISEB em 1958, e ingressou na política partidária: foi eleito, em 1959, para o Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e em 1962, se candidatou a deputado federal (eleito em 1963).

Bringel *et al* (2015) observam que, ao investir na política, Ramos possuía o propósito confesso de tornar-se o principal teórico do trabalhismo e, assim, orientar ideologicamente o processo de transformação que se desenrolava, tendo como base sua teoria da sociedade brasileira.⁷⁴

Na presente pesquisa, por razões metodológicas, atribuiu-se foco tanto à noção da existência de um grupo do clero católico progressista quanto, no que se refere ao *Mea Culpa*, os paralelos apresentados, por seus atores, com uma corrente de pensamento conservadora, que dialoga com os grupos militares (no poder) e busca

⁷¹ Kubitschek foi presidente do Brasil entre os anos de 1956 e 1961.

⁷² Josué de Castro era geógrafo, sociólogo, médico e nutrólogo.

⁷³ De acordo com Bringel *et al* (2015), Ramos (1915-1982) apresentou, como temas importantes em suas obras: a política, o pensamento político-social, a sociologia periférica e a questão racial, abordando também o racismo, as controvérsias das relações entre desenvolvimento econômico e político, entre outros.

⁷⁴ Tal como observa Nogueira (2016), seu mandato como Deputado Federal (de Agosto de 1963 a Abril de 1964), pode ser caracterizado por sua crença em um projeto popular e nacional, por suas perspectivas críticas ao Partido Comunista Brasileiro e aos temas nacionais e por suas convicções de sociólogo existencialista e humanista. De acordo com o autor, Ramos, em 1962, apresentou em campanha compromissos como: a participação dos trabalhadores nos resultados e programação do desenvolvimento econômico e a realização da reforma agrária.

sua perpetuação. Isso evidencia uma visão de mundo dos responsáveis pelo *Mea Culpa*, na qual as publicações do JOSP e os membros da Arquidiocese envolvidos em sua edição, e os outros indivíduos e instituições que divergiam da manutenção da ordem social do período, teriam um caráter “comunista” ou subversivo da ordem social e política instituída a partir do golpe de 1964.

2.2 O conservadorismo: correntes de pensamento e perspectivas sobre o mundo segundo as elaborações de Karl Mannheim

Para abordar as relações dos responsáveis pelo *Mea Culpa* com as perspectivas advindas de grupos militares, busca-se dialogar com a perspectiva de Mannheim (1981), que compreende a existência das chamadas correntes de pensamento. Seguem-se, então, apontamentos feitos pelo autor acerca do pensamento conservador⁷⁵ e que embasaram a análise da edição falsificada.

Mannheim dialoga com a chamada Sociologia do Conhecimento, que apresenta em seu âmago a noção de existência de estilos de pensamento. Mannheim (1982) destaca que a principal tese dessa Sociologia encontra-se na perspectiva de que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem incertas as suas origens sociais.

Ao estudá-los, a Sociologia do Conhecimento procura apreendê-los enquanto crescem, se desenvolvem, fundem-se e desaparecem. Em tal perspectiva, as circunstâncias sociais em mudança são tidas como elementos fundamentais para se pensar tal processo, especialmente no que se refere ao “destino” dos grupos e classes sociais, que são os portadores das correntes de pensamento.

Pode-se destacar que o autor faz observações que corroboram questões postas por Lahire (2002), nas quais os indivíduos apresentam disposições que são ativadas por determinadas condições outrora aprendidas pelos indivíduos. Mannheim, por sua vez, compreende que os indivíduos utilizam-se de “padrões de pensamento” (MANNHEIM, 1981, p.78) com os quais percebem o mundo, e que são adquiridos de seu meio cultural e dos grupos nos quais se inserem, podendo se

⁷⁵ Os apontamentos foram retirados da obra: MANNHEIM, K. “O pensamento conservador”. In Martins, J. S. (org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. Portanto, quando referentes à outras obras do autor, indicam-se as mesmas no sistema autor/data.

manifestar não só em seu comportamento, mas também em seu pensamento e em suas respostas intelectuais.

Para Mannheim (1981), no entanto, tal colocação abrange apenas um aspecto da questão, pois não se trata de uma simples reprodução de hábitos e padrões de comportamento, e acrescenta a percepção de que essas formas de pensamento estão em constante mudança na sociedade. É importante destacar que essas formas de pensamento, seu desenvolvimento ou superação, são percebidas atreladas à história dos grupos sociais, seus portadores. Acerca de seu método, observa

Queremos ver os pensadores de um determinado grupo período como representantes de diferentes estilos de pensamento. Queremos descrever suas maneiras diversas de enxergar as coisas como se eles refletissem as perspectivas em mudança de seus grupos; e através desse método esperamos mostrar tanto a unidade interna de um estilo de pensamento como as leves variações e modificações que o aparato conceitual do grupo todo deve sofrer quando o grupo mesmo muda sua posição na sociedade (MANNHEIM, 1981, p.80).

Pode-se destacar que se apresenta, então, a compreensão de que elementos de ordem objetiva e subjetiva mantêm diálogos entre si, e que essa relação é de grande importância no que se refere à existência, manutenção, duração ou superação de diferentes formas de pensamento, com as quais os indivíduos entram em contato, o que depende, também, de fatores objetivos. Dessa forma, até mesmo elementos, como, por exemplo, conceitos, palavras e termos, que são iguais e são usados por esses indivíduos, adquirem significados diferentes conforme quem os utiliza, e suas “leves variações de sentido nos fornecem as melhores pistas para as diferentes tendências de pensamento numa comunidade” (MANNHEIM, 1981, p.81).

Nessa perspectiva, só o indivíduo é capaz de pensar (MANNHEIM, 1982, p. 30), não há uma entidade metafísica que atue como uma mente do grupo e pareça acima dos indivíduos, ou cuja mentalidade apenas reproduzam. No entanto, isso é válido para o outro extremo, que concebe que todas as suas séries de ideias, tais como seus pensamentos, sentimentos, entre outros, possuem origem apenas nos indivíduos, ou que possam ser analisados tomando por base somente a experiência de vida.

Da mesma forma, como seria incorreto tentar derivar uma linguagem apenas da observação de um só indivíduo, que fala uma linguagem que não é

somente dêle, mas, antes, é a de seus contemporâneos e predecessores que para êle prepararam o caminho, é também incorreto explicar-se a totalidade de uma perspectiva com a referência exclusiva à sua gênese na mente do indivíduo. Sòmente num sentido muito limitado o indivíduo cria por si mesmo um modo de falar e de pensar que lhe atribuímos. Êle fala a linguagem de seu grupo; pensa do modo que seu grupo pensa (MANNHEIM, 1982, p.31).

O indivíduo encontra, na sociedade, palavras e seus significados, formas de compreensão e perspectivas sobre o mundo que possuem grande margem de influência no que se refere aos “caminhos de abordagem ao mundo que o envolve” (MANNHEIM, 1982, p.32). Tais elementos também revelam de que forma, em qual perspectiva e em qual contexto de atividades esses fatores foram perceptíveis e acessíveis aos grupos ou indivíduos anteriormente.

Nesse sentido, o autor destaca que se busca compreender o pensamento no contexto concreto das situações histórico-sociais, das quais, gradativamente, aparece o pensamento individualmente diferenciado. O autor concebe que quem pensa, então, são os indivíduos em grupos que desenvolveram um estilo de pensamento particular em uma série de respostas a determinadas situações que são características de sua posição comum, que é herdada, participando desse movimento do pensar de uma forma que se acrescenta ao que outros indivíduos desses grupos pensaram antes dele, ou seja, aos padrões de pensamento e conduta previamente formados em situações definidas.

O indivíduo se encontra em uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados, tentando reelaborar os modos de reação herdados, ou substituindo-os por outros, a fim de lidar mais adequadamente com os novos desafios surgidos das variações e mudanças em sua situação (MANNHEIM, 1982, p.31).

O autor destaca, ainda, que a Sociologia do Conhecimento não separa os modos de pensamento concretamente existentes do contexto de ação coletiva pelo qual os indivíduos passam no processo de conhecer, inicialmente, o mundo, pois percebe que, de acordo com o contexto da atividade coletiva da qual participam, os homens tendem a perceber de diferentes formas o mundo que os circunda.

Os indivíduos, em tal panorama, agem uns com os outros ou, ainda, uns contra os outros, em grupos orientados de formas diferentes, e, ao fazerem, pensam de forma que dialoga com o caráter e a posição de seus grupos, empenhando-se em transformar ou em manter o mundo da natureza e da sociedade. É a direção desse pensamento das atividades coletivas que produz orientações para a emergência de

seus problemas, conceitos e formas de pensamento.

As visões de mundo dos indivíduos, observam Weller *et al* (2002), seriam, então, o resultado de uma série de vivências ou experiências ligadas a uma mesma estrutura que se constitui como uma base comum das experiências que perpassam a vida de diversos indivíduos. Portanto, de acordo com Weller *et al* (2002), as visões de mundo são construídas a partir das ações práticas e na totalidade de vivências e/ou experiências que estão interconectadas estruturalmente e que podem derivar da formação de grupos sociais e/ou criações em nível “espiritual”.

É importante destacar, porém, que os estilos de pensamento apresentados por Mannheim (1981), por mais que existam como unidades relativamente independentes, ainda possuem portadores sociais e elementos dos indivíduos em si⁷⁶. Os estilos de pensamento englobam diversas áreas da expressão da personalidade dos indivíduos tais como a política e a história, além de possuir um caráter mutável, tendo, então, uma força dinâmica por trás, e que fica “sob a superfície concreta dos vários modos de expressão da própria personalidade” (MANNHEIM, 1981, p.81).

Em sua concepção, por trás dos estilos de pensamento, repousa o que define como intenções básicas, visto que diferentes modos de abordar e conceber o mundo estão, em última instância, na raiz dos diferentes modos de pensamento, manifestando-se através de diversas formas de expressão que são características desse estilo. Nesse sentido, o autor destaca que, refletindo sociologicamente, deve-se assumir que tais intenções fazem parte de processos de pensamento, tendo, portanto, uma origem. Dessa forma, têm, então, sua história e seu destino ligados, de diversas maneiras, aos destinos dos grupos, vistos, dessa perspectiva, como seus portadores sociais.

Não que o autor perceba os indivíduos “engessados” em meio a esse processo, atribuindo primazia total aos grupos e às formas de pensamento em voga em determinada conjuntura. Observa que a mente humana não funciona de forma atomística, acumulando experiências inexpressivas. Destaca, porém, que:

[...] mesmo no processo de conhecimento, certos princípios determinados, provenientes do grupo, estão atuando no indivíduo que molda, de acordo com eles, suas experiências e conhecimentos potenciais. Esses princípios sociais podem ser abordados se nos perguntarmos quais são as causas sociais [...]

⁷⁶ Os grupos sociais, por exemplo, ao sofrerem mudanças, acarretam as mesmas nos estilos de pensamento, então há uma ligação entre a existência e o destino de ambos. Quando há bruscas mudanças ou colapsos nos segundos, há um movimento correspondente nos primeiros.

que os produziram (MANNHEIM, 1981, p.83).

Dessa forma, ao estudar os estilos de pensamento, é importante que se apreendam as formas de manifestação do grupo em questão, considerando a conjuntura, como, por exemplo, as posições dos indivíduos na sociedade. Busca-se, então, as conexões entre o clima mental de uma época, os grupos portadores e as formas de pensamento, que se autoinfluenciam e retroalimentam. Assim, até mesmo as formas de experimentar emocionalmente elementos de diversas ordens flutuam em relação às formas de pensamento e à posição dos indivíduos na sociedade.

Um desses casos é trabalhado por Mannheim (1981) ao abordar as novas formas de vida relativas ao desenvolvimento capitalista e ao pensamento correspondente a tal movimento como uma contracorrente, o romantismo que figura como um oponente histórico de tais tendências, adotado como parte da bandeira dos grupos que participaram de tal contramovimento. Aqui o autor expressa novamente o peso dos elementos subjetivos, quando observa que o processo de desenvolvimento capitalista e suas formas de pensamento correspondentes não atingiram todas as camadas sociais de igual forma, como foi o caso da pequena burguesia, cujas antigas formas de pensamento abarcavam perspectivas diferentes, por exemplo, às da racionalização das relações de trabalho, referentes, então, aos proletários e capitalistas, que “mergulharam” em tais moldes.

Nessa perspectiva, as relações anteriores foram impelidas à periferia da vida capitalista, diminuindo sua presença na vida pública e retraindo-se para o âmbito privado de grupos que não estavam diretamente interessados no processo capitalista ou que eram diretamente ameaçados por ele. Permaneciam, então, como germes do antigo modo de vida e pensamento correspondente, anteriormente “dominantes. O Romantismo, nesse sentido, teria se apossado deles, trabalhando-os e desenvolvendo-os de forma consciente, colocando-os como parte de seu embate ao pensamento racionalista.

O autor aborda, partindo de tais exemplos, duas formas distintas de pensamento, guarnecedo as relações entre ambas, assim como suas diferenças, definindo-as como o tradicionalismo e o conservadorismo⁷⁷. Em suas formulações, as

⁷⁷ Tais considerações acerca da teorização proposta pelo autor, assim como em outras passagens da dissertação, foram elaboradas desde o ano de 2015, período no qual foi desenvolvida uma pesquisa de iniciação científica no âmbito da UEL e do Programa de Iniciação Científica (PROIC), subsidiada por uma bolsa de estudos da Fundação Araucária, e que, posteriormente, compôs o trabalho de conclusão

duas noções possuem características distintas, apesar de apresentarem ligações entre si, uma vez que o tradicionalismo representa uma inclinação que o indivíduo tem inconscientemente naturalizada em si e que pode, tanto quanto o conservadorismo, atuar em setores diferentes das vidas dos indivíduos: agir tradicionalmente em relação aos negócios, porém buscar mudanças em suas vidas pessoais. De acordo com o autor:

Tradicionalismo significa uma tendência a se apegar a padrões vegetativos, a velhas formas de vida e que podemos considerar como razoavelmente onipresentes e universais. Esse tradicionalismo “instintivo” pode ser considerado como a reação original a tendências deliberadas de reforma (MANNHEIM, 1981, p.102).

O tradicionalismo designa, em maior ou menor grau, uma “característica psicológica formal de toda mente individual” (MANNHEIM, 1981, p. 102), ao contrário da ação conservadora, que depende de um conjunto de circunstâncias, envolvendo mais do que respostas “automáticas” de um certo tipo, uma vez que a conjuntura sociocultural, histórica e política influencia as ações dos indivíduos e grupos de indivíduos.

É importante destacar que, de acordo com o autor, em cada configuração histórica e dinâmica pode-se discernir uma “intenção básica”, a qual os indivíduos tornam sua na medida em que “a experiência passa a ser determinada pela ‘configuração estrutural’ como tal” (MANNHEIM, 1981, p.105). Para que essa intenção seja válida, é preciso considerar o tempo e a história.

O conservadorismo configura-se enquanto um movimento que expressa tendências sociais e históricas, ou seja, apresenta conexões com um tempo passado, sendo um tipo de pensamento elaborado de forma consciente e que atua em sentido oposto aos movimentos que buscam mudanças. O autor o define como uma estrutura mental objetiva, e destaca:

Não é objetiva no sentido de ser eterna e universalmente válida. Nenhuma dedução *a priori* pode ser feita dos “princípios” do conservadorismo. Nem ele existe independentemente dos indivíduos que o realizam na prática e que o incorporam em suas ações. Não é um princípio imanente com leis de desenvolvimento determinadas que os indivíduos membros do movimento

de curso apresentado ao Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) da UEL para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais: <RODRIGUES, R. R. B. Divergências e Convergências Quanto Ao Conceito De Família No Semanário “O São Paulo”. 2017. 57 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina>.

apenas desenvolvem – provavelmente de forma inconsciente – sem adicionar nada de si próprios. Resumindo, o conservadorismo não é uma entidade objetiva no sentido platônico correto ou incorreto da pré-existência das ideias. Mas, comparado com a experiência *hie et nunc* do indivíduo particular, ele tem uma certa objetividade bastante definida (MANNHEIM, 1981, p.103).

Quando utiliza o termo “estruturas mentais objetivas” para se referir a tais formas de pensamento, observa que elas se constituem como aglomerações peculiares de elementos intelectuais e espirituais que não podem ser tomadas, para a análise, como totalmente independentes dos indivíduos, seus portadores, uma vez que sua produção, reprodução e desenvolvimento dependem dos “percursos” traçados pelos indivíduos. Não são, porém, dependentes apenas dos indivíduos isolados, uma vez que eles não as produzem sozinhos, e elas não dependem de seus portadores individuais, que somente fazem parte de uma fase de seu desenvolvimento histórico.

Nesse sentido, aborda o que denomina como configuração estrutural e dinâmica, conceito que versa sobre um tipo de objetividade ligada ao tempo, que tem seu desenvolvimento e deterioração ligados ao mesmo e aos grupos sociais no que se refere ao seu destino e suas experiências. Há uma “estrutura” que está, então, presente e que, em relação a outras cadeias simples de experiências, sempre mantém sua própria forma definida (MANNHEIM, 1981, p.104), que não é, porém, estática, pois está constantemente mudando, visto que é dinâmica e historicamente condicionada.⁷⁸

Portanto, considerando tais apontamentos, as (re)formulações do conservadorismo dependem de um conjunto concreto de circunstâncias, que se referem a mais do que a “respostas automáticas” do indivíduo, que é, então, “guiado consciente ou inconscientemente por uma forma de pensamento e ação que tem sua própria história atrás de si” (MANNHEIM, 1981, p.103), e continuam, portanto, mesmo quando os indivíduos não mais mantiverem contato consigo, além de possuir o “apego” ao imediato. É, portanto, um movimento significativo em relação às circunstâncias que mudam conforme os cenários sociais no qual está inserido.

De acordo com o autor, os indivíduos agem de forma conservadora quando se incorporam ao que define como uma fase dessa configuração mental que é

⁷⁸ O autor destaca que as etapas no processo de mudança estão ligadas intimamente entre si, cada uma à sua predecessora. Cada nova etapa provoca mudanças na ordem interna e nas relações da estrutura anteriores à mesma. (MANNHEIM, 1981, p.105).

estrutural objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida, e se comportam conscientemente de acordo com esta, seja reproduzindo-a ou desenvolvendo-a ainda mais a partir de situações localizadas histórica, social e culturalmente, as quais vivencia. Lattanzi e Faria (2013), nesse sentido, observam que:

[...] o pensamento conservador resulta de uma elaboração consciente que rejeita e atrasa as transformações sociais, se apropriando de argumentos tradicionais para atrair novos agentes. Estes assimilam, em novas bases, suas ideias e noções, conferindo ao conservadorismo um caráter de renovação permanente, ainda que sempre voltado para a preservação daquelas estruturas que formaram o pensamento” (MANNHEIM, 1963, p. 102 a 104 *apud* LATTANZI E FARIA, 2013, p. 05 a 06).

É importante observar que o conservadorismo, de certa forma, surgiu do tradicionalismo, porém é este tornado consciente, não sendo somente o apego ao passado considerando um temor às mudanças e inovações. Os dois não são sinônimos, pois o conservadorismo somente se configura enquanto tal quando se torna “a expressão de um modo de vida e pensamento (que primeiro se desenvolveu em oposição à atitude revolucionária) extremamente definido e consistentemente mantido” (MANNHEIM, 1981, p.111), funcionando como um movimento relativamente autônomo no processo social. O conservadorismo implica, então, além do âmbito político, um processo que também possui caráter emocional e filosófico.

Silva (1996), nesse sentido, observa que Mannheim, propondo uma abordagem histórica das circunstâncias sociais, compreende que o conservadorismo surge como uma ideologia defensiva aos fatores modificadores que agiam sobre a então antiga sociedade francesa sob o cenário da Revolução Francesa, ou seja, o conservadorismo configura-se como uma forma de pensamento que é reativo, que pode manifestar-se quando se choca com situações que apresentam possibilidades de mudanças em relação a algo “estabelecido” anteriormente, ou seja, um contramovimento consciente que se opõe a movimentos progressistas, apresentando “coerência” e organização.

Falas como, por exemplo, do discurso de posse do primeiro presidente a assumir no período ditatorial, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, apesar da ideia de apresentar o golpe militar na condição de uma revolução, podem exemplificar o quanto se exaltava o apelo e o apego à elementos já instituídos, tais como a constituição do país:

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social (CASTELO BRANCO, 1964, p.61).⁷⁹

A própria violência praticada no decorrer da década de 1960 contra indivíduos considerados subversivos é um exemplo de uma reação que pode mesmo ser classificada para além de conservadora, como autoritária, assim como a censura e o AI-5, eram atos e iniciativas cometidos, também, com o fim de reprimir manifestações que se colocassem contrárias aos desígnios dos grupos militares no período. No caso do período de governo de Castelo Branco, por exemplo, Fico (2004) observa que esse: Decretou o AI-2, não conseguiu impedir que militares mais radicais conquistassem poder político, proibiu atividades políticas por parte de estudantes, decretou uma Lei de imprensa restritiva, foi conivente com a tortura, entre outras ações.

Ao se falar nas formas de diferentes violências em reação à possíveis indícios de comportamentos ou demonstrações de subversão à ordem, é importante que se aborde, também a questão do autoritarismo presente nas ações dos grupos militares e indivíduos ligados à esses e ao governo e que tomavam parte em suas ações. Mais do que a referência à uma forma conservadora de pensamento em prol da ordem social instituída, aponta-se o caráter autoritário dessas ações, tal como observam Ferreira Jr. e Bittar (2008), os governos militares suprimiram liberdades democráticas e, nesse processo, instituíram, também instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo.

Essa forma de agir tem relação com as observações de Angelo (2011), sobre a ditadura militar ter sido permeada em maior ou menor medida (em seus governos) pela “utopia autoritária” originária nos militares linha-dura, que tendia a identificar perspectivas opostas, e críticas a si, como subversivas da ordem, além de perseguir e alimentar uma postura combativa em relação a seus indivíduos/instituições/ órgãos portadores. O anticomunismo, de acordo com Santos (2014) foi partilhado, na época, por diversas forças político-militares, então “muitos

⁷⁹ Esse e outros discursos de Castelo Branco podem ser acessados em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>> Acesso em: 21 de abril de 2014.

dos militares que compuseram os quadros políticos da nação durante a ditadura, tanto os palacianos, quanto os que se mantiveram nos quartéis, compartilhavam uma forte tradição anticomunista” (SANTOS, 2014, p.24).

O governo ditatorial, em sua gestão autoritária, realizou ações e planejamentos para as quais o anticomunismo figurava como algo a ser sanado, até mesmo em prol da defesa de uma suposta “democracia” pela qual zelavam. Dessa forma, no decorrer da ditadura militar, essas medidas tomaram diferentes feições, que, contudo, faziam parte de uma busca em intervir nas instituições, órgãos, indivíduos e na própria sociedade civil, de forma que, também, conservasse a ordem social que era instituída.

É importante, nesse sentido, ressaltar que, não necessariamente, uma forma de pensamento conservadora é carregada de teor autoritário, os dois conceitos não são correlatos. Porém, no caso das ações que são observadas, por exemplo, na década de 1960 e 1970, como é o caso das torturas e do AI-5, por parte dos generais, tecnocratas e militares, para além da característica de buscar conservar a ordem social, havia, também, um caráter autoritário nessas ações, dado o teor violento e repressivo de muitas dessas medidas, que não admitiam posicionamentos opostos ou que discordassem de seus desígnios, o que acarretava punições correspondentes que acabaram em mortes, torturas, entre outras práticas extremas.

Castro (1985), ao falar a respeito da Igreja e do autoritarismo que revestia as ações e medidas dos grupos militares, chama a atenção para suas ações em diversos âmbitos, e que são exemplos desse autoritarismo; o jurídico (ao interromper-se o processo de entrega dos corpos de jovens assassinados considerados “subversivos”), no social (ao se buscar a alegação da segurança nacional como justificativa, ao se negar o direito à livre informação cívica, censura à imprensa e às artes em geral), econômico (ao se priorizar o capital em detrimento do trabalhador e ao se reforçar a desigualdade da distribuição do produto nacional), universitário e sindical (ao perseguir e limitar seus direitos à manifestação), político (ao cercear a participação da população no governo, ao se cometer abusos de poder, hipertrofia do poder Executivo), entre outros.

Considerando todos os apontamentos realizados, buscou-se apreender, com base no conteúdo da edição apócrifa (tendo em vista as conexões entre as visões de mundo de seus autores e de elementos conjunturais referentes à manutenção da ditadura militar): as visões de mundo dos indivíduos ao realizarem sua elaboração,

assim como os efeitos (almeçados por seus autores) que essa edição poderia ocasionar ao ser distribuída aos leitores do JOSP nas portas das igrejas de São Paulo.

Ao procurar apreender tais elementos, a análise apresenta também, o objetivo de abordar a forma como seus autores “situam” ou como “contextualizam” as suas falas e posicionamentos e aquelas às quais questionam, no “universo” apresentado nos conteúdos abordados, o que demanda também identificar a forma como percebem e elaboram caracterizações e atribuições de “valores” e oposições relacionados a si mesmos e aos indivíduos aos quais direcionam críticas.

2.3 Aspectos conceituais: considerações para a análise da edição apócrifa

A partir da leitura e interpretação do jornal *Mea Culpa*⁸⁰, pode-se identificar que o conteúdo da edição falsificada atribuiu elementos valorativos às perspectivas que buscam passar aos leitores com os quais querem dialogar. Procuravam se comunicar e expressar, atribuindo valores “positivos” ou “negativos” ao que era publicado, até então, pelo JOSP, e sobre a atuação dos membros da Arquidiocese de São Paulo.

A interpretação dos documentos busca, contemplando tais questões, perceber os posicionamentos evidenciados, nesse conteúdo, sobre assuntos relacionados a questões de cunho político, como, por exemplo, a situação política do país em relação à Ditadura Militar, a democracia, como a população deveria agir nessa conjuntura, entre outros elementos.

Pode-se perceber que a composição das falas na edição falsificada procurou “reverter” declarações e orientações em voga, até então, na Arquidiocese de São Paulo, por parte de alguns membros componentes do corpo episcopal. Em leitura do *Mea Culpa* fica evidente que seus elaboradores e aqueles que colaboraram para que sua existência e distribuição fossem possíveis⁸¹, apresentam discordâncias em

⁸⁰ A edição apócrifa encontra-se na íntegra no anexo 1.

⁸¹ A partir da leitura das matérias do dossiê que continha a edição apócrifa, referentes à reação midiática desencadeada pela falsificação e das referências ao ocorrido na dissertação de Braga (2010), pode-se apreender que houve a participação de diversos indivíduos no processo de falsificação, e, ainda, foram apontados diversos suspeitos de envolvimento no processo, entre eles, o dono de uma gráfica chamada Artpress, que era membro da TFP, funcionários da gráfica Perez Bovolenta, e, ainda, um administrador de empresas que declarava fazer parte da Juventude Nazista Anticomunista (JUNAC). Conforme os documentos do dossiê, a gráfica que fez as impressões foi a Perez e Bovolenta (Belo Horizonte) e o responsável pela falsificação foi Afonso de Araújo Paulino, proprietário do jornal de Minas. Sidow e Ferri (1990) ratificam que o crime foi forjado em Minas Gerais, tendo sido Paulinho acusado como o mandante da falsificação. O assunto será abordado em profundidade no Capítulo 3.

relação aos princípios expressos por D. Paulo Arns, o que pode ser constatado pelas falas elaboradas em seu nome:

Esta mensagem - que é mais um desafio pessoal do que uma mensagem - foi fruto de uma reflexão profunda, resultado de anos e anos de equívocos e ilusões, um verdadeiro exame de consciência feito, pela primeira vez, sem condicionamentos de qualquer tipo. O que foi preciso - antes de tudo - foi a coragem de dizer o que penso, "Se não nos dá vergonha pensá-lo, não nos deveria dar vergonha dizê-lo" (Cícero) (*MEA CULPA*, 1981, Lauda 01).

Fazem-no de acordo com as visões de mundo com as quais dialogam e pelas quais se orientam, que são evidenciadas nos tópicos que abordam. A interpretação das fontes documentais possibilitou apreender a existência de um diálogo com formas de pensamento conservadoras – convergentes com as práticas autoritárias da ditadura militar.

Compreende-se que, dadas as elaborações da edição apócrifa, seus autores e outros responsáveis agem e empreendem suas reflexões e percepções da realidade social, política, cultural, econômica, entre outros, em congruência com correntes de pensamento que buscam conservar elementos referentes a manutenção da ordem social instituída pelos grupos militares dos quais, compreende-se, advêm tais formas de pensamento.

A primeira mensagem contida no *Mea Culpa*, por exemplo, traz, como manchete (na primeira página), os dizeres: "Subversão crescente na Igreja" (matéria completa na Lauda 03), o que é um elemento indicativo de uma busca por manter formas de pensamento contra movimentos que busquem mudanças, visto que, de acordo com a definição fornecida pelo dicionário Aurélio⁸², a palavra "subversão" denota o "ato de insubordinação", "revolta", "ruína", "perversão", ou, ainda, "destruição". O que pode ser reforçado ao se refletir sobre o uso desse termo por generais e militares, e sua associação, nas correntes de pensamento apresentadas por esses grupos, com o perigo do comunismo, ao qual direcionavam medidas combativas.

No que se refere às publicações do JOSP e o conteúdo da edição apócrifa, pode-se apreender uma variedade de divergências, que se estendem desde os tópicos, cujos esforços, no *Mea Culpa*, demonstraram estar voltados para a reversão, crítica e vigília de comportamentos, orientações e ações de indivíduos da

⁸² Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/subversao>>. Acesso em: 07 Nov. 2017

Arquidiocese de São Paulo, incluindo orientações sobre como agir. Isso se torna mais evidente quando se realiza a leitura das matérias censuradas do JOSP⁸³:

Hoje em dia não é fácil pra ninguém viver – diz o padre – muito menos para esse povo do Itaim. É um povo de operários, vive oprimido, trabalhando muito e ganhando pouco, com falta de liberdade [...] E as condições sociais? “O operário – diz o padre – é uma simples peça, uma máquina dentro da indústria (O São Paulo, s/n, s/d, lauda 1).⁸⁴

Tais matérias censuradas apresentam, entre outros fatores, críticas à condição econômica da população, o que, compreende-se, levou os autores e realizadores do *Mea Culpa* e de sua estratégia de distribuição e impacto aos leitores do JOSP, à visão de que os editores buscavam mudanças relativas à ditadura militar ou, ainda, que suas publicações e falas poderiam convergir para isso, influenciar e/ou incitar seu público leitor na mesma direção. Esse fator, por sua vez, coloca novamente em evidência, além da reação contrária a essa movimentação dos responsáveis pelos JOSP, também o diálogo do grupo falsário com a mentalidade correspondente aos desígnios dos grupos militares e suas medidas autoritárias, que compõem, então, suas visões de mundo, a forma como percebem diferentes questões ligadas à realidade social, política, econômica, etc.

O trecho selecionado da matéria censurada também evidencia, entre as duas publicações citadas (do JOSP e do *Mea Culpa*), diferenças em relação ao “foco” atribuído a diferentes temas. A edição apócrifa se voltou para indivíduos, grupos e situações com uma temática central específica, buscando apresentar reflexões em “tom crítico”, ao passo que as matérias vetadas do JOSP, a seu turno, procuravam denunciar e problematizar a situação política, econômica e social do país no período, ou seja, abrangendo um extenso corpo de temáticas diferenciadas. A título de exemplificação, segue-se uma das falas falseadas em nome de D. Paulo, um dos indivíduos cujos princípios e ações a falsificação procurou contestar:

⁸³ Tais matérias censuradas também foram cedidas pela Arquidiocese de São Paulo ao Laboratório de Estudos das Religiões e Religiosidades (LERR) e foram digitalizadas através da parceria com o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH). Esses documentos foram organizados e digitalizados através de uma parceria entre o grupo de pesquisa e o NDPH. Tais matérias podem ser consultadas no *site*: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/paginas-censuradas-d-o-sao-paulo.php>>

⁸⁴ Essa matéria também pertence ao acervo de documentos vetados. A matéria não possui identificações em relação à sua autoria, título ou data de produção. O documento pode ser visualizado no *link*: <<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFQXl4d1IEWGtBUkE/view>>.

Tenho pautado minhas ações não de acordo com minhas convicções pessoais, mas de acordo com orientações que não formulei e com diretrizes pelas quais não sou eu o responsável. Atrelado ao radicalismo que domina a complexa estrutura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - cooperei para que em poucos anos, pudessem ser impostos, de cima para baixo, os novos cânones de comportamento, tornando-me prisioneiro dos desvios da teologia conivente da atuação da CNBB. Utilizando instrumentos eficazes na imposição das mudanças, aprovei publicações de propriedade da Igreja [...]. Atuei de forma insidiosa, conscientizando lentamente, injetando veneno em pequenas doses, subliminarmente, nos cursilhos, nas reuniões das comunidades de base, nas missas, através dos sermões, das palestras, dos boletins paroquiais, do semanário São Paulo”, e até mesmo dos cânticos, numa verdadeira lavagem cerebral, e usando o Evangelho e a imagem de Cristo como camuflagem e, às vezes, a batina como escudo (*MEA CULPA*, 1982, Lauda 01).⁸⁵

Camargo *et al* (1983) observam que havia diversos grupos, como a população pobre e as classes paulistanas, que recebiam formas de atendimento, propostas ideológicas e estímulos para a organização provenientes da Arquidiocese de São Paulo, de suas paróquias e dos movimentos filiados à Igreja. As orientações da referida Arquidiocese tenderam a acentuar sua preocupação com “as camadas desprivilegiadas da sociedade e com formas de resistência civil à opressão dos aparatos policiais e militares do Estado” (CAMARGO *et al*, 1983, p.59).

De acordo com Camargo *et al* (1982), a ação que definem como progressista, da Igreja, assumiu diversas formas concretas, as quais dialogavam com as oportunidades políticas. A arquidiocese de São Paulo, nesse sentido, teria passado, inclusive, a atuar de forma mais direta e sistemática em defesa dos direitos humanos, através de intervenções como a Comissão de Justiça e Paz. Sua ação eclesial em prol, por exemplo, da luta contra a tortura praticada por aparatos militares e policiais, da defesa de presos políticos e de presos comuns, e, com D. Paulo participando da Equipe editorial do JOSP, essa forma de atuação se estendeu ao âmbito comunicacional da Arquidiocese.

Entre as décadas de 1960-1970, de acordo com Gôuvea (1997), a Igreja de São Paulo teria lançado uma outra perspectiva sobre a realidade social no que se

⁸⁵ Esse trecho do *Mea Culpa* também denota a forma como seus autores percebiam os elementos apontados como nocivos e perigosos à ordem social, ao ponto de utilizar expressões e comparações a “veneno” e “lavagem cerebral” para declarar ser uma “prisão” essa forma de comportamento condenável (nessa perspectiva). Aqui pode-se, novamente, ressaltar paralelos com o autoritarismo que permeava as ações dos grupos militares outrora no poder, pois é evidenciada a importância de se vigiar e evitar fortemente a subversão (postura combatida pelos grupos militares em grande parte da ditadura militar): “Insurgi-me agressivamente contra a justiça [...] participando dessa forma de uma instigação a subversão” (*MEA CULPA*, 1982, Lauda 02). Também é indicado o fato de ainda ser crescente a quantidade de subversivos (referidos, na matéria, como joio) em meio ao trigo.

refere à situação de crescimento da pobreza, e que teria se expressado em três direções: da própria instituição (em suas estruturas, estratégias, teologia e ação); da crítica social mais ampla, que dialogava com uma opção preferencial pelos pobres, e no relacionamento autônomo com o Estado e seus representantes governamentais.

Em um primeiro momento, é importante ressaltar, o JOSP teria demonstrado apoio aos governantes militares, o que se modificou concomitantemente à nomeação de D. Paulo à condição de Arcebispo e Cardeal. Apesar das medidas autoritárias do governo ditatorial, D. Paulo apresentou posicionamentos que se colocavam de forma crítica a elementos da ditadura, assim como outros grupos e indivíduos engajados em figurações que, no período, apresentavam perspectivas progressistas e/ou questionamentos sobre a gestão ditatorial dos militares no poder.

Essas orientações de D. Paulo, convergiam com mudanças que, como já dito anteriormente, ocorreram a partir do Concílio do Vaticano II (1961-1965), de Medellín (1968) e Puebla (1979), e com a mudança de “foco” de parte do clero da Igreja Católica Latino-Americana para as massas populares. Nesse sentido, Souza (2004) observa que:

É significativo que a reunião de Medellín ocorreu no mesmo ano de 1968 e três anos depois do concílio. Nela foi indicado o pobre como ator central na vida da Igreja e da sociedade, foram denunciadas as estruturas de desigualdade social (pecado social) e foi anunciado um horizonte futuro de libertação, no seu sentido mais amplo e integral. A reunião seguinte de Puebla, dez anos depois, confirmou Medellín e afirmou novamente a "opção preferencial pelos pobres", apoiando a experiência das CEBs, "expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples" (nº 643) (SOUZA, 2004, p. 82-83).

Dessa forma, com o surgimento de uma oposição (que ficou cada vez mais aberta) à ditadura por parte de determinados setores da Igreja, como, por exemplo, a já citada “esquerda católica”, ou, ainda, setores que se colocaram contra os atos que desrespeitavam os direitos humanos, como os responsáveis pela edição do JOSP, a Igreja passou a ser considerada, tal como ressaltava Lowy (2000), pela perspectiva de setores militares e da sociedade civil, como grande opositora da Ditadura Militar e do Estado então instituído.

Então o semanário passou pelo processo da censura prévia, com suas publicações que poderiam representar, da perspectiva da polarização entre opositores/apoiadores da ditadura militar, princípios e discursos que iam na contramão do que, de acordo com Rezende (2001), seria a busca pelos grupos militares em

conseguir um consenso sobre os valores que deveriam nortear todos os grupos, instituições e indivíduos, em um processo de “sedimentação de uma mentalidade que reconhecesse a sua importância presente e futura (REZENDE, 2001, p.04), tal como a busca por formas de intervir sobre todos esses grupos sociais:

Em termos gerais, pode-se dizer que a busca de legitimidade pelo regime militar significava, basicamente, que ele se debatia para encontrar meios de obediência, adesão e aceitabilidade para as suas formas de atuação e ação, bem como para suas crenças e valores. [...] um dos elementos centrais de sua busca pelo reconhecimento era o empenho em atestar, a partir dos valores sociais, principalmente, que havia uma suposta identificação perfeita entre os militares no poder e o povo (REZENDE, 2001, p. 04).

Tendo em vista tais considerações, foram realizados os processos da análise documental, atentando-se à importância destacada por Cellard (2012) de se considerar tanto questões relativas à conjuntura política, social e cultural que propiciou a produção do documento, o que possibilita apreender os esquemas conceituais dos autores, suas reações, grupos sociais, locais, fatos e os sujeitos para escreverem, quanto aos próprios autores, cujas reflexões estão presentes na edição apócrifa, a qual buscava passar mensagens aos leitores do semanário.

Os apontamentos citados são significativos quando se reflete sobre como os indivíduos, cujos prismas de pensamento e concepções convergiam para a perspectiva de dar continuidade à ditadura militar, poderiam se identificar e formar percepções e significados sobre suas próprias ações e sobre os posicionamentos de outros indivíduos que pensavam diferente ou discordavam deles; ou ainda sobre estabelecerem diálogos com elementos referentes ao contexto sócio-histórico e cultural da abertura política no Brasil que propiciava mudanças, o que suscitou reações contrárias.

Considerando esses elementos, compreende-se que o *Mea Culpa* abre a possibilidade de que se tenha contato com o universo significativo em relação às visões de mundo de seus autores, pois as evidencia nas reflexões contidas na edição apócrifa. Um exemplo que elucida tal questão pode ser encontrado no fato de serem utilizadas ilustrações que carregam percepções dos responsáveis pela edição apócrifa, cujas colocações demonstram, por exemplo, o uso de termos como “cartão vermelho”, cujo significado, dado o conteúdo da edição, percebe-se estar fazendo alusão ao comunismo, relacionando tais recursos retóricos aos ocorridos dentro da própria instituição:



Fonte: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 02

A ilustração se refere a conflitos entre bispos e padres⁸⁶, nos quais, segundo seus autores, ao assumirem posições anticomunistas, qualquer religioso⁸⁷ poderia ser tachado como “doente” ou, ainda, ser passível de expulsão, por motivações que são definidas pelos falsários como ideológicas.

Pode-se refletir, com base na matéria, que se buscava passar uma mensagem de que o bispo, ao reagir como o fez ao ser chamado de comunista, teria ameaçado o padre de expulsão, e que outros membros da Arquidiocese que agissem da mesma forma⁸⁸ estariam apresentando um comportamento “suspeito”, visto que aqueles que assumissem posições anticomunistas estariam sendo tachados por alcunhas como a proferida pelo bispo, além de serem afastados, o que impossibilitaria suas falas a respeito de suas posições e declarações sobre, como no caso citado, os bispos serem comunistas.

⁸⁶ A matéria, intitulada “Dissidências” cita como exemplo uma “disputa” (termo usado na redação) entre dom Adriano Hipólito (bispo em nova Iguaçu) e o padre Valdir Ross, na qual ao chamar o bispo de comunista, o padre teria recebido como resposta, por parte do primeiro, a alcunha de “doente mental”. Matéria completa na página 02.

⁸⁷ Termo utilizado no *Mea Culpa*.

⁸⁸ Cita-se, também, o exemplo da irmã Luz Alba, que teria sido removida para a Colômbia ao ter classificado um bispo de Boa Vita como comunista.

Dessa forma, pode-se fazer, pela utilização da expressão “cartão vermelho”, uma associação entre o uso e a finalidade de tal objeto - que, em diversos esportes, como o futebol, indica um determinado nível de punição, a expulsão do jogo com a atitude de calar aqueles que buscam apontar atitudes anticomunistas.

Tal referência, entre outras contidas no *Mea Culpa*, evidencia conflitos que faziam alusões a situações de cunho político, ou seja, que remetiam não somente ao cotidiano da Arquidiocese, mas também a uma conjuntura mais ampla, que abrange a vida da população.

Essa questão, no que se refere à amplitude dos conflitos, também é reforçada quando se considera a reação midiática ao ocorrido. Ao acompanhar as investigações, a mídia possibilitou que membros da Arquidiocese se expressassem em relação à falsificação, o que configura uma mobilização (que incluiu jornais internacionais) relativa aos acontecimentos, evidenciando-se uma busca em acompanhar as investigações do caso, o que também ocorreu por parte dos membros da Arquidiocese e de órgãos públicos.

Ou seja, a adulteração e a distribuição dessa edição do JOSP possibilitaram o contato com visões de mundo de seus autores, que iam em sentido oposto às dos membros da Arquidiocese de São Paulo responsáveis pelo JOSP, que viram no *Mea Culpa* uma reação, um contramovimento que resiste a mudanças. Por outro lado, as investigações viabilizaram o contato com mais informações sobre o caso e com as percepções de padres, freiras, arcebispos, membros de serviços públicos e dos serviços particulares contratados pela Arquidiocese para a investigação. Tais elementos evidenciam, portanto, a existência de formas de conflitos entre os dois lados: dos responsáveis pela edição apócrifa e dos membros da Arquidiocese, assim como uma mobilização em acompanhar a busca pelos culpados, que é significativa em termos dos espaços instrumentalizados para tal.

Podem-se destacar, então, os apontamentos realizados por Giumbelli (2002) acerca da ideia de controvérsia. O autor explica que, quando se observa uma polêmica na qual há a intervenção a respeito de um assunto ou acontecimento, por parte de uma série de agentes sociais, pode-se considerar o assunto ou o acontecimento (mesmo se esse for passageiro) como um momento de expressão e redefinição de questões e problemas que permanecem importantes na constituição de uma sociedade. A controvérsia, nessa perspectiva, constitui-se em uma espécie

de drama social⁸⁹, “que revela mas também reconfigura definições de realidade, explicitando o conflito que existe em torno dessas definições” (GIUMBELLI, 2002, p.97).

A ocorrência da falsificação acabou gerando meses de investigações à procura dos responsáveis pelo processo que envolveu desde a sua elaboração até a impressão das cópias, distribuição, intenções (ao fazê-lo) e sua repercussão. Em tal processo foram mobilizados serviços de investigação privados, como é o caso do advogado José Carlos Dias⁹⁰, que acompanhou o desenvolvimento das investigações e constatou que foram distribuídos mais de 5000 exemplares falsificados, em aproximadamente 21 paróquias. Foi um processo que envolveu, portanto, diversos atores, além dos próprios responsáveis pela falsificação. Através da mobilização midiática, pode-se ter contato com as diversas perspectivas.

Houve, então, grande comoção, não só por parte de alguns membros da Arquidiocese, como também dos serviços particulares contratados, assim como uma reação midiática que acompanhou o desenvolvimento das investigações e, também, de serviços públicos que foram solicitados por D. Paulo Arns⁹¹, como foi o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)⁹² que ficou a cargo das investigações.

Considerando as observações de Guimbelli (2002), tal acontecimento e a polêmica gerada com ele, relacionam-se não só com o contexto sócio-cultural, político, histórico e religioso mais amplo, como também com a subjetividade dos indivíduos. A própria “noção” dos responsáveis por sua elaboração e disseminação, sobre a polêmica que envolveu o ocorrido, é importante para compreensão dos traços constitutivos da sociedade da qual fazem parte as personagens da controvérsia (GIUMBELLI, 2002, p.97), assim como de suas visões sobre suas próprias ações.

Em matéria do jornal falsificado, intitulada “Subversão crescente na igreja”, por exemplo, pode-se observar a visão de mundo expressa, que é evidenciada pelas elaborações sobre a atuação de membros da Arquidiocese de São Paulo:

⁸⁹ A expressão “drama social”, conforme utilizada pelo autor, não se refere a uma elaboração conceitual.

⁹⁰ As referências a tais investigações de Dias constam em: JORNAL DO BRASIL. Dom Paulo quer inquérito. [s/d, 25 de Agosto de 1982], Lauda 01

⁹¹ S/N. Dom Paulo quer inquérito. In: *Jornal do Brasil*, 25/08/1982, Lauda 01. No documento não consta o nome do autor da reportagem.

⁹² Um exemplo de tal questão pode ser observado em: S/N. DPF e DOPS Paulista Vão Investigar Juntos Caso de Falsificação do Jornal. In: *Jornal do Brasil*, 16/10/1982, Lauda 01.

Nenhuma advertência e repreensão do Papa João Paulo II, inclusive a última, tem sido capaz de desviar parte do clero brasileiro, especialmente a CNBB, da aberta pregação político-ideológica de inspiração e identificação nitidamente comunista, à frente os padres mentores das comunidades eclesiais de base, das prelazias; agora, com acinte e ímpeto inusitados, à hora da Missa, nas sacristias e nos confessionários (*MEA CULPA*, 1982, Lauda 03).

A citação é mobilizada como ilustração de um dos aspectos do drama social. Entre esses, pode-se atribuir um destaque para o fato de que a imprensa é um componente da cultura ocidental capitalista, visto que o modo como garante possibilidades e espaços para suas publicações, reportagens, etc. - podendo, por exemplo, indivíduos veicularem denúncias que comunguem com perspectivas de determinados indivíduos - dialoga com o meio cultural no qual desempenha suas funções, estando, portanto, inserida em determinada conjuntura.

Nesse sentido, no que se refere à conjuntura em termos culturais, destacam-se as considerações de Sahlins, que, de acordo com Velho e Viveiros de Castro (1978), expressa preocupações em abordar a produção simbólica cultural, considerando que essa pode variar em focos e ênfases segundo a sociedade e o momento histórico, conferindo, então, significado, sentido e intencionalidade aos comportamentos sociais e ações dos indivíduos. Tendo em vista tais questões, pode-se apontar que, de acordo com o momento histórico, existem diferentes configurações sociais nas quais os grupos de indivíduos estão inseridos e que possuem peso nas significações e compreensões que elaboram.

Em diálogo com as elaborações de Mannheim (1981), ao se falar, por exemplo, nos responsáveis pela falsificação, considera-se que esses teriam em voga, em seu interior, diferentes correntes de pensamento que são significativas em relação às construções de suas visões de mundo. No caso essas correntes de pensamento seriam advindas de um movimento mais amplo, que se desenvolve com o passar do tempo e que, no referido período histórico, a partir de determinados grupos militares e sua gestão autoritária, consolidou um dos processos do pensamento conservador brasileiro.

Em uma fase do desenvolvimento do referido movimento mais amplo, em diálogo com suas correntes de pensamento conservador, adicionando elementos de si próprios, estiveram determinados grupos militares que, em sua gestão no poder político, instituíram uma ordem sócio-política, econômica e cultural, a qual almejavam perpetuar.

Os responsáveis pelo *Mea Culpa*, dialogando com correntes de pensamento que continham elementos desses determinados grupos militares, também almejavam a manutenção dessa ordem social e de aspectos tais como suas ações, medidas, e posicionamentos autoritários, combate ao comunismo e concentração do poder político e decisório. Com a leitura do jornal falsificado apreendeu-se, portanto, conexões entre seus discursos e correntes de pensamento já existentes anteriormente ao governo militar, e que estavam presentes nas “leituras” da situação política e significações atribuídas, pelos autores do *Mea Culpa*, aos temas abordados na edição apócrifa.

Considerando as declarações contidas na edição falsificada, observa-se, também, que divergiam ideologicamente do conteúdo das denúncias publicadas no JOSP, entre as quais pode-se destacar a não existência de uma democracia no Brasil, além das reflexões do cardeal Arns, tais como suas declarações sobre as medidas autoritárias dos grupos militares no exercício e manutenção de seu poder.

Nesse sentido, é importante reforçar, ainda, a perspectiva de Sahlins no sentido de que os indivíduos agem face às “circunstâncias de acordo com seus próprios pressupostos culturais, as categorias socialmente dadas de pessoas e de coisas” (SAHLINS, 1981, p.125). Dessa forma, o autor se volta para o que Schwarcz (2001) chama de interpretação simbólica da cultura e considera que mesmo a autointerpretação que os indivíduos fazem de si próprios possui uma dimensão de significado cultural.⁹³

2.4 Análise da edição falsificada: perspectivas contidas no *Mea Culpa*

Compreende-se, com base nas considerações anteriores, que o conteúdo produzido pelos falsificadores da edição do JOSP buscou comunicar-se com o público leitor do semanário. Todo esse processo teria ocorrido de forma que, apesar de carregar visões de mundo em si (nos discursos contidos no *Mea Culpa*), esse movimento não se deu de maneira autônoma no que tange à conjuntura na qual seus autores se encontravam, ou, ainda, às formas de pensamento em prol da ditadura

⁹³ A pesquisa também dialoga com as contribuições levantadas por Velho e Viveiros de Castro (1978), no sentido de que o indivíduo, em sua relação com a cultura, não é um “joguete” de forças impessoais. Eles interpretam, mudam e criam símbolos e significados que estão relacionados a um conjunto, porém eles também possuem o papel de agentes que podem engendrar transformações nas sociedades e culturas.

militar e seus métodos de manutenção da ordem, com os quais os grupos de que faziam parte mantinham diálogo e para a qual buscavam dar continuidade.

O processo de interpretação do *Mea Culpa* possibilitou a percepção de que a elaboração de seu conteúdo apresenta interconexões não só com formas de pensamento advindas dos grupos militares, mas com um catolicismo ultraconservador. Os conteúdos desenvolvem-se de forma que se evidenciam temas como: a importância de se afastar de comportamentos subversivos, vigiá-los e denunciá-los, de se afastar, também do marxismo e dos indivíduos adeptos a esse, de estar atento aos discursos, instituições, lideranças e celebrações influenciados pelo comunismo, entre outros elementos.

Os principais temas que podem ser destacados como os assuntos-chave das matérias dessa edição, cujos autores declaram, em nome de D. Angélico, possuir um caráter especial (*Mea Culpa*, Nota do Editor, 1982, Lauda 01), voltam-se à releitura e à reflexão de D. Paulo sobre suas orientações à Arquidiocese, à condenação do envolvimento de aspectos políticos em celebrações religiosas, a apontar a presença de elementos do corpo episcopal orientados por princípios caracterizados como “de esquerda” e indicar quais seriam os comportamentos e orientações que deveriam ser seguidos e quais deveriam ser denunciados, vigiados e rechaçados. Tais apontamentos foram feitos de forma que aparecem como relacionados a princípios da própria religião católica, como se ambos se retroalimentassem.

Portanto, as elaborações ventilam que essas falas dialogam com uma perspectiva política que atua no sentido da continuidade do governo militar. Esse fator é evidenciado, por exemplo, ao utilizar-se de figuras de linguagem como é o caso de “besta-fera comuno-socialista”, a qual compreende-se remeter a uma forma de perceber a situação que é permeada de elementos de cunho anticomunista:

No interior do nosso país, em muitos lugares, são encontrados os rastreadores. São pessoas que, pelas “pegadas” ou “rastros” deixados no chão, são capazes de surpreender as feras. Na situação atual, ou todos nós fazemos bons “rastreadores” ou seremos todos devorados pela besta-fera comuno-socialista (*MEA CULPA*, Sejam Rastreadores, 1982, Lauda 04).

Tal alusão a orientações políticas denominadas “de esquerda”, considerando-se a dicotomia em relação às orientações definidas como “de direita”, e outros termos utilizados na edição *Mea Culpa*, como é o caso do rechaçamento ao marxismo (conforme o termo utilizado pelos responsáveis pelo texto, tal como sua

própria compreensão acerca do termo); ou, ainda, oposições entre “joio” e “trigo” ou “lobos” e “rebanho”, representam a formulação de polarizações de ideias cujas referências fazem alusão a formas de perceber a realidade social que foram disseminadas nas décadas da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).

É importante ressaltar nesse ponto, novamente, em relação às perspectivas disseminadas por grupos militares na época, as observações de Angelo (2011) sobre a “utopia autoritária” advinda dos militares linha-dura, que era anticomunista e que tendia a identificar perspectivas opostas, e críticas a si, como subversivas da ordem social, comunistas ou “de esquerda”, que eram, então, perseguidas. Em diálogo com essas visões de mundo, grupos civis e/ou militares manifestaram diferentes formas de ações.

Dessa forma, ao colocar-se em favor da continuidade da ditadura militar, a ação dos falsificadores se inseria no interior de diversos movimentos que reagiram contra a abertura política, não sendo a falsificação (em nome de algum órgão, pessoa, instituição) um caso isolado.

Santos (2014) propõe uma perspectiva na qual pensa esses atos enquanto formas de terrorismo⁹⁴ no decorrer da abertura política, visto que foram consideravelmente recorrentes, especialmente entre os anos de 1979-1981. O autor observa que nesse interim, ocorreram mais de 100 ações nesse sentido, que promoveram terror e violência, chegando até mesmo a somar um saldo de feridos e mortos por tais práticas.

Santos (2014) chama a atenção para o caso do Rio Centro⁹⁵, conhecido por ter sido um atentado frustrado e, assim ter revelado seus operacionalizadores, que eram agentes da comunidade de informações e segurança. Após as explosões ocorridas⁹⁶, pode-se observar que “nas imediações do local, placas de trânsito haviam

⁹⁴ Em sua proposta, Santos (2014) percebe, conceitualmente, a ideia do terrorismo enquanto fenômeno caracterizado a partir de três considerações: que as ações terroristas não têm alvo discriminado, que suas ações têm caráter político, e, por fim, que possuem um formato específico ao assumir uma feição que busca ser “chamativa”, sua elaboração e planejamento são calculados com o intuito de causar impacto.

⁹⁵ O autor destaca que o atentado ocorreu no dia 18 de abril de 1981, no centro de convenções Riocentro que, naquela noite, reuniu cerca de vinte mil pessoas em uma comemoração referente ao dia do trabalho. O show estava sendo promovido pelo Centro Brasil Democrático, organização diretamente vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁹⁶ Naquela noite quinze membros do DOI I ex (Destacamento de Operações de Informações do I Exército) compareceram ao evento. A primeira explosão ocorreu em um carro no estacionamento do centro de eventos, no qual estavam o sargento Guilherme Pereira do Rosário (faleceu na explosão) e o capitão Wilson Luiz Chaves Machado, que sobreviveu (ambos agentes do DOI I ex), que dirigiam o

sido pichadas com a sigla de uma organização revolucionária de esquerda, a Vanguarda Popular Revolucionária” (SANTOS, 2014, p.04).

De acordo com Santos (2014), o Inquérito Policial-Militar sobre o ocorrido, que constituiu a narrativa oficial escrita pelo Exército, legitimada pela Justiça Militar, procurou apresentar os militares envolvidos enquanto vítimas de grupos que teriam plantado a bomba no carro. Contudo, posteriormente, observa o autor, houve a reabertura do inquérito e o reconhecimento social de que o atentado foi patrocinado e operacionalizado por Agentes do Estado a serviço de órgãos de informações.

O caso do Riocentro é um exemplo de agentes do estado envolvidos em ações que visavam intervir sobre a opinião pública, pois a narrativa elaborada pelo Exército procurou colocar a responsabilidade em nome de outros grupos, o que ganha destaque em relação à elementos ligados ao anticomunismo, ao se pensar são somente a questão das placas pichadas, e sim do órgão promotor do show no Riocentro, que era associado ao PCB.

O *Mea Culpa*, por sua vez, evidenciou o envolvimento, não de militares, mas sim de civis apoiadores da ditadura militar, cujas declarações esboçam seu apoio e concordância com as ações autoritárias em relação a possíveis posicionamentos opostos aos grupos militares. Seu conteúdo, evidencia, por exemplo, tanto ações e princípios que seus autores apontam como “erradas”, ligas ao mal e ao diabo e permeadas por “influências externas” do comunismo, quanto a inserção, dos responsáveis pelo processo de falsificação do JOSP, em um movimento que se chocava com a abertura política do país.

Considerando tais apontamentos, destaca-se, novamente, as elaborações de Mannheim (1982) sobre o pensamento de caráter conservador resistir a movimentos que buscam mudanças. Pode-se perceber, por meio da interpretação do *Mea Culpa*, que seu conteúdo converge para a concepção de que partidos políticos, indivíduos, grupos e instituições, cujos princípios e ações divergissem das perspectivas, orientações e ações ligadas aos grupos militares e civis com ideários pró-continuidade da ditadura militar, seriam considerados como “de esquerda”, ligados ao comunismo e/ou à subversão da ordem.

Para desenvolver essa interpretação, é importante destacar, foram consideradas as observações da análise documental, como os apontamentos de

veículo preparando-se para sair da vaga em que estavam estacionados. A segunda explosão ocorreu meia hora após, na subestação de força, não atingindo o alvo pretendido (o transformador).

Cellard (2012) de que os documentos não podem ser modificados, e o pesquisador, tem que trabalhar com a forma como estes se apresentam, e da análise de discurso, cujas contribuições são instrumentalizadas.

Buscou-se considerar a edição falsificada como um documento expressivo em relação às visões de mundo de seus autores, do grupo social do qual fazem parte e de seu diálogo com correntes de pensamento ligadas aos grupos militares, naquela conjuntura sócio-histórica, cultural e política.

Dadas as circunstâncias da pesquisa, trabalhar com os documentos de tal maneira figura como uma possibilidade de buscar compreendê-los, assim como as reflexões contidas neles, como expressivas da visão de mundo dos envolvidos nesses processos. Para além de tal questão, a pesquisa com documentos também possibilita, de acordo com May (2004), uma imersão no passado, pois carregam em si reflexões de quem os elaborou, além de questões referentes, por exemplo, à intenção de se dirigir a um determinado público leitor, as condições históricas, culturais, sociais, políticas, entre outras, referentes à conjuntura no momento de sua elaboração, além da mensagem que se almeja transmitir, pois, como já dito anteriormente, a produção dos documentos não é um processo desinteressado por parte daqueles que os elaboram.⁹⁷

Com base em tais considerações, destacou-se a importância de se trabalhar, para a análise, com questões referentes à sistematização das categorias utilizadas para a análise documental, as quais, nesta pesquisa, propõem versar sobre as perspectivas apresentadas no conteúdo da edição apócrifa.

Além das já citadas categorias na introdução do presente capítulo, procurou-se apreender, tendo em vista a noção de que os documentos são expressivos em relação às visões de mundo de seus autores; a forma como os indivíduos responsáveis pela falsificação buscam construir uma autoimagem, uma identidade, através dos termos utilizados por eles em suas elaborações. Buscou-se também identificar o uso das dicotomias e oposições presentes no texto, a fim de identificar quais oposições são elaboradas, e, dessa forma, os elementos

⁹⁷ Partindo dessa perspectiva, pode-se chegar a abordar, inclusive, questões da atualidade, partindo-se da perspectiva de que, tal como se destacou anteriormente em relação às reflexões de Norbet Elias, os problemas abordados pela sociologia inserem-se em uma conjuntura histórica que faz parte de um desenvolvimento de longa duração, portanto, fatores da atualidade apresentam conexões históricas e fazem parte de tal processo.

evidenciados sobre suas “leituras” dos acontecimentos. Por fim, procurou-se identificar a forma como buscam “desmentir” e “reverter”, no texto, passando-se por membros da Arquidiocese, as publicações do JOSP, o que inclui as aprovações de D. Paulo Arns das matérias a serem publicadas, tais como suas orientações à Arquidiocese (as quais os próprios membros do clero declaram ser a opção preferencial pelos pobres, além das ações de cunho social da Igreja).

Buscou-se, portanto, sistematizar os termos ou, ainda, os sentidos atribuídos a eles na edição apócrifa, elaborados pelos responsáveis pelo *Mea Culpa*: os sinônimos, dicotomias, orientações, críticas e o modo como construíram o falso discurso de D. Paulo e de outros membros da Arquidiocese. Dessa forma a análise organiza as “categorias” elaboradas pelos falsários e seus sentidos (apreendidos a partir do conteúdo do *Mea Culpa*), visando abordar seus elementos de cunho político.

Destacam-se, para tanto, as falas de Giumbelli (2002), que, empregando um termo utilizado por Malinowski, observa que as fontes documentais fixas propiciam a sistematização dos registros de intervenções dos indivíduos que participam das controvérsias e das situações sociais, trazendo nesses registros informações socialmente significativas.

No decorrer da interpretação da edição apócrifa, pode-se identificar, como um dos recursos retóricos utilizados, a busca dos autores para instrumentalizar categorias que fazem referências às diversas oposições e, entre essas elaborações, aparecem noções ligadas às formas de pensamento que podem ser interligadas aos grupos militares (correntes na época), como é o caso das associações entre o comunismo e as influências externas que, na edição apócrifa, aparecem como condicionantes que turvavam os posicionamentos e orientações por parte de D. Paulo.

Esse elemento referente aos conflitos que são evidenciados pelo conteúdo da edição apócrifa (e a forma como os conflitos são abordados e expostos pelos autores), também possibilitam pensar a composição de um discurso que procura estabelecer fronteiras entre a identidade dos autores (“nós”) e a identidade dos indivíduos que estariam em um “polo oposto” (“eles”), a convergência dessas falas busca uma identificação do público leitor com o conteúdo do *Mea Culpa*. Cellard (2012), nesse sentido, ressalta, além da importância da identidade dos autores, também seus interesses, o que, no caso do conteúdo da falsificação, evidenciou tentativas de abranger os indivíduos aos quais se dirigem: os católicos em geral e os frequentadores da Arquidiocese.

Utilizando palavras e expressões, “católicos”, “cristãos”, “homens de Deus”, “verdadeiro grito de alerta ao povo brasileiro”⁹⁸ para se dirigirem aos leitores, o suposto exame de consciência do cardeal Arns apresentaria pela primeira vez, como já citado anteriormente, reflexões sem condicionamentos externos, que seriam o resultado de anos de reflexões pessoais. Essa escolha vocabular demonstra que seus autores percebem “influências” no posicionamento do cardeal, às quais conferem uma “carga negativa”.

Os responsáveis pelo texto também utilizam a frase “pessoas que buscam a verdade e o bem”, o que é significativo em relação às categorias pelas quais os autores percebem a si próprios, a própria identidade e ações. A oposição a essa definição do que seria o bem fica evidente quando ao utilizarem a frase: “injetar veneno em pequenas doses” quando passando-se por D. Paulo, observam que o cardeal estaria agindo segundo orientações e diretrizes da CNBB e do que os autores denominam como o radicalismo ligado a essa instituição. A edição falsificada, inclusive, dedica a tal tópico quase metade da lauda 02, em uma matéria que procura expor que o Vaticano repreende a CNBB⁹⁹.

Ainda em relação à CNBB, os autores expressam outra visão de mundo que permeia suas elaborações, a de que a Igreja não deve se envolver em questões de cunho político, no sentido de empreender críticas à ordem social em voga no período. Em matéria intitulada “Tumulto conceitual”¹⁰⁰, por exemplo, observam que, no documento da Campanha da Fraternidade divulgado naquele ano, a CNBB caracteriza a palavra violência de forma muito ampla, impossibilitando que se atribua o tratamento adequado para cada fato apontado¹⁰¹. Também afirmam que, além de uma atitude que causaria tumulto, não há elementos que justifiquem que a Igreja saia de seus “cuidados espirituais para instalar essa confusão retórica”¹⁰² no que definem como mundo temporal.

A procura por ressaltar que não se deveriam abordar, nas celebrações, conteúdos de caráter político e que os membros do corpo episcopal da Arquidiocese

⁹⁸ Termos presentes na matéria intitulada: “*Mea Culpa*”, In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 01. Não é apontado nenhum nome como autor.

⁹⁹ A matéria é intitulada “O Vaticano repreende a CNBB”, e trata da proibição de três missas que teriam sido “inventadas” por bispos brasileiros, a Missa dos Quilombos, a Missa da Terra-Sem-Males e a Missa da Esperança.

¹⁰⁰ *MEA CULPA*. Tumulto Conceitual. In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 01.

¹⁰¹ De acordo com os autores, tal questão confundiria os tratamentos de cunho político, econômico, pedagógico, punitivo, policial, entre outros.

¹⁰² *MEA CULPA*. Tumulto Conceitual. In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 01.

deveriam voltar-se às questões de âmbito religioso (as quais associam, por exemplo, ao exame de consciência de D. Paulo, que teria sido impulsionado por seu contato renovado com o Espírito Santo, no qual, supostamente, o cardeal assume ter aberto passagem para que o marxismo se infiltrasse na Arquidiocese) também pode ser observada em outras elaborações da edição falsificada:

- o Vaticano agiu corretamente - disse dom Agnelo Rossi - ao enviar carta à CNBB proibindo a celebração da "Missa dos Quilombos", "Missa da Terra-sem males" e "Missa da Esperança", pois a Santa Sé tem o dever de zelar para que não seja distorcido o ato litúrgico. Segundo dom Agnelo, "a liturgia é sagrada e o Vaticano tem a obrigação de conter os abusos que vêm sendo cometidos não só no Brasil como em todo mundo". - A Igreja - afirmou - não pode transformar-se numa instituição política (*MEA CULPA*. D. Agnelo critica os que desejam transformar missa em ato político. In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 01).

Tais apontamentos ventilam que os autores tinham como um de seus objetivos, além de expor o suposto tratamento de questões de ordem política (as quais, podem-se constatar pelos apontamentos dos autores, abrangeriam temas econômicos, sociais, entre outros), por exemplo, no decorrer das missas, criticar o seu conteúdo, que, em suas percepções, iria além do âmbito religioso, embora os membros da Arquidiocese tenham afirmado publicamente que suas ações eram orientadas, entre outros fatores, por sua opção preferencial pelos pobres.¹⁰³

Pode-se apontar, então, duas percepções através das presentes interpretações. A primeira é que suas críticas eram direcionadas não só ao ato de abordar temas políticos em missa, mas também ao seu conteúdo que contraria as concepções dos autores do *Mea Culpa*. A segunda é que afirmar que cardeais e padres abordaram temas políticos durante as celebrações, seria uma tentativa de legitimar as reflexões em nome de D. Paulo e D. Angélico Sândalo, assim como os alertas e avisos de que as ações e discursos de religiosos infiltrados em meio aos outros poderiam ter relação com a “esquerda”.

¹⁰³ Na edição falsificada, na lauda 03, há afirmações em nome da Sagrada Congregação para o Clero do Vaticano, de que, embora se apresentem sob a aparência externa de favorecimento de ideias humanitários, de paz e progresso social, as associações com objetivos políticos existem e devem ser proibidas aos membros do clero.

Quanto às duas missas¹⁰⁴ citadas no trecho destacado, a Missa da Terra Sem Males¹⁰⁵ refere-se aos mártires indígenas que teriam sido mortos, por exemplo, em nome de outras religiões e em países colonizados, e a Missa dos Quilombos¹⁰⁶ problematiza questões referentes à escravização e à “culpa cristã” em tal processo. Considerando tais observações, pode-se perceber, tendo em vista a citação do jornal falsificado, (“pois a Santa Sé tem o dever de zelar para que não seja distorcido o ato litúrgico. Segundo dom Agnelo, “a liturgia é sagrada e o Vaticano tem a obrigação de conter os abusos”¹⁰⁷, que há uma forma de negação em relação a essas causas, ao conteúdo político que carregam e à sua abordagem por parte de membros das Igrejas em celebrações nas quais se reúnem diversas pessoas, que poderiam, portanto, ter contato com tais assuntos.

Levando em conta as falas e a crítica falseada em nome de D. Agnelo, pode-se inferir que, pelos interesses de quem elaborou o *Mea Culpa*, que havia uma rejeição e uma busca por deslegitimar o conteúdo político de tais missas e as contestações que poderiam vir em relação à realidade política, social e cultural do país e dos acontecimentos históricos aos quais se referiam tais missas.

O fato de que a falsa notícia afirma que a desaprovação em relação a tais missas teria vindo da CNBB ventila a noção de que houve uma tentativa de passar aos leitores o sentimento de desconfiança e crítica em relação aos membros que estiveram envolvidos em suas realizações, o que é reforçado pela mensagem contida na reportagem, a de não se transformar a Igreja em uma instituição política, nem as missas em atos políticos.

No texto da edição apócrifa, até mesmo os títulos das matérias expressam o que seus autores percebem como a “esquerda”, à qual associam ideias relativas ao

¹⁰⁴ Buscou-se material online que abordasse a três missas citadas. Dessa forma, pode-se apreender, através de reportagens que foram encontradas online e material de cunho teológico, que houve a realização das três missas no final da década de 1970 e início de 1980.

¹⁰⁵ Elementos e comentários referentes à Missa da Terra Sem Males, que data de 1980, cuja realização fora em São Paulo, pode ser observados em: <<http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/poesia/terra.htm>> Acesso em 31/12/2017 e <http://koinonia.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca-Especial_027.pdf> Acesso em 31/12/2017.

¹⁰⁶ Para maiores informações e comentários sobre o conteúdo da Missa dos Quilombos acessar: <<http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/poesia/quilombos.htm>>. Acesso em 31/12/2017. Também está disponível uma matéria online, de autoria de Eduardo Hooarnet, que fala sobre a realização dessa missa em 1981: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/revista_missa.pdf>. Acesso em 21/12/2017.

¹⁰⁷ *MEA CULPA*. D. Agnelo critica os que desejam transformar missa em ato político. In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 01

“mal”, por exemplo: “Subversão crescente na Igreja” (Lauda 03) ou, ainda, “Deus é assunto proibido para jovens da URSS” (Lauda 04). Quanto à afirmação da “falta” de Deus entre os jovens da URSS, destacam-se dadas duas possibilidades, sendo a primeira a de que tal fator gera a reflexão de que, em suas perspectivas, esses jovens, de fato, não pratiquem religiões de matriz cristã, e a segunda de que tal ideia foi utilizada para despertar, nos leitores do semanário, a percepção de que aqueles que se envolvem com o comunismo não possuem religião, fé no Deus cristão, ou, ainda, que dialogam com outras formas de crenças, daí figura como possibilidade a associação dos mesmos com uma imagem ligada ao “mal” (mantendo a percepção do “nós” *versus* “eles”, que não compartilham a fé católica).

Pode-se apreender uma busca em associar, em suas visões de mundo sobre a esquerda e suas ações, termos como a desobediência silenciosa e a discordância explícita, além de interconectarem as orientações marxistas àqueles que percebem como uma parcela da Igreja que procura se passar pelo “todo”¹⁰⁸. Ou seja, seus autores demonstram compreender que aqueles que são adeptos do marxismo (nos “moldes” de sua leitura sobre a realidade), agem contra a ordem, e buscam alertar os leitores do JOSE: esses indivíduos adeptos do marxismo, munindo-se de uma “identidade católica” relacionada à Arquidiocese, para, em nome dela e de seu alcance como instituição, comunicarem-se com os leitores em nome dessas posturas, orientações e comportamentos relacionados ao marxismo.

Apresenta-se, nesse discurso, a noção de que o marxismo concebe o homem como um ser sem valor, tal como não considera a existência de Deus¹⁰⁹. Essa colocação evidencia uma tentativa tanto no sentido de associar o próprio catolicismo aos desígnios do que compreendem ser a “verdade” e, possivelmente, ao que percebem ser a “direita” e suas ações contra o comunismo, como de definir uma forma de pensamento, a qual claramente criticam, de maneira pejorativa. Nessa perspectiva, os filiados ao marxismo não compartilhariam os princípios religiosos dos frequentadores da Arquidiocese, além de, como afirmam, avançarem na “contestação à própria essência do Catolicismo”¹¹⁰.

¹⁰⁸ A presente matéria é intitulada “*Mea Culpa*”. Fonte: *MEA CULPA*, 1982, Lauda 01.

¹⁰⁹ Tais termos e reflexões constam na matéria intitulada *Mea Culpa*, 1981, Lauda 01.

¹¹⁰ A referida matéria foi falsificada como se sua autoria fosse de D. Paulo Arns: <*MEA CULPA*. Um exame de Consciência. In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 01>.

Considerando as declarações falseadas de D. Paulo, evidencia-se que o grupo falsário também concatena as orientações do cardeal (anteriores ao suposto exame de consciência) às ações da esquerda, e ambas a fatores prejudiciais ao bem comum, desligados do que definem como a essência do cristianismo e ligados ao que definem como grupos radicais aos quais D. Paulo teria se associado¹¹¹. Os autores procuram instrumentalizar, também, por todo o texto, dicotomias, como os lobos e o rebanho, com as quais enquadram teólogos e membros do clero em categorias que designam elementos como a enganação da população e a distorção do evangelho, acontecimentos que correlacionam, inclusive, ao Apocalipse (o fim dos tempos).

É importante observar, ainda, que as dicotomias citadas, como é o caso das que são utilizadas nos títulos das matérias “Os lobos e o rebanho” (1982, Lauda 01) e “O joio e o trigo” (1982, Lauda 04), fazem referências a parábolas, que são, de acordo com o Dicionário Aurélio, narrações alegóricas que envolvem preceitos de moral¹¹², e, no caso dessas em específico, referem-se a parábolas bíblicas¹¹³, ou seja, que pretendem passar mensagens àqueles que as leem.

A ideia dos lobos e do rebanho consta na Bíblia, no Evangelho de Mateus 7, versículo 15, intitulado “Falsas promessas”, e atenta-se aos discursos dos chamados falsos profetas, que vêm ao rebanho vestidos em pele de ovelha, porém, na realidade, são lobos ferozes e podem ser reconhecidos porque “toda árvore boa produz bons frutos, e toda árvore má produz maus frutos” (BÍBLIA, 1990, p.1247). A matéria do jornal censurado, por sua vez, teria supostamente sido elaborada pelo seminarista Austregésilo de Athayde, e afirma que é desolador o “espetáculo [...] de dissensão interna a respeito de doutrina e culto”¹¹⁴ que era oferecido pela Igreja:

A Igreja já não se volta de maneira prioritária para o espiritual. A vida da alma não é mais o centro da missão dos seus sacerdotes. A própria palavra evangélica, escrita no bronze da eternidade, está sendo submetida à interpretação de falsos teólogos que escondem o lobo na pele do cordeiro. Para dividir o rebanho e assim enfraquecer também a casa que não tardará a se perder. [...] mas que não vieram, nem é das suas intenções, fortalecer a fé antiga, e sim debilitá-la ou mesmo destruí-la [...] (*MEA CULPA*, Os lobos e o rebanho, 1982. Lauda 01).

¹¹¹ Tal afirmação encontra-se na Lauda 01, na matéria “Um exame de consciência” escrita em nome de D. Paulo.

¹¹² Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/parabola>>. Acesso em: 12/11/2017

¹¹³ De acordo com Cechinato (1975) as parábolas teriam sido contadas por Jesus a seus discípulos.

¹¹⁴ A matéria foi falsificada em nome de Austregésilo de Athayde: *MEA CULPA*. Os lobos e o rebanho. In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 01.

Na edição apócrifa, tal matéria também destaca o fato de que mudar o texto de qualquer tipo de documento é um ato criminoso, especialmente quando tal ato é realizado com o intuito de ajustá-lo aos interesses daqueles que definem como sofistas. De acordo com os autores, os sermões e homilias, assim como as palavras do próprio papa, teriam sido submetidos a revisões que deturparam o seu sentido, e os indivíduos revisores faziam parte do clero e estariam supostamente se desviando dos propósitos da religião católica e mesmo das suas próprias divindades, ocasionando uma rebelião cismática de uma parte da Igreja que não mais obedece à autoridade de Roma.

Dessa forma, pode-se reforçar a perspectiva de que houve uma tentativa de traçar limites entre as identidades do “nós” e de quem seriam “eles”, atribuindo aos últimos uma imagem ligada à desobediência e a desvios dos objetivos da Igreja, além das afirmações implícitas acerca da conduta dos indivíduos que supostamente se desviaram. Buscou-se, portanto, estabelecer marcas distintivas e dúvidas acerca da sua conduta, o que é reforçado pela matéria que se refere ao joio e ao trigo.

A Parábola do Joio e do Trigo, por sua vez, faz alusão, como observa Cechinato (1975), à plantação de sementes que possuem aparência similar, e o campo seria o mundo. O trigo, ou, nas palavras do autor, a “boa semente”, teria sido plantado por Jesus e seriam os filhos deste, ao passo que o joio, erva similar ao trigo, mas possui efeitos alucinógenos, seriam os filhos do demônio. Lendo a Parábola, pode-se observar que ambos cresceriam juntos, porém, no período da colheita, o joio seria colhido antes e queimado.

A matéria do jornal falsificado que se refere à Parábola, falseada em nome de Dom Eugênio Sales, faz referências a tempestades (termo utilizado na matéria) advindas do interior das próprias igrejas, que teriam origem em ideias em voga e sua radicação em soluções apresentadas por indivíduos passíveis de influências do que definem como infiltrações ideológicas. Dessa forma, oferece como orientação, no âmbito objetivo, sempre ter a Deus e seus princípios como ponto de referência e, no âmbito definido pelos autores como subjetivo, o desapego de ideias próprias e julgamentos pré-concebidos, advindos, segundo os mesmos, de fora e que buscam condicionar os indivíduos.

Dessa forma, utilizando-se dessas dicotomias de identidades, os autores situam a si próprios em um plano diferente, oposto aos indivíduos que, tal como se pode apreender pelas elaborações nas matérias, ou discordam de si, ou são

qualificados como pertencentes à esquerda dadas as “influências externas”, apresentando associações: o socialismo e o desapego, desrespeito ou desligamento em relação aos princípios advindos da religião ou da própria hierarquia do Vaticano¹¹⁵.

Com base no conteúdo e na forma como as parábolas foram utilizadas para passar tais mensagens, evidencia-se, novamente, nos posicionamentos expressos pelos seus autores, um diálogo com influências advindas de perspectivas anticomunistas, que também possuem, em si, influência norte-americana, relacionadas com a polarização ideológica entre comunismo e capitalismo que foi fortemente desenvolvida no período da Guerra Fria.

Na matéria “Uma vela a Deus e outra ao...”¹¹⁶, é reforçada a visão dessa associação entre aqueles que discordam da ordem social e política ditatorial com o diabo, e de sua presença em meio aos frequentadores da Arquidiocese, padres, bispos, cardeais, entre outros, uma vez que se afirma, claramente, que há uma infiltração comunista no clero, e que esses, que são aqui chamados de “vermelhos”, não acendem velas a Deus, mas somente ao diabo, ao qual associam o que denominam como partido único, ou seja, de orientação comunista.

De acordo com essa matéria, parte da igreja vai sendo envolvida pelos vermelhos (comunistas), que são apresentados como não sendo uma companhia vantajosa para a doutrina de Cristo, além de afirmarem não somente que aqueles que são comunistas convictos são cristãos e hipócritas e fariseus¹¹⁷, como também a não existência de possibilidades de simbiose entre a crença em ambos, em Cristo e em Marx, colocando-os, portanto, como polos opostos.

Tais associações, que convergem para a questão de se elaborar identidades umas em oposição às outras, também fazem alusão ao que Rodeghero (2002), acerca do anticomunismo, observa ser uma seleção de “determinadas imagens que se repetem no tempo e que relacionam o comunismo ao inferno e os

¹¹⁵ Um exemplo desses apontamentos pode ser observado nas críticas direcionadas a Leonardo Boff, na matéria “Pregação de Boff” (1982, Lauda 02), na qual afirma que ele, em suas pregações, dialoga com Marx e Engels e que suas pregações possuem o objetivo de destruir a Hierarquia da Igreja Católica, visto que a Hierarquia é definida como o único obstáculo para a dissolução da Igreja. Boff volta a ser mencionado na Lauda 03, na matéria “Uma implosão da Igreja”.

¹¹⁶ *MEA CULPA*. Uma vela a Deus e outra ao.... In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 02.

¹¹⁷ Pierucci (2011) observa que o termo fariseu é citado, por exemplo, no evangelho de Lucas, capítulo 18, versículos 10 a 14, e é definido como o homem que é caracterizado por um orgulho de sua prática religiosa, diferente dos publicanos que, contidos e olhando para baixo, pedem a Deus o perdão de seus pecados. De acordo com o autor, “o evangelista afirma que Jesus endereçou essa narrativa alegórica àqueles que, como os fariseus, confiam em si por se considerarem justos, fazendo-se passar por santos diante dos outros” (PIERUCCI, 2011, p.89).

comunistas ao demônio, que representam esses como vermes, abutres, polvos, serpentes, que os relacionam à doença, ao estrangeiro, à traição, à ilusão” (RODEGHERO, 2002, p. 464).

Com base nos termos utilizados, pode-se ressaltar, novamente, a existência de uma busca por estabelecer a “identificação” de suas ideias e princípios orientadores com as do público leitor, que compartilha de tal religião e de tal fé, além de contestar e reavaliar as ações, palavras e orientações dos indivíduos cujas falas foram falseadas e pôr em evidência que havia indivíduos dentro daquela instituição que se alinhavam a princípios de orientação política de “esquerda”, comunista ou socialista, com os quais deveriam, então, ser cautelosos, visto que seriam como “falsos profetas”, expondo, portanto, argumentos, posicionamentos e compreensões do mundo que estariam distantes das visões de mundo dos falsários, as quais percebiam como algo a ser preservado.

Dessa forma, fica explícita, nas visões de mundo demonstradas, suas leituras sobre quem seria o “nós”, ou seja, uma identidade que procuram correlacionar à cristã e trazê-la “para si”, para uma forma de compreensão da realidade que busca a manutenção da ditadura militar, de sua ordem social, dos métodos autoritários dos militares, e das correntes de pensamento que acompanham esses grupos. Ao reivindicarem para si a identidade do “bem”, observam que aqueles que também a compartilham, por serem cristãos, deveriam agir em nome do que denominam como a “verdade”. Reafirmam, assim, em meio a tais falas, os princípios pelos quais deveriam se orientar, além daqueles que deveriam rejeitar e denunciar, que seriam, por exemplo, posturas e orientações de cunho comunista, de esquerda, e consideradas – da perspectiva dos autores – subversivas da ordem.

Pode-se perceber, portanto, a presença de uma reivindicação por parte dos idealizadores, autores e responsáveis pelo projeto da edição apócrifa, de um “estatuto” que representa o “bem”, ou, ainda, o “bem comum” associado à religião Católica/Cristã, ao seu Deus, e à paz na sociedade, ao passo que há a atribuição de um *status* oposto aos que, segundo a perspectiva dos autores, estavam engajados em práticas comunistas subversivas.

Paralelamente a tais questões, observa-se o que Rodeghero (2002) coloca como uma forma de afirmar identidades por parte de agentes, como o exército, que se apresenta como um dos atores que deixam registros de suas ações de cunho anticomunista. De acordo com a autora, a análise do discurso desses grupos permite

a compreensão tanto da forma como percebiam o perigo comunista, como o modo pelo qual mobilizavam tal “empreitada” no sentido de elaborar e construir a sua própria identidade, obter reconhecimento externo e garantir coesão interna:

Assim, é possível observar como instituições como a Igreja Católica e o Exército garantem seus espaços nas disputas político-ideológicas de uma época, ou como certos governos buscam legitimidade utilizando o “perigo vermelho” como uma ameaça que lhes cabe enfrentar em nome da sociedade como um todo (RODEGHERO, 2002, p. 465).

Nesse sentido, é importante destacar, ainda, as observações de Rezende (2001) de que, no caso brasileiro, em sua compreensão do que seria a “verdadeira democracia”, os grupos militares buscaram identificar suas pretensões, perspectivas e ações como anseios da própria população, e como algo que reiterava “os desejos e a mentalidade cristã da sociedade no sentido de preservação do senso de dever e de autoridade” (REZENDE, 2001, p.38).

Compreende-se o fato de os textos da edição apócrifa apresentarem conexões e concordâncias com correntes de pensamento ligadas aos grupos militares no governo, como um indicativo de que seus autores se orientam de acordo com elas e com sua pretensão de legitimidade e continuidade. Um exemplo pode ser observado na segunda lauda da edição falsificada, na qual há uma frase que exemplifica esse sentido:

Não entraremos no caminho tenebroso da perdição que leva à morte. Hoje passamos a acreditar. Acreditamos nas autoridades e no governo, para vivermos alegres, em paz, seguros. Nosso movimento está livre dos comunistas e agitadores (*MEA CULPA*, 1982, Lauda 02).¹¹⁸

Com base nas considerações desenvolvidas, pode-se apontar, portanto, que uma das mensagens que os falsificadores tentaram passar aos leitores do JOSP, para além da associação da desobediência à ordem e dos movimentos progressistas ao comunismo e ao diabo, era que se deveria seguir os desígnios dos grupos ligados ao governo e às autoridades e aderir às suas perspectivas, pois, seguindo a lógica das oposições e dicotomias citadas, ao não fazê-lo, a nação e a população seriam conduzidas à tristeza, desordem e insegurança.

¹¹⁸ A referida matéria não indica autoria e não possui título, somente a citação da bíblia que diz: "o filho do homem vem buscar e salvar o que se havia perdido" (Livro de Lucas, capítulo 19, versículo 10).

Em relação à questão sobre quem seriam os falsos profetas (indivíduos ligados à esquerda e infiltrados na Igreja), é importante destacar, ainda, que os autores do *Mea Culpa* buscam apontar “artifícios” usados por esses como algo relacionado ao que compreendem como marxismo, por exemplo, a teoria da luta de classes, da religião como o ópio do povo, e a socialização das propriedades, os quais afirmam estarem ligados à Teologia da Libertação.

A Arquidiocese de São Paulo não pode mais acolher para acessorá-la (*sic*) entidades integradas e orientadas por notórios marxistas e estruturalistas que surgiram num contexto de interpretação histórica sob o prisma da teoria da “luta de classes” - teses como a da religião como “ópio do povo” e a da “socialização da propriedade”, refletindo o espírito da “Teologia da Libertação” que não é mais do que uma refração do marxismo sobre os chamados teólogos progressistas” (*MEA CULPA*, 1982, Lauda 01).¹¹⁹

Considerando os elementos apresentados pelos autores do *Mea Culpa* como “artifícios” dos falsos profetas e o fato de que os teólogos de libertação apresentam, por exemplo, o capitalismo como um sistema injusto, e buscam compreender a pobreza, a luta de classes e as contradições do capitalismo (LOWY, 2000, p.61), pode-se reforçar, novamente, a percepção de que as visões de mundo dos responsáveis pelo *Mea Culpa* comungam com elementos do imaginário anticomunista¹²⁰.

Ademais, pode-se observar, na citação destacada, uma referência direta aos movimentos de caráter progressista, e sua associação com movimentos de cunho marxista. Tais orientações são, portanto, claramente rechaçadas em uma concepção que demonstra compreendê-las como interconectadas entre si. Ou seja, os movimentos que buscam mudanças na situação social e política do país, o marxismo e o comunismo (conforme as compreensões de ambos) e movimentos progressistas advindos de indivíduos ligados ao corpo episcopal e aos frequentadores da Arquidiocese que são, nessa perspectiva, passíveis de condenação e rejeição por parte da população.¹²¹

¹¹⁹ A presente citação foi retirada da matéria intitulada “*Mea Culpa*”, e não indica nenhuma autoria.

¹²⁰ Termo utilizado por Rodeghero (2002).

¹²¹ Tal questão é reforçada, também, quando, na mesma matéria, uma das falas falseadas em nome de D. Paulo, declara-se que ele teria cometido erros e omissões em relação a tais aspectos, assumindo ter realizado uma reflexão sobre sua vida que teria sido inspirada pelo Espírito Santo, além de associar suas orientações anteriores ao *Mea Culpa* a estar “em falta” com Cristo.

Na matéria “Subversão crescente na igreja”¹²², novamente fica clara a conexão estabelecida pelos autores entre os movimentos progressistas e indivíduos do clero que abordam críticas à situação social do país, uma vez que se fala em pregações político-ideológicas de inspiração comunista e de transformações da liturgia nas missas com objetivos políticos e doutrinários de aproveitar a reunião dos frequentadores da Arquidiocese para confundi-los e separá-los, apontando a existência daqueles que se aproveitam da Igreja para falar sobre as ideias de personalidades como Che Guevara, Lênin e os adeptos às suas perspectivas, as quais também afirmam orientar-se pelo que compreendem ser o materialismo teorizado por Karl Marx.

Através das interpretações dessas elaborações e, com o auxílio do arcabouço teórico mobilizado, pode-se chegar à compreensão de que as visões de mundo evidenciadas pelo *Mea Culpa*, inserem-se em um movimento mais amplo que reage, rejeita e procura atrasar ou barrar mudanças (políticas, religiosas, entre outras), e cujas ações e medidas mantém diálogos com correntes de pensamento conservadoras, que estão ligadas, também, à determinados grupos militares e seus desígnios.

Essas visões de mundo contidas na edição falsificada, também buscam a manutenção de ideias ligadas à ditadura militar, as quais, tal como observa Rezende (2001), insistiam, por exemplo, em identificar a noção da existência de uma “verdadeira democracia” com os desígnios da população em geral. Em diversos momentos nas elaborações presentes no *Mea Culpa*, podem-se encontrar falas que instrumentalizam perspectivas do que seriam as “verdades”, de forma que se busca atribuir o sentido contrário aos posicionamentos que declaram ser merecedores de condenação por parte dos leitores do semanário.

Tal concepção pode ser observada em oposições elaboradas pelos autores, como é o caso do “comunismo” e as “pessoas de bem”. Chegam até mesmo a utilizar os dizeres “hoje somos outro movimento, não atendemos mais à insinuação diabólica de falsos padres, capetas vermelhos, não entraremos no caminho tenebroso da perdição que leva a morte”¹²³, e fazerem uso, também, de imagens ilustrativas:

¹²² A matéria não indica nenhum autor: *MEA CULPA*. Subversão crescente na Igreja. In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 03.

¹²³ Idem nota de rodapé nº 116: *Mea Culpa*. 1982, Lauda 02.



Fonte: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 03.

A presente imagem, apesar de se referir especificamente a um ocorrido¹²⁴, evidencia diálogos com uma perspectiva que rechaça o comunismo (tal como o compreendiam), uma vez que a imagem utilizada para representá-lo pode ser interpretada como algo relacionado ao diabo (de acordo com representações populares do mesmo, o que pode ser observado, por exemplo, em relação aos chifres) que segura nas mãos uma foice e um martelo. Por outro lado, a imagem que pode ser associada a uma ideia de “bem”, ou algo oposto ao diabo, é representada pela construção de uma personalidade que se assemelha a uma freira, ou, considerando a auréola, o rosário e, ainda, o sol presente acima da cabeça, à imagem de Maria de acordo com representações de cunho católico¹²⁵.

¹²⁴ A imagem presente na edição falsificada contém uma nota explicativa: “Narrativa simples, em quadrinhos, sobre o trabalho pastoral desenvolvido pela irmã Luz Alba, em Caracarái, Roraima. As amarguras e denúncias sobre a reunião da CPT em Manaus e as perseguições movidas por falsos representantes de Cristo. O amor e o reconhecimento do povo de Caracarái pela sensibilidade e espírito de fé cristã demonstrados pela irmã Luz Alba. Leitura obrigatória para todos aqueles que professam a verdadeira fé” (*MEA CULPA*. Dissidências. In: *Mea Culpa*, 1982, lauda 03).

¹²⁵ Um exemplo das associações com tais imagens dos chifres na cabeça do personagem masculino, ou da aureola na cabeça da santa, do rosário em suas mãos e, ainda, do sol acima de sua cabeça, pode ser encontrado na própria bíblia, como é o caso do livro do Apocalipse, capítulo 12, versículos 1 e 3: “Apareceu em seguida um grande sinal no céu: uma Mulher revestida do sol, a lua debaixo dos seus pés e na cabeça uma coroa de doze estrelas.”, “Depois apareceu outro sinal no céu: um grande Dragão vermelho, com sete cabeças e dez chifres” (Apocalipse 12: 1.3).

No decorrer da edição apócrifa, por meio dessas dicotomias e oposições, pode-se perceber que se opõem orientações políticas, associando-as a uma concepção valorativa sobre o “bem” (indivíduos que agem em prol do governo e da manutenção da ordem social) e ao “mal” (esquerda, indivíduos que buscam subverter a ordem social instaurada na época). Constroem-se, dessa forma, uma autoimagem associada à ideia do que seria a “verdade”, de como se deveria agir ou por quais princípios zelar, traçando, em oposição, um perfil para aqueles cujas ações procuram condenar e pôr sob vigilância e desconfiança dos cristãos, de forma que a imagem desses é, então, vinculada à de indivíduos desonestos, desligados da religião, associados àqueles que compreendiam como “de esquerda”, trazendo para a Igreja discussões com esse fundo político.

Com base nas interpretações, considerando as visões de mundo evidenciadas pelos autores e idealizadores do *Mea Culpa*, é possível perceber, novamente, elementos da hipótese central que norteou a interpretação do jornal apócrifo: a reação às mudanças que se delineavam e ao conteúdo do semanário possuem um caráter tradicional, ao passo que o contexto das possibilidades de mudanças, com a abertura política, ativou as disposições para agir desses indivíduos, que, com base em reflexões conscientes, que permeiam todo o processo de confecção e difusão de sua edição, visaram a manutenção da gestão do Estado autoritário instaurado pela ditadura militar e da ordem social instituída, sendo, portanto, um pensamento conservador.

Compreendendo-se o *Mea Culpa* como uma forma de esse grupo se manifestar e comunicar-se com a população, pode-se observar que todo esse processo de reação e rejeição às mudanças que se delineavam transparecem na edição apócrifa, assim como sua discordância e contestação das perspectivas dos responsáveis pelo JOSP na época. O que pode ser observado quando se constata as convergências de elementos citados nas elaborações da versão falsificada com o projeto de organização social ligado à Ditadura Militar.

Além disso, Rezende (2001) também destaca que regimes militares buscam meios de alcançar reconhecimento entre os diversos segmentos sociais, não só legalmente, mas também de uma forma que se identifiquem seus objetivos e interesses com os da população mais ampla. É com base nesse apontamento, que se ressalta a elaboração reflexiva da edição falsificada em diálogo com tais concepções,

que visavam à continuidade da ditadura militar, objetivo que era, portanto, o dos autores da versão apócrifa também.

Esse aspecto é reforçado, ainda, por orientações contidas no tópico “Ações Políticas”:

1. cooperar com o trabalho do governo na solução dos problemas nacionais, de qualquer ordem, de modo a facilitar a tarefa governamental; de seus familiares e amigos;
2. prestigiar as ações cívicas, com apelos aos sentimentos patrióticos
3. informar, sem constrangimento e sem rodeio, às autoridades, aquilo que lhe parecer suspeito e contra os interesses nacionais;
4. conhecer adequadamente as manhas e os procedimentos esquerdistas, bem como difundir esse conhecimento;
5. ter convicção quanto ao perigo vermelho no mundo e, em particular, no Brasil;
6. admitir que a expectativa e a passividade poderão ser funestas;
7. acreditar na igual responsabilidade de civis e militares, de governantes e governados, quando se trata de salvaguardar a integridade e soberania nacionais;
8. lutar pela paz e tranquilidade, não se contentando ou limitando-se a desejá-las;
9. crer, convictamente, que a democracia é condição essencial para a realização da justiça social e capaz de permitir o desenvolvimento almejado;
10. enfim, cumprir seus deveres como cidadão brasileiro, em sua plenitude (*MEA CULPA*. Ações políticas. In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 04).

Tais observações são citadas como deveres do cidadão brasileiro. E, considerando que foram listadas no semanário falsificado, pode-se ressaltar três elementos citados no decorrer da presente interpretação: 1) seus autores almejavam utilizar-se do espaço de comunicação que o JOSP possuía em relação aos seus leitores, 2) o diálogo dos autores com correntes de pensamento conservadoras e com os desígnios, discursos, e ações totalitárias de determinados grupos militares no período e 3) uma busca em colocar em evidência elementos como o combate ao anticomunismo, o patriotismo e a importância de ambos para a proteção da nação.

Pode-se destacar novamente, com base nessas orientações, a identificação dos princípios do governo militar com a população, visto que, por exemplo, o primeiro item, aponta para a existência de uma conexão entre os objetivos do governo, das famílias brasileiras, do leitor e de seus amigos, e o item sete aponta, de forma explícita, a existência de uma igual responsabilidade entre civis e militares no que se refere a salvaguardar a soberania nacional e a integridade.

O conteúdo desses itens e a forma como foram listados possibilitou que se identificasse que, entre as visões de mundo evidenciadas no *Mea Culpa*, encontra-se uma ótica na qual seus elaboradores procuraram interconectar a noção de democracia

advinda de discursos militares - e suas medidas e objetivos a fim de protegê-la -, com o combate ao comunismo, e com os deveres e propósitos da própria população.

Apreendeu-se que houve, através do *Mea Culpa*, uma busca em incentivar nos leitores no JOSP uma postura que deveria ser ativa no combate ao comunismo e, assim, agir pela preservação da ordem social democrática junto ao governo, instituições e grupos da sociedade, pois todos almejavam proteger a democracia, e o que se colocasse contrário aos princípios listados, deveria ser identificado, afastado e denunciado.

As orientações contidas no jornal falsificado evidenciaram, entre outros elementos das visões de mundo de seus autores, que tudo que fosse identificado como uma potencial ameaça para a “democracia”, ativaria medidas por parte do governo que queria protegê-la e, assim, zelar pela vontade da própria população. Dessa forma, considerando essa identificação dos desígnios dos grupos militares e da sociedade civil, tudo o que fosse hostil para essa “democracia” representaria um perigo para ambos, pois seus objetivos seriam supostamente os mesmos.

3 A REAÇÃO MIDIÁTICA AO *MEA CULPA* E O POSICIONAMENTO OFICIAL DA EQUIPE EDITORIAL DO JOSP

O Terceiro Capítulo aborda questões concernentes aos 153 documentos do acervo disponibilizado pela Arquidiocese de São Paulo. Suas interpretações têm, portanto, como base a leitura, interpretação e a catalogação dessas fontes documentais.

As referidas matérias contêm informações do andamento das investigações sobre o grupo responsável pela elaboração do *Mea Culpa*, além de depoimentos e falas de diversos indivíduos pertencentes à ala progressista da Igreja Católica no Brasil. Os documentos do acervo contêm, então, discursos de membros da Arquidiocese de São Paulo, que demonstram suas perspectivas não só sobre o processo de investigação por parte das autoridades públicas, mas também sobre a própria falsificação, o que inclui as ações dos autores e idealizadores da edição apócrifa.

Dessa forma, para o desenvolvimento do capítulo, foram elaboradas duas categorias de análise que auxiliaram na seleção intencional dos documentos e buscam abordar 1) a caracterização da reação midiática ao ocorrido, assim como as possibilidades que propiciou à visibilidade do caso e 2) o posicionamento oficial demonstrado e declarado pelos membros do clero católico nas fontes documentais, ou seja, os elementos que evidenciam o que tais indivíduos querem elucidar sobre os princípios que orientam suas ações e percepções da realidade, além das informações trazidas por esses jornais a respeito do grupo que idealizou, elaborou, imprimiu e distribuiu o *Mea Culpa*.

As categorias que guiaram a leitura e a interpretação dos documentos procuram dialogar com elementos teóricos relacionados, novamente, às perspectivas históricas que contemplam questões conjunturais. Logo, são abordados tópicos relativos à mídia católica no Brasil e à construção de uma perspectiva católica que declara ter como princípio norteador a posição histórica, cultural e socialmente construída da opção preferencial pelos pobres.

Seguindo a proposta elaborada para a instrumentalização da metodologia para a interpretação das fontes da reação midiática, após a sua leitura, os documentos foram separados em três distintos grupos. O primeiro grupo foi composto por

documentos referentes ao processo de investigação em si, sobre seu desenvolvimento, questões burocráticas, órgãos mobilizados, e sobre como chegaram aos responsáveis pela edição apócrifa, visto que se buscou vincular à presente pesquisa mais informações a respeito da abrangência da distribuição do *Mea Culpa* e dos meios que seus responsáveis possuíam para sua confecção e distribuição. Compõem o segundo grupo documentos que veiculavam falas dos membros da Arquidiocese e outros indivíduos a respeito da falsificação, uma vez que se objetiva abordar a resposta pública dos membros da Arquidiocese à falsificação e seu posicionamento frente às “acusações” feitas no jornal falsificado, assim como apreender a forma como os jornais retrataram o ocorrido e a atuação de D. Paulo (criticada pelo *Mea Culpa*). O terceiro grupo compõe-se das matérias que contêm informações especificamente sobre os falsificadores e envolvidos nesse processo, referindo seus nomes e o envolvimento no processo e atribuindo espaços para suas falas.¹²⁶

É importante destacar que a análise documental foi utilizada para tratar dos três grupos de documentos, seguindo as orientações propostas pelas categorias analíticas elaboradas para esse fim. Contudo, devido à natureza das informações contidas em cada grupo, são mobilizadas contribuições da análise do discurso, para abordar especialmente os documentos do grupo dois, e da análise de conteúdo para o primeiro e segundo grupos. Para o primeiro, no sentido, principalmente, de apreenderem-se os termos utilizados pelos jornais, assim como a incidência desses termos, ao se referirem à falsificação e a D. Paulo. Para o grupo dois, a fim de se trabalhar com a noção de que os discursos dos membros da Arquidiocese expressaram uma caracterização referente ao grupo de falsificadores.

3.1 Ponderações sobre a imprensa no Brasil e a reação midiática: a abertura política e novos espaços possíveis à veiculação de diversas perspectivas

Seguindo as orientações apontadas por Fonseca Junior (2009), ao referir-se à análise do conteúdo, é importante que se ressaltem alguns aspectos específicos

¹²⁶ O primeiro grupo conta com 32 documentos, o segundo com 35 e o terceiro com 82. Foi elaborado, ainda, um quarto grupo, o qual, além da reportagem de um jornal estrangeiro, contém três matérias que não fazem referências à falsificação em si. As matérias contidas nesse grupo não foram instrumentalizadas para o desenvolvimento da interpretação das fontes que se desenvolve no decorrer do capítulo.

dos documentos com os quais o presente capítulo propõe-se a trabalhar. Tais ponderações são ressaltadas a fim de considerar marcos de referência – que englobam dados relativos à conjuntura na qual se desenvolveram, visto que suas condições influenciam na construção do discurso, assim como a relação entre ambos (dados e conjuntura) e as perspectivas que orientaram a análise, que confluem para a formulação das inferências (FONSECA JUNIOR, 2009, p.286) extraídas do conteúdo - ao realizar os procedimentos metodológicos propostos.

Os documentos referidos são concernentes à reação midiática que se seguiu à distribuição da edição falsificada do JOSP. Foram produzidos, portanto, no ano de 1982, e somaram um total de 153 matérias, o que inclui uma matéria na Revista Abraço, que é holandesa. Contudo, a pesquisa foca-se nos documentos produzidos pelos meios de comunicação brasileiros, como Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Diário Popular, Jornal do Brasil, Hora do Povo, Correio Riograndense, Agência Folhas, O Lutador, O Globo, Voz da Unidade, Boletim da A.B.I., Jornal dos Bairros, Revista Veja e Revista Istoé.

Para abordar a reação midiática desencadeada após a falsificação do JOSP, considerando-se a conjuntura na qual esses dados se desenvolveram, seguem-se alguns apontamentos feitos por Marques de Melo (1982) e, também, por Azevedo (2006), que destaca que a forma como a imprensa atua em diferentes momentos da história do Brasil possui relação com elementos políticos desses referidos períodos, assim como com outras características de sua própria formação.

Marques de Melo (1982), nesse sentido, ressalta que o Brasil se configura como um dos últimos países das Américas a contar com o funcionamento da imprensa, assim como com sua atuação, dois elementos relevantes para compreender seu funcionamento no país.

De acordo com Marques de Melo (1982), a razão para esse fator deve-se à conjugação de diversos elementos socioculturais que refletiram a estrutura econômica do projeto colonial luso que prosperou no país (MARQUES DE MELO, 1982, p.70). Portanto, não havia uma função explícita a ser desempenhada na conjuntura brasileira, visto que aos fatores da época, como analfabetismo, precariedade da burocracia estatal, entre outros, somavam-se a censura e, tal como ressalta o autor, o obscurantismo metropolitano, que inviabilizavam as atividades de impressão.

Para Marques de Melo (1982), tais fatores socioculturais não foram totalmente dissipados com a Independência do país e se configuraram como obstáculos para o desenvolvimento da imprensa brasileira, impedindo ou dificultando o surgimento e a sobrevivência de jornais e tipografias.

Historicamente falando, o autor esclarece que seu surgimento oficial data do ano de 1808¹²⁷, porém com atividades limitadas a atender necessidades da burocracia real ou às suas preocupações coloniais, sendo controlada pelos censores régios. Com a Revolução do Porto em 1820, acelerou-se o processo de autonomia política, que se concretizou em 1821, período em que há a abolição da censura prévia no Reino. A expansão da imprensa pelo território nacional, porém, ocorre lentamente, estendendo-se por mais de 30 anos.¹²⁸

De acordo com tais considerações, destaca-se a relação da imprensa com fatores objetivos, visto que, na perspectiva apresentada, o próprio desenvolvimento da imprensa e sua permanência em território nacional estão associados a elementos da estrutura social e econômica do país, assim, também a lentidão desse processo tem relação com o fato de que esses fatores estruturais não sofreram grandes mudanças nesse período, mesmo após a proclamação da Independência.

Dessa forma, mesmo as primeiras impressoras regulares contaram com o apoio dos subsídios estatais, sendo organizações diretamente vinculadas ao Estado, ou empresas criadas por particulares “que contam com o beneplácito governamental para sobreviver” (MARQUES DE MELO, 1982, p.73).

Com o decorrer do tempo, a imprensa esteve imersa em diferentes elementos conjunturais que influíram em sua forma de atuação. De acordo com Melo (1982), durante o governo de Pedro I, por exemplo, havia um autoritarismo marcado pela completa ausência do povo no cenário político. Portanto a imprensa encontrava poucos estímulos para sua dinamização, visto que o embate por sua hegemonia ocorre no círculo da classe dominante. Na monarquia parlamentarista de Pedro II, entretanto, considerando a ascensão política de membros da classe dominante brasileira, há um jogo político de manutenção do poder que não “prescinde dos recursos para o cortejo da ‘opinião pública’” (MARQUES DE MELO, 1982, p.74). É

¹²⁷ Tal surgimento ocorreu com “a transferência da Corte Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em face da invasão napoleônica, e da fuga apressada para a colônia americana” (MARQUES DE MELO, 1982, p.72).

¹²⁸ Para maiores informações consultar: MARQUES DE MELO, J. Brasil: Imprensa e capitalismo dependente. *Cadernos Intercom*, São Paulo, ano 1, n.º 3, pp. 70-79, 1982.

nesse cenário que a imprensa passa a ter uma função social clara; como canal de expressão das facções das classes dominantes que disputam o poder político.

Pode-se apontar, portanto, um movimento que evidencia uma ligação entre a função da imprensa, em tais períodos, e determinados grupos sociais. A imprensa, nesse processo, atua respondendo a elementos que envolvem questões como a configuração do poder político e sua disputa nos dados períodos indicados pelo autor. Marques de Melo (1982), nesse sentido, observa que há uma tendência que se espalha até o fim do século XIX: a imprensa assumir um papel como forma de combate aos adversários políticos e ser um instrumento de pressão junto ao Estado para a obtenção de privilégios.

Novamente chamando atenção para o diálogo com as transformações políticas e econômicas por parte da imprensa, o autor observa que tais mudanças, no fim do século XIX (como foi o caso da libertação dos escravos, a substituição da monarquia pelo regime republicano, a descentralização administrativa e a expansão da industrialização e da urbanização), trouxeram novas configurações para a sociedade brasileira, como a formação de outros grupos, como é o caso dos trabalhadores. Dessa forma, já nas primeiras décadas, a imprensa não se configura mais como um meio de comunicação mobilizado exclusivamente por grupos dominantes e passa a ser utilizada, por exemplo, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, em publicações avulsas editadas em sindicatos de operários.¹²⁹

A imprensa, porém, dado o próprio caráter dependente do capitalismo brasileiro em relação aos capitalisms internacionais, somado à natureza “incipiente da industrialização nacional, não levada às últimas consequências pela burguesia brasileira” (MARQUES DE MELO, 1982, p.76), tornou-se, também, dependente do Estado. Assim, aponta Marques de Melo (1982), é importante que a imprensa mantenha boas relações com o Estado, tanto em relação às verbas publicitárias, quanto em relação a favores concedidos por políticos. E, a partir da década de 1940, com a expansão da economia nacional, a imprensa brasileira também passa a estar

¹²⁹ Para além de tais elementos, Marques de Melo (1982) também destaca a relação entre os capitalistas no país com a imprensa, visto que o nascimento das primeiras empresas jornalísticas coincide com maior desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, dado o desenvolvimento do operariado. Assim o jornalismo, por exemplo, assume uma estrutura operacional similar de empresas capitalistas.

subordinada ao capital norte-americano, por manter relações com o capital estrangeiro.

As considerações feitas por Marques de Melo (1982) também abordam, apesar do panorama oferecido pelo autor sobre a questão da dependência de grande parte da imprensa e de seu diálogo com o Estado e com elementos relativos ao desenvolvimento econômico e suas consequências socioculturais para o país, frações da imprensa que divergiam da linha apresentada como dependente.

Em meio aos períodos citados, o autor não deixa de destacar que, mesmo em tempos nos quais a imprensa era mobilizada somente por classes restritas, havia publicações episódicas, por exemplo, de caráter entusiástico ou, ainda, que veiculavam pensamentos de naturezas diversas. É o caso, também, da imprensa episódica que surge a partir da formação dos grupos de operários, que passa a refletir a participação da sociedade civil na vida política no país, formada tanto por setores que se opõem ao governo, como os chamados pelo autor de “classe média”, quanto por sindicatos e operários, que buscam, por exemplo, defender os interesses dos trabalhadores.

Havia também os segmentos ligados aos meios de comunicação que agiam de forma divergente do que Marques de Melo (1982) denomina como imprensa dependente, como as empresas que ousaram furar esse arco (MARQUES DE MELO, 1982, p. 72). Esse é o caso, por exemplo, de jornais com comportamento editorial independente, que, por essa razão, em períodos como o da ditadura militar, sofreram com a repressão do Estado ou, ainda, do próprio JOSP, que, apesar de não fazer parte da imprensa independente, imbuído da opção preferencial pelos pobres e inserido em um movimento de resistência às medidas totalitárias e desígnios dos grupos militares no poder, acabou passando pelo processo de censura prévia.

No que tange à relação que pode ser apontada entre os meios de comunicação e a Igreja Católica, são importantes as observações feitas por Montero e Della Cava (1986). Além de destacarem a importância da Igreja Católica (e do catolicismo em si) no processo de formação cultural e institucional do país, apresentam-na como parte de um conjunto de forças atuantes na sociedade civil e em uma sociedade de massas, a qual passa a fazer uso de meios de comunicação, em face das novas configurações dessa sociedade, no sentido de “adequar-se às exigências dos ‘novos tempos’” (MONTERO e DELLA CAVA, 1986, p.64).

Montero e Della Cava (1986), ao elaborarem um panorama geral das relações entre a Igreja Católica e os meios de comunicação, observam que, a despeito dessa importância da Igreja Católica, no desenrolar do século vinte, dadas as transformações econômicas, sociais e culturais, essa instituição foi perdendo força enquanto organizadora da vida social.¹³⁰ A partir da década de 1950, com o processo de modernização industrial, a vida familiar vai se privatizando. Surgem novas demandas e novos hábitos, a Igreja vai paulatinamente tendo seu papel anterior como organizadora da vida coletiva reduzido, e os meios de comunicação de massa passam a assumir papel de destaque como produtores de informação e lazer.

Nas décadas de 1960 e 1970, encontra-se uma forma de integração entre a população brasileira: “O país está ligado de norte a sul via transportes e comunicações, existe um mercado consumidor de bens industriais e, mais ainda, passa a existir um mercado consumidor de ‘bens culturais’” (MONTERO e DELLA CAVA, 1986, p.65). Nessa conjuntura, segundo os autores, pode-se perceber que os meios de comunicação assumem grande importância, inclusive para a produção das “visões de mundo”¹³¹ que orientam a sociedade, sendo, dessa forma, um espaço que poderia ser mobilizado pela instituição de forma a manter influências no que se refere à construção dessas formas de perceber o mundo e em sua produção ideológica.

A Igreja Católica, considerando as falas de Montero e Della Cava (1986) sobre a necessidade de se adaptar aos novos elementos e configurações conjunturais que incluem os meios de comunicação, teria, de acordo com Marques de Melo, inclusive, adotado uma nova postura eclesial diante das novas tecnologias que permitem a difusão coletiva dos bens simbólicos (MARQUES DE MELO, 1984, p.31). Dessa forma, casos como o do JOSP desenvolveram-se, pois a Arquidiocese utilizava jornal e rádio para divulgar conteúdos que faziam parte do cotidiano da Arquidiocese, mas que também faziam referências a situações e elementos conjunturais, o que acabava atribuindo destaque e visibilidade pública aos conteúdos abordados.

Esses apontamentos podem ser associados à perspectiva de Elias, com a compreensão de que esses jornais, formando uma figuração e estando inseridos em

¹³⁰ Montero e Cava (1986) chamam a atenção para estudos que citam, por exemplo, o crescimento do Estado a partir da década de 1930, que reduziu o âmbito de ação da Igreja em setores tais como a educação, que estava sob sua tutela até então, e, também, o processo de modernização industrial que se acelera a partir dos anos 1950 e passa a “integrar progressivamente setores cada vez mais amplos da população e a subverter cada vez mais profundamente os tradicionais padrões de convivência” (MONTERO e CAVA, 1986, p.64).

¹³¹ É um termo que é utilizado pelos autores, que, porém, não o definem conceitualmente.

outras figurações que se autoinfluenciam, seus indivíduos responsáveis estavam inseridos, também, em redes de seres humanos, que dialogavam também com fatores referentes à conjuntura mais ampla, visto que, tal como destaca Marques de Melo (1982), as condições socioeconômicas do país com seu capitalismo dependente representam um fator determinante até mesmo para a possibilidade de democratização da imprensa brasileira.

Com base nessas considerações, é válido ressaltar que nem todas as formas de comunicação em massa agiam de forma entusiasmada com o governo militar no decorrer da ditadura, ou sem veicular conteúdo que não fosse convergente aos desígnios desse governo. Apesar das diversas formas de repressão, casos como o do JOSP existiram¹³², nos quais, de acordo com o cenário político e social e seus elementos constituintes (que intervieram no conteúdo a ser veiculado pelos meios de comunicação), a equipe editorial do jornal buscava publicar matérias e conteúdos contestatórios e reflexivos em relação à ditadura. Essas formas de resistência não foram exclusivas da imprensa, havia outras formas de expressão, inclusive artísticas.

Pensando a questão da imprensa no Brasil, são importantes, ainda, os apontamentos feitos por Azevedo (2006), no sentido de que a mídia de massa possui um papel estratégico ao tratar de questões públicas, o que é forte especialmente em democracias contemporâneas que funcionam em sociedades “complexas, socialmente diferenciadas e fortemente segmentadas em seus interesses políticos e culturais por clivagens de classe, gênero, etnia, geração, entre outros” (AZEVEDO, 2006, p. 100).

Tal elemento não é menos relevante em cenários como o da ditadura militar no Brasil, uma vez que, inserida na referida sociedade, a mídia abordaria fatores concernentes a essa sociedade. Apesar desse fator, a política nesse período interveio incisivamente na forma e no conteúdo dos meios de comunicação. Contudo, a partir do início do período de abertura política, essa interferência foi paulatinamente

¹³² Em relação à imprensa escrita, é importante observar que, mesmo anteriormente ao golpe militar de 1964, os conteúdos veiculados por ela não eram homogêneos em termos de opiniões políticas, o que continuou após o golpe militar. Napolitano (2014) observa que, nos primeiros anos da ditadura, a cultura crítica de esquerda ainda era tolerada, contudo, o primeiro momento repressivo teria ocorrido entre 1964/1968, o que é um indicativo da existência de manifestações divergentes ao governo no período. Ainda nesse sentido, o autor destaca que “O objetivo principal era dissolver as conexões entre a “cultura de esquerda” e as classes populares, estratégia manifestada no fechamento do Centro Popular de Cultura (CPC) e do ISEB e dos movimentos de alfabetização de base. O controle e a perseguição à atividade intelectual escrita (imprensa) eram feitos, principalmente, via IPM (Inquéritos Policiais Militares) e processos judiciais, implantando o chamado ‘terror cultural’, que transformava todos os intelectuais críticos em potenciais subversivos ‘inimigos da pátria’” (NAPOLITANO, 2014, p. 92).

sendo modificada, e, com o passar dos anos, espaços de fala, até mesmo para opositores à gestão autoritária do governo militar, foram sendo desobstruídos.

Compreende-se, portanto, que, apesar do cenário da ditadura militar (e sua posterior abertura política), o conteúdo veiculado pela mídia contribuía em termos de visibilidade e destaque para as questões políticas elencadas pelos meios de comunicação. Esse é um fator que ganha relevo para a sociedade e sua configuração, haja vista os esforços dos grupos militares em suas estratégias e medidas para interferir no conteúdo divulgado pelos meios de comunicação.

De acordo com Azevedo (2006), de uma forma geral, entre as características da mídia no Brasil encontram-se o monopólio por parte de algumas famílias e o controle de parte importante das emissoras de rádio e televisão por políticos. Até 1988, a “concessão de serviços de radiodifusão era prerrogativa exclusiva do Presidente da República que naturalmente usava este privilégio como moeda de troca política” (AZEVEDO, 2006, p. 100). Isso teria resultado, segundo o autor, em uma espécie de coronelismo eletrônico no qual políticos controlavam e usavam a mídia em prol de seus interesses políticos e regionais.

Azevedo (2006) destaca que, nas décadas de 1950 a 1960, era ativa a participação da mídia em questões que envolviam disputas políticas (como, por exemplo, a disputa entre varguistas e antivarguistas, e entre o Partido Social Democrático [PSD] e a União Democrática Nacional [UDN] a partir de 1946), o que atribuía visibilidade a tais tópicos. O autor chama a atenção para uma variável utilizada em suas pesquisas. Refere-se ao chamado paralelismo político, que denota a relação entre os meios de comunicação e os partidos e organizações políticas, ou quanto a mídia reflete as divisões políticas que existem no interior da sociedade de forma mais ou menos equilibrada, considerando a diversidade política existente na sociedade.

Azevedo (2006) observa que, na ditadura militar, período no qual se expande o sistema de mídia com a ascensão da televisão como principal veículo de massa (2006, p.104), há uma baixa atividade política nos meios de comunicação, destacando que o paralelismo político, quando ocorria, colocava-se contrário à ditadura, e não em torno de interesses políticos e conflitos ideológicos.

A despeito do bipartidarismo, da situação da perpetuação de grupos militares no poder sem a presença de uma real oposição partidária e das medidas de repressão e censura, Azevedo (2006) observa que a grande imprensa escrita teria evoluído de um apoio à implantação da ditadura militar para uma oposição liberal e

moderada, que cresceu no período. Entre esses jornais, o autor destaca justamente alguns dos que acompanharam as investigações sobre a falsificação; o Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Tal como observa Azevedo (2006), foi com a posse de Geisel (1974), com o início da abertura política que levaria à revogação dos atos institucionais e com o retorno do multipartidarismo e das eleições diretas para governos estaduais (em 1979) que haveria a expansão das possibilidades de liberdade de trazer agendas e debates e refletir a opinião pública. Ou seja, período que corresponde à falsificação e à posterior reação midiática.

É com base nessas considerações que se elaborou a proposição de que a reação midiática está relacionada a elementos objetivos concernentes ao momento político na década de 1980, devido à expansão dessas possibilidades. O fato de que alguns dos jornais, que acompanharam as investigações fazerem parte dos que Azevedo (2006) observou como oposição moderada, soma-se aos outros jornais que acompanharam as investigações. Percebe-se isso como um indicativo de que o clima político suscitou não só a possibilidade de que os jornais tivessem mais espaços para noticiar conteúdos que poderiam não ser favoráveis ao governo militar, mas também que os elementos desse contexto ativaram disposições, dado o clima mental de mudança política, para que seus editores veiculassem casos como o do *Mea Culpa*, pelos quais se poderia estabelecer uma relação ou seu apoio aos grupos (militares dado seu conteúdo), proporcionando, dessa forma, visibilidade pública ao ocorrido

Essa visibilidade ocorreu de forma que, inclusive, as próprias ações do governo e seus órgãos investigativos em seu empenho e interesse em trabalhar o caso foram postas em dúvida, o que se configura como o oposto ao que se pretendia com o *Mea Culpa*, que era justamente reforçar a continuidade da gestão militar autoritária. A Folha de São Paulo, por exemplo, em matéria publicada em 25/08/1982, além de trazer falas do Advogado José Carlos Dias, contratado pela Arquidiocese de São Paulo, colocando que o conteúdo do jornal falsificado caracterizava vários crimes do código penal¹³³, ainda se faziam questionamentos ao posicionamento do governo frente ao caso:

Será o governo impotente para descobrir, em dois tempos, os autores das falsificações? Só ingênuos concluirão pela afirmativa. Os serviços gráficos

¹³³ S/N, A Igreja pede inquérito para apurar fraude. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, lauda 01.

executados não são obra artesanal, de fundo de quintal ou de “aparelhos” clandestinos. [...] Já basta uma rápida leitura para descobrir, por exemplo, a expressão “besta-fera”, nova designação da “hidra”, que indica a procedência intelectual da falsificação. Esse desesperado método de ação política [...] se constata ser praticado por pessoas que têm completa disponibilidade de tempo e de recursos, além de cobertas por total impunidade (S/N, Terrorismo impresso, In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, lauda 02).

As matérias citadas ainda fazem referência, assim como em diversas edições, a outros ocorridos, nos quais indivíduos buscaram ou incriminar outros grupos por seus atos, como é o caso do atentado ao Riocentro, que foi citado em 23 matérias; ou, então, passar por eles, utilizando suas identidades e credibilidade em relação ao seu público a fim de realizarem comunicados aos leitores, como foi a falsificação do boletim, por exemplo, em nome da CNBB.

Dessa perspectiva, aponta-se a importância de uma reflexão sobre o que a reação midiática à edição apócrifa do JOSP pode evidenciar. Como já dito anteriormente, o posicionamento do JOSP no período pode ser definido como uma perspectiva progressista, pois não convergia para os desígnios do governo militar, podendo ser visto inclusive como uma forma de resistência relevante, visto que o semanário, além de ter em si a possibilidade de embasar suas falas por uma perspectiva que dialoga com o catolicismo e com a Igreja enquanto instituição, possuía também um público abrangente. Dessa forma, suas publicações poderiam atribuir visibilidade aos temas publicados.

3.2 O processo de investigação do *Mea Culpa*

Com o desenvolvimento das investigações sobre a falsificação e seu acompanhamento pela mídia impressa, as matérias dos jornais que o presente capítulo aborda foram revelando maiores informações a respeito dos culpados pela falsificação. Apesar de eventuais desencontros entre as informações, o conteúdo das matérias possibilitou uma interpretação que evidenciou elementos relativos, por exemplo, às motivações dos grupos envolvidos na estratégia de confecção e distribuição do jornal falsificado, uma caracterização desses grupos e, também, das ações dos órgãos públicos e privados engajados na investigação. Assim, foi possível desenvolver inferências com base nos aspectos apresentados pelas matérias dos jornais e revistas.

Os referidos jornais e revistas veicularam matérias com diversos enfoques a respeito da falsificação tanto do JOSP quanto de outros atos de adulteração de conteúdo de folhetos ligados às igrejas católicas e à ação do clero progressista. Entretanto, mais do que citar esses casos e levantar possíveis implicações dessas falsificações, acompanharam e relataram as investigações, permitindo o acesso a informações sobre os envolvidos no processo de falsificação e impressão do jornal apócrifo.

Uma primeira questão que se destacou nesse sentido foram aspectos relativos às investigações em si, pois, inicialmente, não se sabia a cargo de qual órgão público ficariam. Em um primeiro momento, houve, por exemplo, matérias dizendo que o caso teria sido entregue à Delegacia da Fé Pública, especializada em combate a falsificações e que o próprio Secretário de Segurança (Otávio Gonzaga Junior) teria afirmado não perceber conotação política no caso.¹³⁴

Contudo, apesar dessas divergências iniciais, as investigações acabaram ficando a cargo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). Com o avançar da acareação de depoimentos e novos elementos, como a localização da gráfica que imprimiu os jornais falsificados em Belo Horizonte, agentes do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS-MG) e da polícia de Minas Gerais também se envolveram no processo investigativo, nos interrogatórios, e em outros processos que acabaram gerando, inclusive, complicações burocráticas que chegaram a ocasionar pausas entre as etapas da investigação:

Um "jogo de empurra" entre o Deops paulista e o Dops mineiro ameaça bloquear as investigações sobre a falsificação do jornal "O São Paulo" apenas 24 horas depois de ter sido descoberta, em Belo Horizonte, a gráfica onde foi impressa a edição apócrifa daquela publicação da Igreja Católica. O Deops de São Paulo diz que as diligências seguintes estão agora a cargo do Dops de Minas, que interrompeu suas investigações afirmando que só as reiniciará se for solicitado (S/N. A polícia sem acordo sobre o jornal falso. In: *Folha de São Paulo*, 16/09/82, Lauda 01).

Ainda nesse sentido, em edição do Estado de São Paulo, afirmou-se que:

A Polícia Federal assumirá a condução das investigações sobre a falsificação do jornal O São Paulo, da Cúria Metropolitana paulista, segundo informações do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel [...] Segundo Ackel, a PF só está

¹³⁴ Informações retiradas de: S/N, Secretário de segurança não vê motivação política. In: *O Globo*, 25/08/1982, Lauda 01.

entrando no caso por haver nítidas implicações interestaduais – A edição falsa foi impressa em Minas Gerais e distribuída em São Paulo e Brasília. O ministro da Justiça diz que o Dops paulista e mineiro prosseguirão com suas investigações e acrescenta, que à Polícia Federal cabe evitar qualquer vício processual que anule o inquérito [...]. Em Belo Horizonte, porém, as investigações não caminharam nada ontem [...]. Por outro lado, o delegado de Operações Especiais do Dops mineiro, Miguel Bechara, tinha explicações para justificar o interrogatório que ainda não foi feito com o principal acusado. "Pelo simples fato de que quem está dirigindo as investigações é o Dops paulista", ao contrário do que afirmara na véspera o delegado do órgão em São Paulo, Clyde Gaia da Costa, que acompanhou a descoberta da gráfica (S/N. Polícia Federal vai apurar investigação. In: *O Estado de São Paulo*, 16/09/1982, Lauda 01).

A partir dos trechos citados, é possível identificar não somente indícios de uma informação implícita sobre o desempenho e interesse desses órgãos na investigação, como também a referência explícita a questões de ordem burocrática, que representavam possíveis entraves ao processo investigativo devido à responsabilidade atribuída a um departamento e a outro, e pedidos de encaminhamento das investigações a ambos, o que levantou, inclusive, a possibilidade de a Polícia Federal se envolver também.

É importante destacar, ainda, a afirmação de que um departamento estava tentando atribuir, publicamente, as investigações a outro, em um "jogo de empurra", expressão a partir da qual se podem inferir, inclusive, questionamentos sobre o empenho dos órgãos públicos no caso. Esse elemento pode ser observado em outras matérias. Por exemplo:

Não fossem as ameaças de Afonso Paulino, na semana passada, que levaram José Calixto a procurar amparo na Igreja e, em seguida, a prestar depoimento à polícia, em São Paulo, muito provavelmente o caso continuaria soterrado na burocracia policial. No momento, o processo está no Fórum, em São Paulo, com pedido de mais 30 dias de prazo feito pelo Deops, sem contar com nenhum indiciado (KOTSCHO, Ricardo. Gráfico aponta falsificador de 'O São Paulo'. In: *Folha de São Paulo*, 13/10/1982, Lauda 02).

Nesse mesmo sentido, outro fator que se destaca em, pelo menos, três diferentes matérias, é que a polícia não teria chegado por si própria nem à gráfica na qual foram impressos os jornais falsos, nem aos indivíduos que, em depoimentos, viriam a prestar maiores informações sobre o processo de falsificação e a fornecer os nomes das pessoas envolvidas nesse processo.

Essa informação se soma, ainda, aos destaques dados ao engajamento de membros das igrejas e de seu trabalho conjunto com a imprensa, que teriam gerado resultados significativos. Isso possibilita que se reflita sobre a veiculação desses

conteúdos como algo que proporcionou aos seus leitores e à opinião pública uma perspectiva de que as investigações dos órgãos públicos somente apresentaram avanços, no espaço de tempo decorrido, devido ao envolvimento da Igreja e da imprensa. Por exemplo:

O inquérito aberto pelo DEOPS deu um grande passo à frente quando graças a uma informação da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, localizou-se, em Belo Horizonte, a oficina onde foi impresso o falso jornal (S/N. As edições falsificadas. In: *Boletim da A.B.I.*, Set/Out de 1982, Lauda 01).

A forma como essa colocação foi feita nos jornais evidenciou, em pelo menos quatro matérias, uma perspectiva de que o trabalho executado pelas autoridades que estavam envolvidas no processo de investigação era questionado em termos de eficiência e, também, de seu interesse em resolver não somente a investigação do *Mea Culpa*, mas também diversos outros casos nos quais foram cometidos atos parecidos, como a falsificação de folhetos da Igreja, elemento que foi destacado em cinco matérias.

As referências feitas às falsificações de outros folhetos de elementos ligados ao clero progressista da Igreja Católica evidenciam, inclusive, a existência de um movimento contestatório das ações desse segmento progressista e que, no caso das falsificações impressas, espreada-se por todo o país. A partir das cobranças realizadas pelos jornais, pode-se inferir que os conteúdos dessas falsificações, em diversos casos, dialogaram com elementos pertencentes ao anticomunismo, buscando associar padres, freiras e arcebispos ao comunismo, ao marxismo, entre outros. Os grupos envolvidos nessas falsificações, amparados pela falta de investigação e empenho dos órgãos policiais na época, expandiram-se em diversos casos que teriam ficado sem solução.

A matéria do Boletim da A.B.I., por exemplo, fala até mesmo em termos de impunidade em relação a investigações para descobrir os responsáveis por essas falsificações – destacando-se o fato de que a palavra “impunidade” marcou presença em dez matérias diferentes, somando-se a uma referência mais explícita à incompetência apresentada pelos órgãos de investigação em casos como esses:

A impunidade que tem caracterizado tais práticas das forças do obscurantismo no Brasil não autoriza muitas esperanças quanto à descoberta dos responsáveis no caso da edição apócrifa de O São Paulo. Embora existam pistas valiosas para se chegar até eles, é de temer que, a exemplo

do caso das bombas do Riocentro, não acabe tudo numa farsa policial, indiciando supostos autores para livrar a cara dos verdadeiros (S/N. As edições falsificadas. In: *Boletim da A.B.I.*, Set/Out de 1982, Lauda 01).

É com base em discursos como esse, que se pôde inferir que, nas matérias em que se questiona a ação policial, esse fator apresenta conexões com a conjuntura histórico-social e política de atuações policiais anteriores, referentes, por exemplo, ao período mais extremo da ditadura militar em termos de medidas autoritárias para a manutenção da ordem social. O momento em que as investigações foram realizadas também se refere à década de 1980, quando estava em curso a transição política, portanto há poucos anos. **A população e as instituições ainda estavam sob a ação dos órgãos e medidas de repressão, embora em menor medida,** o que incluía ações em prol do combate às suspeitas de envolvimento com o comunismo que podiam apresentar, inclusive, caráter violento.

Casos como o do Riocentro, citado no trecho acima, ilustram a possibilidade de envolvimento de grupos pró-ditadura militar buscando incriminar grupos de outras orientações políticas. Para tal, cometiam ações extremas, como o ataque com bombas, e seus responsáveis ficavam impunes, apesar da investigação desenvolvida. Essa associação entre um caso e outro, somada às falas do advogado da Arquidiocese de São Paulo (em São Paulo), Carlos Dias (ex-presidente da comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo), sobre seu receio de que o caso sofresse um processo de “riocentralização” (fala que foi veiculada em cinco edições) são exemplos da associação feita entre a forma de conduzir investigações dos órgãos públicos e uma perspectiva de possível conivência dos órgãos policiais com ações extremas em prol da manutenção da ordem social instaurada nos anos de ditadura militar.

É importante destacar também que membros da Arquidiocese de São Paulo envolvidos no fornecimento e busca de informações para a investigação junto ao advogado Dias acabaram por engrenar um sistema de investigações paralelas às do serviço público, o que acabou por guarnecer informações centrais para que se chegasse aos nomes dos principais nomes associados à falsificação. Não foram, portanto, os órgãos públicos que chegaram aos responsáveis pela estratégia, confecção e distribuição do *Mea Culpa*, mas as investigações dessa articulação entre os membros do clero e do advogado Dias.

Dias esteve em contato com uma testemunha ocular do processo de confecção da edição apócrifa, o candidato do PMDB, Antônio Faria. De acordo com as informações elencadas nas matérias (por exemplo, em suas falas e depoimento), Faria, no decorrer do processo de impressão de cartazes para sua campanha política, teria visto os fotolitos do jornal falsificado na Geogram Serviços Gráficos Auxiliares Ltda e, mais tarde, na gráfica que os imprimiu, a Perez e Bovolenta Ltda., em Belo Horizonte (cujo proprietário é Nilson Bovolenta, gráfico aposentado da imprensa oficial de Minas Gerais e seu filho, Nilson Bovolenta Junior, estudante). Faria comunicou esse fato ao coordenador da pastoral das CEBs de Minas Gerais (Durval Ângelo de Andrade), que se comunicou com a Pastoral Operária de Contagem e com a Arquidiocese de São Paulo:

O candidato a deputado estadual pelo PMDB, Antônio Faria, ligado a setores da Igreja, chegou a presenciar a edição falsa de "O São Paulo" sendo montada na Geogram Serviços Gráficos, alertando o gerente da empresa, Ivan Batalha, para os riscos que estava correndo. "Isso é errado Ivan" - disse na época, em meados de agosto. Ele depôs no fim da tarde de ontem no Dops mineiro, como testemunha, orientado pelos advogados José Carlos Dias e Edgar Amorim. Em seu depoimento, Antônio Faria disse que Ivan chegou a informá-lo de que o jornal falso seria impresso na gráfica Perez e Bovolenta, e que a pessoa que encomendou os fotolitos e as chapas era seu conterrâneo e estava acompanhada por Geraldo Magela da Silva (S/N. Corretor nega ter agido no caso de falsificação. In: *Folha de São Paulo*, 24/09/1982, Lauda 01).

Do serviço conjunto do DEOPS de São Paulo, do DOPS de Minas Gerais e a polícia de Belo Horizonte, da Igreja e dos órgãos de imprensa, junto a Dias e a outros envolvidos nas investigações, por depoimentos recolhidos (por exemplo, de ambos os Bovolenta), é que se pôde identificar um terceiro nome, face à descrição das características da pessoa que foi encomendar e buscar o jornal, tendo, também, levado os fotolitos já prontos. Esse indivíduo foi apontado como sendo Geraldo Magela da Silva, conhecido também como Geraldo Yé, corretor da gráfica Tiradentes¹³⁵.

Contudo, apesar dos percalços revelados pelas matérias, como foi o caso de questões burocráticas entre os órgãos públicos envolvidos nas investigações - o

¹³⁵ A atenção atribuída à Yé, enquanto um possível envolvido no processo de falsificação, foi deixada de lado após as informações sobre a Geogram e seu proprietário, Ivan Batalha, que afirmou que Yé não havia encomendado as cópias, mas estava acompanhado pela pessoa que fez a encomenda, o que foi negado em depoimento por Yé, que, no entanto, afirmou que estava no local por outro motivo, mas admitiu ter visto o referido homem.

DEOPS paulista e o DOPS mineiro¹³⁶ -, as investigações apontaram o empresário Afonso de Araújo Paulino como o mandante da impressão do JOSP falsificado. Esse nome foi entregue por José Calixto, gráfico aposentado, em depoimento no DEOPS de São Paulo, trazido de Minas Gerais pelo advogado contratado e representante da arquidiocese de São Paulo em Minas Gerais, o deputado federal (pelo PMDB) José Edgar de Amorim. O deputado estaria protegendo Calixto e sua família, que estariam sendo ameaçados, segundo as informações fornecidas por Calixto, por Paulino e Célio Humberto de Freitas (apontado nas matérias como secretário de Paulino, chefe de limpeza ou apenas como funcionário do Jornal de Minas).

De acordo com edição do Jornal do Brasil¹³⁷, o gráfico Calixto trabalhava na Gráfica Tiradentes, que foi procurada pelo secretário de Paulino para a impressão dos exemplares falsificados do JOSP. Como a gráfica não possuía maquinário e condições técnicas para a impressão, Calixto e Frederico Bittencourt (proprietário da Tiradentes e funcionário do 3º Ofício Judicial do Fórum), foram juntos encomendar os fotolitos e as chapas em formato *off-set* da edição falsificada na gráfica Geogram, na qual foi feita a matriz do *Mea Culpa* (e também a elaboração da arte final e do fotolito) por seu proprietário, Ivan Guerra. Após o material estar pronto, Calixto contatou a gráfica Perez e Bovolenta Serviços Gráficos e Ltda., que fez a impressão de aproximadamente 5 mil exemplares. Os proprietários da gráfica Perez e Bovolenta eram Nilson Bovolenta (gráfico aposentado da Imprensa Oficial de Minas Gerais) e seu filho, Nilson Bovolenta Filho. Segundo o advogado Amorim, teria sido o dono da Gráfica Tiradentes que fornecera o cheque para o pagamento da Geogram, ao passo que Calixto teria apenas feito a encomenda, sem maiores envolvimento¹³⁸.

A revista *Veja*¹³⁹ apontou que Paulino foi o responsável pela encomenda da falsa edição à Gráfica Tiradentes, notícia confirmada por Bittencourt da Silva, o dono da gráfica que, primeiramente, afirmara que Paulino o teria encaminhado para Mário Lúcio Cabral¹⁴⁰, diretor comercial do Jornal de Minas, que teria providenciado

¹³⁶ Foi o caso do envio e recebimento de precatórias entre ambos, solicitando depoimentos e intimações, ou afirmações nos jornais sobre quais seriam as competências de cada agência para continuar a investigação, ou, ainda, a “não presença” dos responsáveis em cada Estado pela investigação, por exemplo, esses estarem viajando à trabalho.

¹³⁷ S/N. Dono de jornal é acusado de falsificar “O São Paulo”. In: *Jornal do Brasil*, 13/10/1982, Lauda 02.

¹³⁸ Essa informação consta em: S/N. Gráfico acusa o dono do jornal. In: *O Estado de São Paulo*. 13/10/1982, Lauda 01.

¹³⁹ S/N. No rumo certo. In: *Veja*, nº 737, 23/10/1982, Lauda 01.

¹⁴⁰ Cabral também é identificado como tesoureiro em outra reportagem. Fonte: S/N. Dops ouve acusados no processo do jornal falso. In: *O Estado de São Paulo*, 09/11/1982, Lauda 01.

um cheque para as despesas. Contudo, mudou sua versão, apontando Calixto como condutor das transações, informação essa que a própria Veja aponta ser falsa, esclarecendo, então, que a encomenda foi acertada por ambos, Bittencourt Filho e Calixto, em negociação também com Célio Freitas, indicado na reportagem como um funcionário do Jornal de Minas. Bittencourt e Calixto teriam acertando a impressão de 5.000 exemplares com Nílson Bovolenta, que exigiu novos originais (em decorrência de suas falhas), cuja composição foi acertada por ambos com a firma *Movies Produções*.

Esse apontamento teria sido confirmado por Paulo Teixeira de Melo, gerente da *Movies*, que afirmou ter sido responsável pela composição a frio do jornal, e confirmou ter recebido o pagamento de Bittencourt, que teria pago também os fotolitos e a impressão¹⁴¹. Além dessas informações, indica-se também, n' *O Estado de São Paulo*¹⁴², alguns outros nomes citados por Calixto, e que fizeram parte do processo de falsificação, entre eles o fornecedor do papel especial para imprimir a edição falsificada, Márcio Carvalho de Oliveira (proprietário da firma *Mapel*) e Ilton Fernandes de Oliveira (responsável pela *Linotipia Fernandes*), que executou os serviços de composição das páginas da edição.¹⁴³

O nome do responsável por encomendar a impressão da edição falsificada apareceu pela primeira vez entre as matérias da reação midiática, ao ser citado pelo Vigário Antônio Haddad, da igreja da Boa Viagem em Belo Horizonte, que suspeitava de seu envolvimento na falsificação. O empresário, proprietário do Jornal de Minas, que, segundo os depoimentos e falas contidos nas matérias, demonstrava em suas publicações posições que se chocavam com a atuação do clero progressista e eram marcadamente anticomunistas, reagiu às acusações através do próprio Jornal de Minas, acusando Haddad de ser um dos responsáveis pelas falsificações, com a intenção de parar as publicações do Jornal de Minas, uma das poucas que denunciava, de acordo com o empresário, a infiltração de comunistas na Igreja.

Ao negar sua responsabilidade na falsificação, Afonso Paulino explicou que seu jornal vem publicando artigos mais violentos do que o divulgado pelo falso jornal *O São Paulo*. "Há mais de três anos o Jornal de Minas vem denunciando a infiltração no clero progressista, com ataques, até certo ponto,

¹⁴¹ Fonte: S/N. DOPS ouve acusado por falsificação. In: *Jornal do Brasil*, 07/11/1982, Lauda 01.

¹⁴² S/N. Dops ouve falsificadores em MG. In: *O Estado de São Paulo*, 02/11/1982, Lauda 01.

¹⁴³ Ambos teriam confessado sua participação, o que foi constatado em leitura da matéria: S/N. Gráficos confirmam seu envolvimento na edição falsa de jornal. In: *O Estado de São Paulo*, 04/11/1982, Lauda 01.

muito mais violentos" - disse ele. - A nossa luta contra o comunismo e o clero progressista é de peito aberto e nada tem a ser feito às escondidas. Não sou homem de fazer as coisas escondidas e, se fizer alguma coisa que não der certo, assumo os erros (S/N. Campanha violenta. In: *Jornal do Brasil*, 13/10/1982, Lauda 01-02).

A resposta de Paulino às acusações feitas pelo vigário fornece elementos que possibilitam inferir que o empresário dialogava com um movimento que buscava colocar-se ativamente crítico em relação ao clero progressista. Isso se soma à informação de que, segundo matéria do *Jornal do Brasil*, o *Jornal de Minas* é sucessor do *Diário Católico*, da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte, e que já teria sido, em outra época, o maior diário católico do país¹⁴⁴. Portanto, além de se colocar evidentemente contra o clero progressista e demonstrar sua discordância ideológica em relação a esse, pode-se destacar que fica implícita a possibilidade de que Paulino também esteja associado, ou mantenha diálogos, com visões de mundo relacionadas a setores mais conservadores da Igreja Católica no Brasil. Fica explícito também o caráter combativo que o empresário apresenta em suas declarações, o que aparece em suas publicações pelo *Jornal de Minas*.

Ao ler as matérias referentes à reação midiática, pode-se perceber que o percurso e os meios, para que se chegasse aos resultados apontados, apresentaram elementos que permitem a realização de inferências acerca tanto do processo de investigação, quanto dos responsáveis pela estratégia da edição apócrifa.

É importante ressaltar que esse processo de investigação, em um primeiro momento, relativamente a outros casos análogos (de falsificação), desenvolveu-se em um espaço de tempo não tão extenso, considerando que os casos anteriores ficaram, de acordo com as fontes documentais utilizadas para a interpretação, sem resolução, resposta pública, ou, ainda, acabaram sendo arquivados.

A primeira matéria contendo, de fato, apontamentos diretos do depoimento de Calixto, que informava ser Paulino que encomendara a impressão do JOSP falsificado, foi publicada no dia 14 de outubro de 1982, portanto, menos de dois meses após a distribuição da edição apócrifa nas igrejas em São Paulo. O processo que desencadeou as investigações por parte dos órgãos também não tardou a começar. O início dos debates sobre qual órgão ficaria com as investigações é relatado em

¹⁴⁴ Essa informação foi retirada de: CASTRO, José. de. Paulino, revolucionário de 64. In: *Jornal do Brasil*, 13/10/1982, Lauda 02, contudo, a fonte não fornece maiores informações sobre a questão, e, inclusive, não especifica em qual época o referido jornal teria sido o maior diário católico do País.

matéria publicada do dia 25/09/1982. O início do processo, de fato, teria sido em 26 de agosto, com o inquérito sobre a falsificação sendo instaurado no dia 30 de agosto.

A despeito de as matérias não abordarem se, de fato, os indivíduos citados como culpados pela falsificação foram, de alguma forma, submetidos a sanções legais, ou se, de fato, as investigações se encerraram com os nomes indicados, um fator se destacou entre os conteúdos das matérias: as investigações foram acompanhadas e detalhadas pelos jornais e, pelo que indicam as matérias, avançaram em relação a outros casos análogos. Compreende-se que isso estaria associado tanto ao fato de que a mídia impressa (e outros meios de comunicação e expressão), com o avanço da abertura política e o fim dos Atos Institucionais, vivia a expansão de espaços de falas para matérias do tipo, quanto com a cobertura midiática ao caso, para o qual se apresentaram cobranças explícitas e públicas por resultados, além de denúncias sobre o descaso dos órgãos policiais e a multiplicação de casos de falsificação de documentos da Igreja por todo o país.

Com base nas referências ao receio de que as investigações tivessem um desfecho inconclusivo, que as autoridades fossem coniventes, ou, ainda, que apresentassem pouco ou nenhum interesse em resolver o caso, e o tempo que transcorreu até os nomes dos envolvidos na falsificação aparecerem, pode-se inferir a possibilidade de que, somadas às medidas e ações do advogado Dias (que chegou a falar sobre a possibilidade de interferência da Polícia Federal no caso, já que a confecção e a distribuição ocorreram em dois estados diferentes), a cobertura midiática do caso se apresentou, também, como uma forma de “cobrança” pública dos resultados do caso.

Compreende-se que as diversas referências, por exemplo, às autoridades não estarem (ou estarem pouco) interessadas em resolver o caso (em cinco matérias), ou de que não fosse apurado (em quatro matérias), ou, ainda, de que o não progresso da investigação poderia ser algo que desmoralizaria a autoridade e a lei¹⁴⁵, aliadas ao fato de que as “vítimas” dessa falsificação foram D. Paulo Arns e a Arquidiocese de São Paulo, são elementos que podem ter influenciado na duração da investigação e na disposição das próprias autoridades de agilizar o processo, em decorrência da própria opinião pública sobre a atuação do DEOPS-SP, DOPS-MG, da polícia mineira e dos investigadores envolvidos.

¹⁴⁵ GOMES, Severo. O crime e a cidadania. In: *Folha de São Paulo*, 29/08/1982, Lauda 01.

Podem-se observar, ainda nesse sentido, os discursos que reforçam o papel e o empenho da Igreja nessa investigação, por exemplo:

Desgasta-se a autoridade policial, quando poderia estar firmando seu prestígio nos novos tempos. E, ainda por cima, sujeita-se ao vexame de mais uma vez ter de correr atrás da verdade trazida à luz pelos mil olhos do clero, que em matéria de investigação, pode-se lembrar, conta com uma tradição histórica nada desprezível (S/N. Atrás da verdade. In: *Folha de São Paulo*, 30/09/1982, Lauda 01).

Além de destacar o engajamento da Igreja em seu compromisso com a busca da “verdade” e sua presença e constante atenção em diferentes esferas sociais, ainda é evidenciada a atribuição da resolução do caso em si aos membros do clero engajados nessa busca, como uma espécie de compromisso com a opinião pública:

Belo Horizonte - Além do inquérito e das diligências do DEOPS de São Paulo e do DOPS mineiro, a Igreja está desenvolvendo investigações paralelas sobre a falsificação do jornal O São Paulo, segundo revelou ontem; nesta Capital, o advogado José Carlos Dias, da Arquidiocese de São Paulo. Ele acrescentou que a Igreja vai apresentar "uma satisfação à opinião pública", caso a polícia não consiga resultados concretos (S/N. Igreja decide continuar investigações sobre a falsificação do jornal. In: *Jornal do Brasil*, 23/09/1982, Lauda 01).

Essa forma de discurso pode ter sido mobilizada no sentido de se estabelecer relações entre o público leitor que acompanhou as investigações e a busca de membros da Arquidiocese de São Paulo e de outras instituições ligadas ao catolicismo, identificando ambos em um compromisso com a resolução do caso. Compreende-se, então, que esse discurso representa mais um dos fatores que, além de reforçarem a notoriedade pública do caso, também influíram na condução das investigações pelos órgãos públicos, no sentido, por exemplo, do tempo de resolução de questões burocráticas das investigações entre os departamentos dos dois estados (Minas Gerais e São Paulo).

Voltando à questão das investigações, é importante destacar que as primeiras providências foram relativas à busca pela máquina que teria sido utilizada para a impressão do jornal falsificado, assim como o papel. Essa busca levou a uma gráfica, a ArtPress, cujo proprietário (que afirmou fazer parte da TFP) foi ouvido em depoimento e, posteriormente constatou-se que a gráfica não possuía maquinário para a impressão do *Mea Culpa*. As investigações permaneceram – em relação às primeiras matérias da reação midiática – com uma abordagem voltada para São

Paulo, o que se modificou após o advogado Dias informar sobre a gráfica Perez e Bovolenta. As atenções voltaram-se, então, para Minas Gerais, primeiro para os proprietários, Nilson Bovolenta e seu filho, por meio dos quais se chegou a Geraldo Yé¹⁴⁶.

Após Calixto ser reconhecido por Nilson Bovolenta e seu filho (e também por Ivan Batalha), através de uma foto tirada por um repórter da revista *Veja*¹⁴⁷, como uma das pessoas que estiveram na Perez e Bovolenta e que encomendaram a impressão do jornal apócrifo, o foco das publicações recaiu sobre o depoimento que Calixto prestou ao DEOPS de São Paulo. Esse depoimento abordou sua participação no processo e apontou outros indivíduos envolvidos, como foi o caso de Paulino.

Em razão das informações fornecidas, Calixto teria procurado proteção da Cúria para ele e sua família, por estar sendo ameaçado. Nessa matéria, observa-se que Paulino teria afirmado a Calixto a existência de um grupo “forte” que articulava a falsificação, e destaca ser essa uma luta entre a direita e a esquerda, o que, inclusive, corrobora a perspectiva apresentada pela interpretação do *Mea Culpa*, no Capítulo II desta dissertação, de que os autores visavam comunicar ao público leitor do semanário que orientações políticas “de esquerda” seriam uma forma de inimigo a ser combatido. Evidencia-se, também, nesse sentido, a existência de diferentes setores dentro da Igreja na época, o que também incide sobre seus próprios fiéis.

Os jornais que relataram a autoria de Paulino na falsificação apresentaram-no enquanto editor e proprietário do “Jornal de Minas” e enquanto uma pessoa ligada à extrema direita, além de ressaltar as relações de proximidade entre ele e Maria Isabel Admi de Carvalho Potenza, que, segundo as fontes documentais, seria, assim como sua filha Paola, ligada aos setores mais conservadores da Igreja em Minas Gerais, à Legião do Terço e que seria uma das organizadoras da Marcha da Família

¹⁴⁶ Porém, antes de se chegar aos nomes dos envolvidos nesse processo, Ney Mohn teria dado declarações às revistas, que ele próprio afirmou terem sido distorcidas, de que ele seria um representante da direita no país e que estaria envolvido com a falsificação. As publicações posteriores acabaram atribuindo à sua atitude a finalidade de tumultuar as investigações.

¹⁴⁷ Em edição da Revista *Veja* (S/N. Elo de ligação: Aparece quem encomendou o falso O São Paulo. In: *Veja*, 13/10/1982, Lauda 01), porém, afirma-se em um primeiro momento que Nilson Bovolenta teria reconhecido Calixto através da fotografia, e, na mesma matéria, há uma fala do próprio Bovolenta de que esse fato ocorreu em uma acareação feita pela polícia.

com Deus pela Liberdade¹⁴⁸. Sobre Potenza, lendo as matérias do arquivo, pode-se apreender sua ligação, assim como de Paulino, à Legião do Terço.¹⁴⁹

Especificamente sobre Paulino, a Folha de São Paulo¹⁵⁰ destaca que foi um informante do Serviço Nacional de Informações (SNI), da ID-4 (Quarta Divisão do Exército na década de 1980) e teria sido agraciado com algumas condecorações militares. Além disso, teria processos e acusações públicas de ex-presos políticos por extorsão, tortura, grilagem, sequestro, e 13 processos por crimes de imprensa, meio pelo qual apresenta críticas ao clero progressista e denuncia infiltrações marxistas na Igreja.

Ainda nesse sentido, matéria do jornal do Brasil¹⁵¹ destaca que Paulino era integrante do Grupo Especial de Trabalho, que, posteriormente, transformou-se em Comissão Geral de Inquérito, e a possibilidade de que ele teria participado do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), e de já ter sido colaborador da Quarta Infantaria Divisionária em Belo Horizonte (ID/4-BH). Também foram apresentadas acusações, feitas pelo deputado Mário Genival Tourinho (MDB), direcionadas a Paulino, assim como depoimentos de outros indivíduos, por exemplo, presos políticos, sobre Paulino ser auxiliar de torturas, em 1969, em segmentos dos Destacamentos de Operação Interna (DOI) e dos Centros de Operações e Defesa Interna (CODI), o DOI e o CODI de Belo Horizonte.

Apesar de Paulino negar as últimas acusações, afirma, na mesma matéria, sua frequência em círculos militares, até em âmbito mais pessoal, como em jogos de

¹⁴⁸ Em matéria da *Veja*, Potenza nega ser organizadora ou ter participado da marcha, assim como nega manter relações próximas com Paulino (POTENZA, M. I. A. C. "O São Paulo". In: *Veja*, 13/10/1982, Lauda 02).

¹⁴⁹ O nome da filha de Maria Potenza, Paola Potenza, também é apontado, em depoimento do vigário Haddad, como envolvida em outro caso de distribuição de folhetos em Igreja Católica. Haddad teria afirmado que Paola foi vista distribuindo um artigo escrito por Lenildo Tabosa Pessoa, cuja composição era similar à do JOSP, os folhetos teriam sido recolhidos pelo padre no momento de sua distribuição na Igreja da Boa Viagem. O folheto continha discursos tais como: "A notícia de que estava circulando, domingo último, uma edição-pirata de O São Paulo não causou grande surpresa. Afinal, há muito tempo o jornal desta colenda Arquidiocese se dedica à pirataria. Seu método de trabalho consiste em abordar, no mar de confusões em que vivemos [...] introduzindo as armas ideológicas da revolução. Seus tripulantes, como os piratas tradicionais, trazem sobre o olho direito o famoso tampão, que lhes permite ver apenas pelo esquerdo. E suas bandeiras negras ostentam não a caveira com as tíbias cruzadas – e é esta a única novidade – mas a foice com o martelo disfarçado em cruz" (PESSOA, Lenildo Tabosa. Pirataria Jornalística. In: *O Estado de São Paulo – Jornal da Tarde*, 26/08/1982, Lauda 01).

¹⁵⁰ S/N. Uma longa lista de acusações. In: *Folha de São Paulo*, 13/10/1982, Lauda 01.

¹⁵¹ S/N. Dono de jornal é acusado de falsificar "O São Paulo". In: *Jornal do Brasil*, 13/10/1982, Lauda 02.

futebol envolvendo os referidos grupos, além de afirmar ser contra a violência e o terrorismo, mas também reafirma seu posicionamento contra o comunismo.¹⁵²

A despeito de sua defesa contra as acusações, as matérias evidenciam sua proximidade com grupos militares. Considerando o conteúdo veiculado no *Mea Culpa*, as acusações de sua participação e/ou ligação com órgãos de informações, e suas próprias declarações sobre sua postura combativa em relação ao clero progressista e ao comunismo, pode-se inferir que Paulino dialogava tanto com elementos ligados à postura que rechaçava comportamentos, formas de pensamento e elementos ligados ao comunismo, quanto com correntes de pensamento advindas dos grupos militares que, em seus desígnios totalitários, apresentavam, também, posturas anticomunistas.

Em entrevista para a Folha de São Paulo¹⁵³, esses elementos também foram observados. Paulino (nas próprias palavras usadas pelo jornal: conhecido por suas reações com órgãos de informação e repressão política nos anos de 1960 e 1970), ao defender-se das acusações, negou participação na falsificação e acusou os “comunistas” de quererem envolvê-lo no caso da adulteração da edição do JOSP e parar o trabalho de seu jornal que, supostamente, era um entrave para as atividades comunistas. Além de negar ter sido integrante do SNI e ligado à extrema-direita, buscou definir-se como um anticomunista, utilizando como justificção para suas ações, o argumento de que “todo anticomunista é um democrata”¹⁵⁴. Além dessa informação, a matéria ainda destaca uma fala que teria sido feita pelo delegado Raul Mesquita Machado, que Paulino teria muitos amigos no DOPS e até mesmo uma sala com seu nome naquele departamento policial.

O Estado de São Paulo também veiculou falas de Paulino afirmando que as acusações contra ele constituem [justamente] uma farsa para combater o Jornal de Minas, que, segundo ele, é o único do país que luta contra a infiltração da esquerda na Igreja Católica.¹⁵⁵

As informações a respeito dos responsáveis pela falsificação possibilitaram refletir na construção, pública, através dos discursos presentes nas matérias, de uma caracterização dos envolvidos nesse processo. Eles foram apresentados como grupos

¹⁵² Informações disponíveis em: CASTRO, José. de. Paulino, revolucionário de 64. In: *Jornal do Brasil*, 13/10/1982, Lauda 02.

¹⁵³ S/N. Empresário nega participação em fraude. In: *Folha de São Paulo*, 14/10/1982, Lauda 01.

¹⁵⁴ A referência que contém essa fala de Paulino encontra-se na fonte: S/N. Empresário nega participação em fraude. In: *Folha de São Paulo*, 14/10/1982, Lauda 01.

¹⁵⁵ Informações retiradas de: S/N. Acusado de falsificação nega tudo. In: *O Estado de São Paulo*, 23/10/1982.

com recursos materiais (elemento citado em doze matérias), habilidades para o ato de redigir um texto (em seis matérias) e conhecimentos teológicos (em quatro matérias). Tendo em vista os conteúdos elaborados e desenvolvidos no *Mea Culpa*, também um grupo forte (três matérias) e com organização (quatro matérias).

Para além dessa caracterização, outra possibilidade foi ventilada em oito edições, a de que esses grupos possuíam ou uma orientação política “à direita”, ou seriam uma “extrema direita”, que foi referida em nove edições, ou que são grupos que apresentavam orientações “radicais”, qualidade citada em sete edições. Esse tipo de afirmação, somada à sua incidência nas matérias, possibilitou ressaltar a hipótese de que esses grupos apresentavam, na realidade, uma orientação política cujas perspectivas dialogavam, de fato, com os grupos autoritários anteriormente no poder e com a ordem social instaurada no período ditatorial. Também é possível inferir que pertenciam a um segmento social financeiramente privilegiado - Paulino era um empresário, proprietário de um jornal - que mantinha relações com indivíduos de segmentos militares.

Para além desses fatores, indica-se, também, com base nas falas de Paulino, nos próprios documentos da edição falsificada e no conteúdo do próprio *Mea Culpa*, que esses grupos estabeleciam conexões entre elementos religiosos do catolicismo, com formas de pensamento interligadas aos setores mais conservadores da Igreja, com posições que, abertamente, colocavam-se em franco combate ao comunismo, que era apontado como presente nas ações do clero progressista, não só discordando desse segmento, mas também se chocando com sua forma de inserção nas ações sociais com a população. Na folha de São Paulo, por exemplo, é veiculada a seguinte fala:

Afinal, a ação criminosa- a falsificação do órgão da Cúria Metropolitana - tem seus autores individualizados e perfeitamente enquadráveis no Código Penal [...]. O nome da gráfica onde o jornal falsificado foi impresso já é de conhecimento público há muito tempo e agora o encarregado do serviço, José Calixto, que se afirma ameaçado de morte, revela que o autor da encomenda é o empresário mineiro Afonso de Araújo Júnior, de irrepreensível militância em organizações direitistas e proprietário, do "Jornal de Minas", de posições abertamente contrárias à Igreja pós-conciliar (S/N. Crime sem castigo. In: *Folha de São Paulo*, 14/10/1982, lauda 01).¹⁵⁶

¹⁵⁶ Não consta a autoria da matéria no documento, apenas as siglas “G.F.”.

Em relação à conexão, que é evidenciada nos discursos de Paulino, entre o comunismo e as ações do clero progressista, em edição da Folha de São Paulo é veiculada a seguinte fala do empresário:

Belo Horizonte - O proprietário do Jornal de Minas, Afonso de Araújo Paulino, disse ontem que o gráfico José Calixto "está sendo utilizado pelas esquerdas", que buscam silenciar o seu jornal nas denúncias de infiltração comunista no clero progressista (SABINO, Waldemar._____. In: *Jornal do Brasil*, 16/10/1982, Lauda 01).¹⁵⁷

Com base nesses elementos, reafirma-se que essa forma de associar elementos religiosos, mobilizados não só na edição falsificada, como também nas publicações do próprio Jornal de Minas, e o combate ao comunismo evidenciam a já referida visão de mundo que dialoga com correntes de pensamento conservadoras dos grupos militares, anteriormente no poder, e, também, com suas medidas autoritárias, uma delas a postura combativa fortemente voltada ao comunismo.

Além de refletir sobre a existência dessas visões de mundo em diálogo com um pensamento conservador e autoritário, como algo relativo aos falsários e à sua vida privada, pode-se perceber, no decorrer da interpretação das matérias, a forma como esses elementos também estão presentes nos meios que foram instrumentalizados para a divulgação da edição falsificada, em uma tentativa de comunicação e intervenção com os leitores.

Contudo, a falsificação do JOSP acabou desencadeando uma reação midiática, no sentido de ativar disposições em indivíduos envolvidos com os órgãos de imprensa, para acompanhar e relatar as investigações que mobilizaram entidades do governo e da sociedade civil, possibilitando visibilidade ao caso e a outras estratégias análogas, características de um período histórico, político e social no qual a imprensa possuía maior liberdade no teor de suas publicações.

¹⁵⁷ No presente documento, o nome da reportagem não consta na íntegra, tendo sido cortado no processo de digitalização da matéria.

3.3 Consequências da falsificação: estratégias de continuidade da ditadura militar e a arquidiocese de São Paulo.

De acordo com matéria publicada no Boletim da A.B.I.¹⁵⁸, o *Mea Culpa* foi encontrado primeiramente na Igreja da Penha, no período da manhã do dia 28 de agosto de 1982, pelo pároco, que tomou providências para acionar as 450 paróquias da existência da edição apócrifa. De acordo com a matéria, em questão de horas, diversas igrejas já haviam a recebido, o que se soma ao encaminhamento, via postal, para outros centros e entidades católicas do país. As edições chegaram em envelopes da Cúria Metropolitana, que também foram falsificados.

A falsificação do semanário da Arquidiocese de São Paulo desencadeou, a partir de então, uma reação midiática, que, entre outros fatores, atribuiu destaque às suas características marcadamente políticas, envolvendo as visões de mundo contidas na edição. Essas características não passaram despercebidas nas publicações referentes à reação midiática, que aborda em sete matérias, que não só a falsificação do JOSP, mas outros atos nesse sentido, tinham relação com a conjuntura política da época e colocavam-se contra a democracia, buscando, com isso, dificultar o processo de transição. Um exemplo pode ser observado na seguinte fala:

Na verdade os falsários de "O São Paulo" não pretendem defender idéias, mas lançar a confusão e a cizânia, Eles não pretendem apenas atingir a Igreja, mas se propõem a sabotar o esforço de todos os que, na oposição e no governo, procuram cumprir a delicada tarefa de regar "essa planta frágil" que é a democracia, na inspirada expressão de Otávio Mangabeira (S/N. A planta frágil. In: *Folha de São Paulo*, 16/09/1982, Lauda 01).

Entre outras razões atribuídas à falsificação, e que são citadas mais de uma vez nos documentos da reação midiática, encontram-se: o objetivo de confundir o povo e os leitores do JOSP (citado em doze matérias), de criar conflitos internos entre membros do clero (duas edições), desmoralizar D. Paulo (duas edições) e, ainda, enganar o povo (três edições).

As matérias da reação midiática acabaram proporcionando destaque à existência de diferentes grupos dentro da Igreja Católica, especialmente do chamado clero progressista. Esse fator também foi evidenciado pelas referências contidas nas

¹⁵⁸ MASPLÉ, J.A. As edições falsificadas. In: *Boletim da A.B.I.*, Set/Out. 1982, Lauda 01.

publicações do acervo em relação aos outros subterfúgios mobilizados para realizar investidas públicas com posições críticas a essa fração do clero, como a falsificação de cartilhas da CNBB.

Para além desse fator, a leitura de seus documentos também evidenciou que, ao se aperceberem da distribuição das edições falsas, os próprios membros das igrejas passaram a avisar outras igrejas, e logo os órgãos públicos foram envolvidos no caso. Isso ganhou notoriedade nos jornais que o acompanhavam e acabou não só abrindo espaços para se falar publicamente da existência de todo um movimento que reagia à abertura política em curso no país e que mantinha diálogos com correntes de pensamento associadas ao governo ditatorial, mas também atribuindo notoriedade pública à existência dessas movimentações.

Pelo menos dezenove edições fazem alusão a esse fator, através de falas e termos: existência de falsificações pelo país (uma edição), atos semelhantes (uma edição), onda de falsificação de documentos da Igreja (uma edição), avalanche das falsificações (uma edição), campanha orquestrada/organizada (sete edições), campanha por todo o país (oito edições). Essa incidência possibilitou a formação de uma representação da falsificação do JOSP como algo que não se restringe a questões que envolvem somente a Arquidiocese de São Paulo e D. Paulo Arns, mas como uma forma de ataque frontal às Igrejas Católicas de todo o país, por se tratar de um movimento que se expande a todo o território nacional e que pode crescer ainda mais.

Em Publicação da *Istoé*¹⁵⁹ afirma-se que a distribuição do jornal falso foi mais eficiente que o jornal original e que suas edições falsas foram sendo deixadas, em alguns casos, diretamente nas sacristias por indivíduos que usavam um automóvel sem chapas para transporte. No domingo de sua distribuição, o exemplar do JOSP original foi vendido normalmente, ao passo que a edição apócrifa foi distribuída gratuitamente, apesar de seu papel diferenciado, impressão de qualidade superior, com indicações de ser um número especial, mas contendo o mesmo logotipo e diagramação. Esses cuidados, segundo reportagem da referida revista, foram tomados para que o jornal parecesse autêntico, porém com uma “colaboração ideológica” que fica evidente no texto, a de identificar o “inimigo”, que poderia ser comunista, democrata ou socialista.

¹⁵⁹ S/N. Sutilezas da direita: Seus agentes estão de volta, imitando a voz do pastor. In: *Istoé*, 12/09/1982, Lauda 01.

Embora falas, como as de Gonzaga Junior, sobre a falsificação não possuir uma conotação política, ficou evidente, até mesmo pelas falas dos membros do clero progressista nas matérias, que havia não só conotação política na falsificação como intenções nesse sentido. Além disso, houve uma extensão dessas ações, como as falsificações que foram sendo cometidas no decorrer da ditadura militar. O caso de O São Paulo expôs, inclusive, uma articulação entre dois estados diferentes a fim de que o *Mea Culpa* tivesse longo alcance na distribuição.

A falsificação do JOSP, em si, não foi um ato isolado ou em pequena escala, visto que as edições foram distribuídas em pelo menos 45 Igrejas e chegaram a, pelo menos, outros dois Estados (Brasília e Pará). A reação midiática, por sua vez, possibilitou visibilidade a esse fator, não somente ao trazer informações sobre a própria falsificação em si, como o número de edições de sua abrangência¹⁶⁰, mas também ao proporcionar a abertura de espaços de fala aos indivíduos a quem o *Mea Culpa* se referia e, como já foi dito anteriormente, ao atribuir foco à conduta dos órgãos públicos que lidavam com o caso.

A reação que se seguiu à falsificação pode ser compreendida como algo pertinente ao momento histórico, em um cenário social e político no qual o processo de redemocratização já estava se encaminhando e se desenvolvendo, o que abria espaços de expressão anteriormente congestionados pelas medidas governamentais direcionadas a, justamente, controlar o fluxo de informações e manifestações contrárias aos grupos militares que estavam no poder. Ou seja, a partir da década de 1980 abriram-se espaços na arena midiática para agendas políticas de outros atores políticos e sociais que não somente aqueles relacionados ao governo.

O primeiro elemento importante a ser considerado para a presente interpretação centra-se no fato de que, quando esta ocorreu, já se haviam passado os anos mais rígidos de censura à imprensa e a outros meios de comunicação. Contudo, isso não implica a não existência de movimentos de grupos que dialogam com correntes de pensamento conservadoras, como estratégias de permanência frente ao processo de redemocratização, como foi o caso do *Mea Culpa*.

¹⁶⁰ Em edição do “O Globo” afirma-se que o advogado, José Carlos Dias, teria estimado uma produção de mais de mil exemplares falsificados, que chegaram também a Belém do Pará e Campinas. (S/N, D. Evaristo pede a apuração da falsificação de “O São Paulo”. In: *O Globo*, 25/08/1982, Lauda 01). Apesar das estimativas, descobriu-se, posteriormente, que as cópias somaram aproximadamente 5000 edições, impressas em uma máquina *offset* Roland.

Partindo da noção de que a falsificação suscitou reações contrárias ao seu objetivo, que era a manutenção da ditadura, compreende-se que a falsificação acabou sendo um elemento que contribuiu para desencadear disposições nos grupos responsáveis pelos jornais que acompanharam as investigações para ocuparem espaços abertos pelo processo de transição política, que permitia maior “liberdade” em publicar conteúdos que se desencontravam das perspectivas de manutenção da ditadura militar. Em matéria da Folha de São Paulo, por exemplo, expressaram-se publicamente conteúdos que outrora poderiam ter acarretado, por exemplo, a censura prévia, devido a seu caráter crítico em relação à gestão do governo:

Nas últimas décadas, que se diziam ser de pureza revolucionária, assistimos ao crescimento assustador da corrupção, cada vez mais forte, cada vez mais afrontosa, cada vez mais ousada. Entretanto, mesmo durante esses negros tempos não foi possível sequer desconfiar de qualquer coisa que se compare ao que acontece hoje. Um único fato é suficiente para ilustrar a **prostituição de espírito** (grifo dos autores) que está em circulação uma obra prima do engodo e da falácia sob a forma de uma inacreditável imitação do jornal diocesano O São Paulo. As forças da reação, sacudidas por um incontrolável pânico a ponto de perderem os últimos vestígios da capacidade de julgamento e de autocrítica, deram ao público um texto a propósito do qual não podemos silenciar. [...] Guardar o silêncio seria facilitar o trabalho demoníaco dessas forças de reação (CHARBOUNNEAU, Paul-Eugene. O discurso pornográfico das forças da reação. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, Lauda 01).

Esse movimento teria contribuído, inclusive, para que as próprias ações dos grupos pró-militares – como o dos responsáveis pelo *Mea Culpa* e pelo atentando do *Riocentro*, que buscavam intervir na opinião pública, manipulando-a – ganhassem uma notoriedade que, contudo, convergia para deslindar seus objetivos. Em reportagem do Correio Riograndense (1982), por exemplo, pode-se observar uma declaração do então secretário da CNBB, Luciano Mendes de Almeida, que veicula uma perspectiva que se choca com os desígnios dos falsários:

Nas últimas semanas, temos sido surpreendidos pela divulgação, em vários pontos do território nacional, de cartas e panfletos ofensivos à Igreja, deturpando a verdade dos fatos, caluniando fortemente bispos, sacerdotes, religiosos e demais membros das comunidades e gerando a confusão entre os leitores. Percebe-se a má intenção dos autores através de assinaturas e remetentes falsos e pelo baixo nível moral dos desenhos e textos. Algumas dessas publicações foram distribuídas nas portas de igrejas e até pelas casas. Assim foram recentemente impressas outras cartilhas da Arquidiocese do Rio de Janeiro e Uberaba, com textos totalmente deturpados (ALMEIDA, L. M., Nota da CNBB, In: *Correio Riograndense*, 17/08/1982, Lauda 01).

A matéria citada pode ser apontada como ilustrativa da forma como a falsificação desencadeou possibilidades de que as estratégias de continuidade da ditadura militar fossem expostas na imprensa. A isso se soma o fato de que, publicamente, abriu-se um espaço para que se divulgassem falas que teriam sido falseadas em nome de bispos, orientações e resultados de pesquisas inventados, entre outras artimanhas. Nas palavras de Almeida, de “grupos radicais que tentam criar perplexidades e divisão na igreja”.¹⁶¹

Nesse sentido, por exemplo, em 24/08/1982, a Folha de São Paulo noticiou que em São Paulo circulavam outros materiais falsificados, citando o livreto em forma de cordel intitulado “O Anticristo”, que também trazia referências a D. Paulo, com uma foto sua na capa, e o questionamento: “Terá ele lançado a sua campanha final contra o Senhor?”¹⁶². Em outras matérias, foram noticiados dois outros casos de falsificação de publicações da Igreja, que se somam a outro no Rio de Janeiro, de uma cartilha para a orientação dos eleitores, além de um boletim apócrifo, em nome da CNBB, acusando clérigos de marxistas, recebido por bispos de todo o país.

A reação midiática possibilitou que se ressaltassem e evidenciassem, em diversos meios de comunicação, características desses movimentos de falsificação, assim como seu objetivo de manipular a opinião pública, e os artifícios utilizados por esses grupos, mas também que houvesse discursos dos envolvidos no processo de investigação, como é o caso do advogado Dias e suas dúvidas sobre a apuração dos fatos (fator ressaltado em quatro matérias), ou, ainda, que a polícia só iria descobrir quem eram os culpados, caso ela quisesse esse resultado (em sete matérias)

Além de ressaltar essas características, abriram-se espaços de “fala” para que os membros da Arquidiocese se manifestassem e respondessem às acusações do *Mea Culpa*. Dessa forma, puderam não somente elaborar uma representação, uma imagem a ser apresentada publicamente sobre o ato da falsificação do JOSP e de outros atos nesse mesmo sentido, como também tomar uma posição ante as acusações, desviando-se, por exemplo, das falas de que suas ações eram guiadas por uma posição política comunista, ou pelo marxismo.

¹⁶¹ ALMEIDA, Luciano Mendes de. Nota da CNBB. In: *Correio Riograndense*, 17/08/1982, Lauda 01.

¹⁶² S/N. Falsificado jornal da igreja em São Paulo, in: *Folha de São Paulo*, 24/08/1982, Lauda 01.

Quanto aos termos¹⁶³ mais comumente citados e associados aos falsificadores e às falsificações pelos membros do clero que tiveram suas falas veiculadas pelas matérias e pelas publicações em geral, eles referiam-se a mentiras e atos mentirosos (três matérias), calúnias/caluniadores (em sete publicações), agressivos/agressões/agridem (cinco matérias), deturpação (quatro matérias), difamação (quatro incidências), covardes/covardia (em onze matérias), violência/atos violentos (três edições) e terrorismo/atos terroristas (23 matérias).

Em relação às repostas dos Arcebispos, um exemplo é a edição da folha de São Paulo, que veicula falas de Cândido Procópio F. de Camargo. Por meio dela, Camargo teve ocasião para estabelecer, publicamente, elos entre grupos que almejavam a continuidade da ditadura, a estratégia de falsificação direcionada para essa manutenção e o caráter repressivo que esses grupos apoiavam, afirmando que “o construído expõe o construtor”¹⁶⁴. Além disso, Camargo pôde situar as ações da Igreja de São Paulo, respaldando-as nas próprias orientações da ética social da Igreja no período:

[...] transparecem as intenções do falsário: 1.º - Seu objetivo principal é combater a ética social da Igreja Católica, sua opção preferencial pelos pobres, sua atuante participação na defesa dos direitos humanos e seu constante apoio aos que buscam constituição da cidadania dos brasileiros. Induz o texto falsificado uma vigilância contra os “subversivos”, os seguidores do Cristo 2.º - Na seqüela da perseguição aos cristãos, o falso semanário procura instalar a discórdia na organização da Igreja. Promove a divisão e conflito. [...] 3.º - Procura, especialmente, desmoralizar o nosso cardeal-arcebispo [...]. Algumas considerações de caráter litúrgico ou sacramental tentar minimizar a avassaladora preocupação em combater a ética social da Igreja e favorecer os desencontros que o falsário procura instigar entre os fiéis (CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. A lógica da falsificação. In: *Folha de São Paulo*, 28/08/1982, Lauda 01).

As declarações realizadas por Camargo, ao se pensar também nas falas de outros membros da Arquidiocese de São Paulo, apresentam-se forte e incisivamente críticas em relação à ditadura militar e a seu sistema político, econômico, social, entre outros. Suas falas, contudo, também apresentam elementos convergentes para os discursos de outros membros do clero progressista sobre a

¹⁶³ Conforme demonstrado, a contagem da incidência dos termos por edição considerou como critério a formação de grupos de palavras e suas variações, podendo essas referirem, por exemplo, a atos, pessoas, falas, campanhas, publicações, entre outros.

¹⁶⁴ CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. A lógica da falsificação. In: *Folha de São Paulo*, 28/08/1982, Lauda 01.

falsificação. Esse foi o caso da noção de que um dos objetivos do *Mea Culpa* era o de ocasionar confusões dentro da organização da própria Igreja.

Nesse sentido, seguindo a interpretação orientada por elementos da Análise do Discurso, pode-se refletir que a reação midiática, ao possibilitar esses espaços de fala, também desencadeou possibilidades de que se pensem as alcunhas utilizadas para se referir aos autores da falsificação, que acabaram por construir uma forma de identidade para os responsáveis pelo *Mea Culpa* em uma espécie de “efeito-rebote” aos artifícios utilizados pelos falsificadores. Em edição da Folha de São Paulo, por exemplo, nas palavras do advogado Dias, a falsificação seria mais um caso de terrorismo¹⁶⁵, um prenúncio de uma série de violências praticadas em período de eleição.

A partir da noção apresentada sobre a falsificação ser parte de uma série de violências, inserida em um movimento que diverge, reage e, a seu modo, apresenta posturas combativas em relação ao clero progressista, pode-se inferir a existência de um processo de reação que se desenvolvia anteriormente à falsificação, e que perdura no tempo.

Compreende-se essa movimentação, na qual ações, formas de pensamento e posturas combativas em relação ao clero progressista e, até mesmo, à Teologia da Libertação, apresentam formas de ações concretas nas quais estão presentes ideologias divergentes e que discordam de ambos. Nas décadas de 1960 a 1980, inserida nesse processo que rechaça e procura atrasar ou anular mudanças, no qual outros grupos já estavam mobilizados, a falsificação teria ocorrido em diálogo com fatores conjunturais do período, como foi o caso de elementos políticos e sociais referentes a correntes de pensamento interconectadas com a gestão autoritária dos grupos militares no poder e do combate ao comunismo.

A falsificação do JOSP, as outras adulterações de documentos de igrejas católicas, os ataques com bombas às bancas, casos como o do Riocentro, entre outros, não foram ocorrências isoladas. Compreende-se que todas essas estratégias faziam parte de um movimento mais amplo, que já se desenvolvia anteriormente à década de 1980, e que consolida um dos processos do pensamento conservador brasileiro.

¹⁶⁵ S/N. D. Paulo pede à polícia para apurar a falsificação. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, Lauda 01.

Esse processo, contendo correntes de pensamento conservadoras, espraia-se para a sociedade nos mais diversos âmbitos, político, cultural, social, religioso, em diálogo com os elementos conjunturais e sociais de cada período histórico. Dessa forma, suas manifestações, através dos grupos, indivíduos e instituições, concretizam-se, também, apresentando diversidade, por exemplo, em suas ações, inserções na realidade social, formas de comunicação e disseminação e sanções e medidas legais.

A partir dessas considerações, pode-se inferir que, em diálogo com os respectivos fatores conjunturais e redes de indivíduos que atuam nesse sentido, é possível ainda identificar os movimentos desse processo que, na atualidade, ainda se chocam e se posicionam contrários, por exemplo, ao clero progressista e a grupos que dialogam com a Teologia da Libertação, engajando-se no sentido de disseminar formas de pensamento interligadas com suas posturas, que, em certos casos, podem ser consideradas, também, combativas.

As estratégias dos grupos associados ao processo de falsificação do JOSP, portanto, não se encerraram na década de 1980. Pesando a falsificação do JOSP e outras questões mais atuais, como as reações ao 14º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, que ocorreu em Londrina-PR, em janeiro de 2018, pode-se apontar a existência, por exemplo, de falas que evidenciam elementos que, a seu modo, também foram identificados no conteúdo do *Mea Culpa*.

Em diálogo com a atual conjuntura política, social, cultural, econômica, identificou-se que, nas referidas reações ao 14º Encontro Intereclesial, encontram-se posicionamentos que abordaram criticamente uma variedade de temas, que abrangeram desde posturas anticomunistas até discursos que apresentavam negativamente a filiação dos membros das comunidades a partidos políticos, como foi o caso do Partido dos Trabalhadores.

Um exemplo pode ser observado em um vídeo gravado por Bernardo Küster¹⁶⁶ para o site *Youtube*. Küster faz apontamentos a respeito do 14º Encontro Intereclesial, nos quais desenvolve uma linha de argumentação em que apresenta o

¹⁶⁶ Küster produz vídeos nos quais expõe falas e reflexões que abordam diversos assuntos de ordem política, referentes à educação, entre outros, o que pode ser observado, por exemplo, citando-se títulos de seus vídeos no *youtube* tais como; “Projeto de ditadura lgbtqi+@y123” (disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vej5cziwids>>), “Ideologia de gênero e caos social” (acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=hugn_cnoycq>) e “É hora de vencermos Paulo Freire” (Link: <<https://www.youtube.com/watch?v=hailylg8n1g>>). Seu canal no *Youtube* está disponível em: <<https://www.youtube.com/user/starkerbar/videos>>. acesso em 19/07/2018.

evento como o “ovo da serpente”, alegando que seu objetivo seria o de reorganizar a militância da esquerda em Londrina, dada a presença, no evento, segundo suas próprias palavras, de representantes da “extrema esquerda”, “amigos do Lula”, e de indivíduos que dialogam com a Teologia da Libertação, a qual, observa, representa a presença do comunismo na Igreja.¹⁶⁷

Outro exemplo pode ser observado na página do *facebook* “Ordem Dourada do Brasil”¹⁶⁸, que, entre outras críticas, mencionam o 14º Encontro Intereclesial, dedicando um álbum de fotos ao evento, com a seguinte descrição: “Estes são católicos? Não pode ser.. querem soltar barrabas (lula) (*sic*) e crucificar os valores cristãos pétreos! [...] Isso é (*sic*) comunistas dentro da igreja católica denunciem! [...] Todo católico tem o dever de denunciar estes que estão ultrajando a igreja, não se omite, há uma campanha para destruir a igreja católica por dentro não permita! Seja um soldado de cristo”¹⁶⁹.

Na referida página, que possui um total de 298 mil seguidores, podem-se identificar falas que convergem, além da denúncia sobre o comunismo na igreja, para as ações políticas indicadas na última lauda do *Mea Culpa*, por exemplo: “conhecer adequadamente as manhas e os procedimentos esquerdistas, bem como difundir esse conhecimento”.¹⁷⁰

As falas contidas na citação da página da Ordem Dourada do Brasil, assim como as falas do vídeo citado, são um exemplo atual de afirmações, em tom de acusação, da presença de associações feitas entre ações de membros do clero progressista ou de pessoas ligadas à Teologia da Libertação, a elementos do comunismo presentes nas instituições católicas. Essas referências, a despeito dos conteúdos diferentes de cada fonte, também se fizeram presentes nas elaborações da edição *Mea Culpa*.

Voltando aos documentos da reação midiática, pode-se citar, ainda, uma matéria do jornal O Globo¹⁷¹, que apresenta falas de D. Paulo a respeito da falsificação

¹⁶⁷ Küster também aborda outros assuntos no vídeo, tais como suas críticas ao Frei Betto e a Geremias Steinmetz, o atual arcebispo de Londrina, por exemplo, por conceder aval para a continuidade da semana LGBT em Londrina e promover um “grito dos excluídos” na cidade, que envolvia movimentos sociais tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹⁶⁸ Disponível em: < <https://www.facebook.com/ordemdouradodobrasil/>>. Acesso em 19/07/2018.

¹⁶⁹ Fonte: <https://www.facebook.com/pg/ordemdouradodobrasil/photos/?tab=album&album_id=1963538077244426>. Acesso em 19/07/2018.

¹⁷⁰ *MEA CULPA*. Ações políticas. In: *Mea Culpa*, 1982, Lauda 04.

¹⁷¹ S/N. D. Evaristo pede a apuração da falsificação de ‘O são Paulo’. In: *O Globo*, 25/09/1982, Lauda 01.

e sua investigação. Na referida matéria o cardeal Arns ressalta que o então presidente (Figueiredo) teria feito uma promessa relativa à democracia, e que as ações dos falsificadores são justamente postas contra essa promessa. A partir desse tipo de discurso, pode-se apontar que as ações dos falsificadores acabaram por adquirir publicamente, considerando os discursos a respeito de seus atos como algo covarde, um caráter de algo que transgride a legislação e que pretende confundir as pessoas a respeito da própria orientação social da Igreja (sob a égide da opção preferencial pelos pobres), uma imagem que denota inverdade.

A reação midiática possibilitou, também, que se afirmassem, publicamente, posições referentes à Arquidiocese de São Paulo e à Igreja Católica no Brasil e a seus objetivos, que são muitas vezes citados de forma oposta ao que pretendiam os falsificadores. De uma forma geral, a perspectiva que ficou mais evidente é a de que a Igreja está empenhada em questões relacionadas, por exemplo, à resolução de problemas nacionais, em contraponto ao objetivo dos falsificadores, que seria, entre outros elementos citados, o de deturpar o trabalho da Igreja nos país.¹⁷²

Com as falas dos arcebispos, padres e outros, apresentou-se nas matérias uma forma de argumentação, a chamada “opção preferencial pelos pobres”, como respaldo à ala progressista da igreja de São Paulo na condução de suas ações e publicações no JOSP. Isso foi reforçado em diversas publicações, nas quais a imagem de D. Paulo Arns é apresentada ao leitor enquanto um arcebispo que dialoga com essa ética social. Em edição do Estado de São Paulo, por exemplo, destaca-se que o JOSP (edição 1.378), da semana seguinte à distribuição do jornal apócrifo, veicula falas de D. Paulo no sentido de que “opção preferencial pelos pobres não admite *Mea Culpa*”.¹⁷³

A opção preferencial pelos pobres é reforçada, em pelo menos, dez matérias diferentes. Pode-se inferir, então, que houve, também, uma busca das falas sobre a gestão de D. Paulo, que enaltecem suas ações em relação aos pobres e excluídos. A presença desses elementos discursivos nas falas dos arcebispos evidencia ao público leitor uma cosmovisão na qual o clero progressista apresenta formas de ação e engajamento que dialogam e defendem o discurso religioso, mobilizando-o em suas ações e utilizando-o como um respaldo.

¹⁷² S/N. D. Luciano quer diálogo. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, Lauda 02.

¹⁷³ S/N. Freiras confirmam na PF violação de cartas. In: *O Estado de São Paulo*, 01/09/1982, Lauda 01.

Dessa perspectiva, os discursos e atos do clero progressista, criticados pelo *Mea Culpa*, não possuem uma matriz política em sentido partidário, e sim uma matriz religiosa. Esse fator é ressaltado por Romano (2001), que, além de destacar que, para o catolicismo, os fatos não podem ser separados de sua interpretação teológica, também observa que, no Brasil contemporâneo, o discurso possui uma linguagem teológica própria, comprometida com os oprimidos, colocando em relevo o papel que essa fala desempenha no contexto social e institucional (ROMANO, 2001, p.249) sem, contudo, vincular-se a posições que busquem, por exemplo, romper radical e politicamente com elementos do sistema capitalista.

Na perspectiva apresentada pelo autor, mesmo ao se tratar de questões relativas a uma luta pelo poder e pela autoridade do Estado, a forma de discurso mobilizada pela Igreja acaba não assumindo uma posição, por exemplo, política, no sentido de erradicar elementos da sociedade capitalista que marginalizam a população pobre e a colocam em situações às quais a Igreja estende suas ações sociais e pastorais. O discurso eclesialístico, dessa forma, “insurge-se contra o abuso do direito de propriedade, mas nunca contra o seu uso; a Igreja também toma posição contra a dominação exclusiva do Estado, mas não contra seu princípio” (ROMANO, 2001, p.250).

Na sociedade contemporânea, afirma Romano (2001), ao experimentar o impacto das contradições sociais, a Igreja as desafia no interior de sua gênese, atenuando-as de forma que dialogue em proveito de seus fins religiosos e se voltem contra seus adversários políticos:

A legalidade humana deriva disso: a marginalização social é intolerável, todas as pessoas devem integrar-se no sistema capitalista, ele próprio corrigido pela hierocracia, conforme seus próprios desígnios. Nesse sentido, a base da propriedade é indispensável, desde que seja limitada a suas justas dimensões: trata-se aí do único meio para impedir a hipertrofia do poder laico e que a “segurança”, garantia contra a repressão física, não leve ao ser inverso, isto é, à negação radical da ordem (ROMANO, 2001, p.251).

Podem-se apontar diferenças, por exemplo, em discursos como os proferidos por D. Angélico, que apresenta elementos diferentes em relação aos demais, como uma postura crítica mais direta a elementos do sistema, sugerindo a importância, inclusive, de que esse sistema seja reorientado, e apontando, também, para o cerceamento do que nomeia como “nossos militantes”, identidade atribuída por

D. Angélico aos padres, freiras, bispos e arcebispos que são membros, ou, ainda, são ligados ao clero progressista:

Na opinião do bispo da zona Leste, a crise Igreja-Estado nasce da desordem institucional e da desorientação política, social e econômica. Segundo dom Angélico, "este País (*sic*) precisa ser realmente reorientado econômica, política e socialmente. Nem de longe nos passa, como homens de Igreja, querer afirmar que há ou não crise entre Igreja e Estado com base em episódios, que eu nunca chamo de isolados, como a falsificação de 'O São Paulo', a prisão dos padres franceses e outros fatos ocorridos num passado não muito remoto, como as torturas, prisões e mortes de militantes nossos. Esses fatos não são isolados, São reações corajosas da Igreja diante da iniquidade, e a repressão baixou forte" (S/N. D. Angélico diz que existe uma profunda crise Estado-Igreja. In: *Folha de São Paulo*, 04/01/1983, Lauda 02).

Outro discurso, o do frei Ismael Martignado, redator-chefe do jornal da Arquidiocese de São Paulo na época, afirma que, na realidade, o objetivo dos falsificadores era o de confundir e combater a atitude da Igreja, "quando optou, desde Puebla e Medelín, preferencialmente pelos pobres".¹⁷⁴

Considerando que escrever é um ato direcionado a um determinado público leitor, esses depoimentos, principalmente os que se referem à ética social da Igreja (opção preferencial pelos pobres), almejavam que os leitores compreendessem que as ações do Arcebispo estavam inteiramente apoiadas na ética da Igreja, e não em questões políticas relacionadas ao comunismo. Portanto, não caberia ao clero progressista da Igreja de São Paulo se retratar ou rever suas ações, visto que essas teriam sua legitimidade pautada na dimensão social do trabalho da Instituição.

Além das diversas citações à opção preferencial da Igreja, observaram-se diversas falas que apontavam D. Paulo, e sua atuação enquanto arcebispo, como uma pessoa de confiança, que luta pelos direitos humanos indistintamente, pelos pobres e oprimidos, como um homem corajoso que teria sofrido uma "injusta e criminosa ofensa [...] em sua dignidade episcopal"¹⁷⁵, merecedor da confiança do povo, entre outros termos utilizados nas próprias publicações. Ainda nesse sentido, podem-se citar, como ilustrativas desse aspecto, as falas de Fernando Henrique Cardoso, em edição da *Folha de São Paulo*¹⁷⁶, de que D. Paulo sofreu uma tentativa de desmoralização,

¹⁷⁴ S/N. A edição apócrifa tinha D. Paulo como principal alvo. In: *Folha de São Paulo*, 13/10/1982, Lauda 02.

¹⁷⁵ Essa fala teria sido proferida pelo então deputado Flávio Bierrenbach (PMDB), que requereu em São Paulo a realização de uma sessão solene na Assembleia Legislativa para homenagear D. Paulo. Informação retirada de: S/N. Freiras confirmam na PF violação de cartas. In: *O Estado de São Paulo*, 01/09/1982, Lauda 01.

¹⁷⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. Militância patética. In: *Folha de São Paulo*, 02/09/1982, Lauda 01.

que era uma pessoa serena, condutora de seres humanos, que atendia indistintamente ricos e pobres e que buscava conduzir a Igreja na luta contra a opressão em favor dos despossuídos.

Por mais que a intenção dos responsáveis pelo jornal apócrifo pudesse ser intervir na opinião pública, para manipulá-la a respeito das publicações do JOSP, buscando refutar seu conteúdo, a reação midiática posterior acabou por deslindar esse objetivo. Em meio a esse processo, outros órgãos acabaram se mobilizando também e se pronunciaram publicamente sobre o ocorrido, e a própria reação midiática vai nesse sentido.

Em algumas publicações, destacam-se, por exemplo, as falas acerca do receio de D. Paulo de que a falsificação pudesse afetar também a credibilidade da imprensa como um todo, uma vez que ocorreram outros casos de falsificação, assim como atentados em Roraima (caso de uma freira que expulsou bispos e padres). Em Uberaba foi a cartilha política de D. Benedito Ulhoa Vieira (citada em quatro edições). No Rio de Janeiro, uma cartilha do cardeal Eugênio Salles (14 matérias), a falsificação de uma matéria do padre Paul-Egèune Charbounneau (referida em quatro edições) e o já citado Riocentro (vinte e três edições). Houve, também, outros ocorridos como os atentados a bancas de jornal com bombas (sete edições), o panfleto “O Anti-Cristo” (5 matérias), a violação e troca de conteúdo de correspondências entre freiras, nas quais se faziam associações entre padres e comunismo (episódio citado em dezessete edições), o boletim semanal da CNBB que foi falsificado (doze edições), entre outras ocorrências e falsificações.

Com base nesses vários casos, pode-se apreender que as matérias da falsificação veiculavam discursos que apontavam uma conexão entre eles, uma articulação por todo o país. Além desse fator, houve também a visibilidade desses casos, em matérias que afirmavam claramente a possibilidade de suas conexões e de seus objetivos, o que se soma ao fato de que, segundo dados da Arquidiocese de São Paulo, houve um aumento de leitores do JOSP após a primeira semana do aparecimento da edição apócrifa.¹⁷⁷

Compreende-se que esse tipo de discurso público acabou desencadeando que outros órgãos se manifestassem, como a Associação Brasileira de Imprensa. Nesse movimento, não só a construção da imagem das ações dessa ala da Igreja foi

¹⁷⁷ S/N. Por linhas tortas. In: *Jornal do Brasil*, 17/10/1982, Lauda 01.

colocada novamente em evidência, como ela adquiriu, publicamente, a solidariedade da Associação Brasileira de Imprensa, uma entidade que se pronunciou citando a imprensa como um todo:

Esse ato também atinge a imprensa, pois desmoraliza seu trabalho e ameaça a credibilidade dos órgãos de divulgação. Por isso, ao manifestar seu repúdio, a ABI conclama todos os jornalistas a se solidarizarem com o "O São Paulo". E, ao mesmo tempo, alerta a população contra as ameaças daqueles que estão dispostos a usar de todos os meios em seu esforço para impedir a construção de uma verdadeira democracia no Brasil (S/N. ABI repudia. In: *Diário Popular*, 25/08/1982, Lauda 02).

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, nesse sentido, também divulgou nota pública em solidariedade à D. Paulo:

Ainda ontem, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo divulgou nota solidarizando-se com o cardeal- arcebispo da cidade e repudiando o "ato de terrorismo que vem se somar a muitos outros", segundo a nota "cometidos por aqueles que, pretendem impedir a caminhada do povo brasileiro para a democracia" (S/N. O jornal falso chega ao Pará. In: *O Estado de São Paulo*, 20/08/1982, Lauda 01).

O fato de esses órgãos terem se manifestado publicamente¹⁷⁸ também evidencia a possibilidade de que esse tipo de medida esteja relacionada à conotação negativa que foi atribuída aos atos de falsificação e à visibilidade que ganharam devido às publicações e às alcunhas associadas às falsificações. Compreende-se que a conotação adquirida pela falsificação e por seus autores e executores foi um elemento que, com a mobilização dos jornais na investigação, ativou disposições para a demonstração pública de descontentamento com atitudes dessa espécie, dados, por exemplo, os termos utilizados para referirem-se aos envolvidos na estratégia de falsificação.

Foi possível, portanto, além de identificar termos utilizados em diversas matérias em referência ao ato de falsificação e aos seus responsáveis, refletir, a partir

¹⁷⁸ Além dessas notas de repúdio, citadas, através da leitura das matérias pode-se apreender que também o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Januário Mantelli Neto (PSD), convocou uma sessão solene de desagravo ao cardeal Arns, em razão da falsificação do JOSP (A convocação atendia a requerimento apresentado pelo deputado Flávio Bierrembach (PMDB), que os paroquianos da Igreja de Santa Terezinha (Santana), liderados pelo vigário Francisco Prado Franceschini, divulgaram um abaixo assinado em que protestam contra a falsificação do JOSP e se solidarizam com o D. Paulo, e, ainda, um terceiro caso apresentado, nesse sentido, foram cerca de mil cartões postais de solidariedade à Igreja de São Paulo, que o Ministro da Justiça, na época, recebeu. Esses cartões pediam, inclusive, empenho nas investigações do caso.

dos documentos da reação midiática, sobre o caráter público que esses grupos e a falsificação adquiriram. Um exemplo são as falas de Paulo-Eugene Charbounneu, que, na Folha de São Paulo, refere-se aos atos desses grupos como advindos de forças reacionárias, incoerentes, paranoicas e desesperadas e de autores “dementes”.¹⁷⁹

As publicações da reação midiática evidenciaram, então, a atribuição de alcunhas aos falsificadores e ao ato de falsificação. Isso inclui implicações legais que caracterizam a confecção dessa edição do jornal como um crime, como uma ação criminosa, ou obra de criminosos (termos citados em doze matérias), além das referências feitas às infrações à legislação, como crimes de falsidade material, falsificação de documento particular, injúria, calúnia e difamação, que reforçam essa caracterização em termos legais.

Essas alcunhas são potencializadas por falas indicando que a falsificação é um abuso da liberdade de expressão¹⁸⁰, e, ainda, por falas de membros da Arquidiocese que foram veiculadas repetidas vezes em matérias diferentes. Entre essas falas, destacam-se as de D. Paulo considerando os falsificadores pessoas organizadas, com acesso a um centro de difusão e elaboração, com capacidade para redigir, com respaldo econômico, com intenções de confundir as pessoas acerca das ações da Igreja e com conhecimento teológico.

É importante ressaltar que os elementos referidos na interpretação das fontes, como a opção preferencial pelos pobres como resposta às acusações contidas no *Mea Culpa*, a caracterização dos falsários como criminosos que querem enganar a população, sua postura combativa em relação ao clero progressista e à abertura política, apontamentos sobre um ataque às igrejas católicas no Brasil, nos quais a falsificação perde o caráter direcionado somente ao clero progressista e ganha uma dimensão expandida, são dados que dialogam com a ideia da existência de uma corrente de pensamento que converge para a continuidade do sistema político repressivo.

Por outro lado, esses apontamentos também estão relacionados às mudanças que se delineavam no período, como é o caso das disposições dos jornais

¹⁷⁹ CHARBOUNNEAU, Paul-Eugene. O discurso pornográfico das forças da reação. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, Lauda 01.

¹⁸⁰ CHARBOUNNEAU, Paul-Eugene. O discurso pornográfico das forças da reação. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, Lauda 01.

em noticiarem a investigação e a desobstrução de espaços para discursos públicos de orientações políticas diversas.

Por fim, destaca-se que a falsificação, embora tenha representado, no período, uma ação que convergia para a continuidade do sistema político repressivo, precisa ser pensada enquanto uma manifestação concreta, inserida em um movimento mais amplo, cujo significado extrapola a década de 1980. A falsificação foi um ato que fazia parte de uma forma de pensamento que ainda persiste, com a qual seus grupos responsáveis dialogam, e cuja dinâmica de pensamento pode ser pensada em interface com outras movimentações que se engajam na falsificação de documentos da Igreja, mesmo que se adultere seu conteúdo nesse processo.

Essa forma de pensamento, que busca, por exemplo, conservar gestões políticas autoritárias, pode apresentar ações e feições diversas para a inserção e a interferência na realidade político-social, cultural, religiosa, entre outros, em cada época. Seus indivíduos, instituições e grupos portadores, que mantêm diálogos com outros grupos e com elementos conjunturais em cada período, fazem parte uma das fases desse processo. As manifestações desse processo incidem em diversos âmbitos da sociedade, assim como suas correntes de pensamento se espraiam, ativando, entre os indivíduos, inclusive, disposições para apresentarem, mesmo na contemporaneidade, um retorno, por exemplo, à ditadura militar e ao combate ao comunismo, ainda que as características sejam diferentes em relação ao período de 1964 a 1985.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, abordou a falsificação de uma edição do jornal católico *O São Paulo* e sua posterior reação midiática, e buscou trazer contribuições no sentido da reflexão sobre a existência de correntes de pensamento advindas de grupos politicamente dominantes na sociedade no período referente à ditadura militar, que buscavam conservar a ordem social e política, e, também, a gestão autoritária dos grupos militares.

Em diálogo com essas correntes de pensamento, o grupo envolvido na falsificação mobilizou recursos financeiros e intelectuais na adulteração de um documento da Igreja Católica (da Arquidiocese de São Paulo), a fim de comunicar-se com os leitores do JOSP, buscando intervir sobre a opinião pública a respeito do clero progressista, associando suas ações ao comunismo. Apreendeu-se que o grupo responsável pelo *Mea Culpa* visava, também, expandir sua esfera de alcance em relação à disseminação de sua discordância ideológica sobre o clero progressista.

A interpretação das fontes documentais possibilitou identificar as visões de mundo, atribuições de valores, identidades, e adjetivos elaborados pelos autores da edição *Mea Culpa* para si próprios e para o clero progressista. Esses elementos, por sua vez, evidenciam questões referentes às posições políticas sobre a conjuntura social e política dos responsáveis pela falsificação, além de sua discordância e combate à Teologia da Libertação, e às ações e formas de interferência na realidade social por parte de indivíduos do segmento progressista da Igreja Católica.

Apreendeu-se, a partir dos documentos referentes à reação midiática que, tanto a falsificação quanto as consequências geradas por essa, entre elas a cobertura por parte dos citados jornais impressos brasileiros, são características da conjuntura histórico-social, cultural, econômica, política, entre outros, que se desenrolava na época da ditadura militar.

Partindo dessa noção, compreendeu-se que falsificação e reação midiática estão inseridas em processos mais amplos, que se desenvolvem no decorrer do tempo, e cujo desenrolar ocorre, também, em diálogo com os indivíduos inseridos nesses processos, que se autoinfluenciam.

A reação midiática, nesse sentido, é característica de um período no qual a cena pública e o campo político estavam sendo paulatinamente desobstruídos para outras agendas políticas e culturais que não somente aquelas associadas aos grupos

militares, sua continuidade no poder e seus desígnios. Em meio a esse movimento, a reação midiática teria tido ocasião de acompanhar as investigações, cobrar e questionar órgãos públicos de segurança e investigação e, ainda, possibilitar a veiculação de discursos do clero progressista, mesmo em casos como o de D. Angélico, cujas falas apresentaram-se acentuadamente críticas à ordem social e política instituída e ao sistema capitalista.

A falsificação, por sua vez, foi uma tentativa, de um grupo civil, de intervir na realidade social em um cenário que revelava mudanças. Nesse sentido, as possibilidades delineadas pela abertura política despertaram disposições nos falsificadores, e suas ações representaram uma reação cuja materialização (o *Mea Culpa*), foi embasada por uma estratégia reflexiva que visava retardar possíveis mudanças e postar-se contra elas, almejando conservar a ordem social instituída na ditadura militar.

O *Mea Culpa* faz parte de um movimento mais amplo, dos projetos de pensamento conservador brasileiro, e foi, portanto, uma manifestação desse pensamento. A falsificação foi gerada no decorrer de uma das fases históricas desse movimento, a ditadura militar, que desenvolveu formas próprias de pensamento conservador.

Por fim, a interpretação das fontes documentais, com as contribuições teórico-metodológicas, ao possibilitar a percepção de que a falsificação faz parte de um movimento mais amplo, que não se encerra em si mesmo, levou a identificar dois elementos. O primeiro é que, no período, esse movimento se expandia pelo território brasileiro e atingia diversas instituições católicas, visto que houve, não somente a falsificação de diversos outros folhetos da Igreja Católica, mas também outras formas de ação, como ataques com bombas a bancas de jornal, contudo, evidenciou-se, também, que essas estratégias de continuidade da ditadura militar e de apresentar críticas à atuação do clero progressista inserem-se em um processo que não estava restrito às décadas de 1960 a 1980 e que continuou a desenvolver-se, sempre em diálogo com elementos conjunturais do período, que influem nas facetas pelas quais essas estratégias se apresentam nos diferentes períodos brasileiros.

Portanto, a presente pesquisa possibilitou que se chegasse, também, à percepção de que esse processo continua a desenvolver-se até a atualidade, apresentando características e formas de ação e inserção próprias de sua conjuntura. Suas manifestações, em vídeos, campanhas, textos impressos e em formato *online*,

páginas em redes sociais, apresentam diversos expoentes cujos discursos têm elementos variados, como pedidos de volta da ditadura militar, críticas aos católicos e ao clero progressista, alusões à polarização política entre esquerda e direita, posturas combativas a uma suposta ameaça comunista, entre outros. A temática apresenta-se, então, como atual, e abre possibilidades para futuras pesquisas e análises.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 13-23.

AMÂNDIO, Sofia Lai. O fio constitutivo da sociologia empírica de Bernard Lahire. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 76, p. 33-49, 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292014000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 nov. 2018.

ANGELO, Vitor Amorim de. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. 2011. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

ARAÚJO, Célio Roberto de. *O Voto o terço e as armas: atuação política da igreja católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. 2008. Dissertação (mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Arremate de uma reflexão: a Revolução Burguesa no Brasil de Florestan Fernandes. *Revista USP*; São Paulo, n.º 29, 1996, pp. 56- 65. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25612/27354>> Acesso em 01 nov. 2018.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 109-120, Dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009&lng=en&nrm=iso>.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, maio, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Nov. 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BÍBLIA. Português. In: *Bíblia Sagrada*: Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

BORGES, Arleth Santos, BARRETO, Renata Caldas. Ditadura, controle e repressão: revisitando teses sobre os governos militares no Brasil. *REVICE- Revista de Ciências do Estado*, v.1, n.2, p. pdf, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/revise/article/view/3669>> Acesso em 01 nov. 21, 2018.

BRAGA, Luiz Claudio de Almeida. *A censura ao jornal O São Paulo durante a ditadura militar (1964-1985): desafio à evangelização na cidade de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

BRANT, Vinícius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, Paul, BRANT, Vinícius Caldeira. (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes Ltda, São Paulo: CEBRAP, 1983. Pg. 09-27.

BRINGEL, Breno, LYNCH, Christian Edward Cyril, MAIO, Marcos Chor. Sociologia periférica e questão racial: revisitando Guerreiro Ramos. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 9-13, abril 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000100009&lng=en&nrm=iso>.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de, *et al.* Comunidades eclesiais de base. In: SINGER, Paul, BRANT, Vinícius Caldas. (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes Ltda, São Paulo: CEBRAP, 1983. Pg. 59-82.

CARDOSO, Tayguara Torres. Sertão nordestino, desenvolvimento e população - Josué de Castro, Celso Furtado e o debate em torno da "Operação Nordeste". In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Unicamp*, 16, 2008, Campinas. *Anais eletrônicos...* Campinas: UNICAMP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1532.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

CASALDÁLIGA, Pedro, TIERRA, Pedro, COPLAS, Martins. *A Missa da Terra Sem Males*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença Editora Ltda., 1980. Disponível em: <http://koinonia.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca-Especial_027.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discurso de posse*. Brasília, 1964, p.61. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>>. Acesso em: 21 de abril de 2018.

CASTRO, Marcos de. *A igreja e o autoritarismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. P. 09-30.

CECHINATO, L. *O Reino de Deus*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma História Política da Transição Brasileira: Da Ditadura Militar à Democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005.
- CODATO, Adriano Nervo, OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 nov. 2018.
- DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo, MAINWARING, Scott. (Orgs.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, Niterói, vol.14, n.28, p.123-143, Jun., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 nov. 2018.
- ELIAS, Norbert. O Sociólogo Como Destruidor de Mitos. In: *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Ed. 70, 1999, p. 53-75.
- ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por Ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.145-163.
- ELIAS, Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nações. In Norbert Elias, *Escritos e Ensaios 1 - Estado, Processo e Opinião Pública*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2006, p. 153-165.
- FESTER, Antônio Carlos Ribeiro. *Justiça e Paz: Memórias da comissão de São Paulo*. 1 ed. São Paulo: Loyola, 2005. 344 p.
- FERREIRA JR., Amarílio, BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 nov., 2018.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 Ed. São Paulo: Globo, 2012.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2. Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p.185-219.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 337-409.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 fev. 2018.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIORIN, José Luiz. Tendências da análise do discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.19, p. 173-179, 1990. Acesso em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636834>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

FONSECA JUNIOR., Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, Antônio (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. P. 280-303.

FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado*. 1 Ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GAVIÃO, Fabio Pires. *A esquerda católica e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)*. 2007. 195p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000414253>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2008

GIUMBELLI, Emerson. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online]. 2002, vol.17, n.48, pp.91-107. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 nov. 2018.

GOUVÊA, Maria das Graças. *Educação Popular junto aos Movimentos Sociais: o centro de direitos humanos e educação popular – CDHEP, Campo Limpo/Zona Sul*. 1997. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

KOPANYSHYN, Emanuelle. Exército brasileiro e igreja católica: institucionalidade, anticomunismo e conflitos. In: I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UNESP MARÍLIA. Anais... 2015.

KOPANYSHYN, Emanuelle. *A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 130 p.

KRISCHKE, Paulo, MAINWARING, Scott. (Orgs.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986. Pp. 07-13.

LAHIRE, Bernard. *Homem plural: os determinantes da ação*. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2002

LANZA, Fábio. *Matrizes Ideológicas dos Arcebispos Paulistanos (1956-85): Um olhar sob o prisma do semanário o São Paulo*. 2006. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 28 abril 2018.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANNHEIN, Karl. O pensamento conservador. In Martins, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MANNHEIM, Karl. Abordagem Preliminar do Problema. In: MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. P. 29-60.

MARANGON, Davi. Homem plural: os determinantes da ação. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 22, p. 406-408, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602003000200019>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MARIANO, Ricardo. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da Secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais. *Civitas*. Porto Alegre, v.3, n.1, p.111-125, jun. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/112>>. Acesso em 01 nov. 2018.

MARQUES DE MELO, José. de. Brasil: Imprensa e capitalismo dependente. *Cadernos Intercom*, São Paulo, ano 1, n.º 3, p. 70-79, 1982.

MARQUES DE MELO, José. Igreja, comunicação e cultura. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 78, n. 5, p. 31-36, 1984.

MARTINS, José de Souza. *A política no Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011, p.139-179.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões métodos e processos*. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, pg., 2004.

MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de. Contra as reformas e o comunismo: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no governo Goulart. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 149-168, Jun., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862012000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 nov. 2018.

MOISES, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n.16, p.47-86, Mar. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 nov. 2018.

MONTERO, Paula, DELLA CAVA, Ralph. A Igreja Católica e os meios de comunicação de massa. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 63-74, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 21-26, Dez. 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400010>. Acesso em: 08 nov. 2018.

NAPOLITANO, Marco. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do Português: confrontando regras e Usos*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

NOGUEIRA, João Carlos. Mito da Revolução, Guerreiro Ramos e o Golpe de 1964. *A Ilha*, Santa Catarina, v. 18, n. 1, p. 157-183, junho de 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2016v18n1p159>>.

Acesso em: 08 nov. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7º Ed., Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORO, Ari Pedro. A Laicidade no Brasil e no Ocidente: Algumas Considerações. *Civitas*, Porto Alegre, v.11, n.2, p. 221-237, maio-agosto, 2011. Acesso em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9646>>. Acesso em 08 nov. 2018.

PASQUINO, Gianfranco. Grupos de Pressão. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11º ed. Brasília: Ed. UnB, 1998, p. 562-571. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil 1968-1979: com particular atenção à censura ao semanário arquiocesano "O São Paulo"*. 1982. Tese (Doutorado) em Jornalismo, apresentada ao Centro Internazionale per gli Studi sull'Opinione Pubblica, Roma.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 89, p. 6-15, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 nov. 2018.

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. O anticomunismo e a esquerda militar no brasil: uma análise historiográfica. *Revista História em Reflexão*, Dourados, Vol. 5, n.10, p. 01-12, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1493>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

POLATO, Adriana Delmira Mendes, FRANCO DE OLIVEIRA, N. A. Gênero notícia: movimentos discursivizados nos limites entre informação e opinião. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 579-594, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2015v12n1p579>>.

Acesso em: 01 nov. 2018.

REZENDE, Maria José de. A democracia no Brasil: um confronto entre as principais perspectivas teóricas na primeira metade do século XX. *Revista Mediações*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 33-44, 1996. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9393>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

REZENDE, Maria José de. *A Transição Como Forma de Dominação Política: O Brasil na Era da Abertura 1980-1984*. Londrina: Ed. UEL, 1996. 209 p.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Editora UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo*. Preparado para apresentação na reunião de 1998 da Latin American Studies Association - SMO14, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, Setembro, 1998. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Ridenti.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002. Acesso em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200010>. Acesso em: 10 out. 2018.

RODRIGUES, Cátia Regina. *A Arquidiocese de São Paulo na gestão de D. Paulo Evaristo Arns (1970-1970)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Raíssa Regina Brugiato. *Divergências e Convergências Quanto Ao Conceito De Família No Semanário "O São Paulo"*. 2017. 57 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina.

ROMANO, Roberto. *Igreja contra Estado* (Crítica ao Populismo Católico). São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979. P.

ROSADO-NUNES, Maria José. Direitos, cidadania das mulheres e religião. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 2, nov. 2008. P. 67-81. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/04.pdf>>. Acesso em 08 jun. 2028.

ROVER, Oscar José. O Método Científico em Ciências Sociais: dos Documentos, Questionários e Entrevistas à Análise de Enunciados. *Revista Grifos*, Chapecó, v.21, n. 32/33. 2012. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2394>>. Acesso em 08 nov. 2018.

SAHLINS, Marshall. *Metáforas Históricas e Realidades Míticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981, p.19-29.

SANTOS, Vitor Garcia Rodrigues dos. Caso Riocentro: Terror e violência no processo de abertura política brasileiro. *Revista Contemporânea*. Niterói, Ano 4, v.1, n. 5, p. 1-27, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/10_Caso_Rio_Centro_Terror_e_violencia_no_processo_de_abertura_politica_brasileiro.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica. *Cadernos de Campo*, n. 9, 2001, p. 126-133. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/53108/57170>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SILVA, Wellington Teodoro. *Revolução, tradição e religião: o catolicismo nas veredas da política - O jornal Brasil Urgente - 1963/64*. Curitiba: CRV, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Conservadorismo Como Via Para a Modernidade. *Anos 90*. Porto Alegre, n.6, p. 07-20, dez. 1996. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6171/3665>>. Acesso em 04 mai. 2018.

SILVEIRA, Lorena Burjack. da. Estados Unidos e o Golpe de 1964: suporte logístico, bélico, financeiro e a concessão de exílio político. In: *Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/UCG*, II, 2009, Goiânia (Goiás). Anais... Goiânia, Universidade Católica de Goiás, 2009, p.01-31.

SOUZA, Luiz Alberto Gómes de. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 77-95, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 jun. 2018.

SOUZA, Admar Mendes de. *Estado e Igreja católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. São Paulo, 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- SKIDMORE, Thomas Elliot. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.36-41.
- SYDOW, Evanize, FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido*. Vozes, Rio de Janeiro: Petrópolis, 1999.
- TEIXEIRA, Faustino. Faces Do Catolicismo Brasileiro Contemporâneo. *Revista USP*, São Paulo, n.67, p. 14-23, set./nov. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13452>>. Acesso em 20 jul. 2018.
- TOLEDO, Caio Navarro. de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 jan. 2018.
- VELHO, Gilberto, VIVEIROS DE CASTO, Eduardo. O conceito de cultural e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. *Artefato: Jornal de Cultura*. Rio de Janeiro: Conselho Estadual de Cultura, n.1, jan. 1978.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Igreja e Sociedade no Brasil (1950-1964/1964-1975). *Revista Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Dom Paulo Evaristo Arns. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 301-304, Abril 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Dez. 2017.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: EDUC, 2007.
- WELLER, Wivian, et al. Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 375-396, Dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 ago. 2017.
- ZANOTTO, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 87-101, 2010. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/980>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

DOCUMENTOS CENSURADOS DO JORNAL O SÃO PAULO

OSP. A CNBB informa, [s/n, 11/12/1976, Lauda 01]¹⁸¹

OSP. _____ [s/n, - de -, lauda 01]¹⁸²

FONTES DOCUMENTAIS

ALMEIDA, Luciano Mendes de. Nota da CNBB. In: *Correio Riograndense*, 17/08/1982, Lauda 01.

CASTRO, José. de. Paulino, revolucionário de 64. In: *Jornal do Brasil*, 13/10/1982, Lauda 02.

CHARBOUNNEAU, Paul-Eugene. O discurso pornográfico das forças da reação. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, Lauda 01.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. A lógica da falsificação. In: *Folha de São Paulo*, 28/08/1982, Lauda 01.

CARDOSO, Fernando Henrique. Militância patética. In: *Folha de São Paulo*, 02/09/1982, Lauda 01.

GOMES, Severo. O crime e a cidadania. In: *Folha de São Paulo*, 29/08/1982, Lauda 01.

KOTSCHO, Ricardo. Gráfico aponta falsificador de 'O São Paulo'. In: *Folha de São Paulo*, 13/10/1982, Lauda 02.

MASPLÉ, J.A. As edições falsificadas. In: *Boletim da A.B.I.*, Set/Out. 1982, Lauda 01.

MEA CULPA. [Versão falsificada do jornal O São Paulo]. Ano XXVI, 20 a 26 de agosto de 1982, 4 laudas.

PESSOA, Lenildo Tabosa. Pirataria Jornalística. In: *O Estado de São Paulo – Jornal da Tarde*, 26/08/1982, Lauda 01.

POTENZA, M. I. A. C. "O São Paulo". In: *Veja*, 13/10/1982, Lauda 02.

SABINO, Waldemar. _____. In: *Jornal do Brasil*, 16/10/1982, Lauda 01. ¹⁸³

S/N. O jornal falso chega ao Pará. In: *O Estado de São Paulo*, 20/08/1982, Lauda 01.

¹⁸¹ O documento não possui o nome do autor, somente o ano de publicação, título (A CNBB informa) e numeração das laudas. Documento disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFa2xsZIITNEVwQm8/view>> Acesso em 06/08/2017.

¹⁸² Essa matéria também pertence ao acervo de documentos vetados, e não possui identificações em relação à sua autoria, título ou data de produção. O documento pode ser visualizado no link: <<https://drive.google.com/file/d/0BzFtoWP2meSFQXI4d1IEWGtBUkE/view>>.

¹⁸³ No presente documento, o nome da reportagem não consta na íntegra, tendo sido cortado no processo de digitalização da matéria.

S/N. Falsificado jornal da igreja em São Paulo, in: *Folha de São Paulo*, 24/08/1982, Lauda 01.

N/C. ABI repudia. In: *Diário Popular*, 25/08/1982, Lauda 02.

S/N, A Igreja pede inquérito para apurar fraude. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, lauda 01.

S/N, D. Evaristo pede a apuração da falsificação de “O São Paulo”. In: *O Globo*, 25/08/1982, Lauda 01.

S/N. D. Luciano quer diálogo. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, Lauda 02.

S/N. D. Paulo pede à polícia para apurar a falsificação. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, Lauda 01.

S/N. Dom Paulo quer inquérito. In: *Jornal do Brasil*, 25/08/1982, Lauda 01.

S/N, Secretário de segurança não vê motivação política. In: *O Globo*, 25/08/1982, Lauda 01.

S/N, Terrorismo impresso. In: *Folha de São Paulo*, 25/08/1982, lauda 02.

S/N. Freiras confirmam na PF violação de cartas. In: *O Estado de São Paulo*, 01/09/1982, Lauda 01.

S/N. A polícia sem acordo sobre o jornal falso. In: *Folha de São Paulo*, 16/09/82, Lauda 01.

S/N. Sutilezas da direita: Seus agentes estão de volta, imitando a voz do pastor. In: *Istoé*, 12/09/1982, Lauda 01.

S/N. A planta frágil. In: *Folha de São Paulo*, 16/09/1982, Lauda 01.

S/N. Polícia Federal vai apurar investigação. In: *O Estado de São Paulo*, 16/09/1982, Lauda 01.

S/N. Igreja decide continuar investigações sobre a falsificação do jornal. In: *Jornal do Brasil*, 23/09/1982, Lauda 01.

S/N. Corretor nega ter agido no caso de falsificação. In: *Folha de São Paulo*, 24/09/1982, Lauda 01.

S/N. Atrás da verdade. In: *Folha de São Paulo*, 30/09/1982, Lauda 01.

S/N. As edições falsificadas. In: *Boletim da A.B.I.*, Set/Out de 1982, Lauda 01.

S/N. Dono de jornal é acusado de falsificar “O São Paulo”. In: *Jornal do Brasil*, 13/10/1982, Lauda 02.

S/N. Uma longa lista de acusações. In: *Folha de São Paulo*, 13/10/1982, Lauda 01.

S/N. Campanha violenta. In: *Jornal do Brasil*, 13/10/1982, Lauda 01-02.

N/C. Elo de ligação: Aparece quem encomendou o falso O São Paulo. In: *Veja*, 13/10/1982, Lauda 01.

S/N. A edição apócrifa tinha D. Paulo como principal alvo. In: *Folha de São Paulo*, 13/10/1982, Lauda 02.

S/C. Gráfico acusa o dono do jornal. In: *O Estado de São Paulo*, 13/10/1982, Lauda 01.

S/N. Crime sem castigo. In: *Folha de São Paulo*, 14/10/1982, lauda 01.

S/N. Empresário nega participação em fraude. In: *Folha de São Paulo*, 14/10/1982, Lauda 01.

S/N. DPF e DOPS Paulista Vão Investigar Juntos Caso de Falsificação do Jornal. In: *Jornal do Brasil*, 16/10/1982, Lauda 01.

S/N. Por linhas tortas. In: *Jornal do Brasil*, 17/10/1982, Lauda 01.

S/N. Acusado de falsificação nega tudo. In: *O Estado de São Paulo*, 23/10/1982.

S/N. No rumo certo. In: *Veja*, nº 737, 23/10/1982, Lauda 01.

S/N. Dops ouve falsificadores em MG. In: *O Estado de São Paulo*, 02/11/1982, Lauda 01.

S/N. Gráficos confirmam seu envolvimento na edição falsa de jornal. In: *O Estado de São Paulo*, 04/11/1982, Lauda 01.

S/N. DOPS ouve acusado por falsificação. In: *Jornal do Brasil*, 07/11/1982, Lauda 01.

S/N. Dops ouve acusados no processo do jornal falso. In: *O Estado de São Paulo*, 09/11/1982, Lauda 01.

S/N. D. Angélico diz que existe uma profunda crise Estado-Igreja. In: *Folha de São Paulo*, 04/01/1983, Lauda 02.

REFERÊNCIAS ONLINE

Assessoria de comunicação do CEDEM da UNESP. Disponível em: <http://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/180/jornal-o-sao-paulo-foi-marco-da-resistencia-a-ditadura-militar/>. Acesso em 19/07/2018.

Küster, Bernardo. *Projeto de ditadura lgbttqi+ @y123*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vej5cziwids>. Acesso em 19/07/2018.

Küster, Bernardo. *Ideologia de gênero e caos social*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hugn_cnoycq. Acesso em 19/07/2018.

Küster, Bernardo. *É hora de vencermos Paulo Freire*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hailylg8n1g>>. Acesso em 19/07/2018.

Küster, Bernardo. *Canal do Youtube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/starkerbar/videos>>. Acesso em 19/07/2018.

Ordem Dourada do Brasil. Página do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ordemdouradadobrasil>>. Acesso em 26/07/2018.

Ordem Dourada do Brasil. Álbum de fotos: 14º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ordemdouradadobrasil/photos/?tab=album&album_id=1963538077244426>. Acesso em 25/07/2018.

CASALDÁLIGA, Pedro, TIERRA, Pedro. *Missa dos Quilombos*. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/poesia/quilombos.htm>> Acesso em 10/06/2018.

CASALDÁLIGA, Pedro, TIERRA, Pedro. *Missa da Terra Sem Males*. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/poesia/terra.htm>> Acesso em 10/06/2018.

HOOARNET, Eduardo. *A Missa dos Quilombos*. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/revista_missa.pdf> Acesso em 10/06/2018.

ANEXO

Subversão
Crescente
na Igreja
Página 3

O SÃO PAULO

Semana de 20 a 26 de agosto de 1982

Número Especial ANO XXVI

SEMANARIO

Número avulso 50,00
Número atrasado 70,00
Semestral 2.000,00
Assinatura Anual 3.000,00

encontro com

o Pastor

Um exame de consciência

Paulo Evaristo,
CARDEAL ARNS

Meus Amigos,
Católicos, Cristãos, Homens que buscam a Deus e que seguem a consciência na procura da Verdade e do Bem:

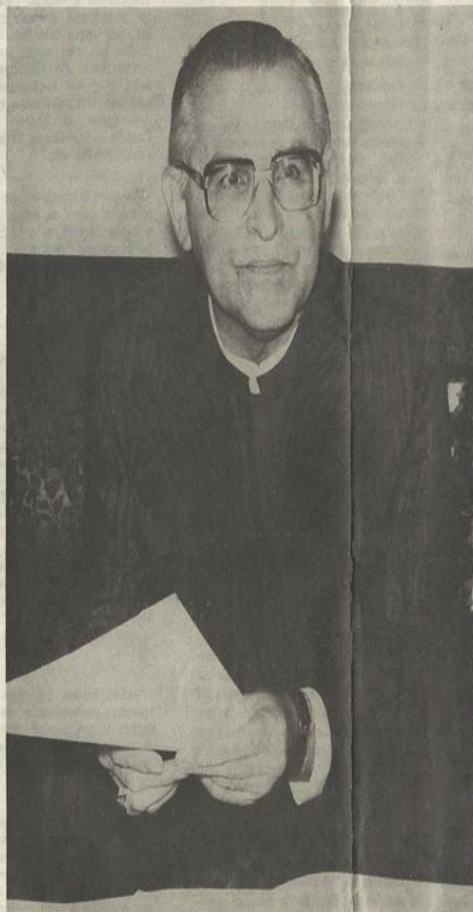
A Igreja Católica no Brasil está vivendo um estranho período. Há dois anos que este país recebeu a visita do próprio Papa João Paulo II. Em todas as suas viagens, o Santo Padre, invariavelmente, insiste no caráter pastoral que as motiva. Costuma falar claro e apontar com precisão a direção a seguir. A par dos diferentes auditórios que o ouvem, há outra face desse admirável peregrinar e que se refere à comunidade eclesial. As diretrizes expostas devem ser observadas por bispos, sacerdotes, religiosos e leigos. Vai-se quem doutrinou, fica o que foi ensinado, começa a fase mais difícil, que é o "por em prática". Obedecer com fidelidade aos rumos indicados exige sacrifícios. Resta então, a pergunta: temos sido fidedignos ao Sucessor de Pedro? Responderá a consciência de cada um.

Esta mensagem — que é mais um desafio pessoal do que uma mensagem — foi fruto de uma reflexão profunda, resultado de anos e anos de equívocos e ilusões, um verdadeiro exame de consciência feito, pela primeira vez, sem condicionamentos de qualquer tipo. O que foi preciso — antes de tudo — foi a coragem de dizer o que penso. "Se não nos dá vergonha pensá-lo, não nos deveria dar vergonha dizê-lo." (Cícero).

Tenho pautado minhas ações não de acordo com minhas convicções pessoais, mas de acordo com orientações que não formulei e com diretrizes pelas quais não sou eu o responsável. Atrelado ao radicalismo que domina a complexa estrutura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — cooperei para que em poucos anos, pudessem ser impostos, de cima para baixo, os novos cânones de comportamento, tornando-me prisioneiro dos desvios da teologia conivente da atuação da CNBB. Utilizando instrumentos eficazes na imposição das mudanças, aprovei publicações de propriedade da Igreja, a substituição dos seminários por formas empíricas de formação dos novos padres, a promoção distorcida das Campanhas da Fraternidade, o sentido de confronto dado às relações da Igreja com o poder civil, a deformação da liturgia e da educação, enfim, supremo pecado, proclamei inaceitável a velha crença dos católicos na transubstanciação do pão e do vinho na Eucaristia.

Atuei de forma insidiosa, conscientizando lentamente, injetando veneno em pequenas doses, subliminarmente, nos conselhos, nas reuniões das comunidades de base, nas missas, através dos sermões, das palestras, dos boletins paroquiais, do semanário "O São Paulo" e até mesmo dos cânticos, numa verdadeira lavagem cerebral, e usando o Evangelho e a imagem de Cristo como camuflagem e, às vezes, a batina como escudo.

"ME A CULPA"



Paulo Evaristo, Cardeal Arns entrega sua mensagem a O São Paulo

O Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, em visita à redação deste semanário, fez entrega de uma mensagem que representa um verdadeiro grito de alerta ao povo brasileiro.

Acompanhado de D. Angélico Sândalo Bernardino e do Pe. Ismael Martignagno, respectivamente Diretor e Redator Chefe de "O São Paulo", o cardeal Arns reuniu representantes do Conselho Editorial, da Redação e alguns colaboradores para apresentar novas diretrizes de atuação para a Arquidiocese de São Paulo.

— Minha mensagem representa um Mea Culpa por tudo aquilo que vem acontecendo de errado na Igreja do nosso tempo — disse emocionado o Cardeal Arns.

"Não poderia continuar interpretando as palavras do Papa, a orientação tão nítida que João Paulo II tem oferecido para os mais diversos problemas — e para o próprio problema da Igreja — de acordo com visões anormais, pessoais, individuais, próprias de estranhas teologias que pretendem acobertar desde a desobediência silenciosa até a discordância explícita".

"Sinto que uma parcela da Igreja procura fazer-se passar pelo todo e cada dia avança mais na contestação à própria essência do Catolicismo. O marxismo é um sistema de idéias que, por abarcar toda uma concepção da vida e do mundo, mereceu da Igreja a condenação como filosofia. Seus fundamentos são estritamente materialistas: o homem nada vale e Deus não existe perante o marxismo. Não posso aceitar mais que os meus irmãos de fé, os batizados nas pias das igrejinhas suburbanas ou dos templos suntuosos juntem-se aos inimigos da democracia, pois assim agindo, se auto-excomun-

gam, excluem-se deliberadamente do rebanho, levados por nossos erros e omissões".

Com a voz embargada, continuou D. Paulo: — "Precisamos fixar normas para uma atualizada pastoral de conjunto na Arquidiocese, expurgando da Igreja as mesquinhas dos homens que a conduzem, para elevarmos nela a grandeza infinita do Cristo que a estabeleceu.

A Arquidiocese de São Paulo não pode mais escolher para assessorá-la entidades integradas e orientadas por notórios marxistas e estruturalistas que surgiram num contexto de interpretação histórica sob o prisma da teoria da "luta de classes" — teses como a da religião como "ópio do povo" e a da "socialização da propriedade", refletindo o espírito da "Teologia da Libertação" que não é mais do que uma refração do marxismo sobre os chamados teólogos progressistas".

Ao final da reunião o querido Cardeal Arns, com toda a altivez apesar da emoção, pronunciou estas palavras:

— "Há momentos em que um balanço de nossa vida deve ser feito. Não apenas estou em falta com os meus, com Cristo de quem me afastei, como estou em falta comigo mesmo. O processo de recuperação poderá ser longo ou curto, mas tenho certeza completa de que não será pelo caminho que vinha percorrendo que construirei minha vida. O Divino Espírito Santo iluminou-me para fazer meu exame de consciência. Que cada um faça o seu".

A mensagem de Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns, está publicada na íntegra, na coluna Encontro com o Pastor, para que também ilumine os irmãos em Cristo.

Estamos juntos, Cardeal Arns.

Os lobos e o rebanho

AUSTREGESILIO DE ATHAYDE

Para um antigo seminarista como eu, vivido durante quase oito anos no claustro do Seminário da Prainha, recebendo as lições da austeridade e paternal sabedoria dos lazaristas, grandes mestres formadores do clero, o espetáculo que a

A própria Religião passa por dois perigos: uns procuram alimentar um sentimentalismo espiritualista: outros, vazios em seu interior, e desconhecendo a presença de Deus no íntimo de si mesmos, partem para um ativismo que se confunde a importância da justiça do mundo com a divina.

Dom Eugênio Sales

D. Agnelo critica os que desejam

transformar missas em teatro

com o poder civil, a deformação da liturgia e da educação, enfim, supremo pecado, proclamei inaceitável a velha crença dos católicos na transubstanciação do pão e do vinho na Eucaristia.

Atuei de forma insidiosa, conscientizando lentamente, injetando veneno em pequenas doses, subliminarmente, nos cursinhos, nas reuniões das comunidades de base, nas missas, através dos sermões, das palestras, dos boletins paroquiais, do semanário "O São Paulo" e até mesmo dos cânticos, numa verdadeira lavagem cerebral, e usando o Evangelho e a imagem de Cristo como camuflagem e, às vezes, a batina como escudo.

Expus teoria das relações entre capital e trabalho de inspiração nitidamente marxista, tornei-me tributário das intenções e dos planos mais prejudiciais ao bem comum dos cristãos e de todo o povo.

Insurgi-me agressivamente contra a Justiça alentando o desprezo pelos cidadãos às suas decisões, apontando a soezmente à execração pública, participando dessa forma de uma instigação à subversão. Associei-me aos grupos radicais impedindo o entendimento e contaminando qualquer negociação racional para a superação de problemas. Pratiquei duelos verbais e radicalismos sem precedentes dando um revoltante contra-testemunho de perda da fé e de abraçar cegamente as diretrizes marxistas. Armei o braço dos nossos inimigos, a pena dos recalçados, a língua dos maldizentes.

Quando percebi que avançava cada vez mais na contestação à própria essência do catolicismo, sem pudor nem cautela, abarcando uma concepção da vida e do mundo estritamente materialista, a luz do Divino Espírito Santo iluminou-me a fronte, chamou-me à razão, tirou-me dos pantanos da calúnia, do ódio, da ofensa implorosa, afatou-me dos gritos e heresias dos possessos, trazendo-me de volta à grandeza infinita de Cristo.

Esta mensagem pode traduzir a angústia de alguém que está dando um passo fundamental, mas não foi redigida arbitrariamente. Surge num momento em que procurei responder a mim mesmo à pergunta: tenho sido fiel ao Sucessor de Pedro? Este exame de consciência é a minha resposta.

A visão de Cristo através da luz do Divino Espírito Santo salvou-me do naufrágio nas tormentas do próprio desencanto, dando-me o equilíbrio necessário para examinar os fatos e luzes que possibilitam perceber que ainda cresce muito trigo no meio do joio.

Quero que esse meu gesto de desprendimento e de confissão restabeleça a confiança no espírito e na fé católica, para fazer face à tentativa do socialismo marxista em invadir a própria Igreja. Que os meus irmãos do Episcopado não percam a fé em Deus e não ganhem a fé em Marx, trocando a eternidade pelo tempo de vida dos homens.

PAI NOSSO...

Nota do Diretor

A Igreja é feita de homens que não têm o dom da impecabilidade nem da infalibilidade. Se erros existiram que provocaram esta ferida aberta em nossos corações, é hora de corrigi-los e frustrar as intenções de quem aqui nou, nas trevas da mentira e do ódio, este processo de desintegração da Igreja de Cristo, sem nos intimidar, para não nos amoldarmos numa geração de cristãos covardes e, por isso, infiéis a Cristo.

Para nós é o momento de cerrar fileiras, de acabar com certas ingenuidades, solidarizar-nos, mais ainda com o nosso Cardeal Arns, e de descobrir, na oração, força e inspiração para nossa atuação na fé e na bondade.

O SÃO PAULO (diretoria, redação, editores, colaboradores e administração) está disposto a unir esforços no desejo de encaminhar um serviço missionário que obedeça às diretrizes do Santo Padre, preservando nossa formação moral.

Este número especial, é resultado de nossa penitência e início da retomada aos caminhos da fé.

Os insatisfeitos, que tomem outro rumo.

D. AMÉLICO SÁNDALO BERNARDINO
Diretor

o rebanho

AUSTREGESILDE ATHAYDE

Para um antigo seminarista como eu, vivido durante quase oito anos no claustro do Seminário da Prahna, recebendo as lições da austeridade e paternal sabedoria dos lazaristas, grandes mestres formadores do clero, o espetáculo que a Igreja ora, oferece, de dissensão interna a respeito de doutrina e culto é mais do que desolador. Parece termos chegado àqueles tempos previstos no Apocalipse, prenunciando o fim das eras. A Igreja já não se volta de maneira prioritária para o espiritual. A vida da alma não é mais o centro da missão dos seus sacerdotes. A própria palavra evangélica, escrita no bronze da eternidade, está sendo submetida a interpretações de falsos teólogos que escondem o lobo na pele do cordeiro. Para dividir o rebanho e assim enfraquecer também a casa que não tardará a se perder. São palavras de Paulo, hoje postas de lado por tantos que se inculam como intérpretes da Boa Nova, mas que não vieram, nem é das suas intenções, fortalecer a fé antiga, e sim debilitá-la ou mesmo destruí-la sem nenhum temor àquilo que foi dito por Isaías: "Eu destruirei a sabedoria dos sábios e aniquilarei a ciência dos cientistas".

Quando é que isso poderia ser permitido na hierarquia que tem a sua culminância no Papa? Que as palavras por ele pronunciadas ou escritas fossem submetidas a revisões impertinentes da parte daqueles que estão abaixo da sua autoridade e lhe juraram obediência? Mudar o texto de qualquer documento é ato criminoso, sobretudo quando tal é feito para desfigurá-lo, ajustando-o aos interesses dos sofistas que não faltam nos tempos de hoje. Pois isto está acontecendo no Brasil, com os sermões e homilias que aqui foram pregados por João Paulo II em sua visita de inesquecível memória, quando falou diretamente ao povo, com aquela firmeza e serenidade que distinguem a sua iluminada palavra. Essas falsas "releituras", que alteram e deturpam a essência do pensamento do autor, em si mesmas são ilícitas e agravam-se pela frustrada tentativa de ocultar o que o Cardeal Dom Eugênio Sales chamou "desobediência silenciosa".

Ha também o caso desta ridícula liturgia, marcada pelo folclore local, que fez do sacramento eucarístico um recurso de que alguns padres e bispos lançam mão para fins que não são aqueles de Jesus Cristo quando o instituiu: "Fazei isto em memória de mim". De tudo deve-se concluir, num entendimento correto dos fatos, que já existe no Brasil uma rebelião cismática, e parte crescente da Igreja não mais obedece à autoridade de Roma. Antes a contestava em nome de uma renovação profana, que chega mesmo a atingir as raízes do sacrilégio. Vangloriam-se alguns sacerdotes desgarçados da imutável verdade de que deveriam ser leais servidores, de ser a igreja brasileira a mais "avançada" no plano de uma renovação que a descaracteriza e ilude os princípios fundamentais da unidade católica. As realidades do continente americano a que tantos aludem, não devem ser colhidas em hábitos, superstições, práticas aborígenes, às vezes não distantes da idolatria, e sim na tradição dos nossos evangelizadores.

dois perigos: uns procuram aumentar um sentimentalismo espiritualista; outros, vazios em seu interior, e desconhecendo a presença de Deus no íntimo de si mesmos, partem para um relativismo em que se confunde a importância da justiça do mundo com a divina.

Dom Eugênio Sales

Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro

Sejamos rastreadores

Página 4

SUBVERSÃO CRESCENTE NA IGREJA

PÁGINA 3

D. Agnelo critica os que desejam transformar missa em ato político

SAO PAULO — O prefeito da Sagrada Congregação para Evangelização dos Povos, dom Agnelo Rossi, criticou todos os sacerdotes que tentam transformar as celebrações litúrgicas em atos políticos.

— O Vaticano agiu corretamente — disse dom Agnelo Rossi — ao enviar carta à CNBB, proibindo a celebração da "Missa dos Quilombos", "Missa da Terra-sem males" e "Missa da Esperança", pois a Santa Sé tem o dever de zelar para que não seja distorcido o ato litúrgico.

Segundo dom Agnelo, "a liturgia e sagrada e o Vaticano tem a obrigação de conter os abusos que vêm sendo cometidos não só no Brasil como em todo mundo".

— A Igreja — afirmou — não pode transformar-se numa instituição política.

Dom Agnelo disse que apoiava integralmente o cardeal-arcebispo do Rio de Ja-



Cardeal Agnelo Rossi

neiro, dom Eugênio Sales, que denunciou releituras dos discursos pronunciados pelo papa João Paulo II durante a sua visita ao Brasil, em 1980.

O Vaticano repreende a CNBB - Pág. 2

Tumulto conceitual

NO DOCUMENTO que acaba de divulgar para a Campanha da Fraternidade, sob o título "Fraternidade sim, violência não", a CNBB caracteriza a violência com tamanha amplitude conceitual que se arrisca a neutralizar ou enfraquecer os objetivos de sua proposta.

UMA REALIDADE é a violência, e outra é a injustiça social, mas o órgão episcopal optou por colocar as duas deformações da vida em sociedade sob um mesmo rótulo. Com isso, criou o tumulto semântico que a ninguém do bom lado aproveitará: nem aos denunciantes da violência, nem aos responsáveis pela sua repressão. Na verdade, apenas os praticantes e patronos da violência propriamente dita saem protegidos por esse manto retórico.

A VIOLÊNCIA — dizem os bispos — é tudo o que fere ou esmaga a dignidade de qualquer pessoa humana e, portanto, não deve ser interpretada exclusivamente como criminalidade. A seguir, classifica-se a violência em "divulgada, silenciada, escandalosa e ocultada", num preciosismo esquentado do qual valeria concluir, afinal, que violência é tudo e

que, sendo tudo, acaba por não ser coisa alguma.

PARA que a violência não contemple apenas a criminalidade, a CNBB estende-a às atitudes discriminatórias da sociedade (contra o negro, contra o índio, os idosos etc.), o sensacionalismo do noticiário criminal, a rejeição aos deficientes físicos e mentais, o mau tratamento dos detentos nos presídios, a "repressão" contra as iniciativas que o povo promove para manifestar pacificamente o seu protesto, o abuso de autoridade, a corrupção administrativa etc.

COMO fator agravante da escalada da violência no Brasil os bispos apontam, em primeiro lugar, "a imposição de um modelo econômico que exige austeridade exagerada do povo para a correção de uma situação pela qual ele não é responsável, como o equilíbrio comercial, pagamento da dívida externa etc.". Mencionam-se também o caráter assumido pela repressão ao crime político durante certo período e "a expansão dos meios de comunicação social que, embora constituam valor e progresso, projetam a imagem de uma sociedade consumista".

NADA poderia haver de mais tumultuário e nada explica por que a Igreja sai dos seus cuidados espirituais para instalar essa confusão retórica no mundo temporal.

NINGUÉM contesta que a repressão desproporcionada ou mal aplicada constitui também forma de violência. Tampouco ninguém pretende negar as distorções e iniquidades sociais das quais o universo humano está repleto. Finalmente, ninguém desconhece que as pressões ambientais condicionam e agravam todo esse quadro imperfeito.

O EQUÍVOCO da CNBB consiste em não distinguir os diversos fenômenos para que uns e outros recebam o tratamento adequado e tanto quanto possível eficiente. Esse tratamento ora será punitivo, ora será corretivo, ora será policial, ora será político, econômico, pedagógico etc.

SE DEVEREMOS dizer ao assasino cruel que a sua violência apenas faz parte de uma organização política e sócio-econômica inteira voltada contra a dignidade da pessoa humana, melhor faríamos estabelecendo a regra geral da impunidade do crime e fechando as prisões.

CARTAS - CARTAS - CARTAS - CARTAS - CARTAS - CARTAS - CARTAS - CARTAS - CARTAS -

O PAPEL DE D. ZICO

Leitora assídua de O S. Paulo, gostaria de registrar a minha decepção em relação à atitude de D. Zico, Bispo-Auxiliar de Belém, nos episódios que antecederam o julgamento dos padres franceses Camio e Gouriou. Apesar de ter se comprometido a apoiar a campanha desenvolvida pelo Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia, em apoio aos dois padres, D. Zico não o fez. Jamais poderíamos supor que o Bispo Auxiliar de Belém agiria em desacordo com a palavra empenhada, tomando uma atitude dúbia em relação aos acontecimentos citados. Gostariamos que o S. Paulo registrasse o nosso repúdio à sua atitude. — MARIA DE NAZARÉ — Belém/PA



D. ZICO TRAIADOR



O Vaticano repreende a CNBB

LENILDO TABOSA PESSOA

"A Santa Sé enviou ao presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, duas cartas com a mesma data, nas quais proíbe três missas inventadas e patrocinadas por bispos brasileiros; a Missa dos Quilombos, a Missa da Terra-Sem-Males e a Missa da Esperança. As missivas, assinadas pelo pro-prefeito da Congregação para o Culto Divino, d. Giuseppe Casoria, embora redigidas na habitual linguagem diplomática vaticana, são extremamente enérgicas e duras e chamam seriamente à atenção o presidente da CNBB.

É o seguinte o texto integral da primeira carta:

"Roma, 2 de março de 1982
A Sua Excelência
D. Ivo Lorscheiter
Presidente da Conferência Episcopal Brasília - DF
Excelência,

Tenho a honra de dar urgente resposta a sua carta de 22 de fevereiro último, agradecendo-lhe vivamente pela solicitude em fazer-me conhecer a sincera disposição do setor competente dessa Conferência Episcopal de atender ao que possa ser decidido ou notificado por esta sagrada Congregação e me permito humildemente, com o único objetivo de serviço eclesial, assinalar o que segue:

Confirmando e repetindo o que foi dito em elogio ao Episcopado brasileiro na precedente carta de 9 de fevereiro último, alinto, além disso, o dever pastoral de expressar-lhe que o fascículo do qual se falava, intitulado Missa da Esperança, não é nem se pode dizer conforme as conhecidas disposições em vigor para a celebração da Eucaristia.

Queira, portanto, dar-me uma cortês resposta à presente carta e aceitar os meus mais distintos e respeitosos cumprimentos, com os quais me confirmo, estendendo-os a todo o Episcopado Brasileiro, seu devotíssimo no Senhor, Giuseppe Casoria - Arcebispo titular de Vescovio, Pró-Prefeito."

A segunda missiva está redigida nos seguintes termos:

"Roma, 2 de março de 1982
A Sua Excelência
D. Ivo Lorscheiter
Presidente da Conferência Episcopal Brasília - DF
Excelência,

Chegou a esta Congregação sua prezada carta de 22 de fevereiro último, como esclarecimento e resposta às observações feitas por esta Congregação acerca da documentação relativa a uma especial Missa celebrada na cidade do Recife e chamada Missa dos Quilombos; tais observações tornaram-se necessárias e foram espontâneas a Vossa Excelência, com data de 5 de janeiro último, pelas circunstâncias de ambiente e da pessoa que emergiam da apresentada descrição.

Permita-me, Excelência, poder dizer que a resposta recebida, bem meditada, não parece ter notado exatamente o válido significado da alusão feita à chamada Missa da Terra-Sem-Males; não exprime na realidade a esperada resposta que se desejava (che si sarebbe gradito), assegurando que no futuro a celebração da Eucaristia será como deve ser, e é, somente memorial da morte e ressurreição do Senhor, e não reivindicação de qualquer grupo humano ou racial. De resto, se desejava e desejava que ao informar os outros Excelentíssimos Bispos autores, realizadores e interessados na acima mencionada celebração eucarística, fossem claramente apresentadas as superiores intenções transmitidas por respeito e por amor à verdade católica em relação a todo o Povo de Deus.

A apreciação que o bispo auxiliar do Recife fez acerca da Missa dos Quilombos, recordada abertamente por Vossa Excelência embora apreciando o zelo de arrependimento e reparação que quer exprimir não pode levar esta Congregação a desistir de julgar e de não permitir, para

o futuro atos semelhantes à chamada Missa dos Quilombos.

Aproveito a ocasião para apresentar sentidos e devotos cumprimentos, que Vossa Excelência queira entender, em meu nome, também aos outros irmãos no Episcopado dessa nobre e grande nação, enquanto me confirmo sinceramente e com afeto, devotíssimo no Senhor, Giuseppe Casoria - Arcebispo titular de Vescovio, Pró-Prefeito."

Segundo informações de fontes autorizadas, além de enviar as cartas, a Santa Sé obrigou a CNBB a divulgá-las, o que deixou particularmente irritado d. Ivo Lorscheiter.

Com efeito, os textos das duas missivas fazem várias revelações e contêm vários aspectos embaraçosos. Em primeiro lugar revelam que tem havido uma intensa troca de correspondência entre Roma e a CNBB sobre assuntos de interesse para toda a Igreja brasileira, da qual d. Ivo Lorscheiter não deu conhecimento a seus irmãos no episcopado. O arcebispo titular de Vescovio e pró-prefeito da Congregação alude a observações feitas pela Santa Sé, a 5 de janeiro, sobre a chamada Missa dos Quilombos; a uma carta enviada por Roma a 9 de fevereiro, talvez estranhando a demora da CNBB em se manifestar em relação às observações anteriores, e, finalmente, a uma carta de d. Ivo, de 22 de fevereiro.

Vários bispos informam que não tiveram conhecimento de nenhum desses textos e continuam ignorando-os mesmo agora, depois das cartas da Congregação, com data de 2 de março.

Em segundo lugar, ao vetar a Missa da Esperança, a primeira carta de Roma ressalta que ela "não é nem se pode dizer conforme as conhecidas disposições em vigor", o que equivale a uma diplomática mas firme acusação aos bispos responsáveis por seu texto de não conhecerem normas que, por dever de ofício, deviam conhecer.

Em terceiro lugar, a carta termina exigindo uma resposta ou, pelo menos, uma acusação de recebimento (o texto italiano usa a palavra ricontro, que pode significar uma coisa ou outra) e, mais uma vez, a CNBB não divulgou nenhum texto que comprove o atendimento da exigência. Isso significa que d. Ivo continua desafiando a Santa Sé ou que continuam sendo sonegados aos bispos textos importantes da correspondência entre Roma e a CNBB.

Em quarto lugar, a segunda carta acusa explicitamente o presidente da CNBB não só de não entender (ou de não querer entender?) as observações enviadas por Roma, mas também de não apresentar as esperadas garantias de que a missa não continuará sendo instrumentalizada e posta a serviço de interesses estranhos. De resto, as cartas são de março e a recente missa concelebrada pelo próprio secretário-geral da CNBB, em desagravo pela condenação dos padres franceses, com o altar enfeitado de falxas com dizeres políticos, mostra quanto a cúpula da entidade está disposta a levar a sério a advertência de Roma de que o culto não pode ser instrumento de "reivindicação de qualquer grupo humano ou racial".

Em quinto lugar, d. Ivo é acusado também de sonegar aos próprios bispos interessados as razões pelas quais Roma proibiu as missas por eles inventadas e a Congregação exige que se ponha fim a esta prática pouco honesta "por respeito e por amor à verdade católica em relação a todo o povo de Deus". Sobram censuras também para o bispo auxiliar de d. Helder, d. Lamartine Soares.

Por fim, d. Giuseppe Casoria pede a d. Ivo que transmita seus sentidos e devotos cumprimentos também aos outros membros do episcopado, o que constitui uma manobra típica da linguagem diplomática vaticana de dizer que as duas cartas de março não devem ser sonegadas aos bispos, como as anteriores. Não é por acaso que os textos das duas fazem alusão à correspondência anterior, até agora não divulgada.

Um texto elaborado pela Arquidiocese de Vitória, ES, poderia ser editado sem a alteração de uma vírgula num país que tivesse optado à força pelo socialismo marxista. Com exceção, evidentemente, da União Soviética e do seu sistema de satélites, porque lá o problema religioso já foi resolvido.





PRO ESPÍRITO CAMARADA



PAPELARIA LORGE
ARTIGOS PARA ESCRITÓRIOS E ESCOLARES
GUIAS E LIVROS FISCAIS

Descontos especiais para entidades religiosas
Rua Wenceslau Braz, 92 - Fone: 35-3967 - São Paulo

O SÃO PAULO

DIRETOR: Angélico Sândalo Bernardino
REDATOR-CHEFE: Ismael Martignago
CONSELHO EDITORIAL: Paulo Evaristo, Cardeal Arns; Gilberto Gorgulho; Júlio Munaro; Mário Simas; Almirão Andrade e Silva; Plínio de Arruda Sampaio; Hélio Bicudo; Beni dos Santos; Comissão Justiça e Paz; Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e dos Marginalizados; Centro Arquidiocesano Santo Dias da Silva dos Direitos Humanos; CEDI; GEP; CRB; CUB's; JOC; FNT; Secretariado de Justiça e Não-Violência Secretariado de Pastoral e Pastoral da Juventude.

REDAÇÃO: Rivaldo Chinem, Estela Sampaio, Jô Azevedo, José Eduardo de Souza Campos Filho.

COLABORADORES: Maria José Sarno, Lúcia Maria Dias, Marco Aurélio Rodrigues, Fernando Altemeyer, Luís Basségio, Margarida Nepomuceno e Priscila Siqueira.

ARTE: Nelson Alvino
FOTOS: Agência F/4
ILUSTRAÇÃO: Paulo Paiva
ADMINISTRAÇÃO: José Lul

O jornal O SÃO PAULO é mantido pela Fundação Metropolitana Paulista. Redação e Administração: avenida Higienópolis, 890. Telefones: 66-9660 e 826-0133 - CEP 01238.

Composto e impresso nas oficinas da Empresa Jornalística "Diário Popular S.A."

Um texto elaborado pela Arquidiocese de Vitória, ES, poderia ser editado sem a alteração de uma vírgula num país que tivesse optado à força pelo socialismo marxista. Com exceção, evidentemente, da União Soviética e do seu sistema de satélites, porque lá o problema religioso já foi resolvido. Isto é, não existe o problema mas não existe também a Igreja. - Maria Auxiliadora - Vitória - ES.

DISSIDÊNCIAS

A divulgação constante de rixas entre Bispos e Padres tem representado um forte abalo na hierarquia da Igreja, cuja integridade imaginava-se fora do alcance dessas querelas.

Mais um triste episódio desses fatos foi caracterizado com o tumulto que envolveu a disputa de dom Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu, com o Padre Valdir Ross. O Bispo, ao ser taxado pelo Padre, de comunista, refutou dizendo que o Padre é doente mental e o ameaçou de expulsão.

Anteriormente, a Irmã Luz Alba, em Poço das Antas, ao classificar de comunista o Bispo de Boa Vista, dom Aldo Mongiolo, foi imediatamente removida para a Colômbia, para fins de tratamento de saúde.

Não queremos entrar no mérito de cada caso citado, porém, mesmo para um observador desavisado, salta aos olhos o fato de que, após assumir uma posição anti comunista, qualquer religioso é tachado de doente ou ameaçado de expulsão.

É constrangedor para a comunidade católica assistir, perplexa a divulgação desses e de tantos fatos análogos. Por outro lado é deplorável constatar que a motivação ideológica esteja por trás desses lamentáveis acontecimentos. - ERNESTO F. VEIGA - SÃO PAULO - Capital.



A pregação de Boff

Embora não desejando criar polémicas, não podemos deixar de fazer enérgico reparo à pregação apresentada pelo notório Frei Leonardo Boff na Missa das 18 hs, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Petrópolis, no último dia 29 de Junho. O Sr. Boff em razão do Dia de São Pedro e São Paulo, não considerando a verdade histórica, nos trouxe aos fiéis os dois Santos como representantes de tendências opostas dentro da Igreja, no 19 Concílio de Jerusalém (49-50) o primeiro um tradicional, e o segundo, um "progressista", fato que, segundo ele, dava conta da natural existência de correntes diversas e, por que não, de uma suposta falha, um erro de São Pedro. Com tal argumento justificava e de forma sutil uma fragilidade na liderança do Chefe da Igreja, quem sabe, visando o Santo Padre João Paulo II. Logo a seguir, seguindo a mesma linha de raciocínio, sua afirmação de que to-

Uma vela a Deus e outra ao...

A infiltração comunista no clero continua livre e intensa. Mais do que a infiltração, a agitação campeia. Há casos que acendem uma vela a Deus e outra ao diabo. Os vernalhos só acendem velas ao todo-poderoso partido único, mas não dispensam o proveito que possam extrair das velas acesas a Deus ou a satãnis. Eles são integrantes de um partido que tira partido de todos os partidos, com o objetivo de devorar todos eles, em proveito de sua absoluta e total hegemonia.

Inadvertidamente, certa parte da Igreja vai sendo envolvida e quando quiser livrar-se da companhia comprometida e sem nenhuma vantagem para a doutrina de Cristo ou para os cristãos, será tarde demais. Referimo-nos, é claro, aos bem intencionados e de boa fé, os que acreditam na conversão do marxismo ao cristianismo. Outros, infelizmente fazem o seu próprio jogo pois são comunistas convictos, católicos hipócritas, fariseus. E há, ainda, os que estão aprisionados num difícil processo de ambivalência, pois tanto creem na doutrina de Cristo como na de Marx acreditando mesmo que possa haver uma simbiose entre ambas. Fatalemente vão acabar se dando muito mal, não por causa de Cristo mas, evidentemente, por causa de Marx. - Denival Santos - Olaria - RJ.



Parcela ponderável da Igreja, diretamente ou através de suas organizações vem editando e distribuindo cartilhas e mais cartilhas, folhetos, enfim, uma variedade enorme de propaganda contra as instituições. Semear a discórdia e a luta entre irmãos é papel da verdadeira Igreja de Cristo? Quem paga isso? - Onofre Pereira - Salvador - BA

dos possuem os seus contrários, direita e esquerda, norte, sul, quente, frio, para de duzir de que o Espírito Santo é um Síntese. A la *Regal* (ou A la *Marx*), é uma grande tolice que só servirá aos seus obscuros propósitos em relação à Igreja ou ao seu vestígio que os seus seguidores batistas chamam de carisma (?).

A conversão ou não dos Gentios ao Cristianismo, ponto de divergência solucionado pelo Concílio, não era mais objeto de dúvida na mente daqueles dois extraordinários Santos; (...)

(...) Estamos diante de uma questão prática e não de uma questão dogmática. Utilizar esse episódio de outra maneira ou visando a outros fins é desconhecimento ou má fé. (...) O aparecimento hoje de grupos que se dizem inspirados no Espírito Santo para reformar a Igreja é uma grosseira farsa de uns e uma lamentável ingenuidade de outros (...). Tais sandices podem ser propostas e escritas mas que fique bem claro que isso não é Teologia, é obra de Ficção. Ficção Religiosa, estamos diante de literatos, sem dúvida.

Para não nos estendemos mais, embora tanto ainda se pudesse dizer, entendemos que tais práticas têm o único objetivo de destruir a Hierarquia da Igreja Católica, pois tal Hierarquia é o único obstáculo para a dissolução da Igreja (...)

Aliás, o Sr Boff nas Missas que reza, na parte litúrgica que fala nos nomes do Papa e do Bispo, *NUNCA* pronuncia os nomes de João Paulo II e Manoel Pedro, deixando a frase de forma impositiva traído certamente por seu subconsciente (...)

Estamos sendo forçados a acreditar que há uma grande farsa montada dentro da Igreja e o Frei Leonardo Boff é sem dúvida um gentio ainda não convertido e por ele precisamos orar muito para que se arrependa de tanto orgulho e volte, ou encontre, o caminho santo que São Francisco de Assis ensinou na Terra e cujo rasto, ele, por um momento inconsciente, não costuma usar em público. - Assury de Souza Nello - Petrópolis (RJ).

Missa de desagravo já é uma categoria política de solidariedade e deveria, como exemplo de boa vontade, ser erradicada da ação pastoral. - Manoel Raimundo - Belém - PA.

"O FILHO DO HOMEM VETO BUSCAR E SALVAR O QUE SE HAVIA PERDIDO"

(LUCAS 19; 10)

QUASE PERDEMOS A ALEGRIA DE VIVER.

QUASE PERDEMOS O SENTIDO DE SEGURANÇA.

QUASE PERDEMOS A PAZ.

QUASE PERDEMOS A ESPERANÇA DE UMA SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS QUE NOS AGITAVAM E ANGIUSTAVAM.

QUASE DESVIAMOS NOSSOS CAMINHOS DO CAMINHO APONTADO POR DEUS.

QUASE DEIXAMOS O COMPANHEIRISMO SADIO PARA CONVIVER COM O FALSO COMPANHEIRISMO DOS COMUNISTAS E SUBVERSIVOS.

HOJE SOMOS OUTRO MOVIMENTO.

NÃO ATENDEMOS MAIS À INSINUAÇÃO DIABÓLICA DE FALSOS PADRES, CA PETAS VERMELHOS.

NÃO ENTRAREMOS NO CAMINHO TENEBROSO DA PERDIÇÃO, QUE LEVA À MORTE.

HOJE PASSAMOS A ACREDITAR.

ACREDITAMOS NAS AUTORIDADES E NO GOVERNO, PARA VIVERMOS ALEGRES, EM PAZ, SEGUROS.

NOSSO MOVIMENTO ESTÁ LIVRE DOS COMUNISTAS E AGITADORES.



ALPO MOVIMENTO LIVRE DOS POSSEÍDOS DO ANGÚLIA

SUBVERSÃO CRESCENTE NA IGREJA

Nenhuma advertência e repreensão do Papa João Paulo II, inclusive a última, tem sido capaz de desviar parte do clero brasileiro, especialmente a CNBB, da aberta pregação político-ideológica de inspiração e identificação nitidamente comunista, à frente dos padres mentores das comunidades eclesiais de base, das preleções; agora, com acinte e ímpeto inusitados, à hora da Missa, nas sacristias e nos confessionários.

O problema vem sendo denunciado apenas por uns poucos jornalistas brasileiros não comprometidos no patrulhismo e na militância marxistas, aqueles que são considerados por essa ala "progressista" da Igreja como fascistas e reacionários, através das mais desmoralizadas formas de eufemismo. A situação chegou a tal ponto que um dos mais importantes e tradicionais jornais do País - "O Estado de S. Paulo" - na sua edição de domingo passado divulga um editorial em tipo 12 romano, sob o título "Os Ordinários e o Papa", cuja importância e exatidão nos leva a ceder este espaço e assim transmitir aos nossos leitores em seus trechos mais significativos. Ele-lo:

"O dissídio que a hierarquia da Igreja do Brasil abriu na sociedade brasileira não afeta apenas as relações entre a Igreja e o Estado instituições encarregadas da organização dos poderes espiritual e temporal. Vai mais longe, porque não impõe aos católicos apenas a punição escolha entre suas convicções políticas e a obediência a seu ordinário, mas entre aceitar a Liturgia consagrada pelo Papa, sucessor de Pedro no carisma e na chefia da organização eclesial, e a que os bispos (individualmente ou em conferência) decidem instituir para atender não mais à memória do sacrifício de Cristo, mas a convicções políticas bem nítidas.

Na verdade, à pompa e à circunstância que marcavam a Liturgia da missa, católica nos tempos hoje tachados de "triumfalistas" pelas correntes LIBERTADORAS, sucedeu um momento evolutivo em que simplicidade substituiu o fausto e em que o violão ou outros instrumentos da cultura popular tomaram o lugar do órgão. Era, dizia-se, a identidade, pela música, da Igreja com os pobres...

... Da substituição do órgão pelo violão e do coral pelo atabaque, contudo, passou-se rapidamente para a transformação da Liturgia para confundir a celebração da missa com a pregação político-doutrinária, para aproveitar a reunião dos fiéis com o objetivo de separá-los, cindindo-os em dois grupos distintos e irreconciliáveis: os pobres, do POVO DE DEUS, e os ou

Guevara e seus apóstolos, que são todos os que no materialismo de Marx vão buscar os fundamentos da solidariedade do POVO DE DEUS.

Hoje, a crise extravasa os limites dos pequenos círculos. Não são mais progressistas e tradicionalistas que se empenham na disputa da melhor interpretação das Sagradas Escrituras... A crise - isto é, a violenta ruptura do equilíbrio - está no seio da Igreja, e entre conferências episcopais e o Papado, entre ordinários - que não aceitam possa ter o Papa, sucessor carismático de Pedro, poderes de fixar a Liturgia da Missa - e o Sumo Pontífice, que quer exercitar seus poderes para fazer que "a celebração da Eucaristia (seja) como deve ser, e é somente memorial da morte e ressurreição de Senhor e não reivindicação de qualquer grupo humano ou racial".

As cartas que dom Giuseppe Casoria, pro-prefeito da Congregação para o Culto Divino, dirigiu em março a dom Ivo Lorscheiter, em sua qualidade de presidente da CNBB, e que nós publicamos sexta-feira última, resumem em poucas linhas essa dilaceração entre o Papa e os bispos brasileiros. Já não se trata - pensem nisso os ordinários da Igreja do Brasil, e meditem os católicos e cristãos - de saber se o Papa quer os padres e bispos fora da política; se os deseja defensores do capitalismo liberal, do corporativismo católico ou fascista, do comunismo soviético ou do eurocomunismo ou da revolução sandinista... o que não se pode conceber é que os bispos pretendam estabelecer de PER SI a Liturgia, contrariamente às normas do Papado - em outras palavras, construir pelo caminho da Liturgia uma nova Fé e outra Igreja.

A defesa última da Liturgia, dos Dogmas e da Verdade Revelada da qual o Papa é, por legado de Cristo a Pedro e por tradição, o defensor e intérprete, não pode ser entregue aos ordinários. Eles podem, como seres humanos influenciados pela revelação leninista dos 60 milhões de mortos no Gulag, desejar construir suas próprias missas da Esperança, da Terra sem males, dos Quilombos. Não podem e pretendem que essa seja a MISSA CATÓLICA.

Este é o começo do Cisma. Santo Tomás, servindo-se de Aristóteles, procurou impedir que viesse a grande separação da Reforma, não estarão, CONTRARIUM SENSU, os defensores da Teologia da Libertação e da Teologia da

UMA IMPLOÇÃO DA IGREJA

Dom Marcos Barbosa

João Paulo VI se queixava, em uma de suas raras impaciências, que estavam querendo "demolir" a Igreja. Se a palavra "implodir" já estivesse mais em moda, ele a teria usado. Pois não se referia a bombas lançadas de fora, mas a várias fissuras internas, dessas que caminham "d'une marche invisible e sure", como no La Vase Brisée. Ou melhor, como no conto de Giovanni Guareschi A Nossa Senhora Feia, que o povo assim chamava, mas não queria substituir por outra, e que desmorona em longa prodição, graças às frinchas feitas na imagem por Dom Camillo... Muitos, escadafazendo-se com as rugas e manchas da Igreja e querendo substituí-la por outra, insistem em permanecer dentro dela, para melhor obter o seu intento. Foi o que se deu, no plano internacional com Hans Kung, finalmente proibido de ensinar como teólogo católico. Como é o que vem acontecendo entre nós com Frei Leonardo Boff.

Já são conhecidas e comentadas as críticas do jesuíta Pe. A. Peregó a Leonardo Boff, aparecidas na revista Dignus Thomas. Hoje temos o alívio de nos referirmos as que lhe são feitas no próprio Brasil, tanto mais insuspeitas por partirem de um teólogo também franciscano, que o teve aliás por aluno: Dom Boaventura Kloppenburg, Bispo-Auxiliar da Arquidiocese de Salvador. Em magistral artigo, A Ecclesologia Militante de Leonardo Boff, em boa hora publicado no JORNAL DO BRASIL edição dominical. Dom Frei Boaventura começa por esclarecer, sem nenhuma ironia (descabida, em certos casos, mesmo contra aqueles que a usam), que o nihil obstat da obra de Boff e dado "pelo chefe

de revisão tipográfica da Editora", pois não obteve o aval de seu Superior nem o imprimatur do respectivo Bispo. É lógico que o Autor, considerando ultrapassadas semelhantes ninharias, não se preocupe com isso. Mas causa espanto ver que tantos Bispos, esquecidos de repente de uma unidade em que se empenham em setores menos importantes, deixem circular livremente em suas dioceses, como guardiães da Fé, uma literatura que seduz facilmente os leigos menos avisados, incapazes de ver até onde levam certas ideias de aspecto sedutor.

Não podemos evidentemente, resumir sequer o estudo de Frei Boaventura Kloppenburg, mas que poderá ser encontrado também no segundo número da revista Communio. Em todo caso, para que o leitor tenha ao menos uma idéia dos desvios de Leonardo Boff, lembremos, por exemplo, que ele declara não ser Jesus quem fundou a Igreja; pois de um lado não suspeitava que o seu povo fosse rejeitar-lhe a doutrina e, de outro, imaginava para logo o fim do mundo... Teria apenas pregado o Reino de Deus, coisa muito diversa. Os apóstolos é que sentiram a necessidade de uma instituição, cuja hierarquia já aparece nas cartas de São Paulo, com bispos e diáconos. Essa Igreja-instituição não soube fugir, como as demais instituições, a sede do poder, tornando-se como resume Frei Boaventura. "Oportunista como um dinossauro insaciável, para submeter tudo e todos aos próprios ditames do poder arrancado a comunidade, neuroticamente fechada sobre si mesma como uma grande seita que acolita a sociedade capitalista; já deu tudo o que podia ter da

de e agora está em seu ocaso, destinada a desaparecer".

Contudo, segundo Boff, se a Igreja não foi fundada por Cristo, ela o foi pelo Espírito Santo, que a inspirou aos apóstolos, embora Jesus tenha dito expressamente que o Espírito enviado por ele viria apenas completar a sua obra, dando-lhes compreender e praticar o que já tinha ensinado. A comunidade eclesial de goza então, segundo Boff, de total liberdade, pois o Espírito sopra onde quer, não estando amarrada a dogmas e tradições e podendo, por exemplo criar novos sacramentos solicitados por um novo contexto popular...

O conhecido e querido Pe. Zezinho escrevia recentemente: "Os Bispos não têm outra escolha: ou exigem catequese de verdade, com mais vivência, mais dogma, moral, história da Igreja e exegese, ou dentro de uns anos, serão bispos católicos de dioceses protestantes ou espiíritas". E que podemos esperar quando vemos nas mãos de bem intencionadas catequistas, livros de Leonardo Boff? No século IV São Jerônimo urrou, da sua caverna de eremita, que o mundo um dia acordaria ariano, heresia que negava a divindade de Jesus. Nós tínhamos medo que o Brasil despertasse bofiano. O alerta de Dom Boaventura e, graças a Deus, um alívio.

Uma Nova Bíblia

U Anelmo Rossi. Cardeal e Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, em Roma, acaba de prestar solidariedade a D. Eugenio Sales na crítica feita pelo Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro à releitura dos textos do Papa João Paulo II

antes de lançar-se à esta importante tarefa, entretanto, talvez pudesse consultar o que disse o Papa atual aos sacerdotes no Rio de Janeiro: "Fique assim bem claro que o serviço sacerdotal, se quer permanecer fiel a si mesmo, é um serviço essen-

... da substituição do órgão pelo violão e do coral pelo atabaque, contudo, passou-se rapidamente para a transformação da Liturgia para confundir a celebração da missa com a pregação político-doutrinária, para aproveitar a reunião dos fiéis com o objetivo de separá-los, clindí-los em dois grupos distintos e irreconciliáveis: os pobres, do POVO DE DEUS, e os outros. A Liturgia se instrumentalizou não para trazer os infiéis ao redil de Cristo e do Papa (e como os jesuítas foram condenados por isso), mas para levar os fiéis à nova verdade revelada, comunicada não por Jeová a Moisés e confiada no sacrifício do Calvário, mas transmitida por Lenin aos basbaques e sacramentada por

les, dos Quilombos. Não podem é preterir que essa seja a MISSA CATÓLICA.

Este é o começo do Cisma. Santo Tomás, servindo-se de Aristóteles, procurou impedir que viesse a grande separação da Reforma, não estarão, CONTRARIUM SENSU, os defensores da Teologia da Libertação e da liturgia reformada, inspirados no materialismo dialético e na pregação da luta de classes, pretendendo apressar o Cisma entre os que são católicos e os que da Igreja Católica se servem, por ser mais cômodo pregar grandes transformações acobertadas pelo falso pretexto de transmitir a palavra de Deus?...



Narrativa simples, em quadinhos, sobre o trabalho pastoral desenvolvido pela Irmã Luz Alba, em Caracará, Roraima. As amarguras e denúncias sobre a reunião da CPT em Manaus e as perseguições movidas por falsos representantes de Cristo. O amor e o reconhecimento do povo de Caracará pela sensibilidade e espírito de fé cristã demonstrados pela Irmã Luz Alba. Leitura obrigatória para todos aqueles que professam a verdadeira fé.



EDIÇÕES PAULINAS
cada vez mais perto de você

A venda nas livrarias de Edições Paulinas
RUA 15 DE NOVEMBRO, 71 — PRAÇA DA SÉ, 100
RUA DOMINGOS DE MORAIS, 672

As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil estão sendo vítimas de uma verdadeira campanha de politização ideológica"
DOM AGNELO ROSSI

"SÃO INCONCILIÁVEIS COM O ESTADO CLERICAL E, POR ISSO, SÃO PROIBIDAS A TODOS OS MEMBROS DO CLERO AQUELAS ASSOCIAÇÕES QUE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, PROCURAM OBJETIVOS POLÍTICOS, EXTERNA DE QUERER FAVORECER IDEIAS HUMANITÁRIOS, A PAZ E O PROGRESSO SOCIAL". (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO DO VATICANO).

U Agnelo Rossi, Cardeal e Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, em Roma, acaba de prestar solidariedade a D. Eugenio Sales na crítica feita pelo Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro à releitura dos textos do Papa João Paulo II quando de sua viagem ao Brasil. A Santa Sé, diz D Agnelo, já tinha conhecimento dessa releitura há algum tempo, e classificou-a de calamitosa.

Nada mais fácil do que verificar a quantas anda a mencionada releitura: são fatos diários, amplamente divulgados, que levam à conclusão de que a Igreja no Brasil atravessa, de fato, um período inquietante.

Veja-se, por exemplo, o que aconteceu no 19 Encontro Nacional de Liturgia da CNBB, realizado em Belo Horizonte. Para coordenar um debate sobre A Problemática dos Diferentes Tipos de Celebrações, no encontro que reúne bispos das 14 Regionais da CNBB foi indicado o Padre Maucyr Gibin, que é secretário executivo do Departamento de Liturgia do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano). O cargo e a função que lhe deram parecem indicar ser o Padre Gibin pessoa de alto conceito no âmbito da CNBB.

Apoiado nesses títulos, Padre Gibin expressou-se com extraordinária desenvoltura. Em sua opinião, a "renovação litúrgica" já vai muito avançada no Brasil, "com a diminuição de uma liturgia tranquilizante e alienante, e o crescimento da liturgia de uma Igreja que quer libertar-se e promover transformações sociais".

O cristão anônimo que não tiver tido oportunidade de acostumar-se à Teologia da Libertação poderia, aqui, manifestar perplexidade, e pedir explicações. "Liturgia tranquilizante e alienante" seria o que se faz na Igreja há séculos? - isto é, o próprio Sacrifício da Missa, que como acaba de explicar à CNBB a Congregação para o Culto Divino, de Roma, "deve ser, e é, somente, memorial da morte e ressurreição do Senhor, e não reivindicação de qualquer grupo humano ou racial?".

O Padre Gibin parece ter interpretação bastante pessoal quanto ao interesse histórico da vida e do sacrifício do fundador do cristianismo textos a esse respeito, bem como outros textos litúrgicos, devem constituir 50% da celebração litúrgica, reservando-se a outra metade às mensagens "dentro da realidade do povo". O mesmo sacerdote mostra-se severo com a classe média: "A classe média

Bíblia

foi chamada a se integrar nesta dinâmica" (a da nova liturgia); "mas se, para manter tradições, ela só estiver interessada em consumir serviços e bens da Igreja que fez opção pelos pobres, ela será afastada."

Seria interessante saber, afinal em nome de quem o Padre Gibin está distribuindo anátemas. Não será em nome do Papa que esteve no Brasil, e que falou da "Igreja universal, a Igreja do mistério da Encarnação", que "não é a Igreja de uma classe ou de uma casta".

Ainda segundo o Padre Gibin, "a Igreja descobriu uma coisa importante: a tarefa de anunciar uma mensagem libertadora dos homens", e é agora diferente de "uma Igreja onde, em todos os lugares, se dizia sempre a mesma coisa, em face de qualquer problema pelo qual a comunidade estivesse passando". A "mesma coisa", no caso, era a insistência nos textos bíblicos, no próprio Evangelho. Padre Gibin fica, assim, na obrigação de escrever um outro Evangelho, já que considera monótona e inócua a insistência no antigo.

antes de lançar-se a esta importante tarefa, entretanto, talvez pudesse consultar o que disse o Papa atual aos sacerdotes no Rio de Janeiro: "Fique assim bem claro que o serviço sacerdotal, se quer permanecer fiel a si mesmo, é um serviço essencialmente espiritual. Que isto seja acentuado contra as multiformes tendências a secularizar o serviço do padre (...). E na área das almas, das suas relações com Deus e de seu relacionamento interior com os seus semelhantes, que o sacerdote tem uma função essencial a desempenhar. Certamente, sempre que as circunstâncias o exijam, ele não se eximirá de prestar também uma assistência material, mediante as obras de caridade e a defesa da justiça. Mas isto é, em definitivo, um serviço secundário, que não deve jamais fazer perder de vista o serviço principal, que é o de ajudar as almas a descobrir o Pai, a abrir-se para ele e a amá-lo sobre todas as coisas".

Havendo, como se percebe, divergências inconciliáveis entre o pensamento do Padre Gibin e o pensamento de João Paulo II, seria interessante conhecer a esse respeito a opinião da própria CNBB - que acaba de conferir ao Padre Gibin papel tão importante no seu 19 Encontro Nacional de Liturgia, e que não se priva de emitir opinião sobre todos os assuntos candentes da atualidade.

ASSINE O SÃO PAULO

Veja como é simples fazer ou renovar sua assinatura de **O SÃO PAULO**: preencha o cupom abaixo e envie-o acompanhado de cheque a favor do **JORNAL O SÃO PAULO** (Av. Higienópolis, 890 - CEP 01238 - Capital - SP), no valor de Cr\$ 3.000,00 (anual) ou Cr\$ 2.000,00 (semestral).

renovação nova

Name

Endereço

Cidade Estado C.E.P.

O SÃO PAULO

Sejamos rastreadores

No interior do nosso País, em muitos lugares, são encontrados os rastreadores. São pessoas que, pelas "pegadas" ou "rastros" deixados no chão, são capazes de surpreender as feras.

Na situação atual, ou todos nós nos fazemos bons "rastreadores" ou seremos todos devorados pela besta-fera comunio-socialista.

Para depois ninguém dizer que não foi alertado ou que não sabe rastrear, estamos oferecendo o Decálogo para rastrear a besta-fera (*)

| VESTÍGIOS | INTERPRETAÇÃO E CONDUITA |
|---|---|
| 1. Pregam uma sociedade igualitária, sem classes e, para tanto, estimulam o ódio e o divisionismo, através da LUTA DE CLASSES (principal arma do marxismo). | 1. Para fazer face à "grande mentira" de um regime que é o inverso do que prega (existe hierarquia rígida e classes privilegiadas — burocratas do partido e estrutura policialesca) deve-se estimular a NÓSSA UNIÃO, COESÃO e ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE. |
| 2. Vivem de explorar a miséria, os antagonismos e as desigualdades e combatem o surgimento de "elitês autênticas, necessárias à solução dos problemas. | 2. Esta é a filosofia da "miseria" (a miséria através da miséria) que nos conduziria ao "caos" para, sobre nossos escombros, ser construída a nova ordem comunio-socialista. Nossa resposta: SERMOS COMPETENTES e COM SENSIBILIDADE para encontrarmos soluções que permitam assegurar JUSTIÇA PARA TODOS (com oportunidade), BEM ESTAR E PAZ SOCIAL. |
| 3. Pregam a "igualdade" como meta final, verdadeiro "paraíso" aqui na Terra. | 3. Por essa "cantilena", maus religiosos procuram confundir MARX com Christo e já não se preocupam com a salvação das almas para um reino eterno (outro mundo), senão com a "dialética materialista" que conduz a um novo "paraíso (reino) terrestre". Assim o MARXISMO é ANTINATURAL e ANTICRISTÃO, porque igualitário, materialista e SEM ALMA. |
| 4. Agem com base numa "verdade" que muda em função do interesse do partido (os meios justificam os fins). | 4. Essa é a falsa moral. Também, é adotada por aqueles "pragmáticos" que agem em função de interesses. Há deles que só buscam os militares nas horas difíceis. Entretanto, a VERDADE DO CRISTO É ETERNA, PORQUE FUNDADA NA CRENÇA EM DEUS, POR ISSO NÃO MUDA EM FUNÇÃO DE INTERESSES SUBALTERNOS. |
| 5. Combatem sistematicamente a propriedade privada, são "eternos reformistas" e/ou "novidadeiros" (de-sejam novidades e mudanças constantes, sem nenhum respeito à tradição). | 5. A evolução humana se funda nas experiências e tradições. O ALVO PRINCIPAL dos eternos "reformistas" é a FAMÍLIA, BASE DA TRADIÇÃO CRISTÃ. OS TEMAS REFORMA AGRÁRIA ou RURAL, RECOMENDAM PRUDÊNCIA, POIS, A PROPRIEDADE É INTIMAMENTE RELACIONADA À FAMÍLIA. Na CHINA, uma sociedade milenar, só cedeu ao "comunismo" quando a família se desagrudou. |
| 6. Combatem (ostensiva ou veladamente) a livre empresa e a iniciativa privada. | 6. A livre iniciativa é básica para a existência da democracia responsável. É necessário manter a todo custo o EXERCÍCIO DA INICIATIVA PRIVADA PARA PRESERVAR A CONDIÇÃO DE PESSOA HUMANA, COM LIBERDADE PARA CRIAR e DESENVOLVER SEU POTENCIAL. A ação do ESTADO deve ser complementar, tendo a si apenas determinadas atividades. |
| 7. Desenvolvem-se no caldo de cultura de corrupção de costumes, obscenidades, excessos de consumismo, de vícios, de tóxicos e de sexo. | 7. Aqui também a FAMÍLIA é o GRANDE ALVO, por isso, devemos oferecer uma contribuição pessoal na LUTA PELA MORALIDADE DOS COSTUMES, retirando da "besta-fera" o caldo que lhe tonifica a vida. |
| 8. Utilizam-se fartamente dos simpa- | 8. PRATICAR A RENÚNCIA E O SACRIFÍCIO |

UM PESO DUAS IDÉIAS

A Igreja Católica brasileira e progressista está novamente ameaçada pelo Estado. E, mais uma vez, o instrumento da opressão e da perseguição é o Judiciário. Em breve, a CNBB terá de divulgar uma nota indignada de protesto contra a incompreensão da obra pastoral que a Igreja realiza na região da Amazônia, contra a condenação arbitrária de padres e também, é claro, contra o pecado social representado pelo capitalismo.

Não falta o motivo para o protesto. Afinal, a opressiva Justiça do Trabalho brasileira acaba de intimar o bispo d. Tomás Balduino, vice-presidente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), e o padre Paulo Sues, secretário-geral do mesmo organismo, a pagarem o que devem em direitos trabalhistas e indenizações ao italiano Roberto Brodolini, de 37 anos, e a sua mulher, Beatriz Pingeot, demitidos do Cimi sob a alegação de "contenção de despesas". O ex-empregado do organismo que atua na Amazônia processou o Conselho, representado pelos dois religiosos citados, e o juiz do Trabalho lhe deu ganho de causa, condenando a Igreja a pagar as indenizações. Um óbvio abuso autoritário.

A história é bem simples e clara. O italiano Roberto Brodolini saiu de seu país para vir trabalhar na Amazônia, trocando um bom emprego — e bom salário — numa corretora de seguros na Itália, onde trabalhou 15 anos, por uma "causa justa". Motivado por razões humanitárias, veio trabalhar com os índios na Prelazia de Roraima, onde, convidado pela Igreja, estava há quatro anos e meio. Posteriormente, entrou para o trabalho no Conselho Indigenista Missionário, junto com a mulher. Acreditando nas palavras de religiosos e leigos brasileiros, nos anos seguintes Roberto decepou-se com os setores progressistas do clero.

Durante os quase dois anos em que ficou encarregado de divulgar e administrar o jornal *Parantim*, do Cimi, contou que viu o "órgão pregar uma coisa e agir, dentro de casa, de maneira diferente". Assistiu, por exemplo, à demissão do leigo Aniceto Barroso, por este ser filiado ao Partido dos Trabalhadores, alegando que "sua missão não poderia ser misturada com política". Segundo Roberto, Barroso foi demitido por discordar da posição do Cimi que, em sua opinião, apesar de pregar a justiça social, comportava-se como qualquer empresa multinacional. Também assistiu à demissão do coordenador do Cimi da região Norte 1 de Manaus, "Julgado e demitido, sem direito a defesa, pelo Conselho, e sem receber a indenização". De início, pensou que tudo não

O joio e o trigo

Dom Eugênio Sales

Cardeal Arcebispo de Rio de Janeiro

As tribulações têm sido uma constante no decorrer da vida eclesial. São o eco e a continuação da existência humana de Cristo com seus sofrimentos e morte.

A Igreja, ao passo que atinge um nível extraordinário de respeitabilidade, mesmo entre não católicos — e João Paulo II e bem o instrumento dessa ação divina — sombras se acumulam, tempestades se repetem. Embora procedam também do exterior, notadamente as mais dolorosas e quicás as mais graves se originam no próprio interior. E a face humana e pecadora da obra do Salvador. Ele havia prevenido: "Haverá escândalos e aí por quem eles vem!" (Mt 18, 7).

Essas ocorrências têm origem nas ideias em voga e se radicam em soluções apresentadas por alguns nem sempre idêneas as infiltrações ideológicas.

O subjetivismo e o imanentismo, sob disfarces os mais diversos, geram muitos dos males que nos afligem. Identifica afirmação se pode dizer de um antropocentrismo levado às últimas consequências. Substituindo o teocentrismo de antanho, em vez de uma comunhão entre a criatura e o Criador, dáo uma prioridade absoluta àquela. Em decorrência, os problemas temporais assumem um lugar indevido, mesmo nas atividades religiosas. Os episódios de desobediência e revolta no seio de pessoas consagradas a quem "se fez obediente até a morte" (Fl 2, 8) apenas revelam algo mais profundo e desolador. Em outras palavras: uma alienação do verdadeiro espírito do cristianismo.

A rapidez das comunicações e a sede de escândalos transmitem uma perspectiva deformada da realidade. A multidão fel e agredida por atos isolados ou de grupos absolutamente minoritários.

A divulgação de opiniões pessoais, alheias às normas ortodoxas da Fé e a comunhão eclesial, lança nos católicos a angústia e a incerteza. E gera uma grave situação de insegurança sobre o verdadeiro ensino da mesma Igreja.

Essa realidade nos mostra a importância, especialmente em nossos dias, do espírito de discernimento. Vem a lembrança as palavras do Mestre sobre o joio e o trigo (Mt 13, 25-30): "Veio o seu inimigo, semeou joio no meio do trigo e partiu". Deixai-os crescer juntos até a colheita".

Uns, na pressa, querem a erradicação, a qualquer custo, do erro; outros,

(...) a respeito das verdades da Fé, defendendo-as e ilustrando-as".

Semanas atrás, abrindo no Sumaré um encontro de jovens procedentes de todos os Vicariatos, eu lhes dizia que nos tempos claros, vendo-se ao longe, é fácil perceber a rota a seguir. Quando há nevoas, redobra-se a atenção para evitar erros. Separar o verdadeiro das aparências parece-me essencial em nossos dias. Com a coragem para cumprir, mesmo à custa de sacrifícios, nosso dever e possível chegar a bom termo. Já São Paulo advertia (At 20, 30-31): "Mesmo dentre nós surgirão homens que háo de profereir doutrinas perversas com o intento de arrebatarem após si os discípulos. Vigiai".

Lendo os Livros Sagrados, em particular os Atos dos Apóstolos e as Epístolas, constata-se a luta perene do Apóstolo das Gentes, já em sua época, contra os falsos ensinamentos e interpretações da Mensagem cristã.

Cada um de nós poderá aplicar estas considerações à própria vida e à comunidade a que pertence. Um exame cuidadoso nos levará a agradecer a Deus pela felicidade mantida ou bater no peito, humildemente, pelas deficiências acaso existentes.

Em meio a perplexidade que nos cerca e dificulta a visão, dois fatores são necessários para nos guiarem com segurança. Um é objetivo: sempre tomar o Salvador como ponto de referência. Ele e sua Doutrina, autenticamente interpretada. O outro, subjetivo: é o desaparecimento de nossas próprias ideias, independência de julgamentos preconcebidos, preferências e opções pessoais. A prece nos confere a força interior, a energia para nos desligarmos da influência que, vindo de fora, atua em nosso íntimo, buscando condicioná-lo às formulas, pareceres em voga.

Esse desprendimento nos torna livres. Então, tem-se a capacidade de assumir posições, de acordo com o Evangelho. Em vez de acomodá-lo a nós, nos revestimos de suas diretrizes. Ao aplicar a realidade a orientação que nos é dada pelo Sumo Pontífice, da maior valia e essa pureza do coração. Ela facilita a inteligência que nos leva ao alvo certo.

Não depende de nós a supressão das turbulências do mundo moderno. A Providência nos colocou nestes dias para que cumpramos uma missão.

Os males, inclusive dentro da Igreja, não nos devem escandalizar.

| | |
|---|--|
| | TADO deve ser complementar, tendo a si apenas determinadas atividades. |
| 7. Desenvolvem-se no caldo de cultura de corrupção de costumes, obscenidades, excessos de consumismo, de vícios, de tóxicos e de sexo. | 7. Aqui também a FAMÍLIA é o GRANDE ALVO, por isso, devemos oferecer uma contribuição pessoal na LUTA PELA MORALIDADE DOS COSTUMES, retirando da "besta-fera" o caldo que lhe tonifica a vida. |
| 8. Utilizam-se fartamente dos simpaticizantes e inocentes úteis (acomodados, corruptos, preguiçosos, vaidosos, covardes, subservientes, amolecidos pelas mordomias e pelas posições (status) e comprometidos com o "tráfico de influências"). | 8. PRATICAR A RENÚNCIA E O SACRIFÍCIO DO DIA-A-DIA PARA MANTER O CORPO E A MENTE SADIAS, TONIFICANDO A VONTADE (CARÁTER SEM JAÇA); PRESERVAR O ENTUSIASMO E A INABALÁVEL CRENÇA EM DEUS, A NOSSA APATIA, MOLEZA, INCOMPETÊNCIA, OMISSÃO E DESCRENÇA SÃO O COMBUSTÍVEL QUE ACELERA O INIMIGO. |
| 9. Servem-se da "estratégia dos direitos humanos" para instigar os pobres contra os ricos (aumentando neles o desequilíbrio e a miséria) e, ainda, deturpam os méritos da "opção pelos pobres", dando-lhes exclusividade (como se todo rico fosse opressor e o governo fosse o único culpado) o que representaria uma nova injustiça. | 9. ESTIMULAR, NA ESFERA DE NOSSAS ATRIBUIÇÕES, A "ESTRATÉGIA DOS DEVERES", ENSINANDO, PELO EXEMPLO, O SENTIMENTO DE RESPONSABILIDADE E O AMOR AO TRABALHO, PELO QUE SURGIRIAM, NATURALMENTE, OS DIREITOS E A HARMÔNIA DO CONJUNTO. |
| 10. São capazes de matar ou morrer por uma causa materialista (sem DEUS). Acreditam nessa causa "inglória" e por ela se fanatizam e não mudam nunca (ver o exemplo de LUIZ CARLOS PRESTES e GREGÓRIO BEZERRA). | 10. E NÓS, QUE SOMOS CRISTÃOS E HABITAMOS A MELHOR PÁTRIA DO MUNDO, DE QUE SOMOS CAPAZES? |

(*) a "besta-fera" tanto pode ser o comunista, o socialista e como o "democrata", pois o inimigo não se prende à semântica (verdade tola), antes, dela também se serve.

AÇÕES POLÍTICAS

1. COOPERAR COM O TRABALHO DO GOVERNO NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS NACIONAIS, DE QUALQUER ORDEM, DE MODO A FACILITAR A TAREFA GOVERNAMENTAL;
2. PRESTIGIAR AS AÇÕES CÍVICAS, COM APELOS AOS SENTIMENTOS PATRIÓTICOS DE SEUS FAMILIARES E AMIGOS;
3. INFORMAR, SEM CONSTRANGIMENTO E SEM RODEIO, ÀS AUTORIDADES, AQUELO QUE LHE PARECER SUSPEITO E CONTRA OS INTERESSES NACIONAIS;
4. CONHECER ADEQUADAMENTE AS MANHAS E OS PROCEDIMENTOS ESQUERDISTAS, BEM COMO DIFUNDIR ESSE CONHECIMENTO;
5. TER CONVICÇÃO QUANTO AO PERIGO VERMELHO NO MUNDO E, EM PARTICULAR, NO BRASIL;
6. ADMITIR QUE A EXPECTATIVA E A PASSIVIDADE PODERÃO SER FUNESTAS;
7. ACREDITAR NA IGUAL RESPONSABILIDADE DE CIVIS E MILITARES, DE GOVERNANTES E GOVERNADOS, QUANDO SE TRATA DE SALVAGUARDAR A INTEGRIDADE E SOBERANIA NACIONAIS;
8. LUTAR PELA PAZ E TRANQUILIDADE, NÃO SE CONTENTANDO OU LIMITANDO-SE A DESEJÁ-LAS;
9. CRER, CONVICTAMENTE, QUE A DEMOCRACIA É CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL E CAPAZ DE PERMITIR O DESENVOLVIMENTO ALMEJADO;
10. ENFIM, CUMPRIR SEUS DEVERES COMO CIDADÃO BRASILEIRO, EM SUA PLENTITUDE;

Segundo Roberto, Barroso foi demitido por discordar da posição do Cimi que, em sua opinião, apesar de pregar a justiça social, comportava-se como qualquer empresa multinacional. Também assistiu à demissão do coordenador do Cimi da região Norte 1 de Manaus, "julgado e demitido, sem direito a defesa, pelo Conselho, e sem receber a indenização". De início, pensou que tudo não passava de pequenos episódios isolados, mas, logo depois, enfrentaria situação idêntica.

O secretário-geral do Cimi, o padre Sues, alegou contensão de despesas e promoveu uma reunião fechada do Conselho, para acabar demitindo Roberto, a mulher e mais quatro membros do organismo, dois de Manaus e dois de São Paulo. Com a esposa grávida, sem dinheiro, Roberto tentou contornar a situação e o que ouviu do padre Sues, segundo contou à Justiça, foi: "Temos de fazer contensão de despesas e não podemos ficar com sentimentalismo". Desempregado, Roberto e a mulher iniciaram uma ação trabalhista e, ao contrário dos outros demitidos, foram até o fim do processo. Intimidados a pagar, d. Balduino e o padre Sues disseram que cumpririam a decisão judicial, "mas não que ele tivesse direito. Apenas queremos ficar livres para que não se manchem as nossas pregações".

O que se sabe do episódio, além disso, é que o Cimi reteve a carteira de trabalho de Roberto Brodolini por mais de um mês, carteira, aliás, que nunca havia sido assinada. Para revê-la, entrou com outro processo na Justiça, que, no seu arbitrio e opressão típicos, obrigou o Conselho a devolvê-la ao ex-empregado. Um pormenor curioso é que, até fevereiro, ninguém que trabalhasse para o Cimi era registrado em carteira e nenhum dos demitidos recebeu indenização alguma da Igreja.

Depois dessa história edificante, ficou mais claro para todos os brasileiros a qual injusto e pecaminoso capitalismo se referem os nossos ilustres prelados da CNBB, quando emitem as suas notas de protesto. É ao capitalismo que eles conhecem e praticam, cuja selvageria não precisaria sequer ser comentada. Talvez por operarem nas selvas, esses ilustres padres progressistas tenham decidido que seria mais apropriado e fácil pôr em prática, no coração do Brasil, o capitalismo selvagem em estado puro.

Agora, sabemos qual o pecado que pretendem abolir no País, pois, antes, não estava muito evidente para nós de que tipo de regime capitalista falavam as notas da CNBB e as pregações de d. Balduino, de d. Pedro Casaldáliga, do padre Sues e de outras figuras exponenciais do nosso clero progressista. Quando se referiam ao Brasil como um país capitalista, não conseguíamos enxergar onde estaria localizado o tal capitalismo, uma vez que temos, na verdade, um Estado burocrático e oligopólico que procura impedir, a todo custo, o advento do verdadeiro capitalismo entre nós. Hoje, sabemos onde estava o capitalismo da CNBB dentro dos organismos a que ela preside tão closamente! E o capitalismo selvagem é o que vigora na selva.

Eureka! A Igreja não só é a mais organizada das multinacionais a operar no Brasil, como também é a mais exemplar na condenação dos pecados sociais, pois é a única que os conhece no seu estado mais puro. Be é ao seu próprio capitalismo que a CNBB se refere ao condenar o Mal Absoluto, tem toda a razão. Nós a aplaudimos.

Só não poderemos apolar o eventual protesto contra a Justiça, pois, como no caso daqueles padres franceses acusados de insuflarem ações criminosas, continuamos a achar que as leis foram feitas para serem cumpridas

tância, especialmente em nossos dias, do espírito de discernimento. Vem a lembrança as palavras do Mestre sobre o joio e o trigo (Mt 13.25.30): "Veio o seu inimigo, semeou joio no meio do trigo e partiu... Deixai-os crescer juntos até a colheita".

Uns, na pressa, querem a erradicação, a qualquer custo, do erro, outros, levados por covardia, se omitem no cumprimento de um sagrado dever. Lembrou-me bem de um comentário feito por Paulo VI, em audiência privada. Ele me recordava o que pouco antes havia lido com os bispos, na abertura da II Assembleia do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, ao lembrar aos pastores o sagrado dever: "Fala, fala, preza, escreve, toma posições

maior valia e essa pureza do coração. Ela facilita a inteligência que nos leva ao alvo certo.

Não depende de nós a supressão das turbulências do mundo moderno. A Providência nos colocou nestes dias para que cumpramos uma missão.

Os males, inclusive dentro da Igreja, não nos devem escandalizar.

Peçamos, em meio às dificuldades, o espírito de verdade para separar o joio do trigo. Tendo diante dos olhos o rumo dado por Cristo, através do Magistério e um coração despojado de sentimentos terrenos, o reto uso da vontade e a busca do autêntico, chegaremos ao porto da Salvação. O divino vencerá as limitações humanas encontradas na comunidade eclesial moderna.

Deus é assunto proibido para jovens na URSS

O jornal "Konsomolskaia Pravda", da organização da Juventude Comunista da União Soviética, publicou um apelo em favor da "luta decidida contra a religião e pela propaganda atêia". Embora afirmando que "dentro de algumas dezenas de anos, a religião terá desaparecido por si própria", o jornal exigiu dos comunistas uma atitude mais combativa e vigilante a respeito.

"Não podemos nos tornar complacentes, na suposição de que a religião desapareça sozinha em nosso país, sem deixar vestígios, nas próximas décadas. Ela certamente se extinguirá, pois nosso modo de vida parece garantir isso, mas vamos perder muitas pessoas ao longo do caminho, se não exercermos maior vigilância, e se não formos capazes de defender nossa causa de modo adequado", advertiu o jornal.

Denunciando a multiplicação de casamentos religiosos na URSS, principalmente na Lituânia, o "Konsomolskaia Pravda" revelou que em 1981, apenas na cidade de Vilnius, 19 militantes foram excluídos da organização comunista juvenil por esse motivo. Assinalou que os expulsos violaram os princípios ateus em que se baseia o regime soviético, e disse considerar incompatíveis comunistas e religião.